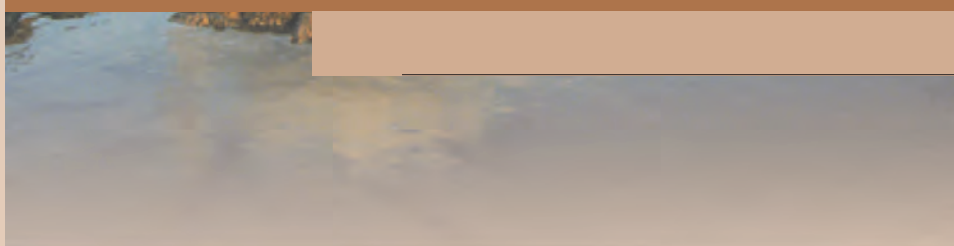




Estatísticas do Ambiente 2010



Edição 2011



Estatísticas
oficiais



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL

Estatísticas do Ambiente

2010

Edição 2011

FICHA TÉCNICA

Título

Estatísticas do Ambiente 2010

Editor

Instituto Nacional de Estatística, I.P.
Av. António José de Almeida
1000-043 Lisboa
Portugal
Telefone: 21 842 61 00
Fax: 21 844 04 01

Presidente do Conselho Diretivo

Alda de Caetano Carvalho

Design, Composição e Impressão

Instituto Nacional de Estatística, I.P.

ISSN 0872-5276

ISBN 978-989-25-0127-7

Periodicidade Anual



Apoio ao cliente

808 201 808

O INE, I.P. na Internet

www.ine.pt

NOTA INTRODUTÓRIA

A publicação Estatísticas do Ambiente, na sua edição de 2010, apresenta-se integralmente reformulada, quer ao nível dos conteúdos quer da sua apresentação gráfica. Assim, o Instituto Nacional de Estatística ([INE](#)), no âmbito da sua missão, disponibiliza aos utilizadores um novo produto que visa satisfazer as necessidades atuais e emergentes sobre o setor do ambiente, cada vez mais transversal e de grande impacto na vida social, na economia e no planeamento do desenvolvimento económico, social e ambiental. A realização de uma ação de *benchmarking* aos sistemas de informação das principais organizações a nível mundial e a recolha de opiniões junto dos setores mais dinâmicos da sociedade com responsabilidades nesta área, permitiram projetar e conceber um quadro mais coerente e completo de informação estatística na área ambiental, face ao que existia até agora.

Ao longo deste processo, o INE reforçou a apropriação de dados administrativos para fins estatísticos, com o objetivo de reduzir os custos e a carga sobre os respondentes. Contudo, o acesso a tais dados não está isento de dificuldades pelo que nesta publicação não é possível apresentar informação atualizada relativa ao Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais, nas suas componentes física e económica.

A informação estatística divulgada nesta publicação não esgota o vasto conjunto de dados disponíveis. O INE pode disponibilizar, não só o mesmo tipo de informação com maior desagregação geográfica, mas informação adicional que poderá ser fornecida em condições e suportes a acordar, sob pedido específico dirigido ao INE e com proteção da confidencialidade estatística.

O INE expressa os seus agradecimentos a todas as entidades que permitiram a elaboração da presente publicação, em especial à Direção-Geral do Orçamento, Direção-Geral de Energia e Geologia ([DGEG](#)), Serviço Regional de Estatísticas dos Açores ([SREA](#)), Direção Regional do Orçamento e Tesouro, Direção Regional de Estatística da Madeira ([DREM](#)), Direção Regional do Orçamento e Contabilidade, aos Municípios, às Entidades Detentoras de Corpos de Bombeiros, à Autoridade Nacional de Proteção Civil ([ANPC](#)), ao Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente ([SEPNA](#)), às Organizações Não Governamentais de Ambiente, ao Instituto da Água ([INAG](#)), à Agência Portuguesa do Ambiente ([APA](#)), às empresas e a outras entidade inquiridas e a todos os utilizadores que participaram na reformulação desta publicação, esperando que a mesma possa constituir um bom instrumento de trabalho.

Agradecem-se antecipadamente todas as sugestões e comentários ao conteúdo desta publicação, com o objetivo de melhorar a qualidade da informação apresentada e fomentar o interesse de futuras edições.

INTRODUCTORY NOTE

Dezembro de 2011

The 2010 edition of the Environment Statistics compendium was completely redesigned in terms of contents and visual displays. Statistics Portugal, in compliance with its mission and goals, disseminates an entirely new publication which aims to provide a wide scope of data responding to the needs of users who require information related to environmental and economic activities, policy planning and dynamics of societies. A benchmarking action undertaken with international organizations and statistical authorities as well as the consultation, at national level, of entities representing the most active and relevant sectors related to environment protection and concerns (universities, industrial associations, businesses performing in energy, water supply and waste and wastewater management, etc.), allowed us to compile a wide range of information towards a more complete and coherent statistical framework comparing to recent years.

Statistics Portugal aims at increasing the use of administrative sources whenever possible, in order to reduce costs and the response burden. Nevertheless, the access to such data faces some problems and constraints therefore it is not possible to provide updated data from the Inventory on Public Systems for Water Supply and Wastewater Management, in both economic and physical terms.

Environment statistics covers a wide range of thematic areas and it is not yet possible to include in this edition figures for some emerging topics related to environment impacts on our daily life and choices. However Statistics Portugal is able to provide some of the contents at a more detailed geographical level, within customized user needs and whenever the statistical confidentiality is not applicable.

Statistics Portugal welcomes all comments and suggestions about the contents of this publication in order to identify opportunities for quality improvement in future editions.

December 2011

SÍNTESE

No ano em que Portugal confirmou o 14º lugar na lista de países com melhor desempenho nas políticas para as alterações climáticas entre 58 países, de acordo com o *Climate Change Performance Index*, o INE divulga uma publicação reformulada sobre estatísticas do ambiente, agora organizada em 14 novos capítulos, com textos de análise económica, financeira e física e quadros estatísticos.

Como principais resultados salientam-se:

ATIVIDADES HUMANAS COM IMPACTO NO AMBIENTE

Os ritmos de crescimento da população residente e consequente alteração dos padrões de procura de bens de consumo condicionam a *performance* de determinadas atividades humanas, como o consumo e produção de energia, a agricultura e a indústria, geradoras dos maiores impactos sobre o meio ambiente.

Nas últimas décadas tem-se verificado o abandono da atividade agrícola: entre 1999 e 2009 desapareceram 111 mil explorações agrícolas, existem menos 195 mil hectares de Superfície Agrícola Utilizada (SAU) e o índice de densidade pecuária teve um decréscimo de 0,06 Cabeças normais/ha SAU. O volume de vendas de produtos fitofarmacêuticos também sofreu uma contração de 27% em 2009 relativamente a 2006, mantendo-se constante em 2010, face a 2009.

Nestes últimos anos, verificou-se igualmente uma tendência de decréscimo no consumo aparente de fertilizantes inorgânicos que totalizou em 2009 cerca de 176 mil toneladas, sendo os fertilizantes azotados responsáveis por 60% desse volume. Neste mesmo ano o Balanço do Azoto resultou num excesso de 52 mil toneladas expresso em nutriente azoto, o que equivale a um excedente de 14 kg de N por hectare de SAU.

Por outro lado, assistiu-se a uma redução quer do número de produtores quer da área em Modo de Produção Biológica (menos 14% e menos 76 mil hectares respetivamente, entre 2007 e 2009).

O consumo de energia primária em Portugal totalizou em 2009 cerca de 24 mil ktep, revelando uma redução de 7%, no período de 2006 a 2009.

O consumo de energia final situou-se nos 18 mil ktep em 2009, revelando um decréscimo de 6% entre 2006 e 2009, e um consumo *per capita* de 1,7 tep/habitante.

O consumo final de eletricidade representava em 2009 cerca de 23% do consumo final de energia, equivalente a 4 123 ktep.

A eficiência energética, após um período de crescimento (11%) entre 2006 a 2008, teve em 2009 um decréscimo de 1%, invertendo assim a tendência dos últimos anos.

A contribuição das fontes de energia renováveis para o consumo primário de energia foi de 20% em 2009, e entre 2006 e 2009 cresceu a um ritmo médio anual de 4,2%.

AR E CLIMA

No período de 2006 a 2009 verificou-se uma diminuição do potencial de efeito de estufa, em cerca de 9%.

Depois de um aumento significativo das emissões até 2006, a tendência de emissão de GEE inverteu-se, situando-se 3 p.p abaixo da meta de Quioto em 2009.

Das emissões ocorridas em 2009, 71 % foram provenientes do setor de emissão “energia”, destacando-se a “indústria da energia” e os “transportes” como as principais atividades antropogénicas responsáveis pelas emissões de GEE, com cerca de 27% e 26%, respetivamente.

Em 2006, registava-se uma emissão de 7,58 t CO₂eq *per capita*, enquanto que em 2009 este valor era de 6,90t CO₂eq *per capita*.

Em 2009, Portugal alcançou uma intensidade carbónica na ordem dos 442 t CO₂eq./10⁶ a preços de 2006.

No que se refere ao Índice de Qualidade do Ar, constata-se que entre 2006 e 2010, predominou a classe “bom”, tendo-se verificado a partir de 2008 um decréscimo acentuado das classes de “médio”, “fraco” e “mau”.

No período 2006-2010, a despesa das Administrações Públicas com a “Proteção da qualidade do ar e clima”, apesar de ter pouca expressão no total despendido em domínios do ambiente, cresceu a uma taxa média anual de 116%.

ÁGUAS RESIDUAIS

No âmbito da atividade de gestão de águas residuais efetuada pelos sistemas públicos urbanos do Continente, o volume de águas residuais drenadas pelas respetivas redes ascendeu a 475 milhões de m³ em 2009, correspondente a 82% do total de 577 milhões de m³ de águas residuais rejeitadas.

Constata-se que na generalidade dos municípios a produção diária *per capita* em litros de água utilizada se situa entre os 100 a 200 litros, intervalo em que se localiza a média dos registos por municípios (146,5 litros dia/habitante) para o conjunto dos 234 municípios de que se dispõe de dados no território continental.

As despesas das Administrações Públicas com a “Gestão de águas residuais” atingiram 386 milhões de euros, mais 16% relativamente a 2008.

SOLOS, ÁGUAS SUBTERRÂNEAS E SUPERFICIAIS

Entre 2007 e 2009, a água tratada pelos sistemas públicos urbanos para abastecimento dos agregados familiares e das atividades económicas, apresentou uma taxa de variação média negativa de 4% ao ano.

Em termos globais, os operadores de serviços de águas atingiram em 2010 um cumprimento quase pleno no que se refere à realização de análises obrigatórias, com um nível relativo de 99,6% de análises realizadas.

Em 2010 a despesa das Administrações Públicas com a “Proteção e recuperação dos solos e águas subterrâneas e superficiais” atingiu os 141 milhões de euros, montante claramente acima dos alcançados nos anos precedentes que se situaram nos 14 milhões de euros, nos anos de 2006 e 2007, e 32 e 48 milhões de euros, nos dois anos seguintes.

BIODIVERSIDADE E PAISAGEM

De acordo com o Índice de Aves Comuns, a globalidade das aves manteve-se estável no período de 2004 a 2009, mostrando mesmo uma ligeira tendência de crescimento, cerca de 9,7% em 2009 em relação a 2004.

Os peixes dulciaquícolas e migradores são o grupo taxonómico que apresentou maior número de espécies ameaçadas (63%), seguidos das aves (31%), dos répteis (31%), dos mamíferos (29%) e dos anfíbios (13%).

A área ardida tem sofrido oscilações nos últimos cinco anos. Entre 2006 e 2008 apresentou uma tendência decrescente, que se inverteu a partir desse ano.

Em 2010, os incêndios florestais afetaram uma área de 141 mil hectares dos quais 18 426 ha em áreas protegidas.

As áreas protegidas que tiveram maior percentagem de área ardida do seu território foram o Parque Natural do Alvão (23%), seguido do Parque Nacional da Peneda Gerês (13%) e do Parque Natural da Serra da Estrela (6%).

Nos últimos três anos, a despesa das Administrações Públicas na “Proteção da biodiversidade e paisagem” ultrapassou a média do quinquénio (2006-2010), fixando-se nos 293 milhões de euros em 2010.

RESÍDUOS

Nos últimos cinco anos, a geração de resíduos urbanos por habitante tem vindo a aumentar, tendo atingido desde 2008 um patamar muito próximo do valor médio da UE27 (2009), perto dos 511 kg habitante/ano.

Em 2010, a quantidade de resíduos urbanos recolhidos seletivamente, fixou-se em 813 mil toneladas (excluindo a Região Autónoma dos Açores), o que corresponde a cerca de 61 kg/habitante de resíduos urbanos recuperados.

Entre 2008 e 2010, estima-se que as diversas atividades económicas tenham gerado cerca de 84 milhões de toneladas de resíduos setoriais.

No período de 2006 a 2010, a quantidade global de resíduos valorizados integrados na responsabilidade alargada do produtor, cresceu a uma taxa média de 7 % ao ano, atingindo em 2010 um valor de 1,5 milhões de toneladas.

Em 2010, o total de resíduos exportados destinados a operações de valorização e eliminação ascenderam a 56 109 toneladas, tendo havido um decréscimo de 11,8% face à quantidade registada no ano anterior.

A partir de 2007 as Administrações Públicas aplicaram anualmente, neste domínio ambiental, mais de 500 milhões de euros.

EMPRESAS COM ATIVIDADES DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO AMBIENTE

Em 2010, o compromisso das empresas com o ambiente em atividades de monitorização, prevenção, redução ou eliminação da poluição, ou outros factores de degradação do ambiente inerentes aos processos produtivos gerou um investimento de 164 milhões de euros e um montante de gastos de 239 milhões de euros, face a um valor total de rendimentos de 109 milhões de euros.

Todas as empresas com 1 000 ou mais pessoas ao serviço adotaram medidas de proteção ambiental, por oposição às empresas posicionadas nos escalões de pessoal ao serviço com menos de 99 pessoas em que apenas 18% das empresas com menos de 49 trabalhadores e 55% das empresas com um efetivo entre 50 a 99 pessoas ao serviço, desenvolveram algum tipo de atividade de proteção do ambiente nas suas unidades industriais.

Em 2010, apenas 1/10 das empresas possuíam certificações ambientais, destacando-se os setores das “Indústrias petrolíferas”, resultado da única empresa classificada nesta atividade, “Indústrias de material de transporte” (22%), “Indústrias metalúrgicas de base” e “Indústrias químicas e farmacêuticas”, ambas com 18% do total do setor.

SETOR DE BENS E SERVIÇOS DE AMBIENTE

As entidades produtoras de bens e serviços de ambiente fecharam o ano de 2010 com um volume de negócios de 5 199 milhões de euros, valor que traduz um aumento de 16% face ao ano anterior.

Mais de metade do volume de negócios foi gerado pelo grupo “Gestão da poluição” que fechou, em 2010, com 2 881 milhões de euros o que demonstra a importância que as entidades atribuem a esta área de negócio.

ORGANIZAÇÕES COM ATUAÇÃO NA ÁREA DO AMBIENTE

As atividades desenvolvidas pelas ONG de ambiente decresceram, em média, 10% nos últimos dois anos, fixando-se em 2010 nas 11 400 ações.

Mais de 2/3 das atividades do domínio “Proteção da biodiversidade e paisagem” e cerca de 2/5 das de “Proteção da qualidade do ar e clima” foram desenvolvidas em educação ambiental.

Em 2010, o investimento duplicou enquanto os gastos e rendimentos registaram igualmente acréscimos de 20% e 40%, respetivamente, face a 2009, com os rendimentos a atingirem os 24 milhões de euros e os gastos a fixarem-se nos 23 milhões de euros.

A participação dos Corpos de Bombeiros no combate aos incêndios florestais registou, no período em análise, uma taxa média de crescimento de 14%, fixando-se, em 2010, nas 16 890 ocorrências.

De 2006 a 2010 o número de patrulhamentos de prevenção de fogos florestais e as ações de sensibilização ambiental, levados a cabo pelo Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente decresceram com uma variação média anual de 28% e 37%, respetivamente.

EMPREGO AMBIENTAL

As empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente empregavam, em 2010, 14 034 indivíduos dedicados a atividades de proteção ambiental, dos quais apenas 14% ocupava mais de metade do tempo de trabalho em atividades relacionadas com o ambiente.

Nas entidades produtoras de bens e serviços de ambiente 32 066 indivíduos desempenhavam funções específicas na área do ambiente, dos quais 92% ocupavam a maior parte do seu tempo de trabalho nessas atividades.

A participação em regime de voluntariado continua a ser uma das características das Organizações Não Governamentais de ambiente tendo abrangido, em 2010, cerca de 71% do total dos indivíduos.

Em 2010, o número de bombeiros do quadro de comando e quadro ativo do país totalizava 30 298 indivíduos.

No período de 2006 a 2010, o número de pessoas ao serviço como sapadores florestais cresceu a uma taxa de média anual de 14%.

O número de elementos do Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente subiu de 875 em 2006 para 1004, em 2010, correspondendo a uma taxa de crescimento de 15%.

IMPOSTOS E TAXAS AMBIENTAIS

Em 2010, o valor dos Impostos com relevância ambiental ascendeu a 5,79 mil milhões de euros, representando 9,6% do total das receitas de impostos e contribuições sociais.

Entre 2006 e 2009, as taxas com relevância ambiental cresceram, tendo passado de 324 milhões de euros para 532 milhões de euros.

De acordo com a informação disponível para 2008, naquele ano Portugal destacou-se como um dos países da União Europeia em que os impostos com relevância ambiental tiveram maior expressão relativa.

SUMMARY

In the year that Portugal ranked at 14 in a list of 58 countries in terms of best policy performance for climate change according to the Climate Change Performance Index, Statistics Portugal releases a completely renovated publication on environment statistics, including 11 new chapters, covering economic analysis, physical indicators on environment and a large range of tables with basic environmental data.

The main overall results are the following:

HUMAN ACTIVITIES WITH DIRECT IMPACT ON ENVIRONMENT

The population growth and the shift on consumption patterns generates strong marks on certain human activities such as energy production, agriculture (trends on production and kind of crops) and manufacture branches which comprise the major pollution and environment aggression sources.

In the last few decades large areas of farming soil have been abandoned: from 1999 to 2009 around 111 thousand holdings stopped producing, the utilized agriculture area (UAA) declined to an area below 195 thousand acres and the livestock density index dropped to 0.06 heads per acre of UAA.

The turnover of pesticides and equivalent products declined around 27% when comparing 2009 with 2006 and stabilized in 2009.

In the last few years a downward trend on the mineral fertilizer consumption is clear, which summed up to 176 thousand tonnes from which 60% are nitrogen fertilizers. In 2011 Nitrogen Balance showed a surplus of 52 thousand tonnes, corresponding to an excess of 14 kg of N per acre of UAA.

There is clear evidence that the number of bio farmers and bio farming area declined from 2007 to 2009, corresponding to less 14% and less 76 thousand acres respectively.

The primary energy consumption in 2009 reached 24 thousand ktep, which meant a decrease of 7% from 2006 to 2009.

The energy consumption in 2009 summed up 18 thousand ktep corresponding to a 1.7 tep consumption per capita and a drop of 6% between 2006 and 2009.

The consumption of electricity in 2009 reached 4123 ktep, near 23% of the total energy consumption

Energy efficiency, after a rise of more than 11% from 2006 to 2008, declined 1% in 2009 which seems to be a reversal of the upward trend.

The proportion of renewable energy sources to the primary consumption represented 20% in 2009 and between 2006 and 2009 such contribution raised on an annual average rate of 4.2%.

AIR AND CLIMATE

From 2006 to 2009 there was strong evidence of a decline of the Potential Greenhouse Effect which dropped by 9%.

After a significant upward pace until 2006, the emission curve of GHG started to decline and in 2009 was placed 3 p.p. below the Kyoto Protocol target.

In 2009 near 71% of the total emissions of GHG came from the "energy sector", for which stress should be laid on electricity production (27%) and transports (26%) as the main sources.

In 2006 the per capita emissions were about 7.58 t of CO₂ equivalents, near 0.7 ton more than in 2009 with a slowdown to 6.9 t of CO₂ equivalents per inhabitant.

In 2009 the carbon intensity for Portugal reached 442 tonnes of CO₂ equivalents/10⁶ Euros at 2006 prices.

According the air quality index during the period 2006 - 2010 most of the time was attributed the classification of "good" and since 2008 the levels of medium, low and bad declined strongly.

In the period between 2006 and 2010, the Public Administration expenditure related to the protection of climate and air environment although not weighty in total expenditure with environment protection evolved at an average rate of 116% per year.

WASTEWATER MANAGEMENT

The volumes of wastewater drained by the public sewerage systems raised up to 475 millions cubic meters in 2009, which corresponds to 82% of the 577 millions cubic meters of wastewater disposed to the environment.

In the majority of the municipalities, the daily wastewater generated per capita is situated within the interval of 100 to 200 liters, where the overall average among the 234 municipalities (146 liters per day / inhabitant) in the mainland is also placed.

The Public Administration expenditure in wastewater management registered almost EUR 386 millions in 2009, which corresponds to 16% more than in 2008.

SOILS, SURFACE AND GROUNDWATER BODIES

From 2007 to 2009 the volumes of water treated by the public systems for supply of households and economic activities, showed a declining rate of 4% a year.

In the overall sector the service providers reached a high rate of compliance with regulatory analysis of water supplied, performing 99% in the mandatory analysis.

In 2010 the Public Administration expenditure with the protection of soils, surface and groundwater bodies raised up to EUR 141 million an amount that surpassed the total amount expended in the previous 4 years, around 14 millions each in 2006 and 2007, 32 and 42 millions in 2008 and 2009, respectively.

BIODIVERSITY AND LANDSCAPE

According to the Bird land Index, from 2004 to 2009 the population of most of the birds presented a smooth trend of a sustainable growth and reached in 2009 more 9.7% of birds than in 2004.

The freshwater and migratory fish are the taxonomic group with the highest number of threatened species (63%), followed by birds (31%), reptiles (31%), mammals (29%) and amphibians (13%).

The total area of forests wiped out by fires showed strong variations over the last five years. Between 2006 and 2008 was observed a slight downward trend which started to reverse in the latter year.

In 2010 the forest fires covered an area of 133 thousand acres from which 18 thousand acres were protected areas and nature parks.

The national parks with larger proportions of land affected by fires were the Parque Natural do Alvão (23%), followed by Parque Nacional da Peneda Gerês (13%) and Parque Natural da Serra da Estrela (6%).

Over the last 3 years the expenditure by Public Administrations on landscape and biodiversity protection surpassed the average amount for the last five years (2006-2010), reaching EUR 293 million in 2010.

WASTE MANAGEMENT

Over the last five years, the municipal waste generation per inhabitant has been raising up, amounting to 511 kg per inhabitant in 2008, very closely to the EU27 average (2009 figures).

In 2010, the municipal waste selectively collected, summed up 813 thousand tonnes (excluding Autonomous Region of Azores – data not available), corresponding to 61 kg of recovered waste per inhabitant.

Between 2008 and 2010, around 84 million tonnes of waste have been generated by the overall economy.

Over the period 2006-2010, the total amount of waste recovered under the liabilities of the producer of some specific products and packaging (waste streams like packaging, used oils, end of life vehicles, etc.), recorded a growth rate of 7% per year, reaching in 2010 around 1.5 million tonnes of waste.

In 2010 the total exported waste destined for disposal and recovery operations summed up 56 109 tonnes, which corresponds to a decline of 12% comparing to the previous year.

Since 2007 the Public Administration spent each year more than EUR 500 millions on activities related to this environmental domain, of waste management.

ENTERPRISES WITH ENVIRONMENT PROTECTION ACTIVITIES

In 2010 the business commitment with environment protection and pollution control and abatement related to their activities generated an amount of EUR 164 million invested in equipments, a total of EURO 239 million of current expenditure and 109 millions of revenues.

All large enterprises with 1000 or more employees adopted measures for environment protection, in contrast medium and small enterprises (less than 100 employees) from which only 18% of enterprises with less than 49 employees and 55% of enterprises with 50 up to 99 employees developed some sort of activities in order to prevent pollution and protect the environment.

In 2010 only 10% of the enterprises obtained environmental certification, in particular the refineries sector (100%), transport materials manufacture (22%), basic metals and chemicals and pharmaceuticals (both with 18%).

ENVIRONMENTAL GOODS AND SERVICES INDUSTRY

The environmental goods and services industry closed the year 2010 with a turnover around EUR 5.2 million Euros which corresponds to more 16% than the value in the previous year.

More than half of the turnover was generated by the “pollution management” subgroup which contributed to near EUR 2.8 million revealing the importance of such business area in the overall sector.

OTHER ORGANIZATIONS WITH ACTIVITIES RELATED TO ENVIRONMENT

The activities developed by Non Government Organizations on environment declined on average 10% over the last two years plunging to 11 400 actions.

More than 2/3 of the activities under “protection of landscape and biodiversity” domain and 2/5 of “protection of air and climate” focus on environmental education.

When comparing 2010 and 2009, the total investment doubled while the current expenditure (EUR 24 millions) and revenues (EUR 23 millions) increased by 20% and 40% respectively.

The Fire Fighters Corps registered a total of 16 890 actions or interventions in 2010 evolving at an average rate of 14% per year during the period.

From 2006 to 2010 the number of patrols for forest fires prevention and activities for environment protection, carried out by the Service for Protection of Nature and Environment declined at a rate of 28% and 37% respectively.

ENVIRONMENT RELATED EMPLOYMENT

In 2010 the enterprises involved 14 034 employees on operating and managing activities for pollution abatement and control, from which 14% occupied more than half of the working time in such activities.

The goods and services industry enterprises employed 32 066 persons on tasks specifically oriented to environment, from which 92% occupied the major part of the work time on such activities.

The volunteers collaboration over NGO for Environment actions comprehend the majority of the individuals working in such organizations.

In 2010 the number of professional (full time) fire fighters (excluding volunteers) summed up 30 298 individuals.

Between 2006 and 2010 the number of persons as forest sapper raised 14% every year on an annual and average basis.

The number of persons placed in the Service for Protection of Environment and Nature raised from 875 in 2006 up to 1004 in 2010, corresponding to an annual growth rate of 15%.

TAXES AND FEES ENVIRONMENT RELATED

In 2010 the value of environmental related taxes and fees total EUR 5.7 billion corresponding to 9.6% of total taxes and social contributions.

From 2006 to 2009 the relevant taxes related to environment have been enlarging strongly, from EUR 324 million up to 532 million over the period.

According to the data available for 2008, Portugal ranks in higher places among EU countries with more relative proportions of revenues from environment related taxes.

SINAIS CONVENCIONAIS

...	Valor confidencial
Po	Valor provisório
Rv	Valor revisto
X	Dado não disponível
//	Não aplicável

Nota: Por razões de arredondamento, os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

SIGLAS E ABREVIATURAS

<u>AFN</u>	Autoridade Florestal Nacional
ANPC	Autoridade Nacional de Proteção Civil
AP	Áreas Protegidas
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
APEMETA	Associação Portuguesa de Empresas de Tecnologias Ambientais
ARH	Administrações de Região Hidrográfica
CAE - Rev. 3	Classificação das Actividades Económicas - Revisão 3
CE	Comunidade Europeia
CEE	Comunidade Económica Europeia
CGE	Conta Geral do Estado
CH ₄	Metano
CIRVER	Centros Integrados de Recuperação e Valorização de Resíduos
CITES	Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas de Extinção
CMVMC	Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas
CN	Cabeça Normal
Cº	Graus Celsius
CO ₂	Dióxido de Carbono
COV	Compostos Orgânicos Voláteis
COVNM	Compostos Orgânicos Voláteis Não Metânicos
DGEG	Direção Geral de Energia e Geologia
<u>DRA</u>	Direção Regional do Ambiente
<u>DRACA</u>	Direção Regional dos Assuntos Comunitários da Agricultura
<u>DRADR</u>	Direção Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural
<u>DREM</u>	Direção Regional de Estatísticas da Madeira
<u>DGADR</u>	Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
<u>DRF</u>	Direção Regional de Florestas
EMAS	Sistema Comunitário de Auditoria e Ecogestão
ENE	Estratégia Nacional para a Energia
EPS	Escalões de Pessoal ao Serviço
eq.	Equivalente
ERA	Embalagens e Resíduos de Embalagens
<u>ERSAR</u>	Entidade Reguladora de Serviços de Águas e Resíduos
EUR	Euros

ETA	Estação de Tratamento de Água
ETAR	Estação de Tratamento de Águas Residuais
EVN	Escalão de Volume de Negócios
Expl.	Explorações agrícolas
FSE	Fornecimentos e Serviços Externos
GEE	Gases de Efeito de Estufa
GPP	Gabinete de Planeamento e Políticas
ha	Hectare
hab	Habitante
IAC	Índice de Aves Comuns
IACOH	Índice de Aves Comuns de Outros Habitats
IACZA	Índice de Aves Comuns de Zonas Agrícolas
IACZF	Índice de Aves Comuns de Zonas Florestais
ICNB	Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade
IES	Informação Empresarial Simplificada
IFAP	Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P.
IM	Instituto de Meteorologia, I. P.
INAG	Instituto da Água, I. P.
INE	Instituto Nacional de Estatística, I. P.
INSAAR	Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento e Água e de Águas Residuais
ISFL	Instituições Sem Fins Lucrativos
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
kg	Quilograma
kt	Quilotonelada
ktep	Quilotonelada equivalente de petróleo
l	Litro
LULUCF	<i>Land Use, Land-Use Change and Forestry</i>
m ³	Metro cúbico
MAA	Medidas Agro-Ambientais
mm	Milímetros
MPB	Modo de Produção Biológico
MRRI	Mapas de Registo de Resíduos Industriais
MW	Mega Watt
N	Azoto
N ₂ O	Óxido Nitroso
NH ₃	Amónia
NO _x	Óxidos de azoto
NPS	Número de Pessoas ao Serviço
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
O ₃	Ozono troposférico
ONGA	Organizações Não Governamentais de Ambiente
ONU	Organização das Nações Unidas

PC	Posto de Cloragem
PDRu Açores	Plano de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores (2000-2006)
PDRu Madeira	Programa de Desenvolvimento Rural para a Região Autónoma da Madeira (2000-2006)
PIB	Produto Interno Bruto
PM ₁₀	Partículas inaláveis com dimensão inferior a 10 micrômetros de diâmetro
PM _{2,5}	Partículas inaláveis com dimensão inferior a 2,5 micrômetros de diâmetro
PNAC	Programa Nacional para as Alterações Climáticas
PNAER	Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis
PNALE	Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão
PRODER	Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (2007-2013)
PRODERAM	Programa de Desenvolvimento Rural para a Região Autónoma da Madeira (2007-2013)
PRORURAL	Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores (2007-2013)
RAA	Região Autónoma dos Açores
RAM	Região Autónoma da Madeira
REEE	Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos
RIP	Resíduos Industriais Perigosos
RFCN	Rede Fundamental de Conservação da Natureza
RURIS	Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (2000-2006)
s.a.	Substância ativa
SAU	Superfície Agrícola Utilizada
SEPNA	Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente
SERIEE	Sistema Europeu de Recolha de Informação Económica sobre o Ambiente
SIRAPA	Sistema Integrado de Registo da Agência Portuguesa do Ambiente
SIRER	Sistema Integrado de Registo Eletrónico de Resíduos
SNC	Sistema de Normalização Contabilística
SO _x	Óxido de Enxofre
SPEA	Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves
SREA	Serviço Regional de Estatísticas dos Açores
SRA	Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais da Região Autónoma da Madeira
SRAF	Secretaria Regional da Agricultura e Floresta
SRAM	Secretaria Regional do Ambiente e do Mar da Região Autónoma dos Açores
t	Tonelada
tep	Tonelada equivalente de petróleo
TOPF	Potencial de Formação do Ozono Troposférico
UE	União Europeia
µg/m ³	Micrograma por metro cúbico de ar
VVN	Volume de Negócios
ZPE	Zonas de Proteção Especial

INFORMAÇÃO DISPONÍVEL E NÃO PUBLICADA

Em condições a acordar, dentro do regime de prestação de serviços, os dados relativos às variáveis inquiridas pelos questionários em anexo (desde que não se encontrem sujeitos a segredo estatístico) poderão ser fornecidos sob pedido específico dirigido ao INE.

ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA/INTRODUCTORY NOTE	3
SÍNTESE	4
SUMMARY	8
SINAIS CONVENCIONAIS/SIGLAS E ABREVIATURAS	14

POPULAÇÃO E ATIVIDADES
HUMANAS COM IMPACTO
NO AMBIENTE



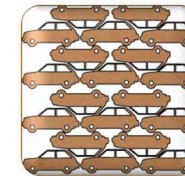
EMPRESAS COM ATIVIDADES DE
GESTÃO E PROTEÇÃO DO
AMBIENTE



AR E CLIMA



SETOR DE BENS E SERVIÇOS
DE AMBIENTE



ÁGUAS RESIDUAIS



ORGANIZAÇÕES COM ATUAÇÃO
NA ÁREA DO AMBIENTE



SOLOS, ÁGUAS SUBTERRÂNEAS
E SUPERFICIAIS



EMPREGO AMBIENTAL



BIODIVERSIDADE E PAISAGEM



IMPOSTOS E TAXAS AMBIENTAIS



RESÍDUOS



METODOLOGIAS, CONCEITOS
E NOMENCLATURAS



OUTROS DOMÍNIOS DE AMBIENTE



ANEXOS





**População e
atividades
humanas
com impacto
no ambiente**

1 - POPULAÇÃO E ATIVIDADES HUMANAS COM IMPACTO NO AMBIENTE

- O impacto ambiental define-se, segundo o Decreto-lei nº 69/2000 de 3 de Maio, como o conjunto das alterações favoráveis e desfavoráveis produzidas em parâmetros ambientais e sociais, num determinado período de tempo e numa determinada área (situação de referência), resultantes da realização de um projeto, comparadas com a situação que ocorreria, nesse período de tempo e nessa área, se esse projeto não viesse a ter lugar.
- Todas as atividades humanas geram impactos ambientais em maior ou menor escala, nomeadamente as atividades relacionadas com a energia, as indústrias, a agricultura e os transportes.
- Neste capítulo, são apresentados diversos indicadores que permitem perceber a evolução, ao longo dos últimos anos, do ritmo de crescimento da população residente, dos respetivos níveis de consumo e do comportamento de algumas das principais atividades com impacto ambiental: a agricultura, a produção industrial, a produção e consumo de energia e o consumo de água.
- Esta abordagem permite avaliar o sentido da evolução da pressão exercida pelas atividades humanas sobre o ambiente e contribui para a definição de estratégias de prevenção relativamente aos impactos negativos que geram.

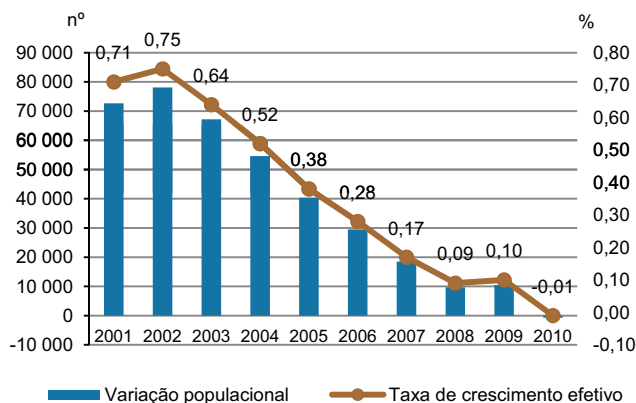


1.1 - POPULAÇÃO E ATIVIDADES ECONÓMICAS

O abrandamento do crescimento da população residente associado à tendência geral de redução do consumo privado das famílias sugere que se possam ter atenuado, no período de tempo em análise, determinados efeitos ambientais nocivos como por exemplo as emissões de gases de efeito de estufa e a produção de resíduos.

1.1.1 - População

Figura 1.1 - Variação populacional e taxa de crescimento efetivo

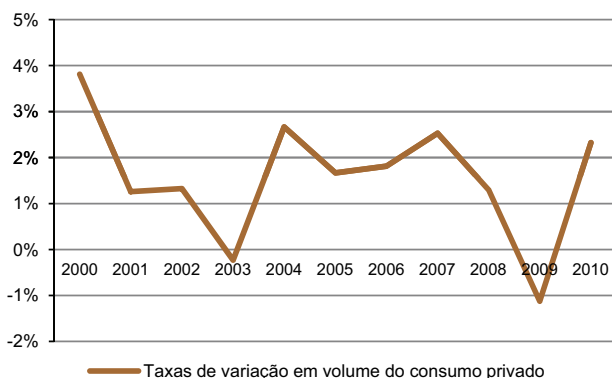


Fonte: INE

O ritmo de crescimento anual da população residente sofreu uma desaceleração acentuada entre 2005 e 2008. Em 2010, a população residente estimada era de 10 637 milhares de indivíduos, o que representa uma variação populacional negativa de cerca de 700 indivíduos, face a 2009.

1.1.2 – Consumo privado

Figura 1.2 - Consumo privado (despesa de consumo final) - Dados encadeados em volume (ano de referência=2006)



Fonte: INE

O indicador do consumo privado cresceu de 2006 a 2007, tendo a partir de então desacelerado até 2009. De 2009 a 2010 esta tendência decrescente foi interrompida verificando-se um aumento do consumo privado das famílias, sendo a taxa de variação em volume de 2,3%. A evolução positiva do indicador do consumo privado, entre 2009 e 2010 deveu-se, em parte, ao contributo da aquisição de bens duradouros, sobretudo de veículos automóveis por antecipação à implementação anunciada de um conjunto de medidas penalizadoras como o aumento da taxa normal do IVA e a redução substancial do incentivo fiscal ao abate de veículos em fim de vida.

1.1.3. Atividade agrícola

Figura 1.3 - Explorações agrícolas e SAU (1999/2009)

	Explorações		SAU		Variação 1999-2009	
	1999	2009	1999	2009	Nº Expl. (%)	SAU (%)
	N.º		ha			
Portugal	415 969	305 266	3 863 094	3 668 145	- 27	- 5

Fonte: INE

Segundo o último Recenseamento Agrícola de 2009 (RA09) as explorações agrícolas ocupavam cerca de 4,7 milhões de hectares, o que equivale a mais de metade da superfície territorial do país. Por sua vez, a superfície agrícola utilizada (SAU) contabilizava, segundo a mesma fonte, cerca de 3,7 milhões de hectares, isto é, cerca de 40% da superfície do território nacional.



No entanto, nestes últimos dez anos, o número de explorações agrícolas reduziu-se em 111 mil, o equivalente em média ao desaparecimento de uma exploração em cada quatro. Consequentemente a SAU decresceu 195 mil hectares, cerca de 5% relativamente a 1999, reflexo do abandono da atividade agrícola que se tem verificado nas últimas décadas. Em termos ambientais, o impacto é negativo, já que põe em risco a manutenção de habitats seminaturais, a biodiversidade e a paisagem que estão associados à atividade agrícola.

**Figura 1.4 - Explorações agrícolas
(Variação 1999/2009)**

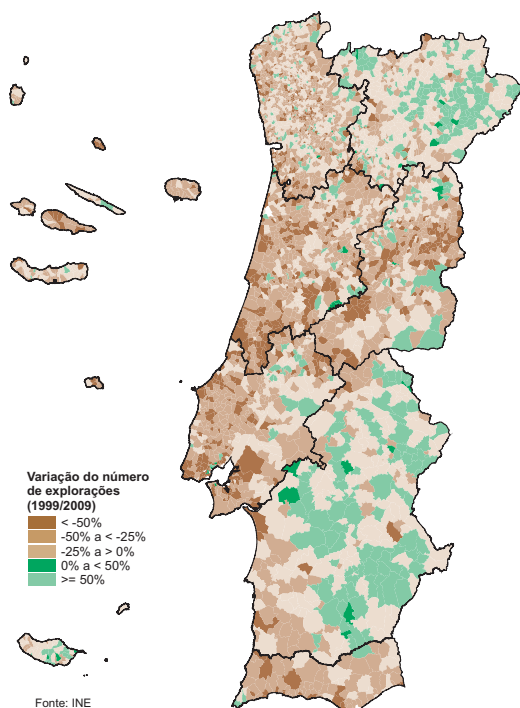
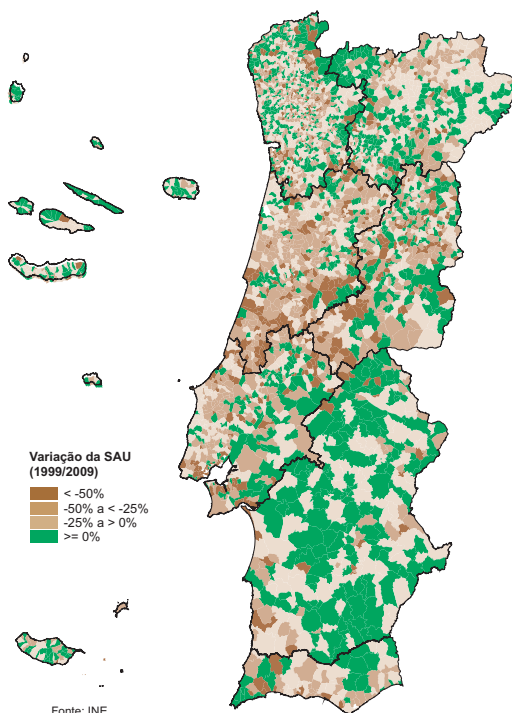


**Figura 1.5 - SAU
(Variação 1999/2009)**



Realça-se que estes decréscimos do número de explorações e da SAU refletem alterações estruturais que ocorreram na agricultura, nomeadamente o desaparecimento de um elevado número de pequenas explorações, menos 41% de explorações com menos de 1 hectare de SAU em 2009 face a 1999, e o aumento em 6% das explorações com mais de 100 hectares no mesmo período.

Ao analisar a orientação técnico-económica das explorações agrícolas nacionais, verifica-se que a especialização da atividade agrícola aumentou significativamente nestes últimos dez anos, traduzida num aumento de SAU afeta às explorações especializadas em cerca de 40%.

Em termos ambientais, esta tendência para a especialização da atividade agrícola é conceptualmente negativa, já que conduz a alterações do uso do solo com impacto na diversidade das culturas e das espécies animais, assim como da biodiversidade dos habitats agrícolas. Além disso, por estar normalmente associada à intensificação da atividade agrícola, tem consequências ao nível da utilização dos recursos naturais. No entanto, a alteração ocorrida na agricultura portuguesa atenuou em parte os efeitos negativos para o ambiente, uma vez que os sistemas de produção especializados que se criaram nestes últimos 10 anos são predominantemente sistemas extensivos de produção animal, normalmente associados à conservação do ambiente e à preservação do espaço natural.

Figura 1.6 - Repartição da SAU por explorações especializadas e não especializadas (1999/2009)

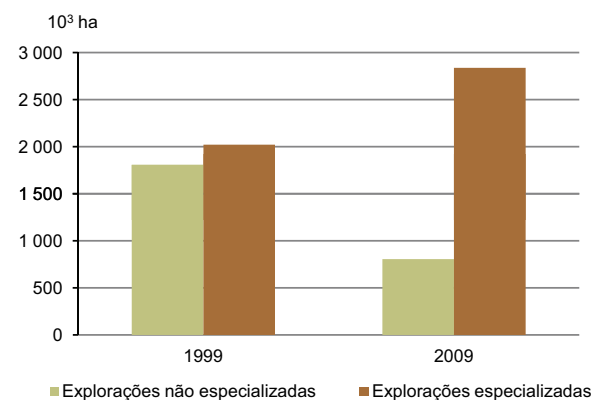
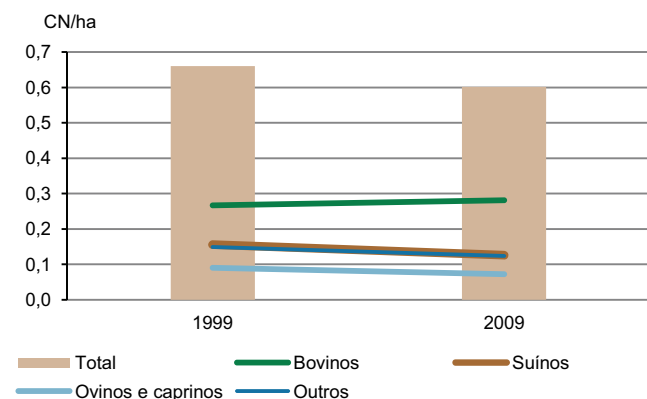


Figura 1.7 - Índice de densidade pecuária (1999/2009)

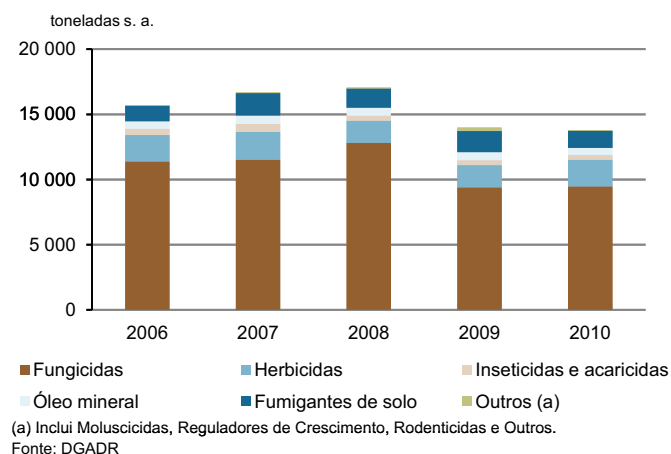


Fonte: INE

O índice de densidade pecuária é um indicador da pressão que a produção animal exerce sobre o ambiente. O efetivo animal, pela produção de estrume e chorume, pode promover riscos consideráveis para o ambiente, quer ao nível da poluição dos solos e dos recursos hídricos, por lixiviação de nutrientes, quer ao nível do ar, pelas emissões de amoníaco e de gases com efeito de estufa. Assim, quanto mais elevado for o índice, maior será a quantidade de estrume e chorume produzidos por hectare de SAU e maiores serão os riscos para o ambiente.

Relativamente à evolução do índice de densidade pecuária, verificou-se um decréscimo entre 1999 (0,66 CN/ha SAU) e 2009 (0,60 CN/ha SAU). Em termos das categorias animais, o índice de densidade pecuária dos bovinos contrariou o índice global, aumentando 0,01 CN/ha SAU, enquanto que para as restantes categorias a tendência foi de decréscimo.

Figura 1.8 - Vendas de produtos fitofarmacêuticos, por tipo de função



As vendas de produtos fitofarmacêuticos são uma forma indireta de avaliar o uso destes produtos na agricultura, uso esse que pode variar consideravelmente de ano para ano de acordo com as condições climáticas e com os problemas fitossanitários que surjam ao longo do ano agrícola.

O uso destes produtos pode acarretar riscos para a saúde humana e para o ambiente, pelo que a sua utilização deve ser sustentável, ou seja, apenas na medida suficiente para garantir a fitossanidade e dessa forma garantir produções e rendimentos para os agricultores, assim como garantir o abastecimento das populações. Relativamente aos riscos para o ambiente, o arrastamento destes produtos pelo vento, a lixiviação ou o escoamento são fontes de disseminação não controlada de produtos fitofarmacêuticos no ambiente, causando poluição do solo e das águas. A utilização de produtos fitofarmacêuticos pode ter igualmente implicações ao nível perda de biodiversidade.

A comercialização de produtos fitofarmacêuticos em Portugal rondou as 14 mil toneladas em 2010. Depois de um período de crescimento do volume de vendas, 9% entre 2006 e 2008, registou-se em 2009 um decréscimo significativo de 18% e em 2010 um ligeiro decréscimo.

Em termos da estrutura de vendas, o grupo dos fungicidas é o mais importante, representando em 2010 mais de 2/3 do volume total de vendas, seguido dos herbicidas (15%) e dos fumigantes do solo (10%). De referir que o enxofre, substância ativa de toxicidade reduzida, foi responsável, neste ano, por 71% do volume de vendas dos fungicidas.



Os fertilizantes inorgânicos, em cuja composição entram os 3 macronutrientes azoto, fósforo e potássio, essenciais ao crescimento das plantas, são utilizados na agricultura com o objetivo de aumentar e otimizar as produções e as produtividades. Contudo, em termos ambientais, a sua aplicação excessiva produz efeitos negativos, nomeadamente ao nível da poluição da água e dos solos.

O risco de poluição por fertilizantes minerais encontra-se associado à intensidade da sua utilização, a qual por sua vez depende de diversos fatores nomeadamente do tipo de culturas presentes, de fatores edafo-climáticos e das práticas de gestão agrícola.

O consumo aparente de fertilizantes inorgânicos na agricultura totalizou em 2009 cerca de 176 mil toneladas, sendo os fertilizantes azotados responsáveis por 60% desse volume (105 mil toneladas), seguidos dos fosfatados com 24% (42 mil toneladas) e dos potássicos com 16% (29 mil toneladas).

Nestes últimos anos, verificou-se uma tendência de decréscimo no consumo aparente, para o que terá contribuído um aumento na eficiência de utilização dos fertilizantes

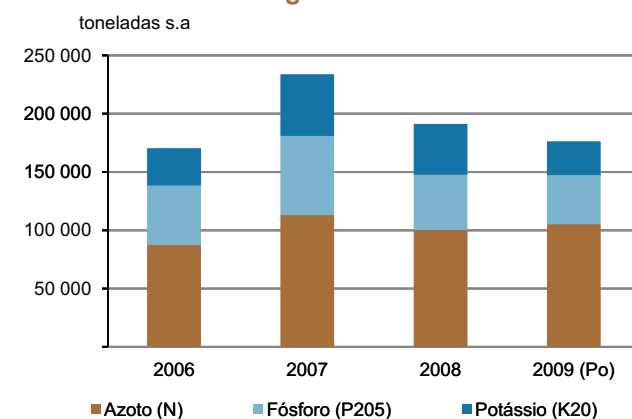
Um fornecimento adequado de nutrientes aos solos é fundamental para o desenvolvimento das culturas agrícolas. No entanto, a manutenção do equilíbrio entre a incorporação de nutrientes no solo e a sua remoção pelas culturas é também de extrema importância para a utilização racional de recursos (fertilizantes inorgânicos e orgânicos) e para impedir a poluição relacionada com a deposição excessiva de azoto e fósforo no solo. Por outro lado, a deficiência de nutrientes nos solos põe em causa a sua fertilidade e a produtividade das culturas neles instalados.

O cálculo dos Balanços de Nutrientes permite, assim, identificar situações de excesso ou défice de nutrientes no solo e antever situações que podem colocar em risco quer o ambiente quer a produção agrícola. Sempre que o Balanço de nutrientes aumenta, incorpora-se uma maior carga de nutrientes no solo, aumentando o risco de consequências negativas para o ambiente.

O Balanço do Azoto resultou em 2009 num excesso de 52 mil toneladas expresso em nutriente azoto, o que equivale a 14 kg de N por hectare de SAU.

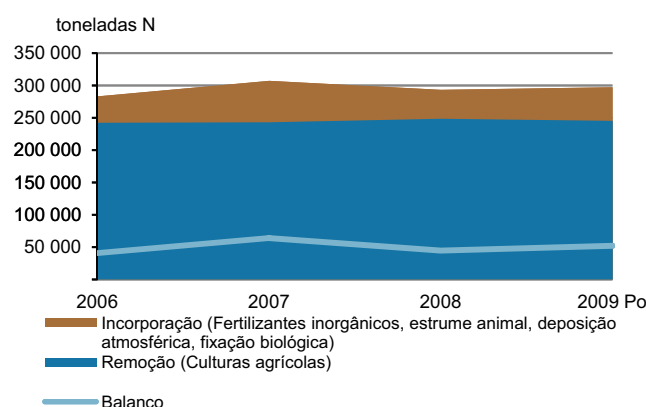
Em 2006, tinha-se atingido o mínimo absoluto do balanço do azoto, em resultado do período de seca extrema (2005 e 2006) e do início da aplicação do Regime de Pagamento Único, com a ajuda desligada da produção, tal como sucedeu com o consumo aparente de fertilizantes. Já em 2007, promovido pelo aumento do consumo de fertilizantes, o balanço do azoto aumentou mas, com o início da crise económica em 2008, decresceu, revelando uma variação negativa da ordem dos 19% entre 2007 e 2009, tendência que reflete um menor risco potencial em termos das perdas deste nutriente. Esta evolução resulta da menor incorporação de azoto no solo (-3%) e simultaneamente duma maior remoção de nutriente pelas culturas (+1%).

Figura 1.9 - Consumo aparente de fertilizantes inorgânicos azotados, fosfatados e potássicos na agricultura



Fonte: INE

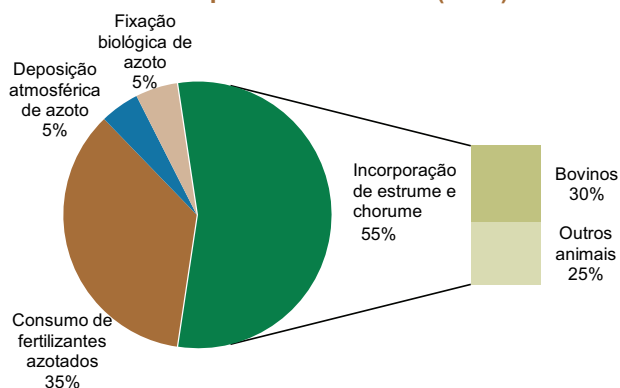
Figura 1.10 - Balanço do azoto à superfície do solo



Fonte: INE

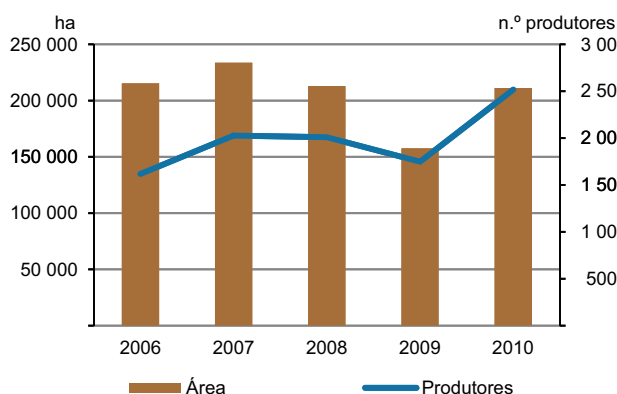


Figura 1.11 - Repartição da incorporação de azoto no solo por fonte de azoto (2009)



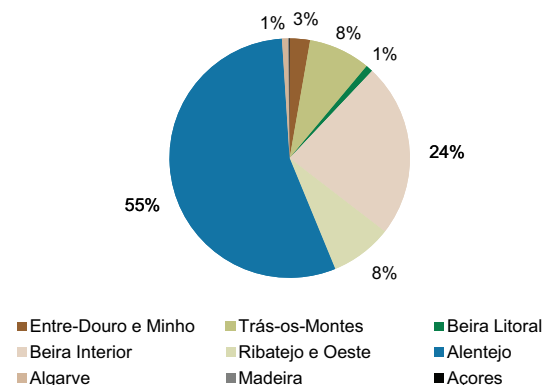
Fonte: INE

Figura 1.12 - Área certificada e produtores em modo de produção biológico



Nota: por indisponibilidade de informação, a área certificada em MPB, e respetivo número de produtores, em 2006, 2007 e 2010, não inclui a Região Autónoma dos Açores.
Fonte: GPP, DRACA e DRADR

Figura 1.13 - Repartição da área em modo de produção biológico (2009)



Fonte: GPP, DRACA e DRADR

A incorporação de estrume no solo representa o maior componente de incorporação de azoto no solo, 55% em 2009, seguindo-se a aplicação de fertilizantes azotados com 35%. Os bovinos são a espécie animal que mais contribui para a incorporação de azoto pelo estrume (30%). A fixação biológica e a deposição atmosférica de azoto têm uma menor contribuição para a incorporação deste nutriente no solo, 5% cada uma em 2009.

O modo de produção biológico (MPB) pode ser definido como um modo de produção agrícola, sustentável, baseado na atividade biológica do solo, alimentada pela incorporação de matéria orgânica, que constitui a base da fertilização, evitando o recurso a produtos químicos de síntese e adubos facilmente solúveis, respeitando o bem-estar animal e os encabeçamentos adequados, privilegiando estratégias preventivas na sanidade vegetal e animal. Procura-se, desta forma, a obtenção de alimentos de qualidade, a sustentabilidade do ambiente, a valorização dos recursos locais e a dignificação da atividade agrícola.

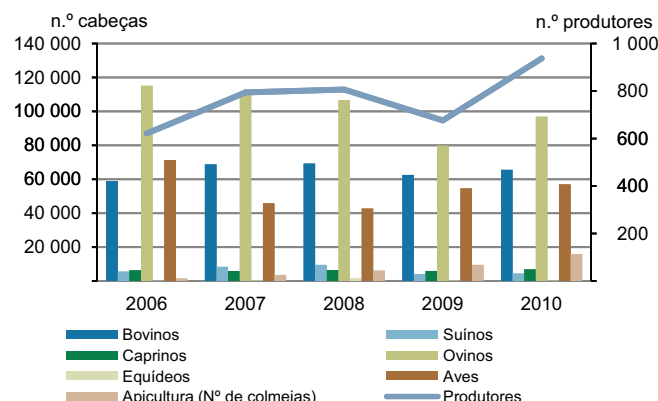
Em 2010, a área em MPB nacional atingiu cerca de 211 mil hectares, para um total de 2516 produtores. No entanto, o crescimento exponencial da área certificada em MPB a que se assistiu em Portugal desde a sua implementação foi interrompido no período entre 2007 e 2009. De facto, em 2008 e mais marcadamente em 2009, a área em MPB decresceu 33%, menos 76 mil hectares do que em 2007, tendência, essa, que também se aplicou ao número de produtores com uma redução de 14% no mesmo período.

Em termos regionais, o Alentejo lidera as áreas afetadas a este modo de produção, com 55% da área do país em MPB em 2009, seguido da Beira Interior (24%), Ribatejo e Oeste (8%) e de Trás-os-Montes (8%). O Algarve é a região do Continente com menor área em MPB, 1% do total. Relativamente às Regiões autónomas, o MPB tem pouca expressão, apresentando áreas muito pequenas face ao Continente. No caso da Madeira, a área em MPB em 2010 foi de 248 hectares e nos Açores foi de 166 hectares.



Figura 1.14 - Produção animal e produtores em modo de produção biológico

Relativamente à produção animal em MBP, existiam 937 produtores em 2010. A evolução do número de cabeças por categoria animal e o número de produtores seguiu o padrão da área certificada em MPB, no período em análise, tendo a produção animal decrescido na maioria das categorias em 2009. Em 2010, face à alteração de metodologia de recolha de informação, não se garante a comparabilidade da série, apesar de em todas as categorias, à exceção dos equídeos, se ter verificado um aumento dos efetivos e do número de produtores.

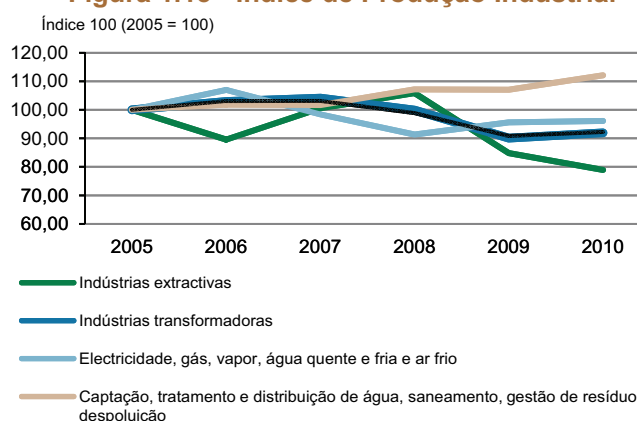


Nota: por indisponibilidade de informação, o número de animais em MPB, e respetivo número de produtores, em 2006, 2007 e 2010, não inclui a Região Autónoma dos Açores e em 2010 não inclui a Região Autónoma da Madeira.
Fonte: GPP, DRACA e DRADR

1.1.4 - Índice de produção industrial

A produção industrial apresentou um ligeiro crescimento médio anual de 3% entre 2005 e 2007, seguido de uma tendência acentuada de decréscimo de 12% até 2009. Só em 2010 se verifica uma ligeira recuperação de 2%, face ao ano anterior. Este comportamento foi essencialmente condicionado pela variação da indústria transformadora, setor com maior impacto para este índice.

Figura 1.15 - Índice de Produção Industrial



Fonte: INE

1.2 - ENERGIA

O setor energético apesar de ser essencial para o equilíbrio das economias mundiais, tem um forte impacto ambiental, quer por estar ligado ao consumo de combustíveis fósseis com uma disponibilidade finita, como o petróleo, mas essencialmente porque gera, através do consumo destes combustíveis, emissões consideráveis de gases com efeito de estufa, em particular de dióxido de carbono (CO_2), que estão diretamente relacionadas com as alterações climáticas.

Neste contexto, Portugal aprovou a Estratégia Nacional para a Energia (ENE 2020 - Resolução do Conselho de Ministros n.º 29/2010, de 15 de abril), cujo objetivo é dinamizar o setor energético de forma a reconverter e modernizar a economia portuguesa num cenário internacional pouco favorável e em constante alteração. A ENE 2020, entre várias medidas, pretende promover as energias renováveis através do desenvolvimento desta fileira industrial, indutora de crescimento económico e emprego, cumprindo consequentemente as metas nacionais de produção de energia renovável (60% da eletricidade produzida e 31% do consumo de energia final com origem em fontes renováveis) e reduzindo a nossa dependência externa de combustíveis fósseis por diversificação das fontes de energia (redução para 74% até 2020), garantindo o abastecimento energético. Além das energias renováveis, tem também como objetivo promover a eficiência energética, consolidando o objetivo de redução de 20% do consumo de energia final em 2020.

A ENE 2020, conjuntamente com o Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis (PNAER), visa ainda a sustentabilidade ambiental do setor energético, esperando-se que as metas e medidas definidas nestes instrumentos permitam a redução de emissões pelo setor energético, quer pelo aumento da eficiência energética, quer pelo aumento da produção de energias renováveis, nomeadamente a produção de eletricidade a partir de fontes renováveis.

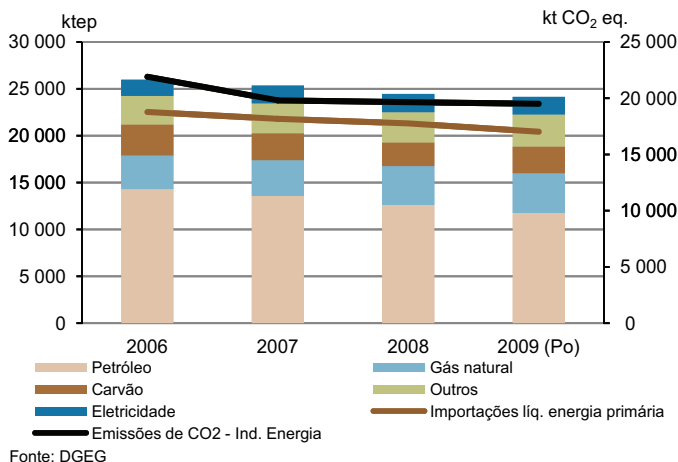
Convém referir que a ENE 2020 e o PNAER estão a ser revistos, pelo que as metas apresentadas poderão ser alteradas. Para efeitos de enquadramento e de análise, utilizaram-se os valores ainda em vigor.



1.2.1 - Consumo de Energia

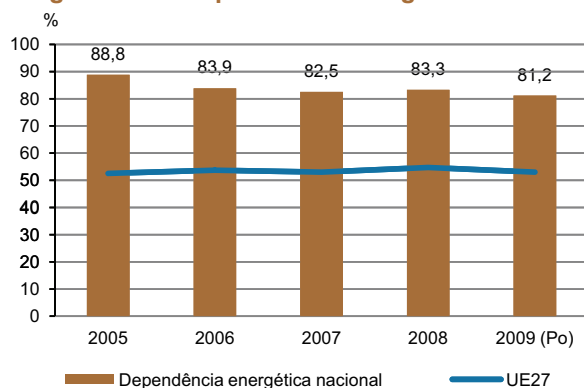
O consumo de energia primária em Portugal totalizou em 2009 cerca de 24 mil ktep, revelando uma redução de 7%, no período de 2006 a 2009. Esta tendência é acompanhada pelo decréscimo de 11% nas emissões de CO₂ pela indústria de produção e transformação de energia e pelo decréscimo das importações em 9%.

Figura 1.16 - Consumo de energia primária por fonte energética



Em termos da estrutura de consumo, o petróleo é a principal fonte de energia primária, 49% em 2009, seguido do gás natural (18%) e do carvão (12%). No entanto, realça-se o decréscimo de 18% no consumo de petróleo no período em análise e o aumento do consumo de gás natural em 18%. Esta situação vem reforçar a tendência nos últimos anos de diversificação da estrutura de oferta de energia com vista à diminuição da dependência externa do petróleo. Quanto ao consumo de carvão, há cada vez mais tendência para que este perca importância em termos de consumo de energia primária para a produção de eletricidade, pelas emissões de CO₂ que a sua utilização acarreta, o que justifica o decréscimo de 14% no seu consumo entre 2006 e 2009.

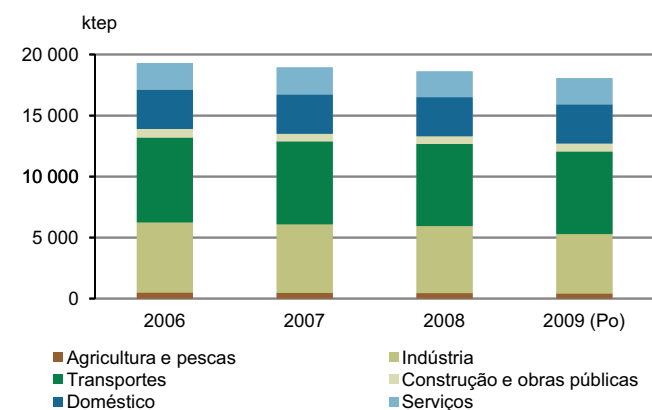
Figura 1.17 - Dependência energética nacional



Apesar das importações de energia primária decrescerem cerca de 9%, no período em análise, Portugal continua com uma dependência energética externa muito elevada, cerca de 81,2% em 2009, muito acima da média da UE27 que, para o mesmo ano, se situava nos 54%.

Tendo em conta o objetivo definido por Portugal no PNAER, de reduzir a dependência energética externa para 74% em 2020, a aposta nacional aponta para a promoção das energias renováveis, diversificando as fontes de abastecimento de energia, diminuindo o consumo de combustíveis fósseis, o que por sua vez promove a redução das emissões de gases com efeito de estufa na produção e transformação de energia.

Figura 1.18 - Consumo de energia final por setor de atividade



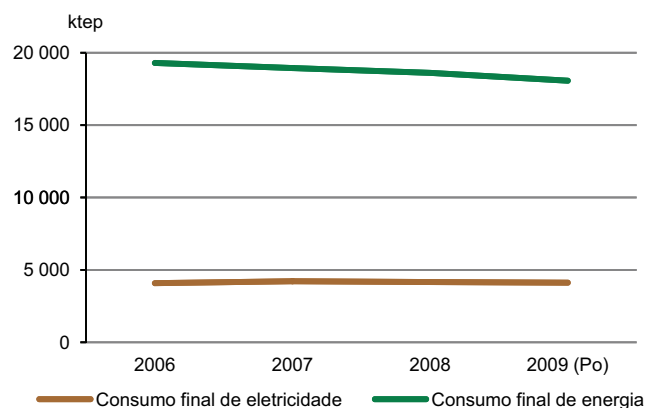
O consumo de energia final situou-se nos 18 mil ktep em 2009, revelando um decréscimo de 6%, entre 2006 e 2009, e um consumo *per capita* de 1,7 tep/habitante.

Os setores com maior consumo de energia final foram os dos transportes, 37% em 2009, da indústria com 27% e o doméstico com 18%. Todos os setores, à exceção do setor doméstico e dos serviços que apresentaram um consumo de energia final estável, entre 2006 e 2009, diminuíram o consumo de energia final, sendo a indústria o setor que mais contribuiu para este decréscimo, com uma variação negativa de 15%. Esta situação decorreu da diminuição da atividade industrial nacional promovida pela crise económica mundial, como ilustra a variação negativa de 12% do índice de produção industrial no período em análise.



O consumo final de eletricidade representava em 2009 cerca de 23% do consumo final de energia, equivalente a 4 123 ktep. Após um acréscimo de 3,3% em 2007 face a 2006, o consumo final de eletricidade diminuiu progressivamente, cerca de 2,2% até 2009. Esta situação está relacionada essencialmente com a crise económica que se fez sentir em 2008 e 2009, mas evidencia também alguma alteração nos hábitos de consumo de energia dos consumidores.

Figura 1.19 - Consumo final de eletricidade

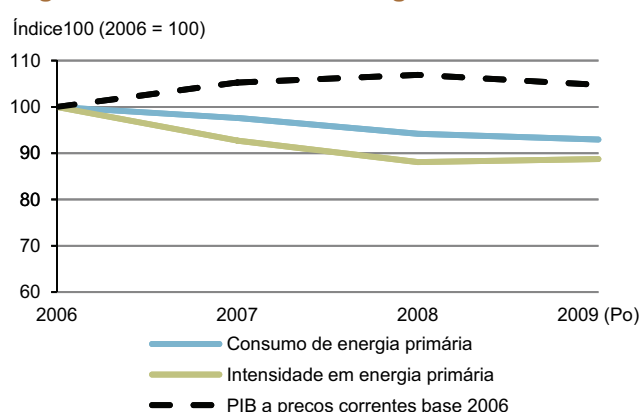


Fonte: DGEG

A intensidade energética mede a quantidade de energia primária necessária para produzir uma unidade de PIB. Dado que Portugal tem uma intensidade energética elevada, a par de uma eficiência baixa, precisa de consumir mais energia primária para produzir riqueza.

Em 2009, a intensidade de energia primária foi de 143 tep/10⁶ euros (preços de 2006), com um aumento face a 2008 de 1%. Esta variação veio contrariar a tendência que se verificava desde 2006, segundo a qual a intensidade energética diminuiu 12%, refletindo o decréscimo do consumo primário dos últimos anos. Por sua vez, o aumento da intensidade energética deu-se pelo decréscimo do PIB nacional, com o agravar da crise económica mundial.

Figura 1.20 - Intensidade energética da economia

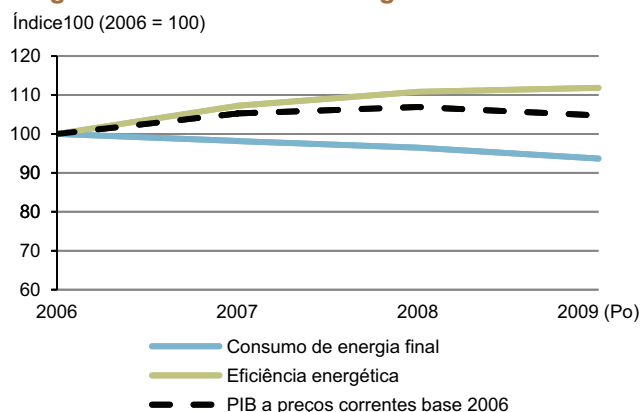


Fonte: DGEG

A eficiência energética da economia é calculada tendo em conta o PIB e o consumo de energia final, traduzindo a riqueza gerada por cada unidade de energia final consumida.

A economia portuguesa tendo uma baixa eficiência energética final e fortemente dependente de importação de energia primária, principalmente de petróleo, está fortemente condicionada pela variação do preço deste combustível fóssil. Com a subida verificada nos preços do petróleo nestes últimos anos, em particular a partir de 2008 com a grave crise económica mundial, e com o decréscimo do PIB nacional em 2009, a eficiência energética, após um período de crescimento de 11% entre 2006 a 2008, teve em 2009 um decréscimo de 1%, invertendo assim a tendência de crescimento dos últimos anos. Esta situação assume particular importância face ao objetivo de Portugal aumentar, até 2020, a eficiência energética pela via do decréscimo de 20% no consumo final de energia.

Figura 1.21 - Eficiência energética da economia

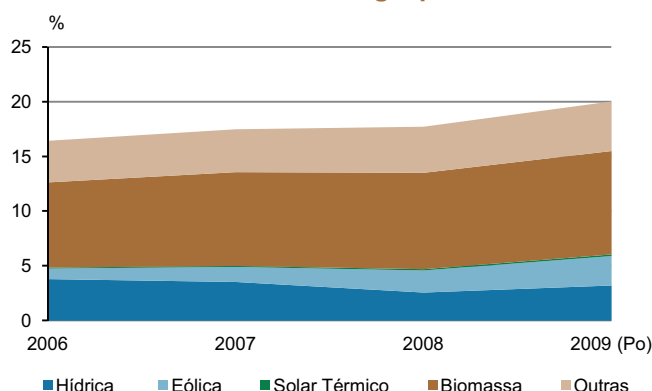


Fonte: DGEG



1.2.2 - Energias Renováveis

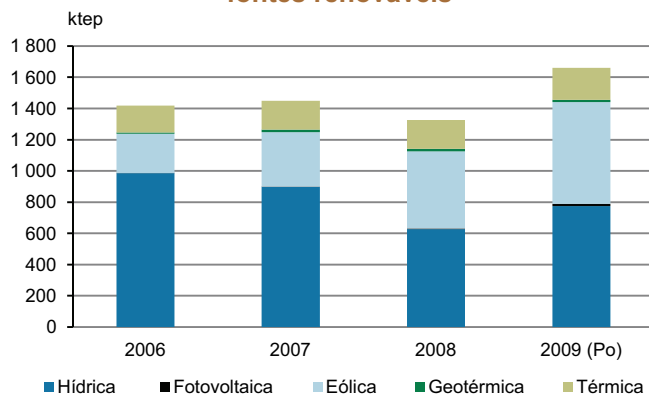
Figura 1.22 - Proporção de fontes renováveis no consumo de energia primária



Fonte: DGEG

A contribuição das fontes de energia renováveis para o consumo primário de energia foi de 20% em 2009 e entre 2006 e 2009 cresceu a um ritmo médio anual de 4,2%. No total de consumo primário de fontes renováveis, a maior contribuição foi da Biomassa (Lenhas e resíduos florestais, biogás e biodiesel) com 47% do total.

Figura 1.23 - Produção de eletricidade a partir de fontes renováveis

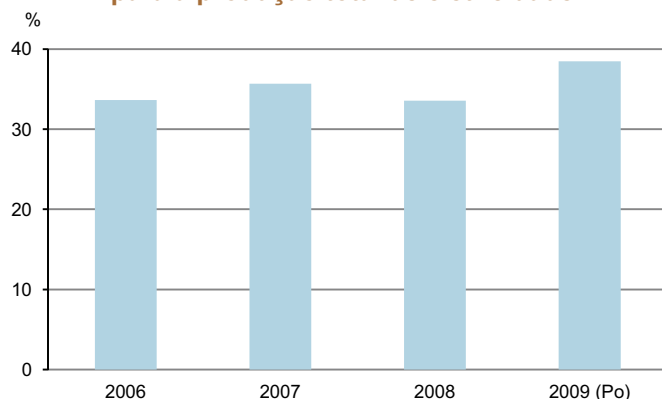


Fonte: DGEG

A energia elétrica produzida a partir de fontes renováveis, cerca de 1 661 ktep em 2009, representou 38% do total de eletricidade produzida em Portugal e contribuiu com 40%¹ para o consumo final de eletricidade, valor este muito próximo da meta estabelecida no PNAC (Plano Nacional para as Alterações Climáticas) de 45% para 2010. Só em 2009, face a 2008, a produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis aumentou 25%, para o que terá contribuído fortemente o comportamento da componente hídrica, com um aumento de produção de energia elétrica de 23%, e da componente eólica com um aumento de 32%.

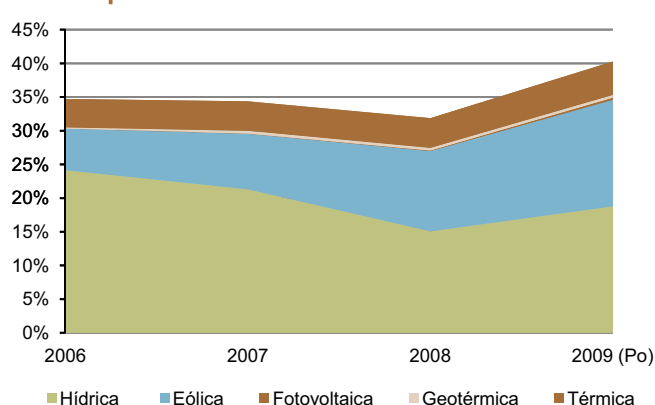
Em termos do peso relativo de cada fonte no total da produção de eletricidade a partir das fontes renováveis, em 2009 a hídrica representa 47%, a eólica 39% e a térmica 12% (inclui a queima de biomassa e resíduos sólidos urbanos), sendo as restantes pouco significativas.

Figura 1.24 - Contribuição das fontes renováveis para a produção total de eletricidade



Fonte: DGEG

Figura 1.25 - Contribuição das energias renováveis para o consumo final de eletricidade



Fonte: DGEG

¹ Contribuição das FER para o consumo bruto real sem correção da hídrica, segundo a Diretiva 2001/77/CE.



Em 2009, a potência total instalada de energias renováveis era de 9 207 MW, a qual apresentou desde 2006 um crescimento de 30%, promovido essencialmente pelo aumento de 1 909 MW de potência instalada de energia eólica, que representava 39% da potência instalada total. Contudo, em termos relativos a hídrica assume maior importância com 53% de potência instalada, em 2009.

As previsões do Governo para a capacidade instalada de energias renováveis são bastante ambiciosas, pretendendo ter uma potência instalada de 19 200 MW, até 2020. Tendo em conta potência instalada de energias renováveis em 2009, verifica-se que para Portugal atingir esse objetivo terá que realizar um grande investimento, duplicando o valor instalado até 2009. É importante ainda salientar que, apesar de se ter registado um aumento bastante significativo da potência instalada de hídrica e de eólica nos últimos anos, a potência instalada para estas duas energias renováveis está muito longe das previsões do Governo, o qual prevê ter instalado 9 548 MW de hídrica e 6 875 MW de eólica, até 2020.

Relativamente à biomassa, que inclui biogás, lenhas e resíduos florestais e biodiesel, a potência instalada em 2009 era de 578 MW, cerca de 6% do total da potência instalada de renováveis. A previsão do Governo para 2020 aponta para 952 MW. Este desenvolvimento terá também impacto na gestão das florestas, contribuindo para a maior recolha de lenhas e resíduos florestais nas florestas, reduzindo dessa forma os riscos associados como os incêndios e garantindo a sua sustentabilidade.

1.3 - SISTEMAS URBANOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

1.3.1 - Água captada e distribuída

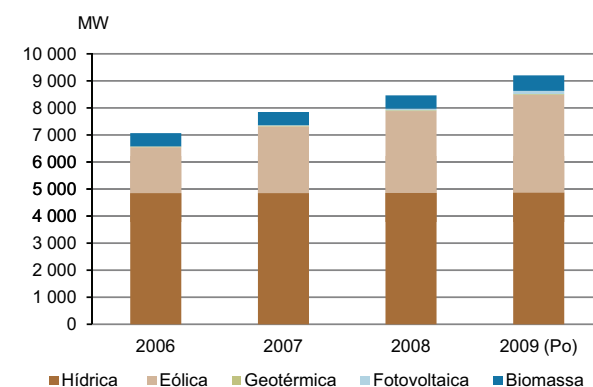
Os dados apresentados na presente publicação resultam da recolha de informação efetuada através do INSAAR (Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Drenagem e Tratamento de Águas Residuais). Chama-se a atenção para o facto de se manter a impossibilidade de disponibilizar dados das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

O volume de água captada no território de Portugal continental para garantia das necessidades das famílias e atividades servidas pelas redes de sistemas urbanos de abastecimento de água atingiu os 837 milhões de m³, dos quais, 577 milhões de m³ foram obtidos (68,9%) por captações realizadas em massas de água superficiais (lagos, lagoas, rios, etc.).

Do total de água captada foram submetidos a tratamento para consumo humano, cerca de 756 milhões de m³, dos quais se verificou a utilização de 645 milhões de m³.

Embora se verifique a ausência de dados sobre volumes de água distribuída para alguns municípios, na figura 1.28 quantifica-se o intervalo de consumo de água *per capita* nos municípios do território continental.

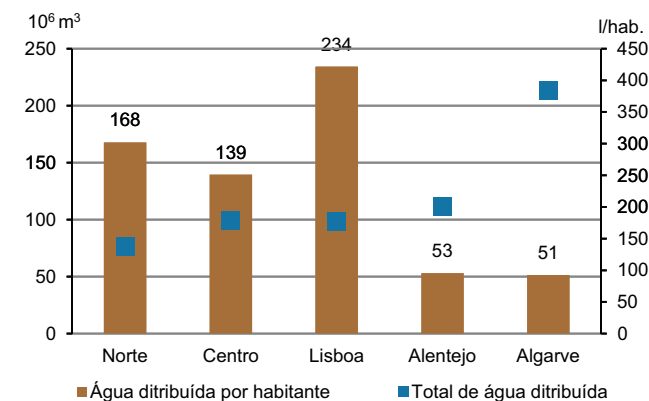
Figura 1.26 - Capacidade instalada de energias renováveis



Fonte: DGEG

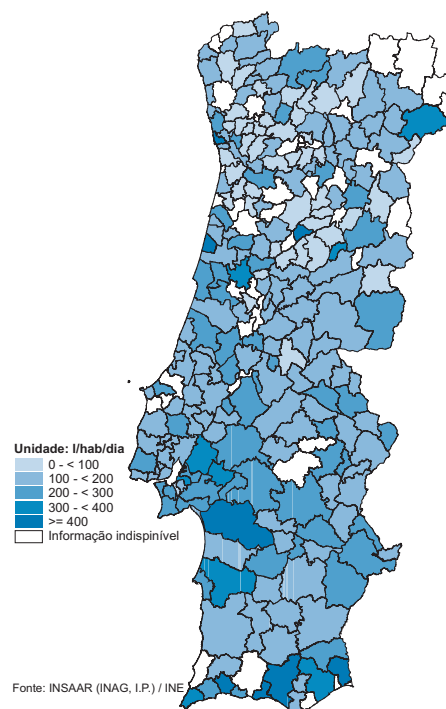


Figura 1.27 - Água distribuída por regiões e captação média diária (litros por habitante)



Fonte: INSAAR (INAG, I.P.)

Figura 1.28 - Água consumida por habitante (2009)

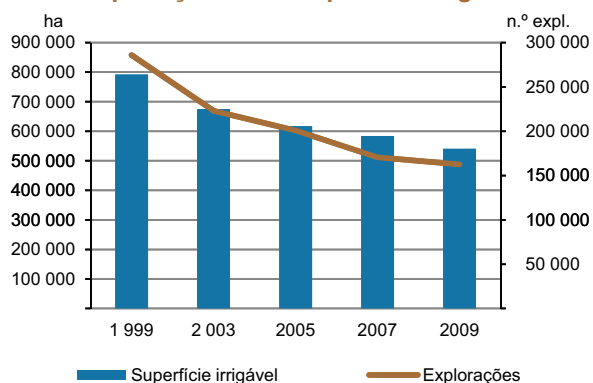


Fonte: INSAAR (INAG, I.P.) / INE

Observando a distribuição por regiões de volumes de água distribuída, verifica-se que em termos absolutos surge a região de Lisboa com o valor mais elevado, 234 milhões de m³, a que corresponde um valor médio diário de 177 litros de água utilizada por habitante.

1.3.2 - Superfície irrigável

Figura 1.29 - Superfície irrigável e nº de explorações com superfície irrigável



Fonte: INE

A superfície irrigável de uma exploração agrícola corresponde à superfície máxima que poderia, se necessário, ser irrigada por meio de instalações técnicas próprias da exploração. Permite, assim, contabilizar a nível nacional, a superfície agrícola que tem potencial de ser regada.

Em 2009, a superfície irrigável nacional atingiu os 541 mil hectares, o que equivale a um decréscimo, face aos últimos dez anos, de 32%. Relativamente ao número de explorações, em 2009 perfaziam as 163 mil com instalações técnicas de rega, traduzindo um decréscimo, face a 1999, de 43%. Esta evolução prende-se com o decréscimo da atividade agrícola em Portugal, confirmada pela quebra de 5% da SAU e pelo desaparecimento de 111 mil explorações, no período 1999-2009.



1.4 - QUADROS DE RESULTADOS

Quadro 1.1 - População residente e taxa de crescimento efetivo, por NUTS II

Ano		NUTS								
		Portugal	Continente	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
População residente (nº)	2000	10 256 658	9 779 845	3 643 795	2 325 161	2 661 748	765 742	383 399	237 028	239 785
	2001	10 329 340	9 851 424	3 667 529	2 339 561	2 686 872	766 529	390 933	237 575	240 341
	2002	10 407 465	9 927 441	3 691 922	1 779 238	2 714 614	767 983	398 370	238 767	241 257
	2003	10 474 685	9 991 654	3 711 797	2 366 691	2 740 237	767 549	405 380	240 024	243 007
	2004	10 529 255	10 043 763	3 727 310	2 376 609	2 760 697	767 679	411 468	241 206	244 286
	2005	10 569 592	10 082 154	3 737 791	2 382 448	2 779 097	765 971	416 847	242 241	245 197
	2006	10 599 095	10 110 271	3 744 341	1 793 728	3 635 110	515 564	421 528	243 018	245 806
	2007	10 617 575	10 126 880	3 745 236	1 791 144	3 652 435	511 679	426 386	244 006	246 689
	2008	10 627 250	10 135 309	3 745 439	1 786 692	3 665 613	507 481	430 084	244 780	247 161
	2009	10 637 713	10 144 940	3 745 575	1 782 646	3 679 189	503 507	434 023	245 374	247 399
	2010	10 636 979	10143600	3741092	1776349	3689478	499038	437643	245811	247568
Taxa de crescimento efetivo (%)	2000	0,60	0,64	0,62	0,55	0,70	0,14	1,99	-0,08	-0,28
	2001	0,71	0,73	0,65	0,62	0,94	0,10	1,95	0,23	0,23
	2002	0,75	0,77	0,66	0,64	1,03	0,19	1,88	0,50	0,38
	2003	0,64	0,64	0,54	0,51	0,94	-0,06	1,74	0,53	0,72
	2004	0,52	0,52	0,42	0,42	0,74	0,02	1,49	0,49	0,52
	2005	0,38	0,38	0,29	0,26	0,63	-0,20	1,28	0,46	0,37
	2006	0,28	0,28	0,18	0,14	0,54	-0,22	1,12	0,32	0,25
	2007	0,17	0,16	0,02	0	0,51	-0,44	1,15	0,41	0,36
	2008	0,09	0,08	0,01	-0,11	0,39	-0,51	0,86	0,32	0,19
	2009	0,10	0,09	0	-0,09	0,40	-0,48	0,91	0,24	0,10
	2010	-0,01	-0,01	-0,12	-0,22	0,32	-0,58	0,83	0,18	0,07

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Quadro 1.2 - Consumo privado (despesa de consumo final) - Dados encadeados em volume (ano de referência=2006)

Ano	Consumo privado (10 ⁶ euros)	Taxas de variação em volume (%)
2000	96 289,3	3,8
2001	97 501,7	1,3
2002	98 793,4	1,3
2003	98 566,4	-0,2
2004	101 195,1	2,7
2005	102 882,5	1,7
2006	104 746,5	1,8
2007	107 395,2	2,5
2008	108 790,0	0,3
2009 Po	107 569,1	-1,1
2010 Po	110 070,9	2,3

Nota: - 1995 a 2008: dados definitivos / 2009 e 2010: dados preliminares

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Quadro 1.3 - SAU e Número de explorações, por região

NUTS	SAU				Explorações				Variação 2009/1999	
	1999		2009		1999		2009		SAU (%)	Nº Expl.
	ha	%	ha	%	ha	%	N.º	%		
Portugal	3 863 094	100	3 668 145	100	415 969	100	305 266	100	- 5	- 27
Continente	3 736 140	97	3 542 305	97	382 163	92	278 114	91	- 5	- 27
Norte	673 555	17	644 027	18	137 552	33	110 841	36	- 4	- 19
Centro	724 551	19	570 003	16	162 373	39	105 092	34	- 21	- 35
Lisboa	91 853	2	87 588	2	12 208	3	7 602	2	- 5	- 38
Alentejo	2 144 249	56	2 152 389	59	51 059	12	42 196	14	0	- 17
Algarve	101 932	3	88 297	2	18 971	5	12 383	4	- 13	- 35
Região Autónoma dos Açores	121 308	3	120 412	3	19 280	5	13 541	4	- 1	- 30
Região Autónoma da Madeira	5 645	0	5 428	0	14 526	3	13 611	4	- 4	- 6

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I.P.



Quadro 1.4 - Área certificada em modo de produção biológico e número de produtores, por tipo de culturas

Continente		Área					Produtores				
Cultura		2006	2007	2008	2009	2010	2006	2007	2008	2009	2010
		ha					Nº				
Total		215 145	233 475	212 462	157 168	210 981	1 550	1 949	1 902	1 637	2 434
Culturas Arvenses		41 588	38 432	26 604	5 353	11 845	483	529	487	243	452
Floresta		913	3 758	3 372	5 718	9 977	27	78	85	140	110
Fruticultura		1 007	1 242	6 954	1 074	1 728	288	397	713	321	693
Frutos Secos (a)		3 449	5 548	x	6 219	6 425	297	425	x	368	642
Horticultura		883	960	841	707	737	301	348	327	308	374
Olival		19 342	18 409	16 759	14 056	17 209	839	1 041	1 016	828	1 267
Pastagens		145 424	148 569	152 947	108 046	141 508	631	846	890	719	1 021
Plantas Forrageiras (b)		x	11 966	x	10 198	1430	x	174	x	148	173
Plantas Aromáticas		84	75	167	1 625	4 669	51	54	50	70	349
Pousio		1 277	2 495	2 790	2 366	2 667	101	197	205	190	478
Vinha		1 179	2 021	2 028	1 804	12 786	236	404	397	326	288

Fonte: Gabinete de Planeamento e Políticas - Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território

(a) Os valores dos Frutos secos em 2008 estão incluídos na rubrica Fruticultura.

(b) Os valores das Plantas Forrageiras em 2006 e 2008 estão incluídos nas Pastagens.

Quadro 1.5 - Produção animal em modo de produção biológico e número de produtores, por espécies

Continente		Efetivos					Produtores					Unidade: Nº
Espécies		2006	2007	2008	2009	2010	2006	2007	2008	2009	2010	
		x	x	x	x	x	616	786	792	662	937	
Total		x	x	x	x	x	616	786	792	662	937	
Bovinos		58 968	68 768	69 097	62 376	65 524	366	494	476	390	513	
Suínos		5 578	8 369	9 499	4 165	4 381	45	56	53	29	44	
Caprinos		6 301	5 801	6 525	5 894	6 838	66	75	85	69	89	
Ovinos		115 068	111 021	106 682	79 903	96 874	287	341	338	271	368	
Equídeos		155	388	1 540	301	274	30	72	72	40	49	
Aves		70 584	44 557	40 736	53 440	57 002	36	33	28	25	42	
Apicultura (nº de colmeias)		1 499	3 608	6 122	9 494	15 927	19	40	47	62	119	

Fonte: Gabinete de Planeamento e Políticas - Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território

Quadro 1.6 - Índice de densidade pecuária

1999, 2005-2009		Unidade: CN/ha				
NUTS		1999	2005	2007	2009	
Portugal		0,66	0,56	0,58	0,60	
Continente		0,62	0,53	0,55	0,56	
Norte		0,72	0,53	0,53	0,57	
Centro		1,24	1,01	1,15	1,22	
Lisboa		1,52	0,92	0,96	1,06	
Alentejo		0,36	0,36	0,36	0,38	
Algarve		0,40	0,24	0,25	0,22	
Região Autónoma dos Açores		1,72	1,52	1,67	1,71	
Região Autónoma da Madeira		2,83	2,97	2,92	2,44	

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Quadro 1.7 - Vendas de produtos fitofarmacêuticos, por tipo de função

	Unidade	2006	2007	2008	2009	2010 Po
Total	t s.a.	15 703	16 689	17 060	13 985	13 795
Fungicidas	t s.a.	11 382	11 519	12 820	9 399	9 475
Enxofre	t s.a.	9 168	8 970	9 938	6 693	6 719
Herbicidas	t s.a.	2 031	2 120	1 693	1 700	2 042
Inseticidas e acaricidas	t s.a.	493	627	370	383	371
Óleo mineral	t s.a.	565	645	630	619	542
Fumigantes de solo	t s.a.	1 190	1 716	1 475	1 612	1 316
Outros (a)	t s.a.	41	62	72	271	48
Vendas de produtos fitofarmacêuticos / Superfície agrícola utilizada	kg s.a./ha	4,2	4,5	4,6	3,8	3,8
Vendas de produtos fitofarmacêuticos (excluindo enxofre) / Superfície agrícola utilizada	kg s.a./ha	1,7	2,1	1,9	2,0	1,9

Fonte: Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural.

(a) Inclui Moluscicidas, Reguladores de Crescimento, Rodenticidas e Outros.

Quadro 1.8 - Consumo aparente de fertilizantes inorgânicos azotados, fosfatados e potássicos na agricultura

Portugal		Unidade	2006	2007	2008	2009 (Po)
Total	t		170 193	233 558	191 199	176 080
Azoto	t N		87 391	113 005	100 216	105 130
Fósforo	t P ₂ O ₅		51 149	68 049	47 545	42 232
Potássio	t K ₂ O		31 654	52 504	43 438	28 718

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I.P.



Quadro 1.9 - Balanço do azoto à superfície do solo

	Unidade	2006	2007	2008	2009 (Po)
Incorporação (Fertilizantes inorgânicos, estrume animal, deposição atmosférica, fixação biológica)	t N	283 236	307 299	293 390	297 345
Remoção (Culturas agrícolas)	t N	242 462	243 278	248 728	245 304
Balanço (Incorporação - Remoção)	t N	40 774	64 020	44 662	52 041
Balanço (Incorporação - Remoção) / Superfície agrícola utilizada	kg N / ha	11	17	12	14

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Quadro 1.10 - Índices de Produção Industrial - média anual (a)

Ano	Indústrias extrativas	Indústrias transformadoras	Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	Captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e depoluição
2005	100,0	100,0	100,0	100,0
2006	89,6	102,9	107,0	101,8
2007	100,5	104,1	98,4	101,7
2008	105,8	99,9	91,3	107,1
2009	84,8	90,1	95,6	107,0
2010	78,9	91,9	96,1	112,1

(a) ajustados dos efeitos de calendário e da sazonalidade

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Quadro 1.11 - Consumo de energia primária por fonte energética

NUTS	Fonte energética						Unidade: ktep
	Total	Carvão	Petróleo	Eletricidade	Gás natural	Outros	
Portugal							
2006	25 971	3 310	14 305	1 713	3 595	3 048	
2007	25 350	2 883	13 567	1 909	3 821	3 170	
2008	24 462	2 526	12 612	1 953	4 157	3 214	
2009 (Po)	24 139	2 858	11 765	1 867	4 233	3 416	
2010	x	x	x	x	x	x	
Continente							
2007	24 544	2 883	12 804	1 881	3 821	3 155	
2008	23 631	2 526	11 824	1 924	4 157	3 199	
2009 (Po)	23 312	2 858	10 988	1 831	4 233	3 402	
2010 (Po)	22 902	1 657	11 245	2 472	4 507	3 021	
Região Autónoma dos Açores							
2007	394	0	372	21	0	0	
2008	405	0	384	21	0	0	
2009 (Po)	416	0	395	20	0	0	
2010	x	x	x	x	x	x	
Região Autónoma da Madeira							
2007	412	0	391	7	0	14	
2008	427	0	404	9	0	14	
2009 (Po)	411	0	382	16	0	13	
2010	x	x	x	x	x	x	

Fonte: Direção Geral de Energia e Geologia - Balanço energético Continente, 2006-2010; Balanço energético RAA e RAM 2007-2009

Quadro 1.12 - Consumo de energia final por setor de atividade

NUTS	Setor de atividade							Unidade: ktep
	Total	Agricultura e pescas	Indústria	Transportes	Construção e obras públicas	Doméstico	Serviços	
Portugal								
2006	19 292	494	5 747	6 964	706	3 215	2 166	
2007	18 937	474	5 617	6 791	632	3 213	2 210	
2008	18 611	452	5 488	6 737	632	3 191	2 112	
2009 (Po)	18 070	424	4 858	6 771	657	3 201	2 160	
2010	x	x	x	x	x	x	x	
Continente								
2007	18 332	444	5 573	6 508	609	3 131	2 068	
2008	17 990	416	5 450	6 417	597	3 107	2 003	
2009 (Po)	17 447	387	4 816	6 466	610	3 116	2 051	
2010 (Po)	17 729	463	5 247	6 501	564	2 936	2 018	
Região Autónoma dos Açores								
2007	318	21	34	129	18	40	77	
2008	322	26	31	150	23	42	50	
2009 (Po)	329	29	32	144	29	43	52	
2010	x	x	x	x	x	x	x	
Região Autónoma da Madeira								
2007	287	10	10	153	6	42	66	
2008	300	9	7	171	12	43	58	
2009 (Po)	295	8	10	161	17	43	57	
2010	x	x	x	x	x	x	x	

Fonte: Direção Geral de Energia e Geologia - Balanço energético Continente, 2006-2010; Balanço energético RAA e RAM 2007-2009



Quadro 1.13 - Consumo final de eletricidade

NUTS	2006	2007	2008	2009	Unidade: ktep
					2010 (Po)
Portugal	4 083	4 216	4 159	4 123	x
Continente	3 949	4 080	4 017	3 981	4 290
Região Autónoma dos Açores	61	63	65	65	x
Região Autónoma da Madeira	73	74	77	77	x

Fonte: Direção Geral de Energia e Geologia - Balanço energético Continente, 2006-2010; Balanço energético RAA e RAM 2007-2009

Quadro 1.14 - Intensidade energética da economia e importação de energia primária

Ano	Intensidade energética da economia (tep/10 ⁶ euros)	Importação de energia primária (tep)				
		Total	Carvão	Petróleo	Eletricidade	Gás natural
2006	161	26 274 405	3 497 905	18 360 581	741 664	3 674 256
2007	150	24 539 493	2 909 866	17 027 341	829 126	3 773 160
2008	142	24 022 754	2 327 219	16 608 384	923 984	4 163 167
2009	143	23 047 287	3 095 934	15 015 615	653 428	4 282 310

Fonte: Direção Geral de Energia e Geologia - Balanço energético Continente, 2006-2010; Balanço energético RAA e RAM 2007-2009

Quadro 1.15 - Produção de eletricidade a partir de fontes renováveis

NUTS	Total	Hídrica	Eólica	Fotovoltaica	Geotérmica	Biomassa
Portugal						
2006	1 418 398	986 162	251 550	430	7 310	172 946
2007	1 449 186	898 614	347 182	2 064	17 286	184 040
2008	1 325 862	627 456	495 102	3 268	16 512	183 524
2009 (Po)	1 661 004	774 774	651 622	13 760	15 824	205 024

Fonte: Direção Geral de Energia e Geologia - Balanço energético Continente, 2006-2010; Balanço energético RAA e RAM 2007-2009

Quadro 1.16 - Água captada (sistemas urbanos de abastecimento) por região segundo a origem dos caudais

NUTS III	Unidade: 10 ³ m ³								
	Água captada por sistemas urbanos de abastecimento público segundo a origem dos caudais								
	2007			2008			2009		
	Total	Superficial	Subterrânea	Total	Superficial	Subterrânea	Total	Superficial	Subterrânea
Portugal	x	x	x	x	x	x	x	x	x
1 Continente	849 061	542 400	306 661	729 990	502 624	227 366	837 469	577 872	259 597
11 Norte	199 410	164 707	34 704	162 861	142 289	20 572	219 447	196 389	23 058
111 Minho-Lima	18 481	6 079	12 402	9 772	2 844	6 928	13 237	3 107	10 130
112 Cávado	48 915	48 345	569	46 618	45 939	678	47 799	47 080	719
113 Ave	12 776	11 271	1 505	3 600	2 363	1 237	13 735	11 621	2 114
114 Grande Porto	70 970	70 545	425	61 417	61 417	0	99 814	99 797	17
115 Tâmega	18 669	12 892	5 777	16 009	13 621	2 389	17 369	14 543	2 826
116 Entre Douro e Vouga	1 927	458	1 469	2 180	439	1 741	1 757	461	1 296
117 Douro	12 968	7 919	5 049	11 770	8 985	2 785	11 058	8 789	2 269
118 Alto Trás-os-Montes	14 704	7 197	7 507	11 495	6 680	4 815	14 677	10 991	3 687
16 Centro	347 803	231 340	116 463	325 403	234 583	90 820	331 078	236 884	94 194
161 Baixo Vouga	24 516	8 820	15 697	13 267	0	13 267	17 274	2 898	14 377
162 Baixo Mondego	33 704	19 146	14 558	49 332	36 358	12 974	36 263	20 337	15 927
163 Pinhal Litoral	20 877	2 841	18 037	15 824	1 697	14 127	19 658	2 069	17 589
164 Pinhal Interior Norte	10 641	6 619	4 022	8 953	6 345	2 608	10 049	7 536	2 513
165 Dão-Lafões	16 271	9 688	6 583	8 939	6 522	2 416	8 026	6 335	1 690
166 Pinhal Interior Sul	3 063	1 487	1 575	1 541	1 198	343	2 067	1 515	552
167 Serra da Estrela	4 396	1 264	3 132	3 378	1 281	2 097	3 194	2 069	1 124
168 Beira Interior Norte	3 512	1 160	2 351	4 884	3 002	1 882	11 477	9 953	1 524
169 Beira Interior Sul	7 661	7 469	192	6 615	6 392	223	8 375	8 202	173
16A Cova da Beira	6 139	3 443	2 696	5 295	3 332	1 964	7 557	4 670	2 887
16B Oeste	33 612	2 360	31 252	30 028	2 371	27 657	28 396	2 102	26 294
16C Médio Tejo	183 412	167 042	16 370	177 348	166 084	11 263	178 742	169 198	9 544
17 Lisboa	89 454	378	89 077	71 611	378	71 233	83 038	131	82 907
171 Grande Lisboa	11 829	378	11 451	9 173	378	8 796	9 285	131	9 154
172 Península de Setúbal	77 626	0	77 626	62 438	0	62 438	73 752	0	73 752
18 Alentejo	127 158	75 852	51 306	122 351	79 970	42 380	130 290	83 059	47 232
181 Alentejo Litoral	13 618	3 945	9 673	6 340	2 096	4 244	9 026	2 230	6 795
182 Alto Alentejo	11 155	5 577	5 578	12 447	6 253	6 194	12 866	6 356	6 510
183 Alentejo Central	13 944	5 665	8 279	14 191	6 241	7 950	13 510	5 992	7 518
184 Baixo Alentejo	13 312	8 284	5 029	16 578	10 659	5 919	16 920	10 906	6 014
185 Lezíria do Tejo	75 129	52 381	22 748	72 794	54 721	18 073	77 968	57 574	20 394
15 Algarve	85 235	70 124	15 111	47 764	45 404	2 360	73 616	61 410	12 206
2 Região Autónoma dos Açores	x	x	x	x	x	x	x	x	x
3 Região Autónoma da Madeira	x	x	x	x	x	x	x	x	x

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais - Instituto da Água, I.P.



Quadro 1.17 - Água distribuída (sistemas urbanos de abastecimento) por região segundo o setor consumidor

Unidade: 10³ m³

NUTS III	Água distribuída segundo o setor consumidor								
	2007			2008			2009		
	Total	Doméstico	Outro	Total	Doméstico	Outro	Total	Doméstico	Outro
Portugal	x	x	x	x	x	x	x	x	x
1 Continente	565 931	502 678	63 253	561 892	494 082	67 810	645 891	562 409	83 483
11 Norte	131 556	119 836	11 720	150 210	135 214	14 996	167 631	151 007	16 624
111 Minho-Lima	10 882	10 844	38	10 940	10 379	561	10 163	9 713	450
112 Cávado	18 259	17 760	499	14 863	14 341	523	16 479	15 967	512
113 Ave	12 208	11 752	456	9 096	8 308	788	9 466	7 514	1 952
114 Grande Porto	49 326	40 100	9 225	76 839	65 700	11 139	93 414	82 248	11 166
115 Tâmega	15 157	15 156	0	14 309	14 232	76	13 258	12 575	683
116 Entre Douro e Vouga	7 378	6 003	1 375	7 676	5 926	1 749	7 803	6 198	1 605
117 Douro	9 113	9 088	26	8 033	7 977	55	8 923	8 768	156
118 Alto Trás-os-Montes	9 234	9 133	101	8 453	8 350	103	8 124	8 024	101
16 Centro	130 298	123 552	6 746	127 389	121 987	5 401	139 459	133 511	5 948
161 Baixo Vouga	21 070	20 846	224	21 480	21 295	185	21 597	21 401	196
162 Baixo Mondego	25 794	25 197	597	29 130	28 917	214	31 010	30 213	797
163 Pinhal Litoral	17 268	17 136	132	13 783	13 581	202	18 988	18 611	377
164 Pinhal Interior Norte	5 509	5 439	70	4 876	4 535	342	5 113	4 842	272
165 Dão-Lafões	8 198	8 196	2	9 569	9 567	2	9 741	9 741	0
166 Pinhal Interior Sul	2 016	2 016	0	1 497	1 496	1	1 786	1 786	0
167 Serra da Estrela	1 566	1 566	0	1 749	1 749	0	1 394	1 317	77
168 Beira Interior Norte	5 478	5 262	216	6 093	6 020	73	6 384	6 266	117
169 Beira Interior Sul	6 935	5 523	1 411	5 169	5 116	53	4 908	4 908	0
16A Cova da Beira	3 797	3 538	259	3 592	3 348	245	3 786	3 544	241
16B Oeste	17 346	15 485	1 861	14 873	12 913	1 960	20 317	18 535	1 782
16C Médio Tejo	15 320	13 348	1 972	15 578	13 452	2 126	14 435	12 346	2 088
17 Lisboa	207 413	170 465	36 948	187 954	149 758	38 197	234 284	181 713	52 572
171 Grande Lisboa	157 366	120 567	36 799	134 430	97 795	36 635	171 012	118 755	52 257
172 Península de Setúbal	50 047	49 898	149	53 524	51 963	1 562	63 273	62 958	315
18 Alentejo	45 779	43 796	1 983	43 726	42 243	1 484	53 021	51 357	1 664
181 Alentejo Litoral	5 217	5 217	0	4 227	4 227	0	8 271	8 271	0
182 Alto Alentejo	7 511	6 747	764	7 551	7 404	148	7 396	6 975	421
183 Alentejo Central	10 272	10 272	0	11 189	11 184	5	11 289	11 241	48
184 Baixo Alentejo	7 295	6 467	829	8 143	7 255	887	8 725	7 846	879
185 Lezíria do Tejo	15 484	15 093	390	12 617	12 173	444	17 341	17 025	316
15 Algarve	50 885	45 028	5 857	52 613	44 880	7 733	51 496	44 820	6 675
2 Região Autónoma dos Açores	x	x	x	x	x	x	x	x	x
3 Região Autónoma da Madeira	x	x	x	x	x	x	x	x	x

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais - Instituto da Água, I.P.

Quadro 1.18 - Superfície irrigável, por NUTS

Unidade: ha

NUTS	1999	2005	2007	2009
Portugal	791 986	616 982	583 736	540 593
Continente	787 236	613 209	580 164	536 127
Norte	241 406	185 882	168 786	141 495
Centro	232 748	182 397	165 305	135 059
Lisboa	33 107	23 636	32 930	27 608
Alentejo	249 962	196 332	193 479	215 692
Algarve	30 012	24 962	19 663	16 274
Região Autónoma dos Açores	x	x	x	x
Região Autónoma da Madeira	4 750	3 773	3 572	4 466

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I.P.





Ar e clima

2 - AR E CLIMA

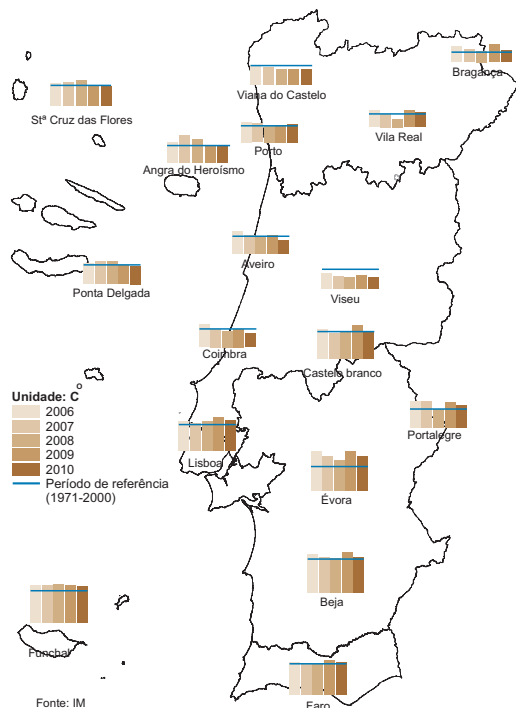
- A poluição atmosférica está na origem de um dos graves problemas com que atualmente o nosso planeta se depara: as alterações climáticas. É um problema que vai para além das fronteiras e toma proporções de dimensão global, em que não importa qual a origem do poluente, pois o seu efeito é sentido em todo o planeta.
- A poluição atmosférica representa igualmente um risco para a saúde pública; para os ecossistemas, por exemplo através das chuvas ácidas ou da deposição excessiva de nutrientes no solo e água; e também para o património, danificando bens materiais, corroendo pedras, metais, borrachas e plásticos.
- A deterioração do estado do ambiente deve-se, em muito, às atividades antropogénicas nomeadamente às indústrias, aos transportes, à queima de combustíveis e ao aumento da densidade populacional.
- Portugal tem vindo a desenvolver esforços e a adotar um conjunto de medidas com vista ao controlo e diminuição de poluentes atmosféricos. A Diretiva sobre o teto nacional de emissões é apenas um entre outros acordos internacionais que procura limitar a quantidade de poluentes emitidos para a atmosfera. Outros exemplos são o Protocolo de Quioto, o Protocolo de Montreal e a Convenção sobre Poluição Atmosférica Transfronteiriça a Longa Distância.
- Neste capítulo, são apresentadas duas normais climatológicas (temperatura média anual máxima e precipitação média anual). Adicionalmente, são apresentados os principais poluentes com impacto na qualidade do ar, nomeadamente dióxido de carbono (CO_2), metano (CH_4), óxido nitroso (N_2O), partículas em suspensão (PM_{10} e $\text{PM}_{2,5}$), ozono troposférico (O_3), óxidos de azoto (NO_x), óxido de enxofre (SO_x), amónia (NH_3) e compostos orgânicos voláteis não metânicos (COVNM).



2.1 – ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

2.1.1 - Temperatura

Figura 2.1 - Temperatura média anual máxima por estação meteorológica



Na figura 2.1 é possível visualizar a temperatura média anual para o período de 2006 a 2010, contrastando-a com a temperatura média anual de um período de referência de 30 anos (1971-2000), em 17 estações meteorológicas de Portugal.

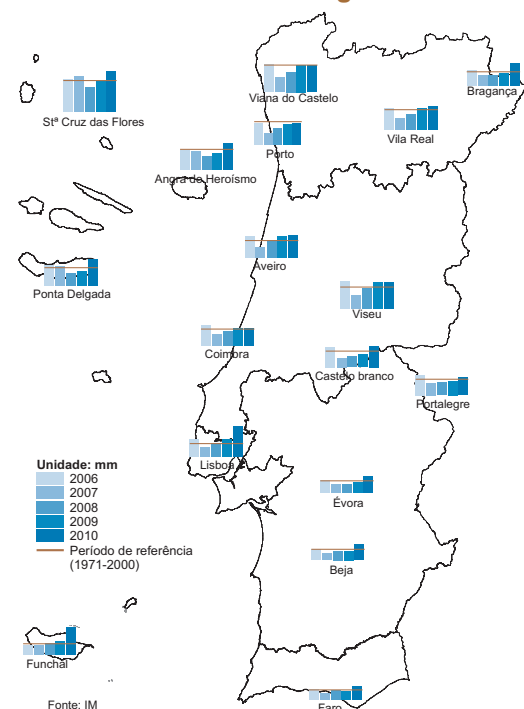
Pode constatar-se que para o Continente, 2006 e 2009 foram os anos em que se registou a maior temperatura média anual máxima, de cerca de 20,9°C, ficando quase 1°C acima do período de referência (20,2°C).

No que diz respeito aos Açores, 2007 foi o ano em que a temperatura média anual máxima foi mais elevada (20,8°C). A partir desse ano as temperaturas médias anuais máximas decresceram em média 2% por ano, registando-se 19,6°C, em 2010.

Na Madeira, salienta-se o facto das temperaturas médias anuais máximas, para o período em análise se situarem, para todos os anos acima do valor médio do período de referência (22,1°C) registando 23,0°C, em 2010.

2.1.2 - Precipitação

Figura 2.2 - Precipitação média anual, por estação meteorológica



Analisando a figura 2.2, verifica-se que as regiões do Norte, Centro e Lisboa, são as que registam os maiores níveis de precipitação.

No Continente, a precipitação média anual, para o período de 2006 a 2010, foi quase sempre superior ao registado no período 1971-2000 (889,6mm), exceto para os anos de 2007 e 2008, cujos valores registados foram 561,0 mm e 739,9 mm, respetivamente. Comparando o período de referência com o ano de 2010, no qual se registou uma precipitação média anual de 1 130 mm, verifica-se um aumento significativo da precipitação, correspondendo a uma taxa de crescimento de 27%.

No que se refere aos Açores, de 2006 a 2007, a precipitação média anual apresentou uma tendência crescente, sendo que em 2008 essa tendência foi interrompida, verificando-se um decréscimo de 31% face a 2007. A partir de então a precipitação média anual passou novamente a apresentar uma tendência crescente, verificando-se, em 2010, 1 654 mm, mais 423 mm que os registados no período de 1971-2000.

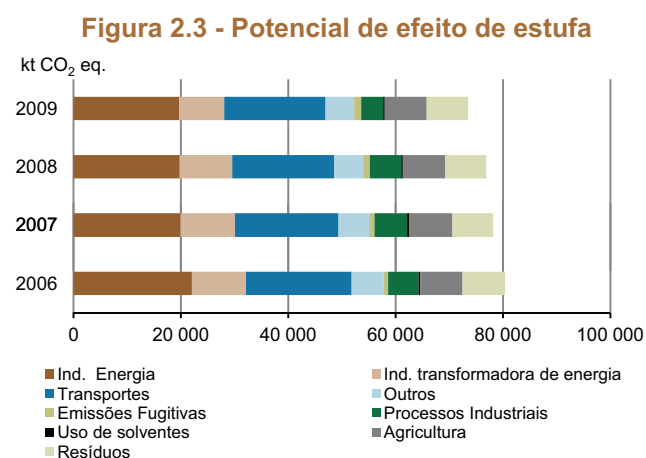


Na Região Autónoma da Madeira verifica-se que apenas os anos de 2006 e 2007 apresentam uma precipitação média anual abaixo do período de referência (596 mm), registando-se em 2010, 1 469mm, sendo a taxa de crescimento, de cerca de 146%, face a 1971-2000.

2.1.3 - Emissões de gases de efeito de estufa

O Potencial de Efeito de Estufa é calculado através da combinação dos três principais gases que mais contribuem para o efeito de estufa: o dióxido de carbono (CO_2), o óxido nitroso (N_2O) e o metano (CH_4).

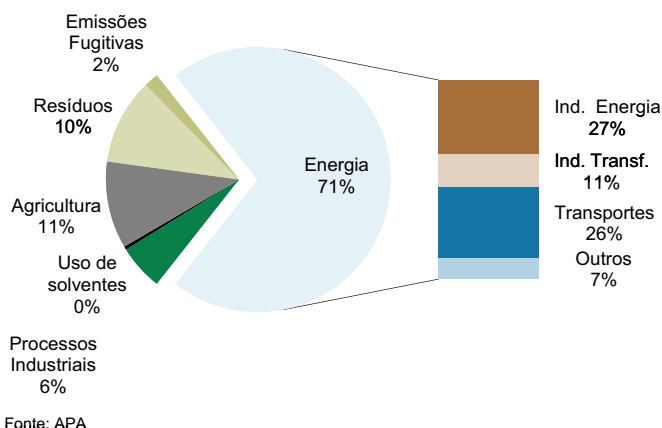
A figura 2.3 apresenta o potencial de efeito de estufa por setor de emissão, para o período de 2006 a 2009. Como se pode observar, houve uma diminuição do potencial de efeito de estufa em cerca de 9%, neste período. Verifica-se ainda que o setor dos “processos industriais” foi o que teve um maior decréscimo (28%), seguindo-se a “indústria transformadora de energia” (16%), incluída no setor “energia”.



Salienta-se o facto do decréscimo observado entre 2006 e 2009 não se ter verificado em todos os setores, como por exemplo o das “Emissões fugitivas” que registou um aumento de cerca de 57%.

Figura 2.4 - Emissão de GEE (sem LULUCF) por sector de emissão, em 2009

Relativamente às emissões de gases de efeito de estufa (GEE), por setor de emissão, 71 % das emissões ocorridas em 2009 foram provenientes do setor de emissão “energia”, destacando-se a “indústria da energia” e os “transportes” como as principais atividades antropogénicas responsáveis pelas emissões de GEE, com cerca de 27% e 26%, respetivamente.



Ao abrigo do protocolo de Quioto e do acordo da partilha de responsabilidades, Portugal deverá limitar em 27% o aumento das emissões de GEE, no período 2008-2012, face ao valor de referência ajustado a partir do registo de 1990.

Da análise da figura 2.5 verifica-se que, em 2006, a percentagem de emissões de GEE se encontrava acima do compromisso assumido em Quioto, situando-se 35% acima do valor de referência, ou seja ultrapassando o limite estabelecido em cerca de 8%.

No entanto, após um aumento significativo das emissões até 2006, a tendência de emissão de GEE inverteu-se, registando em 2009, uma percentagem de emissões de 24%, 3 p.p. abaixo da meta de Quioto.

Figura 2.5 - Emissão de GEE (sem LULUCF) e cumprimento da meta de Quioto

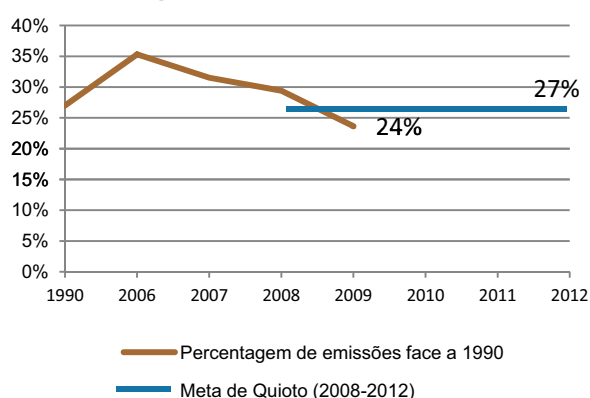
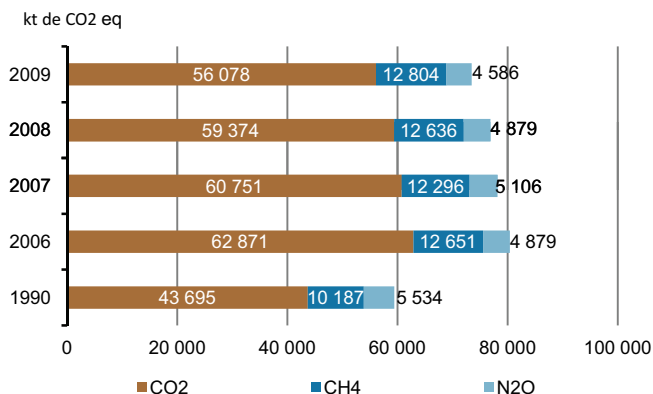


Figura 2.6 - Emissão de GEE (sem LULUCF) por poluente

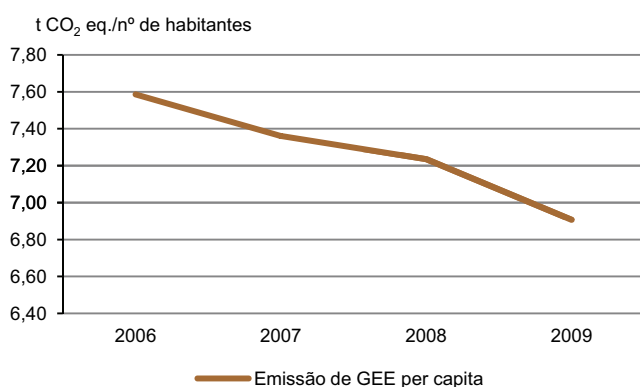


Fonte: APA

Analisando as emissões de GEE por tipo de poluente, entre 1990 e 2009, verifica-se que o dióxido de carbono (CO_2) e o metano (CH_4) foram os poluentes que registaram aumentos mais significativos, na ordem de 28% e 26%, respetivamente. Ao contrário dos outros GEE, o óxido nitroso (NO_2), registou um decréscimo na ordem dos 17%.

Em 2009, o CO_2 foi o principal gás responsável pelo efeito de estufa, representando cerca de 76% do total das emissões, seguido do metano (17%) e do óxido nitroso (6%).

Figura 2.7 - Emissões de GEE per capita



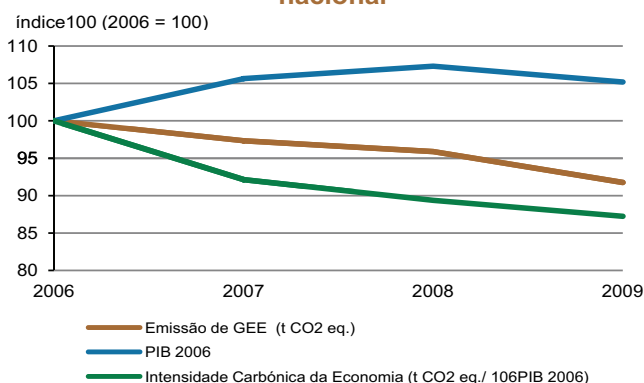
Fonte: APA

No período de 2006 a 2009, a população residente cresceu a uma taxa média anual de 0,36% registando-se uma taxa de crescimento efetivo de 0,10% em 2009, relativamente a 2008.

Pelo contrário, em igual período, as emissões de GEE registaram uma tendência decrescente, correspondente a um ritmo médio anual de -9%.

Em 2006, registava-se uma emissão de 7,58 t CO_2eq *per capita*, enquanto que, em 2009, este valor era de 6,90 t CO_2eq *per capita*.

Figura 2.8 - Intensidade carbónica da economia nacional



Fonte: APA/INE

A quantidade de GEE emitidos por unidade do Produto Interno Bruto (PIB) reflete a intensidade carbónica da economia. Considera-se que uma sociedade é sustentável se evoluir no sentido da descarbonização da economia, ou seja, quanto mais baixo for o indicador da intensidade carbónica mais sustentável será uma economia.

Da análise da figura 2.8 pode constatar-se que a intensidade carbónica da economia nacional apresentou uma tendência decrescente entre 2006 e 2009. Em 2009, Portugal alcançou uma intensidade carbónica na ordem das 442 t $\text{CO}_2\text{eq}/10^6\text{ PIB } 2006$.

Esta tendência pode ser justificada pela alteração do modelo energético nacional, o qual, nos últimos anos, tem apostado em formas de energia menos intensivas em carbono, como é o caso das energias renováveis.



2.2 - QUALIDADE DO AR

2.2.1 - Índice de qualidade do ar

No âmbito da estratégia nacional para avaliação da qualidade do ar, foi criado um sistema nacional de informação implementado em todo o território nacional através de estações fixas localizadas maioritariamente nas grandes áreas urbanas e industriais.

As estações de monitorização classificam-se de acordo com o tipo de ambiente (rural, suburbano e urbano) e o tipo de influência (fundo, tráfego e industrial).

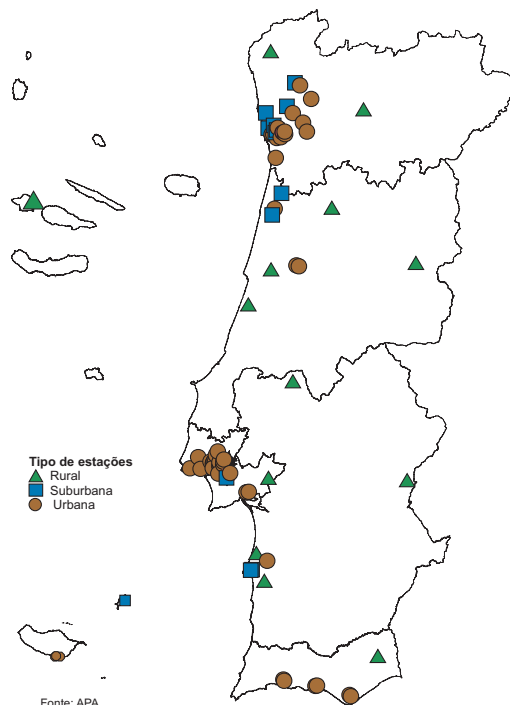
Portugal, em 2010, de acordo com o tipo de influência, apresentava 44 estações de fundo (23 de ambiente urbano, 13 de ambiente rural e 8 de ambiente suburbano), 7 de tráfego (todas de ambiente urbano) e 5 industriais (1 de ambiente urbano, 1 de ambiente rural e 3 de ambiente suburbano).

No que concerne à sua localização, as estações urbanas localizam-se em ambiente urbano (cidades), as suburbanas na periferia das cidades e as rurais em ambiente rural.

Em termos da distribuição das estações de monitorização da qualidade do ar, verifica-se uma assimetria regional. As estações localizam-se maioritariamente na zona litoral de Portugal, apresentando uma maior densidade nas zonas de Lisboa e Porto.

Analisando as estações por tipo de ambiente, verifica-se que as estações urbanas centram-se na região da grande Lisboa, existindo uma no Porto e outra em Coimbra. As estações rurais têm uma dispersão mais homogénea, estendendo-se desde o litoral até ao interior. Salienta-se ainda que no interior do país, apenas estão implementadas estações de qualidade do ar cujo tipo de influência é de fundo.

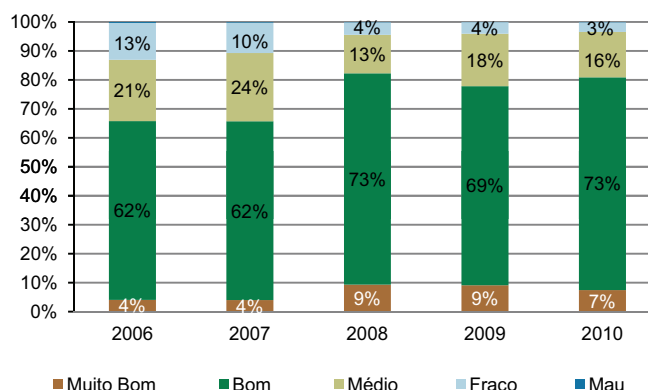
Figura 2.9 - Distribuição das estações de monitorização da qualidade do ar (2010)



O índice de qualidade do ar expressa de forma simples a qualidade do ar em Portugal, no qual são considerados poluentes como o dióxido de azoto (NO_2), o ozono (O_3) e as partículas inaláveis com diâmetro inferior a $10\ \mu\text{m}$ (PM_{10}).

Este índice, calculado em função do número de dias com leitura por ano, apresenta-se dividido em cinco classes de qualidade que vão de “muito bom” a “mau”. Consta-se que entre 2006 e 2010, predominou a classe “bom”, tendo-se verificado a partir de 2008 um decréscimo acentuado das classes de “médio”, “fraco” e “mau”.

Figura 2.10 - Qualidade do ar em Portugal



2.2.2 - Ozono troposférico

Para que se possa fazer uma comparação entre os dados de 2006 e 2010 e de forma a avaliar a concentração de ozono a que uma determinada população instalada numa zona residencial sem fontes poluidoras próximas está sujeita, o INE selecionou para análise apenas as estações de fundo (6 rurais, 16 urbanas e 6 suburbanas) com eficiência maior que 75%.

Figura 2.11 - Identificação das estações de fundo selecionadas

Tipo de Ambiente	Estação	Zona
Rural	Chamusca	Vale do Tejo e Oeste
	Ervedeira	Centro Litoral
	Fornelo do Monte	Centro Interior
	Fundão	Centro Interior
	Lamas de Olo	Norte Interior
	Terena	Alentejo Interior
Urbano	Alfragide/Amadora	Área Metropolitana de Lisboa Norte (a)
	Arcos	Setúbal (a)
	Beato	Área Metropolitana de Lisboa Norte (a)
	Camarinha	Setúbal (a)
	Ermesinde	Porto Litoral (a)
	Instituto Geofísico de Coimbra	Coimbra (a)
	Laranjeiro	Área Metropolitana de Lisboa Sul (a)
	Loures	Área Metropolitana de Lisboa Norte (a)
	Mem-Martins	Área Metropolitana de Lisboa Norte (a)
	Olivais	Área Metropolitana de Lisboa Norte (a)
	Quinta do Marquês	Área Metropolitana de Lisboa Norte (a)
	Quinta Magnólia	Funchal (a)
	Reboleira	Área Metropolitana de Lisboa Norte (a)
	Restelo	Área Metropolitana de Lisboa Norte (a)
	Santo Tirso	Vale do Ave (a)
	São Gonçalo	Funchal (a)
Suburbana	Paio Pires	Área Metropolitana de Lisboa Sul (a)
	Ílhavo	Aveiro/Ílhavo (a)
	Horto	Braga (a)
	Vila Nova da Telha	Porto Litoral (a)
	Leça do Balio	Porto Litoral (a)
	Calendário	Vale do Ave (a)

Nota: (a) aglomeração
Fonte: APA

O ozono é um poluente fotoquímico do tipo secundário cuja formação depende de outros poluentes como o óxido de azoto (NO_x), monóxido de carbono (CO) e compostos orgânicos voláteis (COV), que são emitidos principalmente pelos veículos motorizados e pelas indústrias. No entanto, a produção de ozono não depende apenas dos seus percursos mas também das condições climáticas, nomeadamente atmosfera estável (ausência de movimentos convectivos ascendentes) e radiação solar intensa. O valor da temperatura do ar é importante, na medida em que favorece as reações químicas de formação do ozono, que leva algumas horas até estar completo.

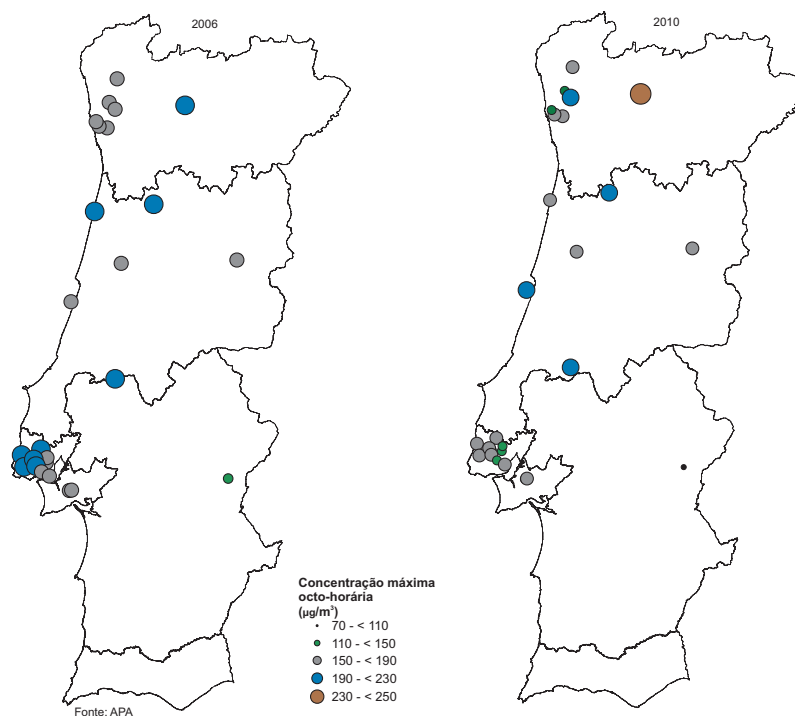
Na troposfera o ozono deixa de ter o papel protetor de absorção da radiação solar, que desempenha na estratosfera, e passa a ser um poluente tóxico e nocivo para o ecossistema e património. Este poluente é responsável pelo fenómeno de *Smog* fotoquímico sendo considerado também um gás de efeito de estufa.

Na figura 2.12 estão representadas as concentrações máximas diárias das médias octo-horárias, para as estações selecionadas, em Portugal continental e na Região Autónoma da Madeira. Salienta-se que, para os anos de 2006 e 2010, não foram selecionadas estações para a região do Algarve, na medida em que houve uma falha de recolha de dados. A estação do Faial (rural), da Região Autónoma dos Açores, também não foi considerada para análise pois, a sua eficiência era inferior a 75%, para os anos de 2006 e 2010.

Analisando genericamente a concentração máxima diária das médias octo-horária para as estações de Portugal continental verifica-se que as estações pertencentes à área metropolitana de Lisboa (Norte e Sul) e Setúbal, zonas expostas a grandes influências do tráfego e das indústrias, registaram uma diminuição da concentração máxima diária das médias octo-horárias. Em 2006, a média da concentração máxima diária das médias octo-horárias da área metropolitana de Lisboa (Norte e Sul) e Setúbal era de $188,9 \mu\text{g}/\text{m}^3$ sendo que, em 2010, a média decresceu 20%, situando-se nos $150,0 \mu\text{g}/\text{m}^3$ continuando, ainda assim, acima dos $120 \mu\text{g}/\text{m}^3$ a meta de longo prazo estabelecida no Decreto-lei nº 102/2010 de 23 de Setembro.



Figura 2.12 - Máximo da concentração octo-horária, por estação 2006 e 2010



A estação da Lamas de Olo (rural), localizada no concelho de Vila Real é a que apresenta, para os dois anos em análise, as mais elevadas concentrações máximas diárias das médias octo-horárias. Em 2006, a concentração registada foi de $221,9 \mu\text{g}/\text{m}^3$ e, em 2010 foi de $239,5 \mu\text{g}/\text{m}^3$, o que corresponde a uma taxa de crescimento de cerca de 8%. Para além desta, outras duas estações registaram um aumento significativo (+6%) da sua concentração máxima diária das médias octo-horárias, nomeadamente a estação de Santo Tirso, em Vale do Ave (urbana) e a estação de Ervedeira (rural), no Centro Litoral.

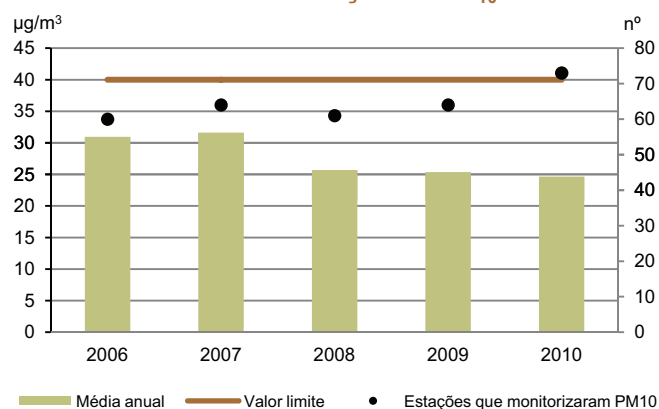
Na Região Autónoma da Madeira constata-se que a concentração máxima diária das médias octo-horárias aumentou nas duas estações urbanas selecionadas. Em 2006, a média da concentração máxima diária das médias octo-horárias das duas estações foi de cerca de $85,6 \mu\text{g}/\text{m}^3$ tendo-se registado em 2010, uma média de $113,8 \mu\text{g}/\text{m}^3$.

2.2.3 - Partículas inaláveis

As partículas inaláveis, partículas suficientemente pequenas para serem inaladas e que têm o potencial para causar efeitos nocivos na saúde, podem provir de fontes naturais (erupções vulcânicas, incêndios florestais, pólen, transporte atmosférico de partículas provenientes de regiões áridas) e antropogénicas (indústrias, pedreiras, transportes).

Relativamente às partículas inaláveis com diâmetro inferior a $10 \mu\text{m}$, constata-se um decréscimo de cerca de 20% da concentração média anual deste poluente, no período de 2006 a 2010. Nos últimos três anos, o decréscimo de emissão de PM_{10} foi menos acentuado, correspondendo a uma taxa média anual negativa de 2%.

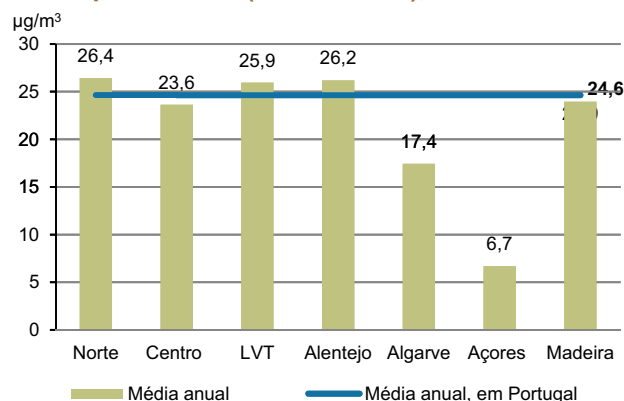
Figura 2.13 - Concentração média anual e estações de monitorização de PM_{10}



Para a proteção da saúde humana, de acordo com o Decreto-lei nº 102/2010 de 23 de Setembro, não é permitido ultrapassar o limite de $40 \mu\text{g}/\text{m}^3$ da concentração média diária de PM_{10} . Verifica-se que no período de 2006 a 2010, as concentrações médias anuais estiveram muito abaixo daquele limite, situando-se nos $24,6 \mu\text{g}/\text{m}^3$ em 2010.



Figura 2.14 - Concentração média anual de PM_{10} por NUTS II (NUTS - 2001), em 2010

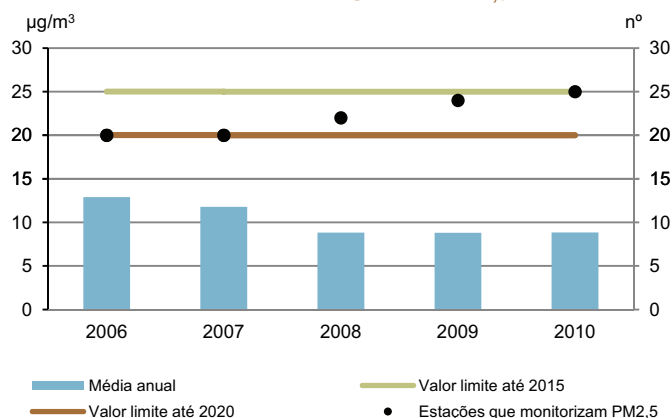


Fonte: APA

A figura 2.14 apresenta a concentração média anual de partículas em suspensão (PM_{10}) para cada uma das regiões de Portugal, em 2010.

Constata-se que as populações das regiões do Norte ($26,4 \mu g/m^3$), Lisboa e Vale do Tejo ($25,9 \mu g/m^3$), e Alentejo ($26,2 \mu g/m^3$), estiveram sujeitas anualmente a concentrações mais elevadas de PM_{10} . Pelo contrário, a Região Autónoma dos Açores registou a menor concentração deste poluente ($6,7 \mu g/m^3$).

Figura 2.15 - Concentração média anual e estações de monitorização de $PM_{2,5}$



Fonte: APA

As partículas finas ou $PM_{2,5}$ têm demonstrado capacidade de provocar impactos nocivos na saúde humana cujos efeitos são variáveis podendo, em casos extremos, causar a morte.

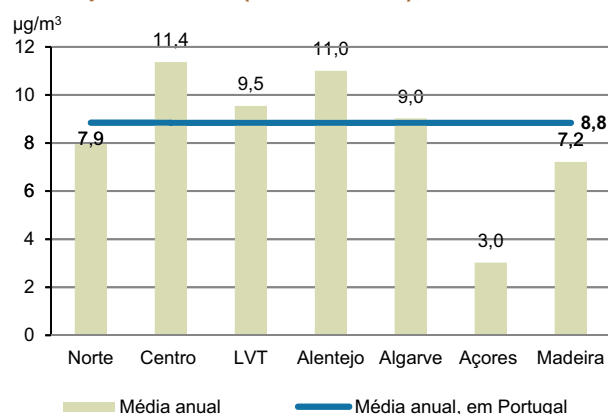
Estas partículas podem provir das emissões de transportes (em particular veículos a gasóleo), de indústrias e também da construção civil.

Em 2006, a concentração média anual de $PM_{2,5}$ foi de $13 \mu g/m^3$, tendo atingido $9 \mu g/m^3$, em 2010, o que corresponde a um decréscimo médio anual de 9%.

Importa ainda salientar que a concentração média anual de $PM_{2,5}$ situou-se sempre abaixo dos valores limite estipulados pelo Decreto-lei nº 102/2010, para todos os anos em análise.

Relativamente às estações que monitorizam este poluente, verifica-se um aumento do número destas estações (20 estações em 2006 e 25 estações em 2010), o que sugere uma maior cobertura do território nacional.

Figura 2.16 - Concentração média anual de $PM_{2,5}$ por NUTS II (NUTS - 2001), em 2010



Fonte: APA

A figura 2.16 apresenta a concentração média anual de $PM_{2,5}$ em cada uma das regiões de Portugal, para o ano de 2010.

No que concerne à concentração média anual de partículas finas por cada uma das regiões de Portugal verifica-se que as regiões do Centro e Alentejo foram as que registaram uma maior concentração deste poluente, cerca de $11,4 \mu g/m^3$ e $11,0 \mu g/m^3$, respetivamente.



2.2.4 - Substâncias precursoras de ozono troposférico

De acordo com o Inventário Nacional de Emissões de Poluentes Atmosféricos, submetido em 2011 à Convenção sobre a Poluição Atmosférica e Transfronteiriça a Longa Distância, Portugal tem vindo desenvolver desde 1990, medidas com vista à diminuição de substâncias precursoras de ozono troposférico que são os óxidos de azoto (NO_x) e os compostos orgânicos voláteis não metânicos (COVNM).

O potencial de formação do ozono troposférico (TOPF) permite avaliar a concentração de substâncias que favorecem a formação de ozono. Para cada uma das substâncias precursoras de ozono é definido um factor de ponderação específico, de acordo com o nível de ozono no solo, num dado período de tempo, no qual o resultado final é calculada em unidades de COVNM equivalente. O potencial de formação do ozono total resulta da agregação das emissões desses gases, ponderadas por cada um dos seus factores.

Em 2009, observou-se uma redução do valor do indicador TOPF, em cerca de 23%, à custa sobretudo dos COVNM, que registaram um decréscimo de 41%, face a 1990.

Os protocolos aprovados no âmbito da Convenção sobre a Poluição Atmosférica Transfronteiriça a Longa Distância, da Comissão Económica para a Europa da ONU, e a Diretiva Comunitária sobre os Tetos Nacionais de Emissões (Diretiva 2001/81/CE), são os principais instrumentos de controlo de qualidade do ar que incluem a fixação de metas a atingir até 2010.

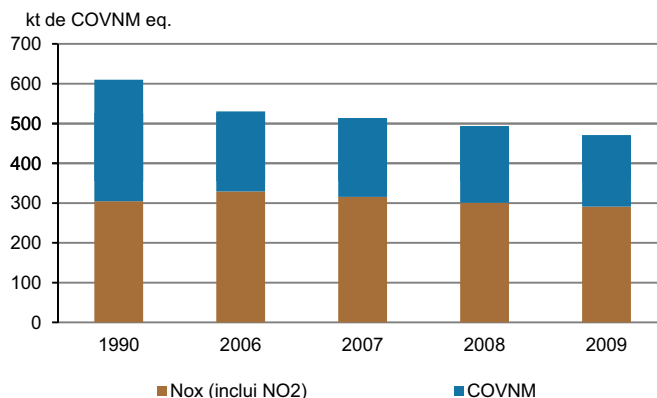
As metas fixadas pela Diretiva 2001/81/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-lei nº 193/2003, de 22 de agosto, são 250 kt para o NO_x (305 kt de COVNM eq.) e 180 kt para os COVNM.

No que diz respeito aos compromissos assumidos por Portugal em termos de emissões deste tipo de poluentes, constata-se que em 2009 as emissões de NO_x e de COVNM se encontravam 4,6% e 0,4% abaixo dos limites máximos fixados.

Quase todos os setores de emissão contribuíram para o decréscimo das emissões de substâncias precursoras do ozono, que se verificou relativamente a 1990.

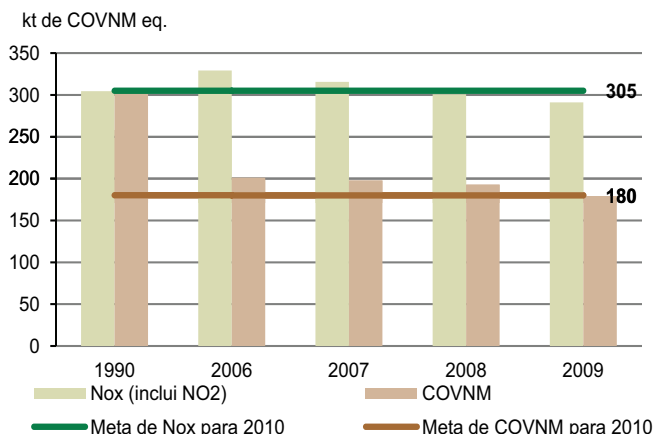
Os “Setores dos transportes” e da “Industria de energia”, que mais têm contribuído para as emissões de substâncias precursoras do ozono troposférico, foram simultaneamente os que registaram maiores decréscimos comparativamente a 1990: 35% e 39%, respetivamente.

Figura 2.17 - Emissão de substâncias precursoras de ozono troposférico (TOPF)



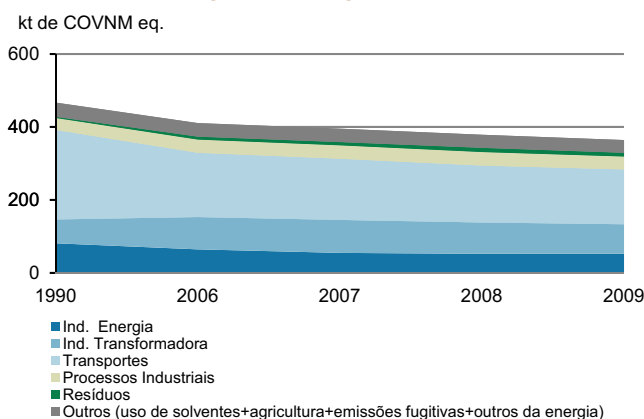
Fonte: APA

Figura 2.18 - Emissão de substâncias precursoras de ozono troposférico, por poluente



Fonte: APA

Figura 2.19 - Emissão de substâncias precursoras de ozono troposférico, por setor de emissão



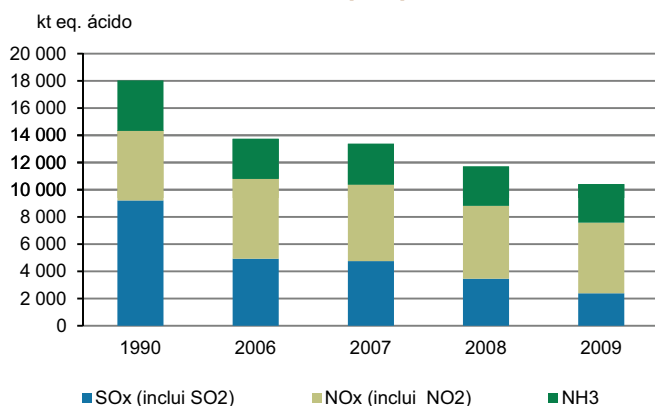
Fonte: APA

Nota: fatores de conversão em COVNM equivalente: $\text{NO}_x = 1,22$ e $\text{COVNM} = 1,00$



2.2.5 - Substâncias acidificantes e eutrofizantes

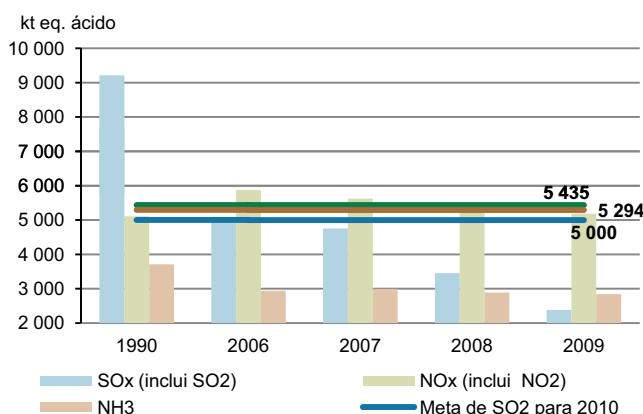
Figura 2.20 - Emissão de substâncias acidificantes e eutrofizantes por poluente



Fonte: APA

O SO_x (óxidos de enxofre), principal gás acidificante, registou um decréscimo médio anual de cerca de 7,2%, seguindo-se o NH_3 com 1,5%. Em contraste, o NO_x , poluente emitido por centrais térmicas, siderurgias, fábricas de cimento, incineradoras de lixo e automóveis, registou um ligeiro crescimento segundo uma taxa média anual de 0,1%.

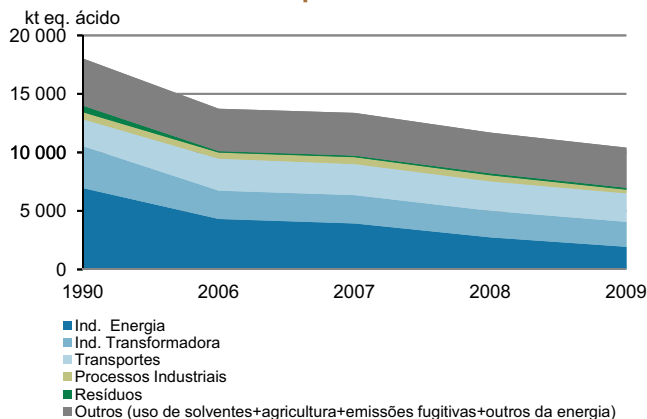
Figura 2.21 - Emissão de substâncias acidificantes e eutrofizantes por poluente



Fonte: APA

Diretiva, tendo atingido em 2009 o seu valor mais baixo: 46% abaixo da meta fixada. O mesmo não aconteceu com o NO_x , cujas emissões só se situaram abaixo dos níveis recomendados a partir de 2008. Em 2009, a emissão de NO_x já estava 5% abaixo da meta fixada pela Diretiva 2001/81/CE.

Figura 2.22 - Emissão de substâncias acidificantes e eutrofizantes por setor de emissão



Fonte: APA

Nota: fatores de conversão em equivalente ácido : NO_x = 21,74; SO_2 = 31,25 e NH_3 = 58,82

Tendo por base o Inventário Nacional de Emissões de Poluentes Atmosféricos, submetido em 2011, constata-se que Portugal tem vindo a desenvolver esforços para diminuir a emissão de substâncias acidificantes e eutrofizantes para a atmosfera. Em 1990, Portugal emitia para a atmosfera 18 033 kt de equivalente ácido, enquanto que em 2009 eram emitidas 10 404 kt de equivalente ácido, o que corresponde a uma taxa de variação média anual negativa de 3%. Esta redução enquadrou-se nos objetivos fixados pelo Decreto-lei nº 193/2003.

Em Portugal, apesar de se ter verificado uma redução do total de emissões acidificantes e eutrofizantes, nem todos os poluentes acompanharam esta tendência de regressão.

A Diretiva 2001/81/CE estipula as seguintes metas para a emissão de substâncias acidificantes e eutrofizantes: 160 kt para o SO_2 (5000 kt de eq. ácido); 250 kt para o NO_2 (5435 kt de eq. ácido) e 90 kt para o NH_3 (5294 kt de eq. ácido).

Em Portugal, verifica-se que em 2009, as emissões de todos os poluentes já se encontravam abaixo das metas fixadas pela referida Diretiva. O SO_2 emitido respeita, desde 2006, as metas estabelecidas na Diretiva 2001/81/CE, sendo que em 2009, se encontrava 52% abaixo desse limite.

Por seu lado, a emissão de NH_3 situou-se sempre abaixo das metas fixadas pela mesma

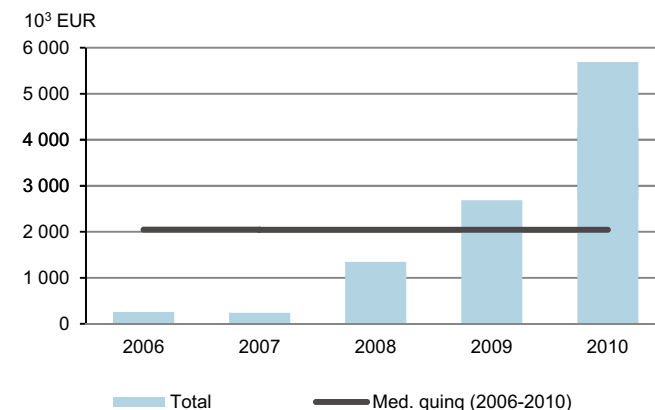
Quase todos os setores diminuíram os seus níveis de emissão, comparativamente aos níveis de 1990, em particular o dos “resíduos” e o da “ind. energia”, que registaram decréscimos de 71,8% e 72,2%, respetivamente. O setor que não acompanhou esta tendência foi o dos “Transportes” cuja emissão anual cresceu a um ritmo médio de 0,3%.



2.3 - DESPESAS NA PROTEÇÃO DO AR E CLIMA

No âmbito dos compromissos internacionais relativos às alterações climáticas, Portugal é um dos subscritores do Protocolo de Quioto, que assumiu o objetivo de limitar o aumento das suas emissões de gases com efeito de estufa (GEE) em 27%, no período de 2008-2012, relativamente aos valores de 1990. Para cumprir este objetivo foram criados três instrumentos de âmbito nacional: o Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC), o Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão (PNALE) e o Fundo Português de Carbono. Este último, criado em 2006 e em funcionamento desde 2008, tem como atividades a obtenção de créditos de emissão de GEE, o apoio a projetos nacionais que conduzam à redução de GEE e a promoção da participação de entidades públicas e privadas nos mecanismos de flexibilidade do Protocolo de Quioto. Adicionalmente está incumbido do apoio a projetos de cooperação internacional na área das alterações climáticas bem como do apoio a projetos estruturantes de contabilização de emissões de GEE e sequestro de carbono em Portugal.

Figura 2.23 - Despesa das Administrações Públicas na Proteção da qualidade do ar e clima

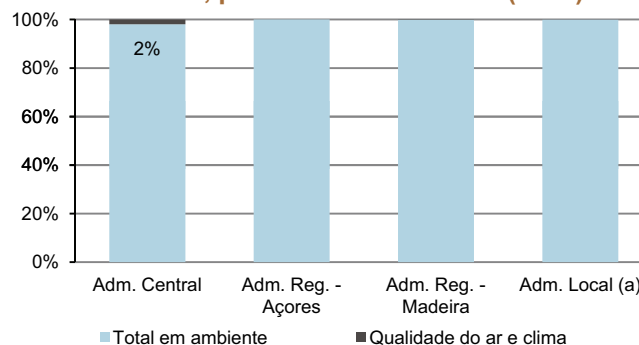


Fonte: INE

No período 2006-2010, a despesa das Administrações Públicas com a “Proteção da qualidade do ar e clima” cresceu a uma taxa média anual de 116%. Os ritmos de crescimento mais acentuados registaram-se a partir de 2008 com destaque para o de 2010, onde a despesa mais que duplicou face à média do quinquénio. Este acréscimo deveu-se, por um lado ao desenvolvimento das atividades do Fundo Português de Carbono, e por outro aos trabalhos desenvolvidos pela Comissão para as Alterações Climáticas na elaboração e acompanhamento, ao nível político, das políticas governamentais em matéria de alterações climáticas, expressa no Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC) que visa a redução de emissões de GEE por parte dos diversos setores de atividade. Adicionalmente esclarece-se que não estão incluídas nestas despesas, a aquisição de créditos de emissão por via dos mecanismos de flexibilidade previstos no protocolo de Quioto, encontrando-se pendente de decisão a sua classificação em termos contabilísticos. De referir que o montante de despesa de investimento com a aquisição de créditos, executada pelo Fundo Português de Carbono no período 2006/2010, rondou os 96,7 milhões de euros.

Ainda assim, a despesa das Administrações Públicas na “Proteção da qualidade do ar e clima” continua a ter pouca expressão. Em 2010, o montante despendido neste domínio ambiental contribuiu apenas com 2% do total dos gastos em ambiente da Administração Central e 0,1% do da Administração Regional/Região Autónoma da Madeira. No que se refere à Região Autónoma dos Açores, houve igualmente gastos nesta área temática, mas não foi possível individualizá-los por estarem integrados no projeto designado de “Rede de monitorização, informação e gestão ambiental” que inclui, entre outras ações, a construção das instalações de apoio técnico-laboratorial, a implementação e gestão de uma rede de informação para gestão e partilha de bases de dados, as despesas com a Estação de Qualidade do Ar e projetos para fornecimento de duas Estações de Controlo de Qualidade do Ar.

Figura 2.24 - Percentagem da Proteção da qualidade do ar e clima no total da despesa em ambiente, por setor institucional (2010)

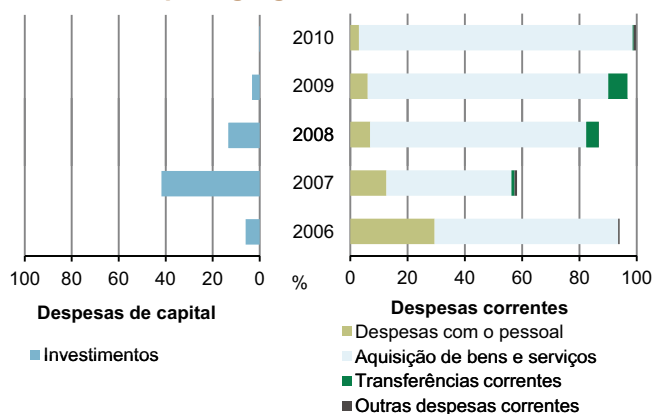


(a) Para efeitos de análise estrutural, foi considerado no período de referência de 2010 (dados não disponíveis) a informação do domínio Gestão de águas residuais apurada em 2009.

Fonte: INE



Figura 2.25 - Despesa das Administrações Públicas na Proteção da qualidade do ar e clima, por agregado económico



Fonte: INE

A análise da estrutura da despesa na “Proteção da qualidade do ar e clima” coloca em evidência as “Despesas correntes” que se assumem como o principal encargo nos últimos cinco anos, particularmente na componente das “aquisições de bens e serviços”, as quais, em 2010, foram na sua quase totalidade (92%), efetuadas pelo Fundo Português de Carbono e que contemplam a aquisição de prestação de serviços de GEE e sequestro de carbono em Portugal. As “Despesas com o pessoal” têm vindo gradualmente a perder importância, pelo que a sua contribuição para a estrutura que chegou a ser de 29%, em 2006, reduziu-se a apenas 3% no último ano. De referir que as “Despesas de capital” do quinquénio são constituídas apenas por “Investimentos” que, à exceção do pico registado em 2007 e que se ficou a dever a gastos com a aquisição de equipamento básico e informático, representam uma verba relativamente marginal no total da despesa deste domínio.



2.5 - QUADROS DE RESULTADOS

Quadro 2.1 - Temperatura média anual máxima por NUTS II e por estação meteorológica

Estações	Unidade: °C					
	1971-2000	2006	2007	2008	2009	2010
Norte	x	x	x	x	x	x
Viana do Castelo	19,8	19,8	19,4	19,0	19,1	19,1
Porto	19,2	19,9	19,6	19,2	19,3	19,5
Vila Real	18,6	19,3	18,6	17,6	19,3	18,9
Bragança	17,9	19,1	18,5	18,2	19,5	18,3
Centro	x	x	x	x	x	x
Aveiro	19,5	20,3	19,5	19,1	19,5	18,6
Coimbra	21,2	20,8	20,6	20,1	21,0	20,7
Castelo Branco	21,0	21,7	21,0	21,3	22,5	21,3
Viseu	19,8	19,0	18,4	18,2	18,7	18,4
Lisboa	x	x	x	x	x	x
Lisboa	20,9	21,6	21,2	21,7	22,4	21,9
Alentejo	x	x	x	x	x	x
Portalegre	19,5	21,0	21,0	19,6	20,8	20,2
Évora	20,7	23,6	22,7	21,9	23,6	22,6
Beja	22,5	23,4	22,8	22,6	23,8	22,8
Algarve	x	x	x	x	x	x
Faro	22,0	22,2	22,1	21,9	22,6	22,3
R. A. Açores	x	x	x	x	x	x
Ponta Delgada	19,8	20,1	20,5	20,5	19,7	19,6
Angra do Heroísmo	19,5	20,0	21,4	20,6	19,5	19,3
Santa Cruz das Flores	20,0	20,4	20,6	21,0	19,9	19,8
R. A. Madeira	x	x	x	x	x	x
Funchal	22,1	23,2	23,3	23,4	23,3	23,0

Fonte: Instituto de Meteorologia, I. P.

Quadro 2.2 - Precipitação média por NUTS II e por estação meteorológica

Estações	Unidade: mm					
	1971-2000	2006	2007	2008	2009	2010
Norte	x	x	x	x	x	x
Viana do Castelo	1 470	1 504	786	1 081	1 457	1 447
Porto	1 254	1 183	635	997	1 110	1 172
Vila Real	1 074	1 121	607	826	1 120	1 269
Bragança	758	836	565	553	687	1 192
Centro	x	x	x	x	x	x
Aveiro	907	1 120	550	850	1 121	1 180
Coimbra	905	1 080	628	802	960	928
Castelo Branco	1 170	1 063	503	568	665	1 141
Viseu	758	1 495	703	1 050	1 409	1 427
Lisboa	x	x	x	x	x	x
Lisboa	726	926	490	716	953	1 598
Alentejo	x	x	x	x	x	x
Portalegre	852	1 075	652	680	753	947
Évora	609	652	459	479	564	852
Beja	572	571	344	489	489	817
Algarve	x	x	x	x	x	x
Faro	509	561	371	528	457	718
R.A. Açores	x	x	x	x	x	x
Ponta Delgada	967	1 085	1 053	667	771	1 412
Angra do Heroísmo	1 085	1 047	992	729	855	1 389
Santa Cruz das Flores	1 642	1 711	1 880	1 297	1 608	2 162
R.A. Madeira	x	x	x	x	x	x
Funchal	596	518	490	622	708	1 469

Fonte: Instituto de Meteorologia, I. P.



Quadro 2.3 - Gases de Efeito de Estufa por setor de emissão

Unidade: kt CO₂ eq.

Setor de emissão	Gases de Efeito de Estufa															
	CO ₂				CH ₄				N ₂ O				F-gases			
	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009
Total com LULUCF	50 904	48 135	45 863	41 923	12 657	12 297	12 637	12 808	4 939	5 164	4 935	4 641	872	955	1 046	1 116
Total sem LULUCF	62 871	60 751	59 374	56 078	12 651	12 296	12 636	12 804	4 879	5 106	4 879	4 586	872	955	1 046	1 116
Energia	57 418	54 889	53 690	51 912	595	625	880	1 067	590	580	619	611	x	x	x	x
Ind. Energia	21 911	19 810	19 650	19 505	8	7	8	8	140	127	132	137	x	x	x	x
Ind. Transformadora	9 912	9 993	9 611	8 279	56	58	56	56	94	99	98	93	x	x	x	x
Transportes	19 437	19 011	18 736	18 636	40	36	32	30	196	196	196	196	x	x	x	x
Outros	5 504	5 350	4 932	4 847	315	315	315	314	157	155	190	183	x	x	x	x
Emissões Fugitivas	654	726	761	646	176	208	469	658	3	3	3	2	x	x	x	x
Processos Industriais	5 209	5 620	5 454	3 952	12	12	14	11	441	451	392	126	872	955	1 046	1 116
Uso de solventes	243	242	230	213	0	0	0	0	59	77	52	86	x	x	x	x
Agricultura	0	0	0	0	4 674	4 646	4 628	4 558	3 219	3 413	3 261	3 238	x	x	x	x
Floresta e Alteração do	-11 967	-12 616	-13 512	-14 155	6	2	1	5	60	58	56	56	x	x	x	x
Resíduos	1	1	1	1	7 369	7 013	7 115	7 168	571	585	555	524	x	x	x	x

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente

Quadro 2.4 - Emissão de GEE por tipo de poluente

Unidade: kt CO₂ eq.

Ano	Emissão de GEE com LULUCF				Emissão de GEE sem LULUCF			
	CO ₂	CH ₄	N ₂ O	F-Gases	CO ₂	CH ₄	N ₂ O	F-Gases
2006	50 904	12 657	4 939	872	62 871	12 651	4 879	872
2007	48 135	12 297	5 164	955	60 751	12 296	5 106	955
2008	45 863	12 637	4 935	1 046	59 374	12 636	4 879	1 046
2009	41 923	12 808	4 641	1 116	56 078	12 804	4 586	1 116

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente

Quadro 2.5 - Potencial de efeito de estufa

Unidade: kt CO₂ eq.

Setor de emissão	2006	2007	2008	2009
Total com LULUCF	68 500	65 596	63 435	59 372
Total sem LULUCF	80 400	78 153	76 889	73 467
Energia	58 603	56 094	55 189	53 590
Ind. Energia	22 058	19 944	19 791	19 650
Ind. Transformadora	10 062	10 151	9 765	8 428
Transportes	19 672	19 243	18 965	18 862
Outros	5 977	5 820	5 436	5 345
Emissões Fugitivas	833	937	1 233	1 306
Processos Industriais	5 662	6 082	5 860	4 090
Uso de solventes	302	318	282	298
Agricultura	7 893	8 059	7 888	7 796
Floresta e Alteração do Uso do Solo	-11 901	-12 556	-13 454	-14 095
Resíduos	7 941	7 599	7 670	7 692

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente/Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Quadro 2.6 - Intensidade carbónica da economia nacional

Unidade: tCO₂eq. / 10⁶PIB.

Ano	Intensidade Carbónica da Economia
2006	507
2007	467
2008	453
2009	442

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente/Instituto Nacional de Estatística, I. P.



Quadro 2.7 - Concentração máxima diária da média octo-horária e eficiência, por estação

Tipo de Ambiente	Estação	Zona	Nome rede de qualidade do ar	Concentração máxima diária da média octo-horária ($\mu\text{g}/\text{m}^3$)				
				2006	2007	2008	2009	2010
Rural	Cerro	Algarve	Algarve	167,4	134,0	x	0,0	136,8
	Chamusca	Vale do Tejo e Oeste	Lisboa e Vale do Tejo	190,1	163,0	174,5	165,4	193,0
	Ervedeira	Centro Litoral	Centro	186,9	147,0	154,6	185,1	197,8
	Faial	Açores	Açores	0,0	111,8	135,1	147,3	125,3
	Fernando Pó	Península de Setúbal/Alcácer do Sal	Lisboa e Vale do Tejo	x	153,5	162,4	183,1	154,2
	Fornelo do Monte	Centro Interior	Centro	221,1	183,4	188,1	180,6	212,4
	Fundão	Centro Interior	Centro	171,4	134,5	147,5	142,8	163,5
	Lamas de Olo	Norte Interior	Norte	221,9	207,1	201,6	210,0	239,5
	Lourinhã	Vale do Tejo e Oeste	Lisboa e Vale do Tejo	x	x	x	160,4	168,7
	Monte Velho	Alentejo Litoral	Alentejo	184,0	117,8	144,1	141,5	149,1
	Montemor-o-Velho	Centro Litoral	Centro		65,5	152,4	157,8	186,8
	Senhora do Minho	Norte Litoral	Norte	183,8	152,6	154,9	123,3	132,8
	Terena	Alentejo Interior	Alentejo	136,5	125,4	106,8	103,4	110,0
Urbano	Alfragide/Amadora	Área Metropolitana de Lisboa Norte (a)	Lisboa e Vale do Tejo	167,3	151,1	137,1	117,3	128,3
	Alverca	Área Metropolitana de Lisboa Norte (a)	Lisboa e Vale do Tejo	x	x	x	171,3	153,2
	Arcos	Setúbal (a)	Lisboa e Vale do Tejo	171,9	132,2	159,0	161,8	149,7
	Avintes	Porto Litoral (a)	Norte	x	x	x	x	165,6
	Beato	Área Metropolitana de Lisboa Norte (a)	Lisboa e Vale do Tejo	175,5	142,3	156,5	122,3	134,7
	Camarinha	Setúbal (a)	Lisboa e Vale do Tejo	176,6	150,5	152,0	165,6	155,5
	Centro de Lacticínios	Vale do Sousa (a)	Norte	203,6	201,5	158,4	155,3	151,0
	Ermesinde	Porto Litoral (a)	Norte	172,0	174,0	160,6	212,8	164,3
	Fidalguinhos	Área Metropolitana de Lisboa Sul (a)	Lisboa e Vale do Tejo	x	x	x	79,7	157,9
	Instituto Geofísico de Coimbra	Coimbra (a)	Centro	171,6	133,1	130,1	171,8	167,6
	Joaquim Magalhães	Faro/Olhão (a)	Algarve	163,2	144,6	x	0,0	141,2
	Laranjeiro	Área Metropolitana de Lisboa Sul (a)	Lisboa e Vale do Tejo	181,3	166,4	159,8	146,8	143,1
	Loures	Área Metropolitana de Lisboa Norte (a)	Lisboa e Vale do Tejo	197,3	160,7	156,6	148,2	153,1
	Malpique	Albufeira/Loulé (a)	Algarve	160,6	154,3	x	0,0	139,5
	Mem-Martins	Área Metropolitana de Lisboa Norte (a)	Lisboa e Vale do Tejo	215,1	156,4	151,1	171,3	153,1
	Olivais	Área Metropolitana de Lisboa Norte (a)	Lisboa e Vale do Tejo	184,3	140,3	155,5	140,7	139,3
	Pontal	Portimão/Lagoa (a)	Algarve	174,1	146,4	x	0,0	x
	Quinta do Marquês	Área Metropolitana de Lisboa Norte (a)	Lisboa e Vale do Tejo	193,3	162,6	167,3	157,0	165,7
	Quinta Magnólia	Funchal (a)	Região Autónoma da	99,4	92,4	150,8	156,5	121,0
	Reboleira	Área Metropolitana de Lisboa Norte (a)	Lisboa e Vale do Tejo	193,8	158,7	163,8	148,1	160,1
	Restelo	Área Metropolitana de Lisboa Norte (a)	Lisboa e Vale do Tejo	192,6	161,4	159,8	151,6	163,1
	Santo Tirso	Vale do Ave (a)	Norte	183,1	178,9	176,9	176,4	193,3
	São Gonçalo	Funchal (a)	Região Autónoma da	71,8	96,0	104,1	114,9	106,6
	Sobreiras	Porto Litoral (a)	Norte	x	x	82,6	148,1	151,0
Suburbana	Paio Pires	Área Metropolitana de Lisboa Sul (a)	Lisboa e Vale do Tejo	185,8	157,5	128,6	165,7	159,2
	Ílhavo	Aveiro/Ílhavo (a)	Centro	211,1	195,1	149,3	154,8	187,4
	Horto	Braga (a)	Norte	168,6	178,3	129,7	123,5	169,1
	Vila Nova da Telha	Porto Litoral (a)	Norte	167,3	171,1	134,9	141,8	139,4
	Leça do Balio	Porto Litoral (a)	Norte	169,6	174,8	129,8	169,5	165,1
	Mindelo-Vila do Conde	Porto Litoral (a)	Norte	x	x	x	0,0	146,3
	Custóias	Porto Litoral (a)	Norte	x	x	x	165,4	148,9
	Calendário	Vale do Ave (a)	Norte	185,5	218,1	109,3	112,7	129,0

(continua)



Quadro 2.7 - Concentração máxima diária da média octo-horária e eficiência, por estação (cont.)

Tipo de Ambiente	Estação	Zona	Nome rede de qualidade do ar	Eficiência da estação				
				2006	2007	2008	2009	2010
Rural	Cerro	Algarve	Algarve	98,4	42,7	x	0,0	18,4
	Chamusca	Vale do Tejo e Oeste	Lisboa e Vale do Tejo	99,2	98,6	98,6	93,2	99,2
	Ervedeira	Centro Litoral	Centro	99,5	100,0	99,7	96,4	98,6
	Faial	Açores	Açores	11,5	81,6	59,3	40,3	88,0
	Fernando Pó	Península de Setúbal/Alcácer do Sal	Lisboa e Vale do Tejo	x	65,5	97,7	99,5	97,0
	Fornelo do Monte	Centro Interior	Centro	95,6	97,3	81,2	94,5	95,9
	Fundão	Centro Interior	Centro	98,6	97,8	96,7	98,6	95,3
	Lamas de Olo	Norte Interior	Norte	89,6	89,6	88,5	81,6	81,4
	Lourinhã	Vale do Tejo e Oeste	Lisboa e Vale do Tejo	x	x	x	94,0	97,3
	Monte Velho	Alentejo Litoral	Alentejo	92,1	41,9	88,3	98,6	63,0
	Montemor-o-Velho	Centro Litoral	Centro	18,6	98,4	92,6	98,9	
	Senhora do Minho	Norte Litoral	Norte	71,8	95,1	91,0	88,2	56,4
	Terena	Alentejo Interior	Alentejo	78,9	96,7	94,8	97,0	91,8
Urbano	Alfragide/Amadora	Área Metropolitana de Lisboa Norte (a)	Lisboa e Vale do Tejo	97,5	98,9	99,7	96,4	100,0
	Alverca	Área Metropolitana de Lisboa Norte (a)	Lisboa e Vale do Tejo	x	x	x	100,0	99,7
	Arcos	Setúbal (a)	Lisboa e Vale do Tejo	98,9	98,9	99,8	99,2	98,1
	Avintes	Porto Litoral (a)	Norte	x	x	x	x	46,9
	Beato	Área Metropolitana de Lisboa Norte (a)	Lisboa e Vale do Tejo	92,6	96,4	99,8	98,1	92,1
	Camarinha	Setúbal (a)	Lisboa e Vale do Tejo	98,4	98,4	95,4	97,3	98,6
	Centro de Lacticínios	Vale do Sousa (a)	Norte	96,4	95,3	92,1	91,2	74,3
	Ermesinde	Porto Litoral (a)	Norte	89,3	93,4	100,0	97,3	100,0
	Fidalguinhos	Área Metropolitana de Lisboa Sul (a)	Lisboa e Vale do Tejo	x	x	x	0,6	80,6
	Instituto Geofísico de Coimbra	Coimbra (a)	Centro	80,6	99,7	99,5	99,7	98,6
	Joaquim Magalhães	Faro/Olhão (a)	Algarve	94,8	94,3	x	0,0	57,3
	Laranjeiro	Área Metropolitana de Lisboa Sul (a)	Lisboa e Vale do Tejo	98,4	88,5	93,8	87,7	99,2
	Loures	Área Metropolitana de Lisboa Norte (a)	Lisboa e Vale do Tejo	89,0	94,8	95,3	90,1	82,5
	Malpique	Albufeira/Loulé (a)	Algarve	96,2	99,5	x	0,0	49,9
	Mem-Martins	Área Metropolitana de Lisboa Norte (a)	Lisboa e Vale do Tejo	95,9	97,0	97,7	100,0	89,9
	Olivais	Área Metropolitana de Lisboa Norte (a)	Lisboa e Vale do Tejo	100,0	93,7	92,0	98,9	91,0
	Pontal	Portimão/Lagoa (a)	Algarve	99,5	99,7	x	0,0	x
	Quinta do Marquês	Área Metropolitana de Lisboa Norte (a)	Lisboa e Vale do Tejo	100,0	96,7	99,6	99,7	99,5
	Quinta Magnólia	Funchal (a)	Região Autónoma da	98,4	99,7	99,2	98,9	96,7
	Reboleira	Área Metropolitana de Lisboa Norte (a)	Lisboa e Vale do Tejo	87,1	100,0	97,8	99,5	97,0
	Restelo	Área Metropolitana de Lisboa Norte (a)	Lisboa e Vale do Tejo	95,9	99,7	99,5	95,1	99,7
	Santo Tirso	Vale do Ave (a)	Norte	97,8	97,8	98,4	87,1	90,4
	São Gonçalo	Funchal (a)	Região Autónoma da	99,7	98,9	100,0	99,7	97,0
	Sobreiras	Porto Litoral (a)	Norte	x	x	15,9	98,1	100,0
Suburbana	Paio Pires	Área Metropolitana de Lisboa Sul (a)	Lisboa e Vale do Tejo	100,0	96,2	97,1	97,8	99,2
	Ilhavo	Aveiro/Ilhavo (a)	Centro	99,7	100,0	100,0	99,2	99,2
	Horto	Braga (a)	Norte	96,2	98,1	95,6	82,2	97,0
	Vila Nova da Telha	Porto Litoral (a)	Norte	99,7	95,3	97,8	91,5	99,5
	Leça do Balio	Porto Litoral (a)	Norte	95,3	73,2	87,4	88,5	95,3
	Mindelo-Vila do Conde	Porto Litoral (a)	Norte	x	x	x	0,0	70,1
	Custóias	Porto Litoral (a)	Norte	x	x	x	99,7	99,5
	Calendário	Vale do Ave (a)	Norte	92,3	89,3	89,3	93,7	95,3

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente

Nota: (a) aglomeração



Quadro 2.8 - Índice de qualidade do ar

Unidade: nº de dias

Zonas / Aglomerações	Classe de qualidade														
	2006						2007						2008		
	Nº total de Obser-vações	Muito Bom	Bom	Médio	Fraco	Mau	Nº total de Obser-vações	Muito Bom	Bom	Médio	Fraco	Mau	Nº total de Obser-vações	Muito Bom	Bom
Norte Litoral	189	3	140	41	5	0	280	2	231	45	2	0	245	47	198
Norte Interior	310	0	177	109	24	0	303	0	244	48	9	2	247	1	246
Braga (a)	325	5	167	70	80	3	358	4	179	93	76	6	274	54	220
Vale do Ave (a)	361	10	185	90	75	1	360	10	209	88	52	1	284	83	201
Vale do Sousa (a)	349	5	163	85	94	2	349	9	189	100	50	1	295	60	235
Porto Litoral (a)	365	9	187	85	82	2	365	19	158	98	89	1	264	28	236
Zona de Influência de Estarreja	354	16	191	71	76	0	308	11	132	92	72	1	184	22	162
Centro Interior	365	18	284	53	10	0	365	15	308	40	2	0	326	19	307
Aveiro/Ílhavo (a)	361	16	226	64	54	1	365	10	186	100	68	1	249	16	233
Centro Litoral	326	24	229	49	24	0	335	17	219	78	21	0	327	73	254
Coimbra (a)	301	19	201	51	30	0	344	43	209	65	27	0	282	60	222
Vale do Tejo e Oeste	352	20	261	56	15	0	336	15	262	57	2	0	303	15	288
AML Norte (a)	365	13	217	81	54	0	365	9	208	115	33	0	309	14	295
AML Sul (a)	365	16	224	71	54	0	365	6	177	117	64	1	251	7	244
Setúbal (a)	365	9	218	91	45	2	365	5	217	111	32	0	281	7	274
Península de Setúbal/Alcácer do Sal	x	x	x	x	x	x	215	6	137	59	13	0	292	13	279
Alentejo Litoral	364	18	212	83	45	6	349	30	194	78	47	0	341	23	318
Alentejo Interior	160	26	109	10	13	2	199	21	139	34	5	0	186	35	151
Algarve	318	3	259	48	8	0	79	3	64	12	0	0	x	x	x
Portimão/Lagoa (a)	362	3	183	113	63	0	352	5	157	125	65	0	x	x	x
Albufeira/Loulé (a)	354	6	203	113	32	0	363	5	223	107	28	0	x	x	x
Faro/Olhão (a)	358	7	246	81	24	0	356	7	243	88	17	1	x	x	x
Açores	x	x	x	x	x	x	204	10	194	0	0	0	70	0	70
Funchal (a)	355	49	241	36	25	4	365	41	243	53	28	0	317	25	292

Zonas / Aglomerações	Classe de qualidade														
	2008			2009						2010					
	Médio	Fraco	Mau	Nº total de Obser-vações	Muito Bom	Bom	Médio	Fraco	Mau	Nº total de Obser-vações	Muito Bom	Bom	Médio	Fraco	Mau
Norte Litoral	14	3	0	276	71	191	14	0	0	205	16	181	8	0	0
Norte Interior	60	15	0	294	2	194	83	13	2	170	0	141	27	2	0
Braga (a)	53	24	0	298	37	167	69	25	0	351	28	251	52	20	0
Vale do Ave (a)	52	19	0	363	47	231	62	23	0	365	63	261	31	10	0
Vale do Sousa (a)	34	8	0	333	49	235	41	8	0	269	45	190	29	4	1
Porto Litoral (a)	67	34	1	365	46	208	75	36	0	365	32	217	77	39	0
Zona de Influência de Estarreja	62	42	1	283	27	172	63	21	0	290	11	173	71	31	4
Centro Interior	33	3	0	361	19	283	58	1	0	365	8	291	59	6	1
Aveiro/Ílhavo (a)	81	35	1	362	15	239	85	23	0	286	6	188	79	13	0
Centro Litoral	34	5	0	364	30	287	43	4	0	363	17	282	57	7	0
Coimbra (a)	19	4	0	362	13	248	83	18	0	360	13	244	85	18	0
Vale do Tejo e Oeste	43	2	0	365	21	282	62	0	0	365	19	297	46	3	0
AML Norte (a)	41	16	0	365	23	243	85	14	0	365	17	257	78	13	0
AML Sul (a)	81	33	0	365	16	243	75	31	0	365	22	263	65	15	0
Setúbal (a)	72	12	0	365	13	246	88	18	0	365	15	275	68	7	0
Península de Setúbal/ Alcácer do Sal	44	8	0	332	16	232	76	8	0	322	16	242	58	6	0
Alentejo Litoral	20	2	0	357	23	281	50	3	0	357	54	265	32	6	0
Alentejo Interior	14	5	0	232	52	152	25	3	0	253	34	176	36	6	1
Algarve	x	x	x	x	x	x	x	x	x	0	0	0	0	0	0
Portimão/Lagoa (a)	x	x	x	x	x	x	x	x	x	0	0	0	0	0	0
Albufeira/Loulé (a)	x	x	x	x	x	x	x	x	x	63	0	37	25	1	0
Faro/Olhão (a)	x	x	x	x	x	x	x	x	x	116	6	100	9	1	0
Açores	2	0	0	4	0	4	0	0	0	236	43	190	3	0	0
Funchal (a)	35	12	2	359	62	266	23	8	0	345	21	284	32	8	0

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente

Nota: (a) aglomeração



Quadro 2.9 - Concentração média anual de PM₁₀, por estação

Estações por NUTS II (NUTS - 2001)	Média anual de PM ₁₀ (µg/m ³)				
	2006	2007	2008	2009	2010
Portugal	30,9	31,6	25,7	25,3	24,6
Norte	36,8	35,0	26,7	26,6	26,4
Antas	36,4	35,2	25,6	26,2	x
Avintes	x	x	x	x	27,2
Boavista	39,5	36,6	27,8	27,4	x
Burgães-Santo Tirso	x	x	x	19,5	20,2
Calendário	31,6	28,2	21,8	25,2	21,7
Centro de Lacticínios	38,0	30,0	13,7	13,5	x
Circular Sul	47,0	51,0	30,5	37,5	x
Cónego Dr. Manuel Faria-Azurém	x	x	x	x	20,0
Custóias	38,2	35,1	22,8	24,7	27,6
Douro Norte	x	x	x	x	16,8
Ermesinde	39,8	38,6	29,0	30,2	29,0
Espinho	42,5	43,5	36,9	39,9	39,3
Fr Bartolomeu Mártires-S.Vitor	x	x	x	x	32,3
Francisco Sá Carneiro-Campanha	x	x	x	x	27,9
Frossos-Braga	x	x	x	x	18,1
Guimarães-Centro	44,6	36,0	32,2	30,8	x
Horto	28,4	28,8	24,5	20,3	x
Lamas de Olo	25,9	19,4	15,7	20,4	x
Leça do Balio	37,5	38,0	41,8	29,2	26,1
Matosinhos	41,3	42,4	28,7	28,2	32,1
Mindelo-Vila do Conde	x	x	x	x	25,7
Minho-Lima	x	x	x	x	13,7
Mouzinho de Albuquerque-Cedofeita	x	x	x	x	24,2
Paços de Ferreira	x	x	x	x	16,7
Paredes-Centro	42,0	36,4	26,0	25,3	x
Pe Moreira Neves-Castelões de Cepeda	x	x	x	x	25,2
Perafita	35,8	36,8	30,7	31,7	30,2
Santo Tirso	33,2	31,3	18,0	19,5	23,8
Senhora da Hora	40,3	39,6	29,4	33,1	40,0
Senhora do Minho	14,5	16,1	14,2	15,9	x
Sobreiras	x	x	x	24,8	25,0
Vermoin	37,6	38,6	25,5	26,2	25,4
Vila do Conde	45,9	43,4	39,7	37,2	26,1
Vila Nova da Telha	33,3	29,8	25,8	24,4	45,9
Centro	26,3	27,2	20,3	22,3	23,6
Aveiro	33,8	40,9	37,3	35,8	34,3
Coimbra/ Avenida Fernão Magalhães	x	x	11,9	33,2	33,0
Ervedeira	25,4	25,4	15,5	15,6	20,3
Estarreja/Teixuqueira	35,5	37,9	32,2	29,8	29,8
Fornelo do Monte	10,7	9,5	10,5	12,5	15,0
Fundão	21,8	14,8	11,6	12,5	14,5
Ílhavo	28,0	28,0	26,8	20,8	25,7
Instituto Geofísico de Coimbra	29,1	27,4	17,1	20,1	19,5
Montemor-o-Velho	x	33,3	20,2	20,5	20,6
Lisboa e Vale do Tejo	32,9	32,3	28,2	27,0	25,9
Alfragide/Amadora	35,4	32,6	26,4	24,6	23,8
Alto Seixalinho	x	34,1	35,8	34,2	33,5
Alverca	x	x	x	23,2	22,4
Arcos	x	x	26,4	26,6	22,0
Avenida da Liberdade	49,2	48,8	41,1	39,4	41,3
Camarinha	32,8	28,3	23,9	24,8	22,3
Cascais-Mercado	38,6	36,8	31,1	30,2	27,8
Chamusca	22,6	20,0	16,0	16,3	16,6
Entrecampos	40,6	37,0	30,2	30,2	31,7
Escavadeira	38,7	39,9	34,0	25,5	22,0
Fernando Pó	x	27,8	21,3	21,8	19,6
Fidalquinhos	x	x	x	x	23,9
Laranjeiro	29,1	29,4	23,7	30,4	25,9
Lavradio	30,6	38,1	30,4	23,8	23,6
Loures-Centro	31,2	28,3	23,4	27,8	25,2
Lourinhã	x	x	20,3	18,9	16,6
Mem Martins	26,0	28,1	21,0	22,7	21,6
Odivelas-Ramada	32,4	30,5	23,3	24,2	26,4
Olivais	30,7	28,1	23,7	26,2	28,1
Paio Pires	x	39,0	36,5	35,9	36,5
Quebedo	34,0	34,9	28,7	28,7	28,0
Quinta do Marquês	28,4	27,2	22,4	23,5	21,6
Reboleira	29,1	25,1	19,2	21,0	19,8
Restelo	29,3	31,7	26,2	27,4	25,7
Santa Cruz de Benfica	x	x	63,6	40,0	42,7
Alentejo	0,5	30,9	21,7	25,3	26,2
Monte Velho	0,0	30,0	21,6	23,5	x
Sines	1,0	37,7	22,3	29,0	31,1
Terena	0,6	24,8	21,1	23,4	21,3
Algarve	30,1	29,6	x	x	17,4
Afonso III	32,2	30,8	x	x	11,5
Cerro	18,1	16,6	x	x	10,9
David Neto	39,8	44,5	x	x	33,2
Joaquim Magalhães	24,5	25,1	x	x	24,7
Malpique	25,3	27,3	x	x	17,2
Monte Velho	x	x	x	x	22,5
Município	40,6	37,1	x	x	2,0
Pontal	30,4	25,5	x	x	x
Açores	8,6	7,8	11,3	4,9	6,7
Faial	8,6	7,8	11,3	4,9	6,7
Madeira	29,9	29,7	24,8	20,4	23,9
Porto Santo	29,2	28,4	19,2	16,7	19,0
Quinta Magnólia	34,8	33,7	26,0	20,7	29,0
São Gonçalo	20,0	22,5	19,8	14,6	16,2
São João	35,7	34,1	34,4	29,6	31,6



Quadro 2.10 - Concentração média anual de PM_{2,5}, por estação

Estações por NUTS II (NUTS - 2001)	Média anual de PM _{2,5} (µg/m ³)				
	2006	2007	2008	2009	2010
Portugal	13	12	9	9	9
Norte	15	14	8	8	8
Alfragide/Amadora	x	x	12	x	12
Centro de Lacticínios	x	x	x	8	x
Douro Norte	x	x	x	x	4
Minho-Lima	x	x	x	x	8
Lamas de Olo	11	11	4	5	x
Paços de Ferreira	x	x	x	x	7
Senhora do Minho	11	11	8	10	x
Sobreiras	x	x	x	9	8
Vermoim	22	21	8	8	9
Centro	16	15	10	10	11
Ervedeira	14	11	16	7	12
Estarreja/Teixugueira	25	24	6	15	15
Fundão	10	8	9	7	7
Lisboa e Vale do Tejo	16	15	10	10	10
Alfragide/Amadora	19	17	x	11	x
Camarinha	x	x	9	10	9
Chamusca	11	11	8	9	9
Entrecampos	19	17	12	13	14
Fernando Pó	x	x	9	9	7
Laranjeiro	x	x	11	12	9
Lourinhã	x	x	11	9	6
Mem Martins	x	x	8	8	8
Olivaes	14	15	11	11	13
Alentejo	12	14	10	10	11
Monte Velho	13	14	10	11	13
Terena	10	14	10	10	9
Algarve	12	11	x	x	9
Afonso III	14	12	x	x	x
Cerro	8	8	x	x	x
Joaquim Magalhães	13	13	x	x	9
Açores	2	3	4	3	3
Faial	2	3	4	3	3
Madeira	10	6	7	7	7
Porto Santo	3	6	1	1	2
Quinta Magnólia	7	10	7	5	5
São Gonçalo	9	10	7	7	8
São João	22	1	13	13	14

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente

Quadro 2.11 - Emissão de substâncias precursoras de ozono troposférico, por poluente e por setor de emissão

Unidade: kt

Setor de Emissão	Poluente									
	NOx					COVNM				
	1990	2006	2007	2008	2009	1990	2006	2007	2008	2009
Total	235	270	259	246	239	306	201	198	193	179
Energia	229	262	251	238	231	173	66	62	59	55
Ind. Energia	66	52	45	42	42	0	1	1	1	1
Ind. Transformadora	47	63	64	61	57	8	12	12	12	11
Transportes	86	119	115	108	105	141	31	28	24	21
Outros	29	28	28	27	26	24	21	21	22	22
Emissões Fugitivas	0	0	0	0	0	22	20	20	19	16
Processos Industriais	3	5	5	5	5	28	31	31	31	30
Uso de solventes	0	0	0	0	0	75	74	73	70	64
Agricultura	3	2	2	2	2	4	4	4	4	4
Resíduos	0	1	1	1	1	3	7	8	10	9

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente



Quadro 2.12 - Emissão de substâncias acidificantes e eutrofizantes por poluente e setor de emissão

Unidade: kt

Setor de emissão	Poluente														
	NOx					SOx					NH ₃				
	1990	2006	2007	2008	2009	1990	2006	2007	2008	2009	1990	2006	2007	2008	2009
Total	235	269	258	246	238	295	158	152	111	76	63	50	51	49	48
Energia	229	262	251	238	231	280	141	134	94	66	1	2	2	2	2
Ind. Energia	66	52	45	42	42	176	102	95	58	33	0	0	0	0	0
Ind. Transformadora	47	63	64	61	57	81	32	31	29	27	1	1	1	1	1
Transportes	86	119	115	108	105	14	2	2	2	2	0	2	1	1	1
Outros	29	28	28	27	26	9	5	5	4	4	0	0	0	0	0
Emissões Fugitivas	0	0	0	0	0	1	7	7	6	5	0	0	0	0	0
Processos Industriais	3	5	5	5	5	13	9	11	11	5	2	2	2	2	1
Uso de solventes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Agricultura	3	2	2	2	2	0	0	0	0	0	51	44	45	43	43
Resíduos	0	1	1	1	1	0	0	0	0	0	9	2	2	2	2

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente

Quadro 2.13 - Despesa das Administrações Públicas na Proteção da qualidade do ar e clima, por setor institucional e agregado económico

Unidade: 10³ EUR

Setores institucionais e agregados económicos	Anos				
	2006	2007	2008	2009	2010
Administrações Públicas					
Total das despesas	260	239	1 346 (Rv)	2 687 (Rv)	5 689
Despesas correntes	244	139	1 168	2 599	5 675
Despesas com o pessoal	76	30	94	164	171
Aquisição de bens e serviços	166	104	1 015	2 255	5 435
Transferências correntes	0	3	58	180	23
Outras despesas correntes	1	2	0	0	46
Despesas de capital	15	100	179	88	15
Investimentos	15	100	179	88	15
Transferências de capital	0	0	0	0	0
Outras despesas de capital	0	0	0	0	0
Administração Central					
Total das despesas	0	149	1 149 (Rv)	2 434 (Rv)	5 388
Despesas correntes	0	77	1 120	2 424	5 387
Despesas com o pessoal	0	25	72	73	72
Aquisição de bens e serviços	0	52	990	2 177	5 300
Transferências correntes	0	0	58	174	16
Outras despesas correntes	0	0	0	0	0
Despesas de capital	0	73	28	10	1
Investimentos	0	73	28	10	1
Transferências de capital	0	0	0	0	0
Outras despesas de capital	0	0	0	0	0
Administração Regional - Açores					
Total das despesas	0	0	0	0	0
Despesas correntes	0	0	0	0	0
Despesas com o pessoal	0	0	0	0	0
Aquisição de bens e serviços	0	0	0	0	0
Transferências correntes	0	0	0	0	0
Outras despesas correntes	0	0	0	0	0
Despesas de capital	0	0	0	0	0
Investimentos	0	0	0	0	0
Transferências de capital	0	0	0	0	0
Outras despesas de capital	0	0	0	0	0
Administração Regional - Madeira					
Total das despesas	139	41	12	32	75
Despesas correntes	124	31	8	32	61
Despesas com o pessoal	0	0	0	0	0
Aquisição de bens e serviços	124	31	8	32	61
Transferências correntes	0	0	0	0	0
Outras despesas correntes	0	0	0	0	0
Despesas de capital	15	10	4	0	14
Investimentos	15	10	4	0	14
Transferências de capital	0	0	0	0	0
Outras despesas de capital	0	0	0	0	0
Administração Local					
Total das despesas	121	49	186	221	227
Despesas correntes	120	32	40	143	227
Despesas com o pessoal	76	6	22	91	99
Aquisição de bens e serviços	42	22	18	47	75
Transferências correntes	0	3	0	6	7
Outras despesas correntes	1	2	0	0	46
Despesas de capital	1	18	146	78	0
Investimentos	1	18	146	78	0
Transferências de capital	0	0	0	0	0
Outras despesas de capital	0	0	0	0	0

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.





**Águas
residuais**

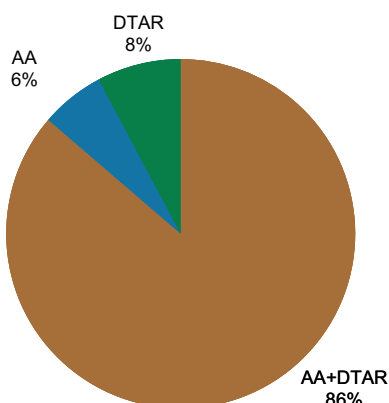
3 - ÁGUAS RESIDUAIS

- Os dados apresentados neste capítulo referem-se essencialmente aos volumes de águas residuais geridas e tratadas pelos sistemas públicos urbanos, na sua grande maioria, assegurados por gestão e organização direta de municípios ou associações de municípios pelas razões naturais decorrentes da legislação de enquadramento e organização do setor, bem como pelas competências institucionais das autarquias locais na matéria. O municipalismo assumiu desde sempre uma importância muito forte na organização, gestão ativa e desenvolvimento do setor por razões de operacionalização e da inerente proximidade do problema do saneamento dos aglomerados populacionais e das comunidades que se estabeleceram e desenvolveram no território.



3.1 – SISTEMAS URBANOS DE DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

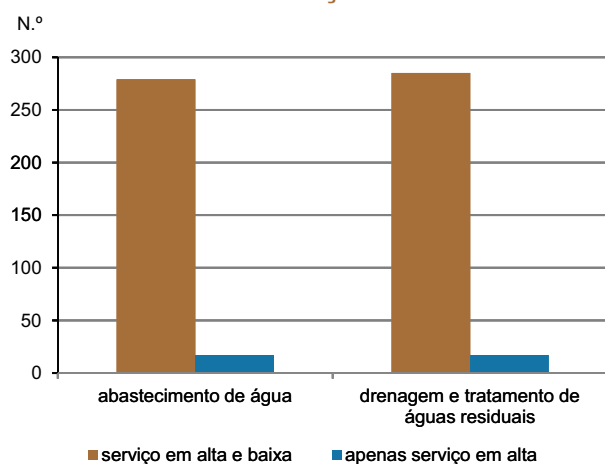
Figura 3.1 - Entidades gestoras por natureza de serviço



AA = Apenas Abastecimento de Água.
 DTAR = Apenas Drenagem e Tratamento de Águas Residuais.
 AA + DTAR = Conjugam as duas vertentes de atividade anteriores.
 Fonte: INSAAR (INAG, I. P.)

Os serviços de águas prestados pelos sistemas públicos de abastecimento de água e drenagem e tratamento de águas residuais evoluíram recentemente para uma diversidade de soluções que divide os serviços de águas num nível de atuação em alta e em baixa, variando consoante o âmbito do serviço. No caso do abastecimento de água, entende-se o serviço em alta como a captação e tratamento de água, sendo o serviço em baixa a distribuição ao domicílio por rede. No caso da drenagem e tratamento de águas residuais, entende-se o serviço em baixa como a drenagem das águas residuais por rede a partir dos domicílios familiares até a entrada em ETAR, considerando-se o tratamento e a consequente rejeição das águas residuais como o serviço em alta.

Figura 3.2 - Entidades gestoras por tipologia de serviço



Fonte: INSAAR (INAG, I. P.)

No âmbito dos sistemas públicos de abastecimento de água atuaram em 2009, no território continental, 321 entidades verificando-se que 19 (6%) se dedicaram em exclusivo à vertente de abastecimento de água, 25 (8%) em exclusivo a atividades de drenagem e tratamento de águas residuais e 277 (86%) realizaram atividades em ambas as vertentes dos serviços de águas. Este facto está associado à atuação e competências das autarquias locais na garantia das necessidades das comunidades locais em matéria de acesso à água e de saneamento.

Em termos de organização do serviço, verifica-se que a generalidade das instituições combina os dois níveis de serviço, verificando-se que apenas 17 empresas atuam exclusivamente no serviço em alta, quer no abastecimento quer na drenagem e tratamento de águas residuais.

As entidades gestoras que prestam os serviços às populações seguem diferentes regimes de organização empresarial e de natureza jurídica, verificando-se algumas diferenças consoante o âmbito de atuação.

Aferindo a natureza destas entidades de acordo com a população servida pelas mesmas, verifica-se que os serviços municipalizados, em conjunto com os municípios e associações de municípios, constituem o tipo de Entidade Gestora (EG) que serve mais de 70% da população abrangida por redes de drenagem de águas residuais (serviço em baixa).

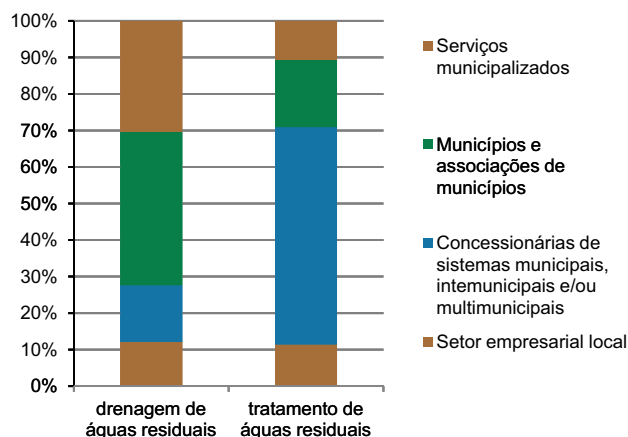
No caso da população servida por tratamento de águas residuais (serviço em alta), verifica-se que as concessões municipais, intermunicipais e multimunicipais assumem maior preponderância proporcionando os serviços de tratamento de águas residuais a 60% da população servida.



Não tendo sido possível até à data dispor dos dados de 2010 do Inventário Nacional de Sistemas de Água e Águas Residuais (INSAAR) provenientes do Instituto da Água, a análise do domínio “Gestão de águas residuais” centra-se no período 2006-2009.

No âmbito da atividade de gestão de águas residuais efetuada pelos sistemas públicos urbanos do Continente, o volume de águas residuais drenadas pelas respetivas redes ascendeu a 475 milhões de m³ em 2009, correspondente a 82% do total de 577 milhões de m³ de águas residuais rejeitadas.

Figura 3.3 - Entidades gestoras por serviço e tipo de organização



Fonte: INSAAR (INAG, I. P.)

No ano de 2009, para o conjunto do território continental, registou-se em termos médios um volume de 60 m³ de águas residuais geradas *per capita*, o que corresponde a um valor na ordem de 164 litros de águas residuais geradas por dia, por habitante.

No mapa é possível observar a diferenciação do território continental de acordo com os intervalos de volumes de águas residuais drenadas em cada um dos municípios.

Constata-se que na generalidade dos municípios a produção diária *per capita* em litros de água utilizada se situa entre os 100 a 200 litros, intervalo em que se localiza a média dos registos por municípios (146,5 litros dia/habitante) para o conjunto dos 234 municípios de que se dispõe de dados no território continental.

No conjunto dos 10 municípios que apresentam os valores mais elevados de drenagem de águas residuais por habitante (litros dia/habitante), o valor médio por município (Castelo Branco, Manteigas, Ansião, Lagos, Castro Marim, Portalegre, Coimbra, Caminha, Lagoa e São João da Madeira) atinge os 398,8 litros, em 2009, verificando-se que todos os municípios registam valores acima de 300 litros dia/habitante.

Na situação oposta, com uma média de apenas 35,5 litros dia de águas residuais geradas por habitante, estão os 10 municípios que registam valores mais baixos (Oliveira de Azeméis, Sertã, Terras de Bouro, Seixal, Felgueiras, Alfândega da Fé, Lousada, Paredes, Alijó e Oliveira do Hospital), salientando-se que todos eles registam *per si* valores médios abaixo de 50 litros dia/habitante.

Figura 3.4 - Águas residuais geradas *per capita*

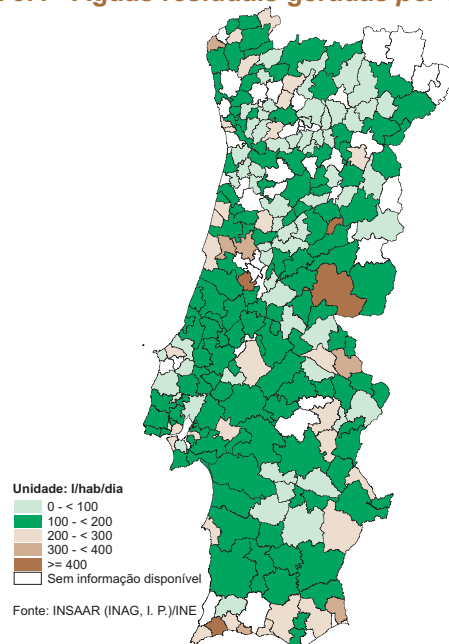
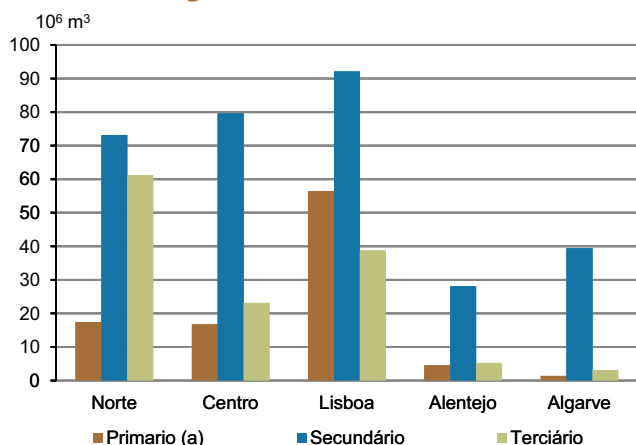


Figura 3.5 - Águas residuais tratadas por região segundo nível de tratamento



(a) Inclui volumes tratados nível não especificado e preliminar.

Fonte: INSAAR (INAG, I. P.)

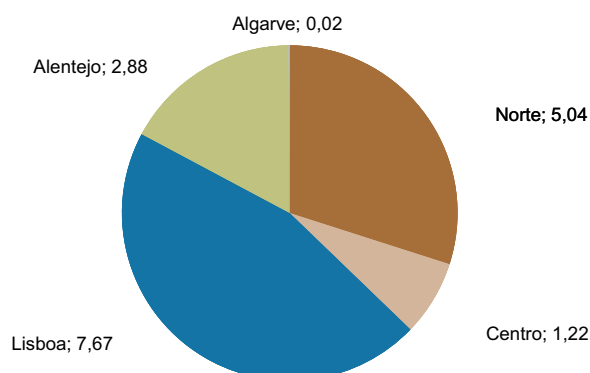
Em 2009, 540 milhões de m³ de águas residuais foram sujeitas a tratamento; cerca de 57% foram submetidas ao nível de tratamento secundário e 25% a nível terciário. Segue-se por fim o tratamento primário e inferior, e casos não especificados, que representam 17% das águas residuais tratadas.

Verifica-se que em todas as regiões, o nível de tratamento secundário constitui sempre o preponderante em termos absolutos e relativos. Todavia, na região Norte (152 milhões de m³ em 2009) o tratamento terciário assume já grande relevo com cerca de 40% das águas residuais tratadas a serem submetidas a este nível máximo, antes de rejeitadas para o ambiente.

Em todas as outras regiões do Continente, o peso relativo do nível terciário é muito mais baixo, particularmente na região do Algarve, em que apenas 7% das águas residuais tratadas é sujeita a tratamento terciário.

No cômputo do território continental, apenas 24% das águas residuais tratadas é submetida a tratamento terciário. Ainda assim, o tratamento terciário vem assumindo gradualmente maior expressão, sendo já, em termos relativos, superior ao tratamento primário, o qual já só representa 17% das águas tratadas.

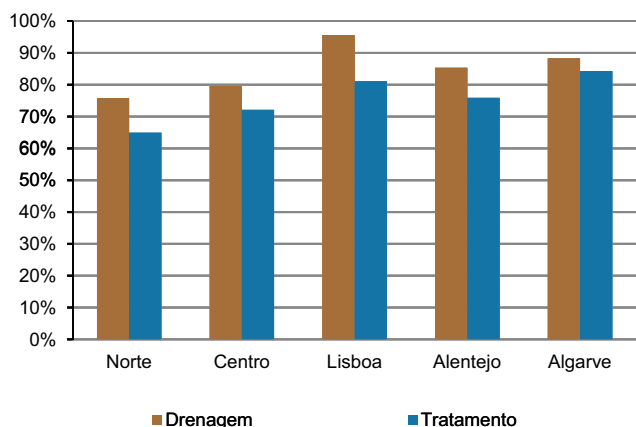
Figura 3.6 - Águas residuais não tratadas por região (10⁶ m³)



Fonte: INSAAR (INAG, I. P.)

No que se refere à rejeição de águas residuais não tratadas, verifica-se que a maior parte ocorre na região de Lisboa e ascende a 7 milhões de m³, cerca de 45% do total de águas residuais não tratadas. Este facto deve-se em grande parte à concentração populacional na área urbana de Lisboa e ao facto de existirem zonas de Lisboa que, embora servidas por drenagem, não estavam abrangidas por tratamento de águas residuais.

Figura 3.7 - Atendimento de serviços de drenagem e tratamento por regiões



Fonte: INSAAR (INAG, I. P.)

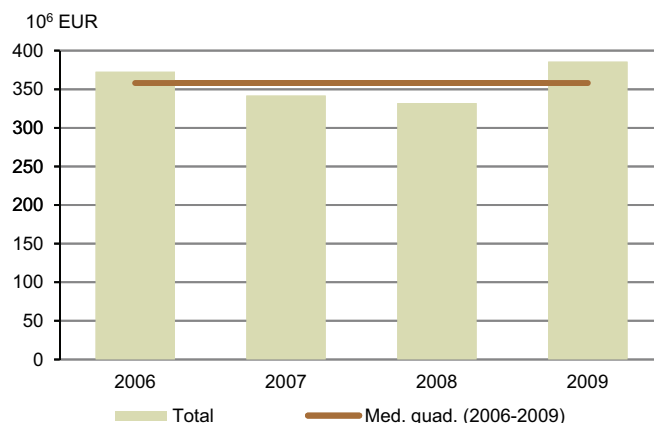
Verifica-se que Lisboa é a região com a maior proporção de população servida por drenagem (95%), embora seja o Algarve, a região em que o nível de atendimento de tratamento de águas residuais atinge maior proporção (84%).



3.2 - DESPESAS NA GESTÃO DE ÁGUAS RESIDUAIS

A “Gestão de águas residuais” é uma das áreas mais sensíveis e com maior impacto no ambiente, o que justifica o elevado montante das verbas envolvidas. No período em análise, foi possível observar um decréscimo nos anos de 2007 e 2008, que se ficou a dever essencialmente à diminuição dos gastos com o programa “Gestão e ordenamento de bacias hidrográficas e zonas costeiras” que acabou por ser compensado pelo aumento da despesa ocorrido em 2009.

Figura 3.8 - Despesa das Administrações Públicas na Gestão de águas residuais

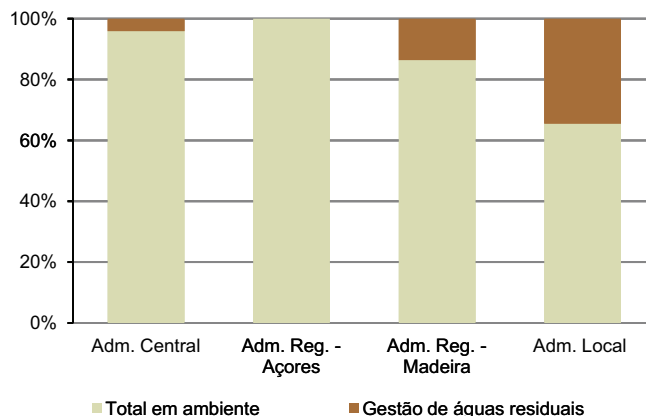


Fonte: INE

Mais de 1/3 dos gastos da Administração Local foi aplicada neste domínio, nomeadamente na atividade de saneamento de águas residuais urbanas na vertente “em baixa” que corresponde à recolha e drenagem de águas residuais, asseguradas maioritariamente pelos serviços municipais e municipalizados do país. Em 2009, a despesa deste setor atingiu 368 milhões de euros, mais 24% em comparação com o ano anterior.

Na Região Autónoma da Madeira, a contribuição da “Gestão de águas residuais” no total das despesas em ambiente foi de 14%, valor que representa um decréscimo de 8 p.p. face a 2008.

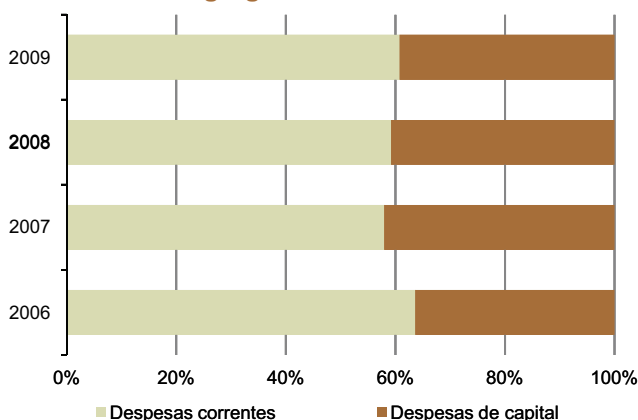
Figura 3.9 - Percentagem da Gestão de águas residuais no total da despesa em ambiente, por setor institucional (2009)



Fonte: INE

Cerca de 3/5 dos gastos foram aplicados em “Despesas correntes”, nomeadamente em gastos gerais e de exploração e gestão relativos à operação e manutenção de infraestruturas associados aos serviços de recolha e drenagem de águas residuais pela Administração Local. Por sua vez, as “Despesas de capital”, constituídas maioritariamente por “Investimentos”, tem mantido o mesmo peso ao longo do período em análise e ascenderam a 151 milhões de euros, em 2009, mais 12% que no ano transato.

Figura 3.10 - Despesa das Administrações Públicas na Gestão de águas residuais, por agregado económico



Fonte: INE



3.3 - QUADROS DE RESULTADOS

Quadro 3.1 - Águas residuais drenadas por região segundo o setor de atividade de origem

Unidade: 10³ m³

NUTS III	Águas residuais drenadas segundo o setor/atividade								
	2007			2008			2009		
	Total	Doméstico	Outros	Total	Doméstico	Outros	Total	Doméstico	Outros
Portugal	x	x	x	x	x	x	x	x	x
1 Continente	395 985	378 366	17 618	444 171	431 418	12 753	475 802	439 399	36 403
11 Norte	111 815	109 576	2 239	123 832	121 644	2 189	130 607	113 184	17 423
111 Minho-Lima	5 892	5 892	0	6 551	6 551	0	8 502	8 502	0
112 Cávado	16 383	16 184	199	14 500	14 500	0	13 385	13 385	0
113 Ave	10 714	10 714	0	6 812	6 663	149	8 321	8 200	121
114 Grande Porto	52 360	50 748	1 612	71 017	69 404	1 612	74 269	57 870	16 399
115 Tâmega	8 657	8 502	155	8 184	7 990	194	10 020	9 817	203
116 Entre Douro e Vouga	4 584	4 361	223	6 861	6 677	185	5 475	4 815	660
117 Douro	6 306	6 285	22	4 152	4 132	20	5 438	5 437	1
118 Alto Trás-os-Montes	6 920	6 892	29	5 756	5 727	29	5 198	5 160	38
16 Centro	106 417	97 994	8 423	116 318	113 370	2 948	108 073	103 976	4 097
161 Baixo Vouga	18 921	15 658	3 264	22 744	21 071	1 672	15 728	13 988	1 741
162 Baixo Mondego	17 854	17 854	0	23 039	23 039	0	24 395	23 873	522
163 Pinhal Litoral	7 822	7 817	5	7 083	6 435	648	9 906	9 376	530
164 Pinhal Interior Norte	4 135	4 135	0	3 734	3 734	0	2 469	2 469	0
165 Dão-Lafões	15 726	12 637	3 089	24 488	24 486	2	7 946	7 944	2
166 Pinhal Interior Sul	922	922	0	601	601	0	857	857	0
167 Serra da Estrela	1 440	1 440	0	1 429	1 429	0	1 683	1 683	0
168 Beira Interior Norte	6 320	6 262	58	5 283	5 225	58	5 610	5 549	61
169 Beira Interior Sul	4 527	3 324	1 203	4 718	4 718	0	13 232	13 232	0
16A Cova da Beira	4 864	4 524	340	4 400	4 083	317	4 102	3 802	300
16B Oeste	12 686	12 686	0	9 787	9 787	0	13 566	12 682	884
16C Médio Tejo	11 200	10 735	465	9 012	8 761	251	8 580	8 523	57
17 Lisboa	111 816	106 493	5 323	139 679	134 209	5 470	170 978	161 096	9 882
171 Grande Lisboa	81 674	76 350	5 323	104 105	98 635	5 470	138 827	128 945	9 882
172 Península de Setúbal	30 142	30 142	0	35 574	35 574	0	32 151	32 151	0
18 Alentejo	31 266	30 482	784	28 606	28 325	281	34 177	33 396	780
181 Alentejo Litoral	3 884	3 884	0	1 928	1 928	0	4 241	4 241	0
182 Alto Alentejo	6 391	6 389	2	6 761	6 685	76	6 787	6 638	149
183 Alentejo Central	7 486	7 484	2	7 541	7 541	0	7 694	7 688	6
184 Baixo Alentejo	5 243	4 705	538	5 753	5 753	0	6 348	5 722	625
185 Lezíria do Tejo	8 263	8 020	243	6 624	6 418	206	9 108	9 108	0
15 Algarve	34 670	33 822	849	35 735	33 870	1 865	31 966	27 746	4 221
2 Região Autónoma dos Açores	x	x	x	x	x	x	x	x	x
3 Região Autónoma da Madeira	x	x	x	x	x	x	x	x	x

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais - Instituto da Água, I.P.



Quadro 3.2 - Águas residuais tratadas por região segundo o nível de tratamento aplicado

Unidade: 10³ m³

NUTS III	Águas residuais tratadas								
	2007			2008			2009		
	Total	Terciário	Outro inferior ou não especificado	Total	Terciário	Outro inferior ou não especificado	Total	Terciário	Outro inferior ou não especificado
Portugal	x	x	x	x	x	x	x	x	x
1 Continente	458 067	108 271	349 796	496 243	8 786	487 457	540 074	131 238	408 837
11 Norte	146 834	56 412	90 422	146 997	522	146 475	151 645	61 114	90 532
111 Minho-Lima	6 444	0	6 444	6 627	73	6 554	9 761	0	9 760
112 Cávado	14 728	10 508	4 220	12 758	0	12 758	22 001	10 001	12 000
113 Ave	28 489	15 634	12 855	30 024	0	30 024	26 794	26 733	60
114 Grande Porto	60 732	29 318	31 414	67 896	0	67 896	59 612	18 630	40 982
115 Tâmega	8 752	138	8 614	7 986	9	7 978	9 246	2 377	6 869
116 Entre Douro e Vouga	8 402	0	8 402	7 098	0	7 098	8 431	0	8 431
117 Douro	9 429	815	8 614	8 303	260	8 043	7 799	3 081	4 718
118 Alto Trás-os-Montes	9 858	0	9 858	6 305	180	6 124	8 002	291	7 711
16 Centro	89 516	10 353	79 163	114 095	7 740	106 356	119 497	23 142	96 355
161 Baixo Vouga	16 717	0	16 717	17 693	0	17 693	20 851	0	20 851
162 Baixo Mondego	7 813	3 055	4 758	22 466	487	21 979	23 871	1 188	22 683
163 Pinhal Litoral	9 948	114	9 833	8 625	5 442	3 183	11 523	7 054	4 469
164 Pinhal Interior Norte	3 815	516	3 298	3 270	51	3 219	3 608	217	3 391
165 Dão-Lafões	7 891	154	7 736	19 062	479	18 584	6 874	84	6 791
166 Pinhal Interior Sul	1 087	0	1 087	882	0	882	1 151	2	1 149
167 Serra da Estrela	804	0	804	1 004	0	1 004	1 572	1 040	532
168 Beira Interior Norte	6 498	0	6 498	4 521	1 031	3 490	6 530	1 893	4 637
169 Beira Interior Sul	5 317	0	5 317	6 142	25	6 117	8 165	43	8 122
16A Cova da Beira	1 595	0	1 595	2 389	185	2 204	4 573	35	4 538
16B Oeste	16 535	2 688	13 847	17 331	3	17 328	19 963	4 710	15 253
16C Médio Tejo	11 496	3 826	7 670	10 710	36	10 674	10 817	6 875	3 942
17 Lisboa	161 412	32 227	129 185	169 859	43	169 815	187 254	38 704	148 550
171 Grande Lisboa	138 014	28 526	109 487	144 120	0	144 120	157 425	35 040	122 385
172 Península de Setúbal	23 399	3 701	19 698	25 739	43	25 696	29 829	3 663	26 165
18 Alentejo	28 493	6 878	21 615	28 042	219	27 824	37 847	5 239	32 608
181 Alentejo Litoral	3 844	19	3 825	2 462	0	2 462	8 542	91	8 452
182 Alto Alentejo	7 574	2 839	4 735	8 065	78	7 987	7 159	3 606	3 553
183 Alentejo Central	5 928	3 432	2 495	6 363	44	6 319	8 470	907	7 563
184 Baixo Alentejo	4 793	587	4 206	5 125	0	5 125	5 263	635	4 627
185 Lezíria do Tejo	6 354	0	6 354	6 028	97	5 931	8 413	0	8 413
15 Algarve	31 812	2 401	29 411	37 250	262	36 987	43 830	3 039	40 791
2 Região Autónoma dos Açores	x	x	x	x	x	x	x	x	x
3 Região Autónoma da Madeira	x	x	x	x	x	x	x	x	x

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais - Instituto da Água, I.P.



Quadro 3.3 - Águas residuais não tratadas por região

Unidade: 10³ m³

NUTS III	Águas residuais não tratadas		
	2007	2008	2009
Portugal	x	x	x
1 Continente	31 289	19 952	16 827
11 Norte	5 590	3 682	5 037
111 Minho-Lima	342	342	38
112 Cávado	57	0	0
113 Ave	49	0	0
114 Grande Porto	2 894	2 622	3 005
115 Tâmega	4	0	5
116 Entre Douro e Vouga	461	402	402
117 Douro	96	88	60
118 Alto Trás-os-Montes	1 686	227	1 527
16 Centro	3 706	1 146	1 225
161 Baixo Vouga	39	0	0
162 Baixo Mondego	258	0	57
163 Pinhal Litoral	0	0	0
164 Pinhal Interior Norte	35	48	28
165 Dão-Lafões	33	14	39
166 Pinhal Interior Sul	0	0	0
167 Serra da Estrela	24	24	0
168 Beira Interior Norte	88	45	8
169 Beira Interior Sul	0	22	22
16A Cova da Beira	2 402	0	16
16B Oeste	721	857	948
16C Médio Tejo	105	135	105
17 Lisboa	18 744	12 590	7 670
171 Grande Lisboa	3 464	2 287	2 921
172 Península de Setúbal	15 280	10 303	4 749
18 Alentejo	2 799	2 533	2 878
181 Alentejo Litoral	351	300	0
182 Alto Alentejo	181	262	756
183 Alentejo Central	1 012	929	1 002
184 Baixo Alentejo	720	678	811
185 Lezíria do Tejo	535	365	309
15 Algarve	450	0	18
2 Região Autónoma dos Açores	x	x	x
3 Região Autónoma da Madeira	x	x	x

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais - Instituto da Água, I.P.



Quadro 3.4 - Águas residuais rejeitadas segundo o meio recetor

Unidade: 10³ m³

NUTS III	Águas residuais rejeitadas segundo o meio recetor							
	2007				2008			
	Total	Águas costeiras e de transição	Massas de água interiores e solos	Meio recetor não especificado	Total	Águas costeiras e de transição	Massas de água interiores e solos	Meio recetor não especificado
Portugal	x	x	x	x	x	x	x	x
1 Continente	480 258	190 364	254 131	35 764	522 396	218 734	250 739	52 924
11 Norte	148 912	39 132	104 804	4 976	150 007	46 975	98 038	4 995
111 Minho-Lima	6 941	1 556	4 551	834	6 954	1 830	4 391	733
112 Cávado	14 662	0	14 653	10	12 753	0	12 753	0
113 Ave	27 895	0	27 799	96	30 030	0	29 944	85
114 Grande Porto	60 319	37 576	22 632	111	70 518	45 145	25 372	1
115 Tâmega	8 337	0	7 335	1 001	8 167	0	7 857	310
116 Entre Douro e Vouga	12 622	0	12 622	0	7 620	0	7 620	0
117 Douro	9 800	0	7 920	1 880	8 167	0	6 461	1 706
118 Alto Trás-os-Montes	8 336	0	7 292	1 045	5 800	0	3 640	2 159
16 Centro	78 547	7 021	63 863	7 664	119 534	37 448	68 009	14 077
161 Baixo Vouga	2 621	0	1 584	1 037	30 937	28 017	1 862	1 057
162 Baixo Mondego	7 104	2 711	4 168	225	22 361	3 719	18 291	351
163 Pinhal Litoral	9 062	0	8 905	157	8 635	0	3 017	5 619
164 Pinhal Interior Norte	3 532	0	3 375	157	3 343	0	3 199	143
165 Dão-Lafões	7 444	0	3 349	4 094	10 949	0	6 436	4 513
166 Pinhal Interior Sul	1 292	0	1 122	170	867	0	712	154
167 Serra da Estrela	963	0	787	176	1 395	0	1 231	164
168 Beira Interior Norte	7 705	0	7 045	660	4 534	0	3 641	894
169 Beira Interior Sul	5 319	0	5 114	205	6 158	0	5 901	257
16A Cova da Beira	4 001	0	3 826	175	2 392	0	2 217	175
16B Oeste	16 909	4 310	12 596	3	17 232	5 712	11 517	4
16C Médio Tejo	12 596	0	11 991	605	10 732	0	9 986	746
17 Lisboa	187 779	131 032	36 541	20 206	181 348	126 691	29 833	24 823
171 Grande Lisboa	141 069	114 934	20 786	5 348	145 551	119 184	19 699	6 669
172 Península de Setúbal	46 711	16 098	15 754	14 858	35 796	7 508	10 135	18 154
18 Alentejo	31 715	833	28 983	1 899	34 071	520	29 970	3 581
181 Alentejo Litoral	3 977	833	3 135	9	2 749	520	1 179	1 050
182 Alto Alentejo	7 696	0	5 870	1 825	8 295	0	5 871	2 424
183 Alentejo Central	7 084	0	7 084	0	10 791	0	10 772	19
184 Baixo Alentejo	5 027	0	5 008	19	5 484	0	5 431	53
185 Lezíria do Tejo	7 932	0	7 887	45	6 752	0	6 717	35
15 Algarve	33 305	12 346	19 941	1 019	37 437	7 100	24 889	5 448
2 Região Autónoma dos Açores	x	x	x	x	x	x	x	x
3 Região Autónoma da Madeira	x	x	x	x	x	x	x	x

(continua)



Quadro 3.4 - Águas residuais rejeitadas segundo o meio recetor (cont.)

Unidade: 10³ m³

NUTS III	Águas residuais rejeitadas segundo o meio recetor			
	2009			
	Total	Águas costeiras e de transição	Massas de água interiores e solos	Meio recetor não especificado
Portugal	x	x	x	x
1 Continente	577 711	250 563	286 131	41 017
11 Norte	171 389	44 216	122 998	4 174
111 Minho-Lima	9 799	1 932	7 771	96
112 Cávado	22 002	0	21 843	159
113 Ave	34 109	0	34 055	55
114 Grande Porto	72 395	42 284	30 111	0
115 Tâmega	9 457	0	9 215	242
116 Entre Douro e Vouga	8 921	0	8 921	0
117 Douro	7 733	0	5 993	1 740
118 Alto Trás-os-Montes	6 973	0	5 091	1 882
16 Centro	135 019	38 523	85 240	11 256
161 Baixo Vouga	32 809	28 209	3 597	1 003
162 Baixo Mondego	23 799	3 649	19 252	898
163 Pinhal Litoral	11 521	0	11 310	210
164 Pinhal Interior Norte	3 623	0	3 434	189
165 Dão-Lafões	6 883	0	2 815	4 068
166 Pinhal Interior Sul	1 121	0	939	182
167 Serra da Estrela	1 949	0	891	1 058
168 Beira Interior Norte	6 570	0	4 447	2 123
169 Beira Interior Sul	7 826	0	7 547	278
16A Cova da Beira	4 534	0	3 383	1 151
16B Oeste	23 708	6 665	17 018	25
16C Médio Tejo	10 675	0	10 606	69
17 Lisboa	181 326	145 975	18 092	17 259
171 Grande Lisboa	146 711	122 585	15 491	8 634
172 Península de Setúbal	34 615	23 389	2 601	8 625
18 Alentejo	46 549	11 821	31 835	2 892
181 Alentejo Litoral	14 329	11 821	2 438	69
182 Alto Alentejo	7 828	0	5 633	2 195
183 Alentejo Central	9 750	0	9 374	376
184 Baixo Alentejo	5 886	0	5 831	55
185 Lezíria do Tejo	8 756	0	8 559	197
15 Algarve	43 429	10 029	27 965	5 435
2 Região Autónoma dos Açores	x	x	x	x
3 Região Autónoma da Madeira	x	x	x	x

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais - Instituto da Água, I.P.



Quadro 3.5 - Proporção de população servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais

Unidade: %

NUTS III	Proporção de população servida por:					
	2007		2008		2009	
	Drenagem de águas residuais	Tratamento de águas residuais	Drenagem de águas residuais	Tratamento de águas residuais	Drenagem de águas residuais	Tratamento de águas residuais
Portugal	x	x	x	x	x	x
1 Continente	79	69	81	74	84	73
11 Norte	70	59	72	65	76	65
111 Minho-Lima	58	45	53	48	55	52
112 Cávado	65	61	79	69	81	68
113 Ave	65	35	50	36	58	62
114 Grande Porto	91	84	95	90	94	83
115 Tâmega	41	29	48	37	59	35
116 Entre Douro e Vouga	35	26	29	25	46	31
117 Douro	91	86	88	89	89	86
118 Alto Trás-os-Montes	84	82	84	81	82	81
16 Centro	72	65	76	72	80	72
161 Baixo Vouga	70	62	75	74	83	70
162 Baixo Mondego	75	71	79	75	78	74
163 Pinhal Litoral	53	45	55	52	68	53
164 Pinhal Interior Norte	56	50	61	61	66	60
165 Dão-Lafões	70	69	78	75	82	77
166 Pinhal Interior Sul	72	70	60	59	67	48
167 Serra da Estrela	64	48	66	65	89	87
168 Beira Interior Norte	87	81	89	82	90	79
169 Beira Interior Sul	94	96	95	95	95	92
16A Cova da Beira	88	55	89	84	90	85
16B Oeste	88	77	90	83	91	84
16C Médio Tejo	64	60	68	65	67	65
17 Lisboa	94	85	95	84	96	81
171 Grande Lisboa	95	89	97	90	97	90
172 Península de Setúbal	93	74	92	67	93	57
18 Alentejo	85	72	85	76	85	76
181 Alentejo Litoral	81	73	76	65	83	75
182 Alto Alentejo	97	93	97	92	96	87
183 Alentejo Central	89	56	92	73	91	74
184 Baixo Alentejo	94	84	95	87	95	88
185 Lezíria do Tejo	72	64	72	67	72	66
15 Algarve	81	77	85	84	88	84
2 Região Autónoma dos Açores	x	x	x	x	x	x
3 Região Autónoma da Madeira	x	x	x	x	x	x

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais - Instituto da Água, I.P.



Quadro 3.6 - Número de estações de tratamento de águas residuais por região segundo o nível de tratamento instalado

Unidade: 10³ m³

NUTS III	Águas residuais tratadas								
	2007			2008			2009		
	Total	Terciário	Outro inferior ou não especificado	Total	Terciário	Outro inferior ou não especificado	Total	Terciário	Outro inferior ou não especificado
Portugal	x	x	x	x	x	x	x	x	x
1 Continente	4 204	72	4 132	3 576	117	3 459	3 863	112	3 751
11 Norte	1 642	25	1 617	1 236	55	1 181	1 370	26	1 344
111 Minho-Lima	49	0	49	38	2	36	45	1	44
112 Cávado	80	12	68	104	14	90	94	1	93
113 Ave	102	5	97	40	0	40	30	4	26
114 Grande Porto	112	6	106	60	6	54	79	5	74
115 Tâmega	270	0	270	127	3	124	172	9	163
116 Entre Douro e Vouga	26	0	26	16	0	16	17	0	17
117 Douro	499	2	497	454	30	424	456	5	451
118 Alto Trás-os-Montes	504	0	504	397	0	397	477	1	476
16 Centro	1 745	26	1 719	1 588	40	1 548	1 649	53	1 596
161 Baixo Vouga	28	0	28	23	0	23	21	0	21
162 Baixo Mondego	73	6	67	82	8	74	80	5	75
163 Pinhal Litoral	31	0	31	19	2	17	20	3	17
164 Pinhal Interior Norte	195	2	193	198	10	188	210	8	202
165 Dão-Lafões	472	6	466	444	6	438	487	8	479
166 Pinhal Interior Sul	84	0	84	57	0	57	85	1	84
167 Serra da Estrela	83	0	83	79	0	79	72	2	70
168 Beira Interior Norte	355	0	355	307	0	307	279	1	278
169 Beira Interior Sul	129	0	129	122	0	122	121	1	120
16A Cova da Beira	71	0	71	53	0	53	73	1	72
16B Oeste	152	4	148	135	4	131	132	12	120
16C Médio Tejo	72	8	64	69	10	59	69	11	58
17 Lisboa	116	9	107	92	5	87	126	8	118
171 Grande Lisboa	73	8	65	47	4	43	80	7	73
172 Península de Setúbal	43	1	42	45	1	44	46	1	45
18 Alentejo	611	8	603	592	13	579	634	19	615
181 Alentejo Litoral	113	1	112	65	1	64	112	2	110
182 Alto Alentejo	144	2	142	163	3	160	158	9	149
183 Alentejo Central	98	3	95	101	5	96	97	5	92
184 Baixo Alentejo	188	2	186	197	3	194	197	3	194
185 Lezíria do Tejo	68	0	68	66	1	65	70	0	70
15 Algarve	90	4	86	68	4	64	84	6	78
2 Região Autónoma dos Açores	x	x	x	x	x	x	x	x	x
3 Região Autónoma da Madeira	x	x	x	x	x	x	x	x	x

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais - Instituto da Água, I.P.



Quadro 3.7 - Despesa das Administrações Públicas na Gestão de águas residuais, por setor institucional e agregado económico

Unidade: 10³ EUR

Setores institucionais e agregados económicos	Anos				
	2006	2007	2008	2009	2010
Administrações Públicas					
Total das despesas	372 734	341 808	332 054	385 717	x
Despesas correntes	237 158	198 157	196 591	234 425	x
Despesas com o pessoal	7 574	7 309	6 951	6 166	x
Aquisição de bens e serviços	7 626	6 377	8 555	4 397	x
Transferências correntes	116	78	250	80	x
Outras despesas correntes	221 842	184 393	180 835	223 782	x
Despesas de capital	135 576	143 651	135 463	151 291	x
Investimentos	134 275	143 622	135 196	151 092	x
Transferências de capital	1 301	29	267	199	x
Outras despesas de capital	0	0	0	0	x
Administração Central					
Total das despesas	41 663	30 361	25 190	15 790	8 561
Despesas correntes	14 397	12 528	14 220	10 528	7 914
Despesas com o pessoal	6 959	6 677	6 387	6 091	5 993
Aquisição de bens e serviços	7 322	5 774	7 584	4 357	1 905
Transferências correntes	116	78	250	80	16
Outras despesas correntes	0	0	0	0	0
Despesas de capital	27 266	17 833	10 969	5 263	648
Investimentos	25 965	17 804	10 702	5 063	648
Transferências de capital	1 301	29	267	199	0
Outras despesas de capital	0	0	0	0	0
Administração Regional - Açores					
Total das despesas	0	0	0	0	0
Despesas correntes	0	0	0	0	0
Despesas com o pessoal	0	0	0	0	0
Aquisição de bens e serviços	0	0	0	0	0
Transferências correntes	0	0	0	0	0
Outras despesas correntes	0	0	0	0	0
Despesas de capital	0	0	0	0	0
Investimentos	0	0	0	0	0
Transferências de capital	0	0	0	0	0
Outras despesas de capital	0	0	0	0	0
Administração Regional - Madeira					
Total das despesas	13 084	16 248	10 590	2 344	2 739
Despesas correntes	919	1 235	1 536	116	59
Despesas com o pessoal	615	632	564	75	0
Aquisição de bens e serviços	304	603	972	40	59
Transferências correntes	0	0	0	0	0
Outras despesas correntes	0	0	0	0	0
Despesas de capital	12 164	15 013	9 054	2 228	2 680
Investimentos	12 164	15 013	9 054	2 228	2 680
Transferências de capital	0	0	0	0	0
Outras despesas de capital	0	0	0	0	0
Administração Local					
Total das despesas	317 988	295 198	296 275	367 583	x
Despesas correntes	221 842	184 393	180 835	223 782	x
Despesas com o pessoal	0	0	0	0	x
Aquisição de bens e serviços	0	0	0	0	x
Transferências correntes	0	0	0	0	x
Outras despesas correntes (a)	221 842	184 393	180 835	223 782	x
Despesas de capital	96 146	110 805	115 440	143 801	x
Investimentos	96 146	110 805	115 440	143 801	x
Transferências de capital	0	0	0	0	x
Outras despesas de capital	0	0	0	0	x

(a) Composto por custos gerais e custos de exploração e gestão.

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Águas e Águas Residuais - Instituto da Água, I.P.

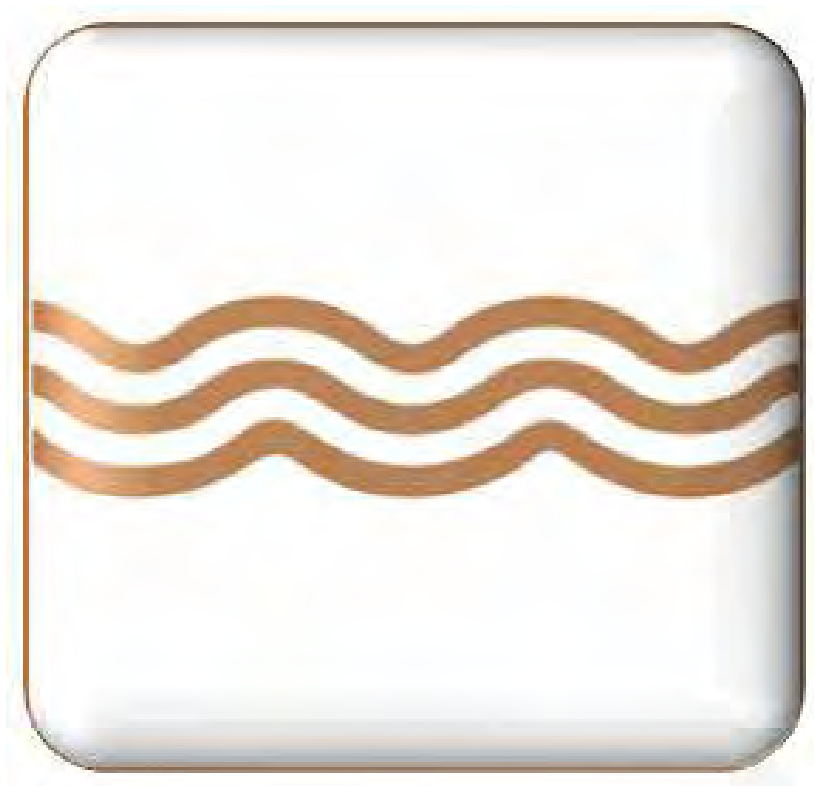
Quadro 3.8 - Investimentos e custos das entidades gestoras com o serviço de drenagem e tratamento de águas residuais por região

Unidade: 10³ EUR

Rubricas contabilísticas	Investimentos				Custos			
	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009
NUTS II								
Portugal	284 519	454 659	455 923	586 304	348 986	344 506	375 169	447 229
Norte	109 367	191 089	112 463	143 851	90 479	94 476	102 583	119 059
Centro	93 454	113 006	199 979	205 557	97 367	90 821	99 085	133 482
Lisboa	9 522	92 683	79 660	157 901	99 232	93 895	107 579	129 904
Alentejo	22 897	8 936	14 720	29 019	18 666	22 597	21 013	26 053
Algarve	43 014	36 606	35 201	43 971	27 748	29 731	34 272	27 110
Açores	2 180	2 319	8 417	2 948	5 538	3 098	3 362	4 540
Madeira	4 085	10 019	5 483	3 058	9 958	9 888	7 275	7 081

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais - Instituto da Água, I.P.





**Solos, águas
subterrâneas
e
superficiais**

4 - SOLOS, ÁGUAS SUBTERRÂNEAS E SUPERFICIAIS

- Toda a atividade humana é geradora de poluição sob as mais diversas formas, que a prazo influenciam todo o meio ambiente, pelo que se destaca neste capítulo aspetos relacionados com o recurso água, essencial à vida e à subsistência humana.
- As descargas de águas residuais geradas pelas famílias e atividades económicas (capítulo anterior) e a utilização de fertilizantes e pesticidas na agricultura, são origens de poluição que afetam em particular os solos e as massas de água (interiores e costeiras), os quais por sua vez devem reunir determinados níveis de salubridade e qualidade que permitam a sua utilização para as mais diversas atividades humanas e reúnam características que garantam a preservação e o equilíbrio de habitats e ecossistemas.
- Neste capítulo em complemento à água captada pelos sistemas públicos urbanos, disponibilizam-se os dados sobre a água tratada e distribuída por tais sistemas de abastecimento de água. Disponibilizam-se ainda dados sobre a qualidade da água que está a ser disponibilizada às populações sobre esses mesmos sistemas para consumo humano, bem como de estatísticas de avaliação das massas de água em sentido lato e com utilização para fins balneares.



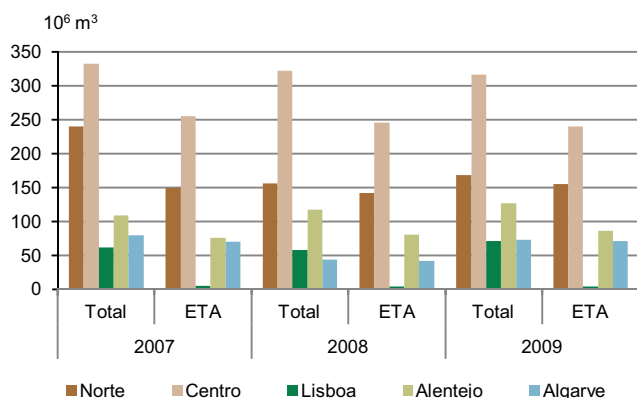
4.1 - QUALIDADE DA ÁGUA

4.1.1 - Qualidade da água para consumo humano

O domínio de atividades relacionadas com o ambiente nas vertentes dos solos e das massas de água subterrâneas e superficiais, integra informação estatística diversa que permite avaliar a condição das massas de água usadas para consumo humano, nomeadamente na ingestão e uso balnear.

No capítulo das atividades humanas com impacto no ambiente, foram apresentados os dados referentes aos volumes de água captada e distribuída, resultante da base de dados INSAAR do INAG. No presente capítulo analisam-se os volumes de água tratada pelos sistemas públicos urbanos e que constituem um nível intermédio do ciclo de abastecimento de água (captação, tratamento, distribuição).

Figura 4.1 - Água tratada para abastecimento (sistemas urbanos), total (ETA+PC) e em ETA



Fonte: INSAAR (INAG, I. P.)

Entre 2007 e 2009, a água tratada pelos sistemas públicos urbanos para abastecimento dos agregados familiares e das atividades económicas, apresenta uma taxa de variação média negativa de 4% ao ano. Em 2007 registava um total de 823 milhões de m³ de água tratada, que decresceu para 756 milhões de m³ em 2009.

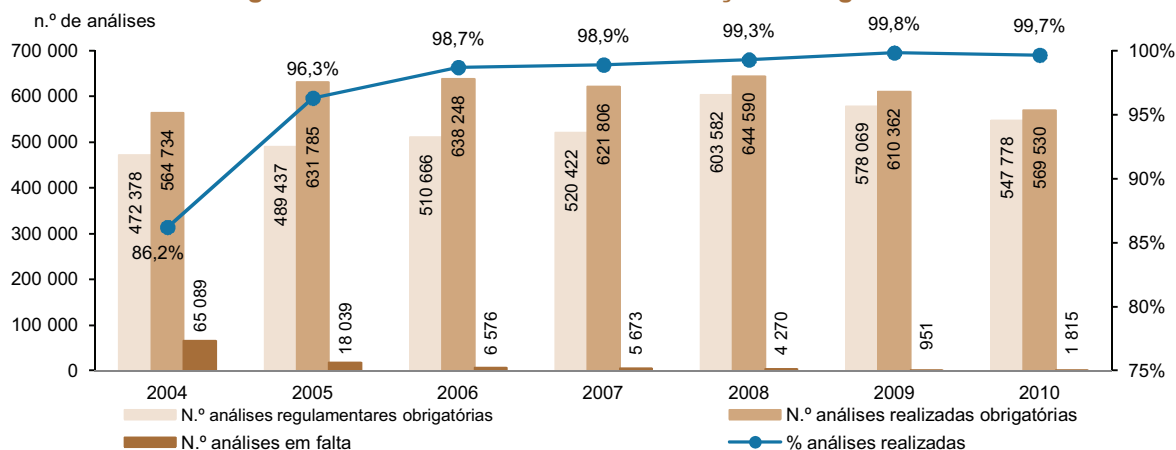
Em termos globais e no período 2008-2009, cerca de 73% dos volumes de água tratada que entraram nas redes de abastecimento, foram submetidas a tratamento por Estações de Tratamento de Água (ETA), enquanto os restantes 27% foram apenas sujeitos a tratamento em Posto de Cloragem (PC).

A região de Lisboa apresenta uma situação diferente face às restantes regiões, verificando-se que em termos médios no período 2007-2009, a água condicionada em ETA representava apenas 7% e os restantes 93% referem-se a volumes de água tratada em PC antes da entrada em rede.

A região Centro apresenta os maiores volumes de água tratada em consequência da localização da captação da EPAL na albufeira de Castelo de Bode e da ETA da Asseiceira, ambas localizadas no município de Tomar, e que constituem a principal origem de água de abastecimento de toda a rede da EPAL que serve a cidade de Lisboa e cidades limítrofes, bem como muitos dos municípios ao longo do vale do Tejo.

A regulação do setor dos serviços de águas em Portugal (abastecimento de água para consumo humano, drenagem e tratamento de águas residuais) teve início no ano de 1999, com a entrada em funções do anterior Instituto Regulador das Águas e Resíduos que recentemente deu lugar à Entidade Reguladora de Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Figura 4.2 - Análises efetuadas em relação ao regulamentar

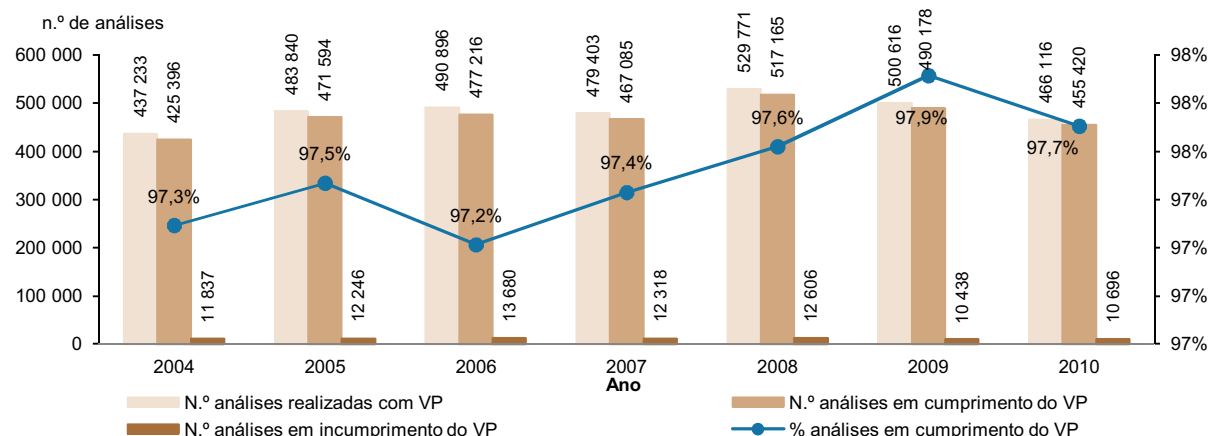


Fonte: ERSAR



No âmbito das diversas competências que detém, a ERSAR faz a supervisão das ações de controlo de qualidade da água para uso humano, e que devem ser observadas pelos operadores de serviço do setor. Neste contexto efetua a devida monitorização dos volumes de água distribuídos através de um conjunto de indicadores que sintetizam os resultados alcançados pelas entidades gestoras do setor em matéria de análises realizadas para avaliação da qualidade da água.

Figura 4.3 - Análises efetuadas em cumprimento do valor paramétrico



Fonte: ERSAR

De acordo com a informação compilada pela ERSAR neste âmbito, verifica-se que em termos globais os operadores de serviços de águas atingiram em 2010 um cumprimento quase pleno no que se refere à realização de análises obrigatórias, com um nível relativo de 99,6% de análises realizadas.

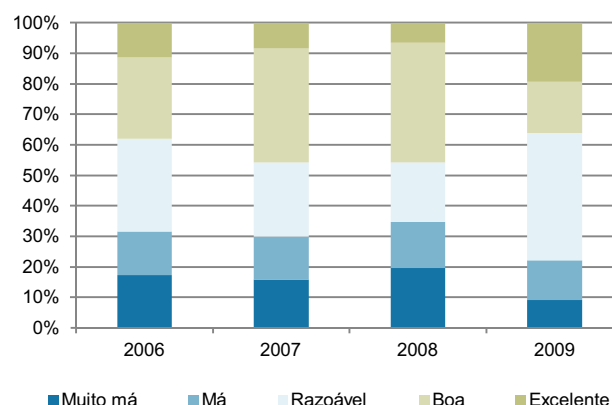
Observando o número de análises em falta registadas em 2010, constata-se que face a 2009, o número quase que duplica, 1 815 análises em 2010, contra 961 em 2009. De acordo com informação da ERSAR este agravamento foi provocado em grande parte pela rutura de alguns laboratórios, que não garantiram a execução das análises devidas.

Não obstante o agravamento do número absoluto de análises em falta registado entre 2009 e 2010, o valor atingido ainda é substancialmente mais baixo do que o ocorrido em 2008, que consiste no terceiro melhor ano do período em análise, com 4 270 análises em falta.

4.1.2 - Qualidade das massas de água superficiais e subterrâneas

A figura 4.4 representa a estrutura de distribuição da qualidade das massas de águas superficiais, consoante os níveis registados pelas estações de avaliação. Verifica-se que em 2009, a proporção de massas de água com classificação de razoável ou abaixo de razoável é muito semelhante à ocorrida em 2006. Destaca-se, contudo, a importância que as massas de água com um nível de qualidade excelente atingem em 2009, isto é, duplicam de peso relativo representando 20% das estações em 2009, enquanto em 2006 eram apenas 10% do total da água distribuída.

Figura 4.4 - Proporção de estações por classe de qualidade das águas superficiais



Fonte: INAG



4.1.3 - Qualidade das águas balneares (costeiras e interiores)

A avaliação das águas balneares passou a reger-se, a partir de 2010, pelo Decreto-Lei n.º 135/2009 de 3 de Junho.

Nestas condições, a avaliação de 2010 não é comparável com as classificações dos anos anteriores, tendo-se modificado, nomeadamente, os conceitos de “Boa”, “Aceitável”, “Má”, o número de anos utilizados na avaliação, os limites das classes de avaliação e a forma de cálculo.

Figura 4.5 - Águas balneares interiores em cumprimento das normas da qualidade (2010)

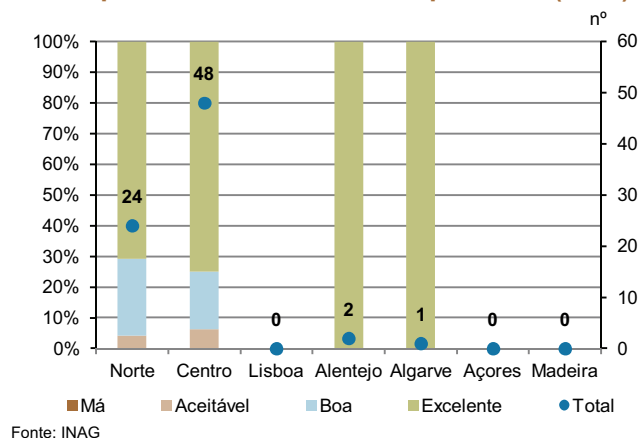
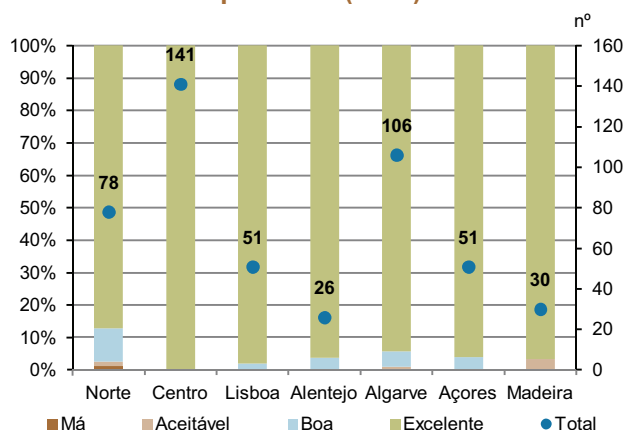


Figura 4.6 - Águas balneares costeiras/de transição em cumprimento das normas da qualidade (2010)



As figuras 4.5 e 4.6 representam, respetivamente, a estrutura de classificação das águas balneares interiores e costeiras no que se refere ao nível de qualidade destas águas utilizadas para lazer.

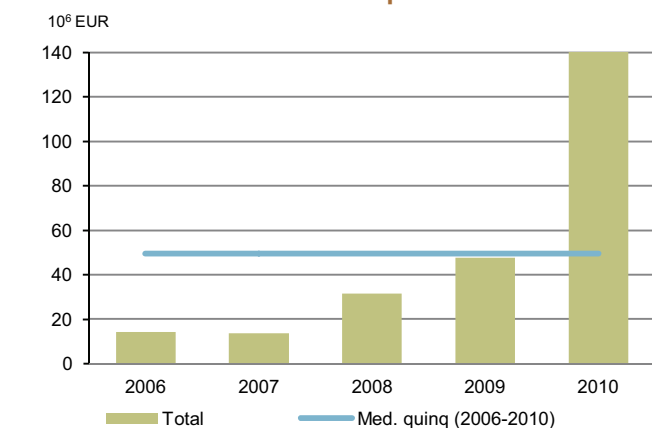
A região Centro regista uma situação antagónica quando se avalia o estado de qualidade de águas interiores face ao registo equivalente para as águas costeiras. Nas primeiras, apresenta o resultado menos positivo do país, tendo-se identificado apenas 3 zonas de águas interiores que alcançam apenas um nível aceitável para uso balnear.

Pelo contrário, ao nível das águas costeiras, o desempenho é altamente positivo, uma vez que é a única região do país em que a totalidade dos locais ou zonas de águas balneares costeiras atinge a classificação máxima em termos de qualidade da água.

A região Norte é a única do país que apresenta uma zona balnear em que as águas registam uma classificação de má, a pior classificação na escala utilizada.

4.2 - DESPESA NA PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS SOLOS, DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS E SUPERFICIAIS

Figura 4.7 - Despesa das Administrações Públicas na Proteção e recuperação dos solos, de águas subterrâneas e superficiais



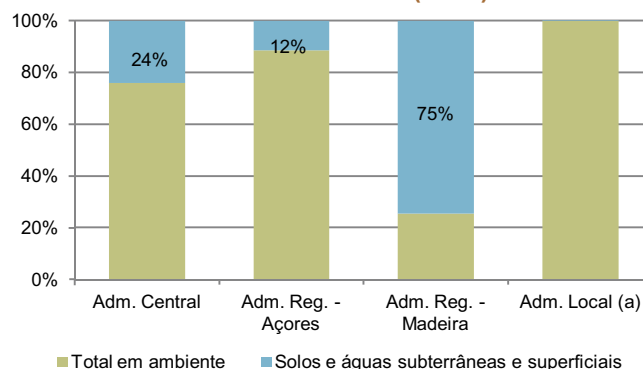
Em 2010 a despesa das Administrações Públicas com a “Proteção e recuperação dos solos e águas subterrâneas e superficiais” atingiu os 141 milhões de euros, montante claramente acima dos alcançados nos anos precedentes que se situaram nos 14 milhões de euros, nos anos de 2006 e 2007, e 32 e 48 milhões de euros, nos dois anos seguintes. Este facto deveu-se a duas situações distintas:

1. A criação em 2009, no Continente, de cinco Administrações de Região Hidrográfica (ARH), entidades governamentais com funções na proteção e valorização das componentes ambientais das águas e na gestão sustentável dos recursos hídricos. Obras de requalificação de infraestruturas e controlo de cheias e sistematização fluvial constituíram algumas das despesas destas entidades em 2010;

2. As despesas efetuadas na Madeira com os trabalhos de reconstrução, requalificação e reabilitação de empreitadas de regularização e limpeza de leitos de ribeiras, resultantes do temporal que assolou a região em Fevereiro de 2010.

Em termos setoriais, os gastos aplicados neste domínio ambiental representaram em 2010 cerca de 1/4 do total da despesa da Administração Central e de 3/4 da Administração Regional / Região Autónoma da Madeira, refletindo um crescimento, face ao ano transato, de 9 p.p. e de 55 p.p., respetivamente, na estrutura da despesa. Na Região Autónoma dos Açores os gastos na “Proteção e recuperação dos solos, de águas subterrâneas e superficiais” diminuíram 24% em comparação com o ano de 2009, pelo que a sua contribuição para a despesa da região recuou de 19% para 12%.

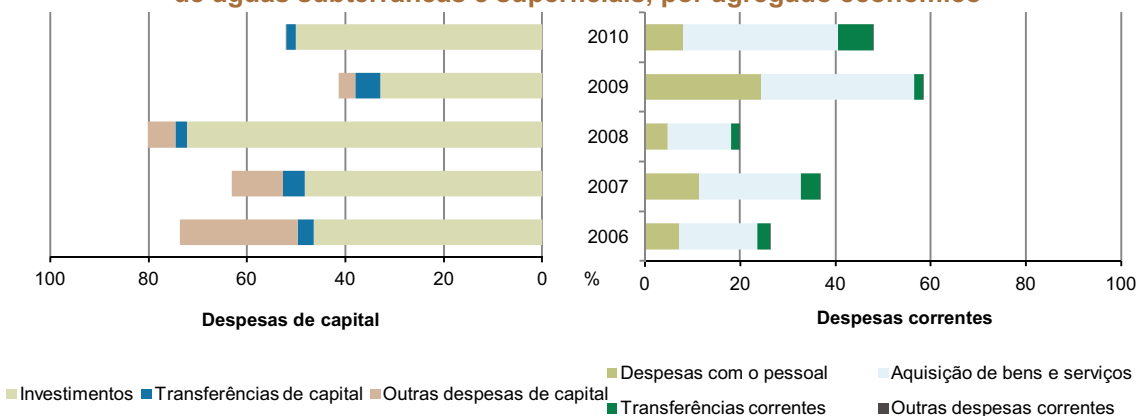
Figura 4.8 - Percentagem da Proteção e recuperação dos solos, de águas subterrâneas e superficiais no total da despesa em ambiente, por setor institucional (2010)



(a) Para efeitos de análise estrutural, foi considerado no período de referência de 2010 (dados não disponíveis) a informação do domínio Gestão de águas residuais apurada em 2009.
Fonte: INE

No quinquénio em análise, metade dos gastos deste domínio foram aplicados em “investimentos”, com exceção de 2009, ano em que as cinco ARH do Continente iniciaram a atividade e que se refletiu nas “despesas com o pessoal” e na “aquisição de bens e serviços” que totalizaram, em conjunto, aproximadamente 3/5 do total da despesa deste domínio. Em 2010, o montante investido voltou a aumentar, com 3/5 deste montante a ser aplicado na Região Autónoma da Madeira e mais de 1/3 na Administração Central. A rubrica “aquisição de bens e serviços” manteve o mesmo contributo para a estrutura, face ao ano anterior.

Figura 4.9 - Despesa das Administrações Públicas na Proteção e recuperação dos solos, de águas subterrâneas e superficiais, por agregado económico



Fonte: INE



4.3 - QUADROS DE RESULTADOS

Quadro 4.1 - Água tratada (sistemas urbanos de abastecimento) por região e segundo o tipo de equipamento

Unidade: 10³ m³

NUTS III	Água tratada pr tipo de equipamento								
	2007			2008			2009		
	Total	ETA	PC	Total	ETA	PC	Total	ETA	PC
Portugal	x	x	x	x	x	x	x	x	x
1 Continente	823 116	557 024	266 092	698 008	514 149	183 859	756 132	557 785	198 347
11 Norte	239 994	149 671	90 324	155 851	141 661	14 189	168 379	154 914	13 465
111 Minho-Lima	11 633	3 296	8 337	11 819	3 509	8 311	11 784	4 203	7 581
112 Cávado	46 724	46 237	487	45 749	45 244	505	46 830	46 223	607
113 Ave	13 356	10 275	3 081	3 024	2 138	886	12 084	11 261	823
114 Grande Porto	130 120	58 687	71 433	60 839	59 939	900	58 679	57 626	1 054
115 Tâmega	15 428	13 275	2 153	14 061	12 508	1 553	16 173	14 589	1 584
116 Entre Douro e Vouga	2 255	1 594	662	1 773	1 593	180	1 501	1 258	242
117 Douro	10 787	7 118	3 668	8 633	7 402	1 231	10 772	9 793	979
118 Alto Trás-os-Montes	9 691	9 188	503	9 952	9 328	623	10 556	9 961	595
16 Centro	332 479	255 570	76 908	322 509	245 519	76 990	316 488	240 042	76 446
161 Baixo Vouga	20 404	10 082	10 322	14 546	1 124	13 422	23 939	9 993	13 946
162 Baixo Mondego	29 765	23 191	6 574	48 941	38 518	10 423	17 194	5 666	11 529
163 Pinhal Litoral	19 606	2 669	16 936	15 812	1 756	14 056	19 106	2 323	16 782
164 Pinhal Interior Norte	9 297	6 934	2 363	8 535	6 296	2 239	9 762	7 591	2 171
165 Dão-Lafões	15 186	13 786	1 400	8 688	7 449	1 239	8 608	7 212	1 396
166 Pinhal Interior Sul	2 285	1 557	728	1 750	1 259	491	1 675	1 389	286
167 Serra da Estrela	3 161	1 289	1 872	2 074	1 128	946	2 825	2 003	822
168 Beira Interior Norte	2 725	1 458	1 268	3 144	2 205	939	11 295	10 347	948
169 Beira Interior Sul	7 527	7 345	182	6 133	6 045	87	8 282	8 118	164
16A Cova da Beira	6 362	5 388	974	7 248	3 937	3 311	5 784	5 356	427
16B Oeste	33 764	8 205	25 559	28 621	7 523	21 097	29 156	8 548	20 607
16C Médio Tejo	182 398	173 667	8 731	177 019	168 279	8 740	178 862	171 494	7 367
17 Lisboa	61 570	5 124	56 446	58 261	4 243	54 018	71 465	4 238	67 227
171 Grande Lisboa	12 939	768	12 171	9 131	390	8 741	9 270	165	9 105
172 Península de Setúbal	48 631	4 356	44 275	49 129	3 853	45 277	62 195	4 073	58 122
18 Alentejo	108 986	76 112	32 874	117 566	80 389	37 177	126 640	86 803	39 837
181 Alentejo Litoral	7 123	1 269	5 854	8 444	2 191	6 253	10 547	2 628	7 918
182 Alto Alentejo	9 851	5 919	3 932	11 950	7 003	4 947	12 580	7 059	5 521
183 Alentejo Central	10 711	6 487	4 224	12 543	7 379	5 165	12 693	8 424	4 269
184 Baixo Alentejo	11 382	7 824	3 558	11 811	7 990	3 821	12 509	8 437	4 072
185 Lezíria do Tejo	69 919	54 613	15 307	72 817	55 826	16 991	78 311	60 255	18 056
15 Algarve	80 087	70 547	9 540	43 821	42 336	1 484	73 161	71 789	1 372
2 Região Autónoma dos Açores	x	x	x	x	x	x	x	x	x
3 Região Autónoma da Madeira	x	x	x	x	x	x	x	x	x

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais - Instituto da Água, I.P.

Quadro 4.2 - Qualidade da água para consumo humano

	2006	2007	2008	2009	2010
Número de análises regulamentares obrigatórias	510 666	520 422	603 582	578 069	547 778
Número de análises realizadas obrigatórias	638 248	621 806	644 590	610 362	569 530
Número de análises em falta	6 576	5 673	4 270	951	1 815
Proporção (%) de análises realizadas	98,71%	98,91%	99,29%	99,84%	99,67%
Número de análises em cumprimento do VP	477 216	467 085	517 165	490 178	455 420
Proporção (%) de análises em cumprimento do VP	97,21%	97,43%	97,62%	97,91%	97,71%
Número de análises realizadas com VP	490 896	479 403	529 771	500 616	466 116
Número de análises em incumprimento do VP	13 680	12 318	12 606	10 438	10 696
Proporção (%) de água controlada e de boa qualidade	95,96%	96,37%	96,93%	97,75%	97,38%

Fonte: Entidade Reguladora de Sistemas de Abastecimento de Água e Gestão de Resíduos



Quadro 4.3 - Águas superficiais por regiões segundo a classe de qualidade

Unidade: N.º

NUTS III	2006						2007					
	Estações											
	Total	por classe de qualidade					Total	por classe de qualidade				
Excelente		Boa	Razoável	Má	Muito má	Exce- lente		Boa	Razoável	Má	Muito má	
1 Continente	358	41	95	109	51	62	370	31	138	90	52	59
11 Norte	110	13	36	42	10	9	117	14	71	24	6	2
111 Minho-Lima	18	0	10	7	1	0	18	0	16	1	1	0
112 Cávado	10	0	6	4	0	0	10	0	9	1	0	0
113 Ave	15	0	4	6	1	4	15	0	7	4	4	0
114 Grande Porto	4	0	0	3	1	0	4	1	2	0	0	1
115 Tâmega	17	4	5	3	3	2	17	3	8	5	1	0
116 Entre Douro e Vouga	6	0	3	2	1	0	6	1	3	1	0	1
117 Douro	19	6	1	9	2	1	20	5	10	5	0	0
118 Alto Trás-os-Montes	21	3	7	8	1	2	27	4	16	7	0	0
16 Centro	153	26	46	44	13	24	153	9	54	42	18	30
161 Baixo Vouga	13	2	5	5	0	1	13	0	5	4	1	3
162 Baixo Mondego	15	1	8	5	1	0	15	0	5	6	2	2
163 Pinhal Litoral	11	0	2	5	1	3	11	0	0	2	4	5
164 Pinhal Interior Norte	17	6	9	1	0	1	17	0	15	0	1	1
165 Dão-Lafões	20	5	6	8	1	0	20	0	4	12	2	2
166 Pinhal Interior Sul	8	4	2	2	0	0	8	4	2	2	0	0
167 Serra da Estrela	8	3	4	0	0	1	8	2	3	2	1	0
168 Beira Interior Norte	11	2	4	5	0	0	11	0	8	2	1	0
169 Beira Interior Sul	12	2	3	7	0	0	12	2	6	4	0	0
16A Cova da Beira	5	1	2	1	1	0	5	1	2	1	0	1
16B Oeste	19	0	0	1	4	14	19	0	1	1	4	13
16C Médio Tejo	14	0	1	4	5	4	14	0	3	6	2	3
17 Lisboa	18	0	0	0	3	15	16	1	0	2	1	12
171 Grande Lisboa	14	0	0	0	2	12	13	1	0	1	1	10
172 Península de Setúbal	4	0	0	0	1	3	3	0	0	1	0	2
18 Alentejo	63	2	7	20	22	12	68	5	3	18	27	15
181 Alentejo Litoral	9	0	0	2	3	4	9	0	1	1	5	2
182 Alto Alentejo	14	1	3	5	4	1	14	2	1	3	7	1
183 Alentejo Central	9	0	3	3	2	1	10	0	0	4	5	1
184 Baixo Alentejo	17	1	1	10	3	2	20	3	1	9	4	3
185 Lezíria do Tejo	14	0	0	0	10	4	15	0	0	1	6	8
15 Algarve	14	0	6	3	3	2	16	2	10	4	0	0

NUTS III	2008						2009					
	Estações											
	Total	por classe de qualidade					Total	por classe de qualidade				
Excelente		Boa	Razoável	Má	Muito má	Exce- lente		Boa	Razoável	Má	Muito má	
1 Continente	384	25	151	75	58	75	343	66	58	143	45	31
11 Norte	125	15	71	26	6	7	137	42	33	45	5	12
111 Minho-Lima	20	2	14	2	1	1	21	7	4	8	1	1
112 Cávado	10	0	5	4	1	0	10	2	4	4	0	0
113 Ave	15	0	8	2	2	3	25	3	7	5	2	8
114 Grande Porto	9	5	3	1	0	0	10	4	2	2	1	1
115 Tâmega	17	2	11	2	2	0	17	9	2	5	1	0
116 Entre Douro e Vouga	6	0	3	2	0	1	6	1	1	3	0	1
117 Douro	21	2	10	8	0	1	20	8	2	9	0	1
118 Alto Trás-os-Montes	27	4	17	5	0	1	28	8	11	9	0	0
16 Centro	152	3	67	31	14	37	126	8	19	65	21	13
161 Baixo Vouga	13	0	9	2	1	1	13	0	0	10	1	2
162 Baixo Mondego	15	0	8	3	2	2	15	0	0	10	4	1
163 Pinhal Litoral	11	0	0	0	1	10	11	0	0	1	5	5
164 Pinhal Interior Norte	17	0	15	1	1	0	17	1	4	11	1	0
165 Dão-Lafões	20	0	9	6	2	3	20	1	0	12	5	2
166 Pinhal Interior Sul	8	0	7	1	0	0	7	1	3	3	0	0
167 Serra da Estrela	8	3	3	1	0	1	8	0	0	5	2	1
168 Beira Interior Norte	11	0	8	2	1	0	10	4	3	3	0	0
169 Beira Interior Sul	12	0	7	5	0	0	9	1	2	5	0	1
16A Cova da Beira	5	0	1	2	0	2	4	0	2	1	0	1
16B Oeste	18	0	0	1	5	12	3	0	1	0	2	0
16C Médio Tejo	14	0	0	7	1	6	9	0	4	4	1	0
17 Lisboa	18	1	0	0	2	15	1	0	0	1	0	0
171 Grande Lisboa	14	1	0	0	2	11	1	0	0	1	0	0
172 Península de Setúbal	4	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0
18 Alentejo	71	3	3	16	34	15	62	8	3	28	17	6
181 Alentejo Litoral	9	0	1	2	6	0	10	1	0	3	5	1
182 Alto Alentejo	14	2	0	2	7	3	10	2	0	3	3	2
183 Alentejo Central	13	1	0	2	8	2	13	1	0	8	3	1
184 Baixo Alentejo	20	0	2	6	10	2	24	4	2	10	6	2
185 Lezíria do Tejo	15	0	0	4	3	8	5	0	1	4	0	0
15 Algarve	18	3	10	2	2	1	17	8	3	4	2	0

Fonte: Instituto Nacional da Água, I. P.



Quadro 4.4 - Águas balneares por regiões segundo o tipo e a categoria de qualidade (2010)

Unidade: N.º

NUTSIII	Águas balneares	Interiores					Costeiras / Transição				
		Total	por categoria de qualidade				Total	por categoria de qualidade			
			Excelente	Boa	Aceitável	Má		Excelente	Boa	Aceitável	Má
1 Continente	477	75	56	15	4	0	402	384	15	2	1
11 Norte	102	24	17	6	1	0	78	68	8	1	1
111 Minho-Lima	15	1	0	1	0	0	14	13	1	0	0
112 Cávado	11	5	2	3	0	0	6	5	1	0	0
113 Ave	2	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0
114 Grande Porto	59	1	1	0	0	0	58	50	6	1	1
115 Tâmega	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0
116 Entre Douro e Vouga	2	2	1	1	0	0	0	0	0	0	0
117 Douro	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0
118 Alto Trás-os-Montes	11	11	9	1	1	0	0	0	0	0	0
16 Centro	189	48	36	9	3	0	141	141	0	0	0
161 Baixo Vouga	14	1	1	0	0	0	13	13	0	0	0
162 Baixo Mondego	18	2	2	0	0	0	16	16	0	0	0
163 Pinhal Litoral	7	0	0	0	0	0	7	7	0	0	0
164 Pinhal Interior Norte	19	19	10	7	2	0	0	0	0	0	0
165 Dão-Lafões	3	3	3	0	0	0	0	0	0	0	0
166 Pinhal Interior Sul	11	11	11	0	0	0	0	0	0	0	0
167 Serra da Estrela	2	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0
168 Beira Interior Norte	3	3	2	1	0	0	0	0	0	0	0
169 Beira Interior Sul	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0
16A Cova da Beira	66	0	0	0	0	0	66	66	0	0	0
16B Oeste	39	0	0	0	0	0	39	39	0	0	0
16C Médio Tejo	6	6	5	1	0	0	0	0	0	0	0
17 Lisboa	51	0	0	0	0	0	51	50	1	0	0
171 Grande Lisboa	24	0	0	0	0	0	24	24	0	0	0
172 Península de Setúbal	27	0	0	0	0	0	27	26	1	0	0
18 Alentejo	28	2	2	0	0	0	26	25	1	0	0
181 Alentejo Litoral	26	0	0	0	0	0	26	25	1	0	0
182 Alto Alentejo	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0
183 Alentejo Central	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
184 Baixo Alentejo	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0
185 Lezíria do Tejo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
15 Algarve	107	1	1	0	0	0	106	100	5	1	0
2 R. A. Açores	51	0	0	0	0	0	51	48	2	0	0
3 R. A. Madeira	30	0	0	0	0	0	30	29	0	1	0

Fonte: Instituto Nacional da Água, I. P.

Quadro 4.5 - Despesa das Administrações Públicas na Proteção e recuperação dos solos, de águas subterrâneas e superficiais, por setor institucional e agregado económico

Unidade: 10³ EUR

Setores institucionais e agregados económicos	Anos				
	2006	2007	2008	2009	2010
Administrações Públicas					
Total das despesas	14 344	13 747	31 643	47 623 (Rv)	140 597
Despesas correntes	3 774	5 065	6 288	27 895	67 451
Despesas com o pessoal	1 034	1 564	1 513	11 633	11 246
Aquisição de bens e serviços	2 340	2 926	4 198	15 312	45 664
Transferências correntes	395	564	575	902	10 440
Outras despesas correntes	5	11	2	47	100
Despesas de capital	10 570	8 682	25 355	19 728	73 146
Investimentos	6 669	6 636	22 832	15 668	70 417
Transferências de capital	468	610	754	2 413	2 728
Outras despesas de capital	3 432	1 436	1 770	1 647	1
Administração Central					
Total das despesas	335	388	8 005	37 677 (Rv)	67 375
Despesas correntes	106	162	1 184	24 708	39 982
Despesas com o pessoal	74	70	72	11 453	11 185
Aquisição de bens e serviços	32	63	1 112	12 905	18 869
Transferências correntes	0	29	0	315	9 834
Outras despesas correntes	0	0	0	35	93
Despesas de capital	229	226	6 822	12 969	27 394
Investimentos	229	226	6 822	11 986	25 670
Transferências de capital	0	0	0	983	1 724
Outras despesas de capital	0	0	0	0	0
Administração Regional - Açores					
Total das despesas	4 135	3 610	4 482	4 937	3 754
Despesas correntes	1 321	1 722	1 852	1 840	1 709
Despesas com o pessoal	37	34	19	22	21
Aquisição de bens e serviços	1 284	1 687	1 833	1 819	1 655
Transferências correntes	0	0	0	0	33
Outras despesas correntes	0	0	0	0	1
Despesas de capital	2 814	1 888	2 630	3 097	2 045
Investimentos	38	12	109	20	1 041
Transferências de capital	466	603	754	1 429	1 004
Outras despesas de capital	2 310	1 273	1 766	1 647	0
Administração Regional - Madeira					
Total das despesas	5 230	4 826	15 340	3 417	67 970
Despesas correntes	479	298	867	384	24 937
Despesas com o pessoal	0	0	0	0	0
Aquisição de bens e serviços	479	298	867	384	24 937
Transferências correntes	0	0	0	0	0
Outras despesas correntes	0	0	0	0	0
Despesas de capital	4 752	4 528	14 473	3 033	43 034
Investimentos	4 752	4 528	14 473	3 033	43 034
Transferências de capital	0	0	0	0	0
Outras despesas de capital	0	0	0	0	0
Administração Local					
Total das despesas	4 644	4 923	3 816	1 592	1 497
Despesas correntes	1 869	2 884	2 385	962	824
Despesas com o pessoal	923	1 460	1 422	159	40
Aquisição de bens e serviços	545	878	386	204	204
Transferências correntes	395	535	575	587	573
Outras despesas correntes	5	11	2	12	7
Despesas de capital	2 775	2 039	1 431	629	673
Investimentos	1 650	1 869	1 428	629	672
Transferências de capital	2	7	0	0	0
Outras despesas de capital	1 123	163	3	0	1

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.





**Biodiversidade
e paisagem**

5 - BIODIVERSIDADE E PAISAGEM

- A Biodiversidade é uma das propriedades fundamentais da natureza, responsável pelo equilíbrio e estabilidade dos ecossistemas, e fonte de imenso potencial de uso económico. Pode ser definida como a variedade e a variabilidade existente entre os organismos vivos e os ecossistemas nas quais elas ocorrem.
- Assistimos atualmente a uma perda constante da biodiversidade com profundas consequências para o mundo natural e o bem-estar humano. Tal facto deve-se, em muito, ao modo de vida das sociedades que se estão a desenvolver a um ritmo acelerado, criando maior pressão sobre os ecossistemas.
- Portugal possui uma Rede Fundamental de Conservação da Natureza (RFCN), criada pelo Decreto-Lei nº 142/2008, de 24 de julho, que integra um conjunto de figuras de proteção da natureza e da biodiversidade, entre elas o Sistema Nacional de Áreas Classificadas, que inclui a Rede Nacional de Áreas Protegidas e Rede Natura 2000.
- A Rede Nacional de Áreas Protegidas aprovada pelo Decreto-Lei nº 19/93, de 23 de janeiro, abrange áreas protegidas de âmbito nacional (Parque Nacional, Parque Natural, Reserva Natural e Monumento Natural), de âmbito regional e local (Paisagem Protegida).
- A Rede Natura 2000 é um elemento chave da política ambiental da União Europeia que tem como objetivo manter ou recuperar habitats naturais e espécies selvagens raras, ameaçadas ou vulneráveis garantindo-lhes um estatuto de conservação favorável. Esta rede ecológica, resultante da aplicação das Diretivas 79/409/CEE (Diretiva Aves) e 92/43/CEE (Diretiva Habitats), compreende dois tipos de áreas de classificação: Zonas de Proteção Especial (ZPE) e Zonas Especiais de Conservação (ZEC).
- A perda de biodiversidade, isto é de variabilidade entre organismos vivos de todas as origens, surge como resposta às alterações climáticas e a outras pressões, nomeadamente desflorestação, incêndios, intensificação dos sistemas de produção biológica, entre outros. A avaliação das populações das aves e dos vertebrados, através do Índice das aves comuns e do Livro vermelho dos vertebrados, surge como uma medida de controlo relativamente ao estatuto de conservação das espécies que caracterizam o país.
- No que se refere aos incêndios florestais, o Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra incêndios, criado pelo Decreto-Lei nº 156/2004, de 30 de junho prevê o conjunto de medidas e ações estruturais e operacionais relativas à prevenção e proteção das florestas contra incêndios. A floresta, sendo um património essencial ao desenvolvimento sustentável de um país, necessita de uma política de defesa estruturada, envolvendo todas as entidades como o Governo, as Autarquias e os cidadãos.



5.1 - CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

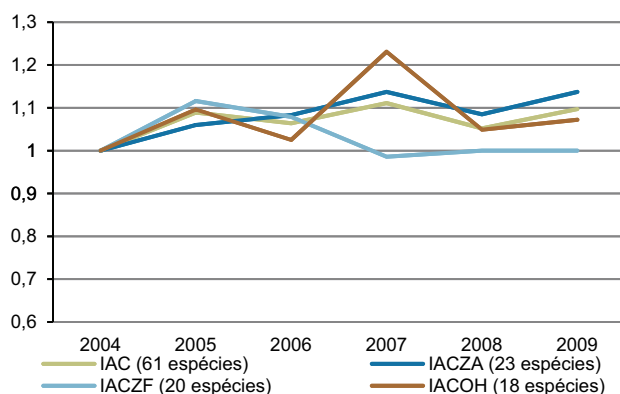
5.1.1 – Índice de Aves Comuns

A população de aves é comumente usada como indicador da adequação das condições ambientais à existência de vida selvagem, em especial para as espécies de aves que dependem de habitats específicos na sua época de reprodução. Esta situação decorre do facto das aves dependerem fortemente da variedade e da variabilidade existente entre os organismos vivos e os ecossistemas nos quais estão inseridas, nomeadamente a existência de plantas e insetos endémicos dos locais onde estão inseridas e que constituem a base da sua alimentação. Qualquer alteração na disponibilidade destes recursos originará uma resposta das populações das aves existentes nesses locais.

Desta forma, o Índice de Aves Comuns (IAC) permite traduzir, de forma quantitativa, a relação entre a alteração das populações de um conjunto de aves comuns em determinados habitats (agrícolas, florestais e outros) com as alterações ao uso do solo, as alterações climáticas e a alteração/intensificação de práticas agrícolas e florestais. Uma tendência populacional decrescente poderá indiciar um desequilíbrio dessas espécies e, por outro lado, dar indicações relativamente à alteração da biodiversidade do meio em que essas espécies estão inseridas.

O Índice de Aves Comuns é composto por três índices: o Índice de Aves Comuns de Zonas Agrícolas (IACZA), o Índice de Aves Comuns de Zonas Florestais (IACZF) e o Índice de Aves Comuns de Outros Habitats (IACOH). Os valores anuais dos índices compostos resultam da média geométrica dos índices de todas as espécies do respetivo grupo. O IACZA é composto por 23 espécies, o IACZF por 20 espécies e o IACOH por 18 espécies. Os índices são calculados com base no Censo de Aves Comuns (CAC) que é um programa de monitorização a longo prazo de aves comuns nidificantes e seus habitats, em Portugal.

Figura 5.1 - Índices de aves comuns em Portugal Continental

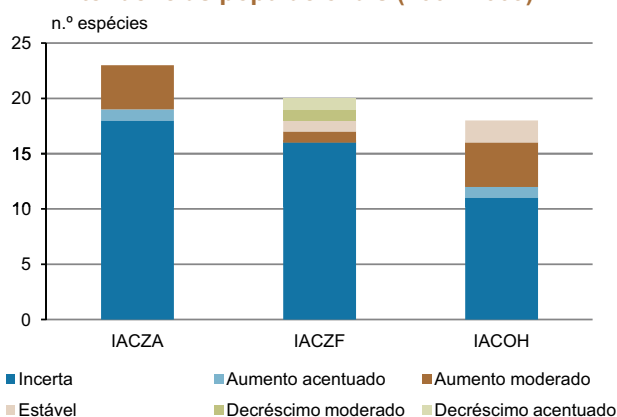


Fonte: SPEA

De acordo com o IAC, a globalidade das aves manteve-se estável no período de 2004 a 2009, mostrando mesmo uma ligeira tendência de crescimento, cerca de 9,7% em 2009 em relação a 2004. A mesma tendência verifica-se no IACZA (+13,7%), para o mesmo período, revelando que em geral as aves comuns dependentes dos sistemas agrícolas apresentam situações estáveis ou em crescimento moderado. Já nas zonas florestais, e após um crescimento acentuado em 2005, o IACZF estabilizou a partir de 2007 em valores semelhantes aos de 2004.

Relativamente às espécies de outros habitats, e não obstante o índice apresentar uma variação muito irregular no período em análise, a tendência é de crescimento.

Figura 5.2 - Espécies de aves comuns segundo as tendências populacionais (2004-2009)



Fonte: SPEA

Os índices anuais específicos de cada espécie de aves, e consequentemente as respetivas tendências populacionais, são obtidas através de modelação matemática. Estas tendências populacionais são classificadas em seis níveis de acordo com as evoluções que revelam: “aumento acentuado”, “aumento moderado”, “estável”, “decréscimo moderado”, “decréscimo acentuado” e “incerta”, correspondendo esta última categoria às populações em que não é possível tirar conclusões acerca da sua evolução.

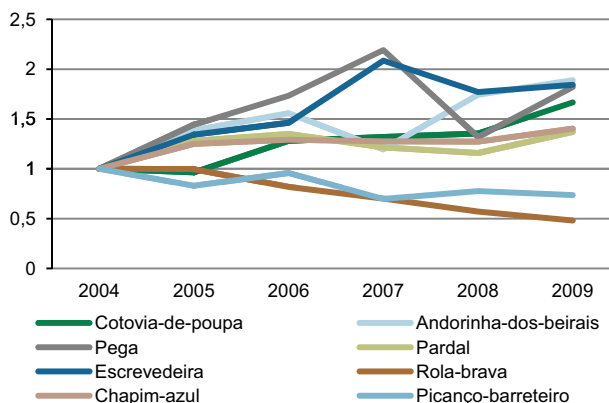


Nesta análise, apenas se referem as variações com significado estatístico garantidas pelo modelo. De referir ainda que em todos os índices de aves comuns se verifica uma prevalência das populações cuja tendência é classificada como incerta.

Nas espécies de zonas agrícolas, das vinte e três que integram o IACZA apenas cinco apresentaram um aumento dos seus índices específicos entre 2004 e 2009 (Cotovia de poupa, Andorinha dos beirais, Pega, Pardal e Escrevedeira), e destas apenas a Cotovia de poupa revelou um aumento acentuado (+67%).

A Escrevedeira, a Andorinha dos beirais e o Pardal são espécies distribuídas de Norte a Sul do País, enquanto a Pega e a Cotovia de poupa têm uma distribuição menos alargada. A Cotovia de poupa encontra-se habitualmente em terrenos lavrados ou incultos, especialmente nas várzeas, e a Andorinha dos beirais prefere os campos de cultivo com vegetação baixa, prados e pastagens. Já o Pardal encontra-se em zonas onde existem árvores, enquanto a Escrevedeira e a Pega preferem as paisagens de mosaico com sebes, arbustos e árvores associados a terrenos cultivados.

Figura 5.3 - Tendências populacionais de algumas aves comuns



Fonte: SPEA

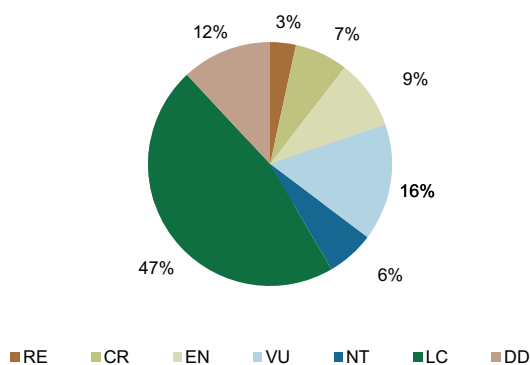
Relativamente às espécies das zonas florestais, entre 2004 e 2009, apenas uma revelou um aumento, classificado como moderado (+40%), do seu índice populacional (Chapim azul), de acordo com a classificação de tendência estabelecida pela SPEA. A Rola brava e Picanço barreteiro, revelaram decréscimos moderados a acentuados do seu índice, 52% e 26%, respetivamente. O Chapim azul distribui-se por todo o território nacional e encontra-se preferencialmente em zonas de montados e florestas mistas, o Picanço real prefere as zonas do interior norte e o sul do território e é observado em zonas abertas, com pequenos bosquetes associados. A Rola brava é hoje pouco comum a sul do Tejo, sendo mais frequente no norte do país, particularmente no nordeste.

Relativamente às aves comuns de outros habitats, das dezoito espécies consideradas no IACOH, cinco apresentaram um aumento do seu índice específico (Pato real: +72%, Rabirruivo: +72%, Melro-preto: +15%, Gralha preta: +47%, Rola turca: +85%), mas apenas a Rola turca é considerada como um aumento acentuado e as restantes como moderado. De realçar que nestes habitats não se registaram decréscimos dos índices específicos das aves comuns.

5.1.2 – Estatuto de conservação dos vertebrados

O Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal foi realizado pela última vez em 2005 pelo Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade (ICNB) e nele foram classificadas as espécies de vertebrados existentes em Portugal (peixes dulciaquícolas e migradores, anfíbios, répteis, aves e mamíferos) em função do maior ou menor risco de extinção de acordo com 7 categorias (Regionalmente Extinto – RE; Criticamente em Perigo – CR; Em Perigo – EN; Vulnerável – VU; Quase Ameaçado – NT; Pouco Preocupante – LC; Informação Insuficiente – DD). Esta informação é ainda complementada com a identificação das ameaças e das medidas necessárias para a conservação das espécies ameaçadas ou quase ameaçadas.

Figura 5.4 - Estatuto de ameaça dos vertebrados, por categoria de avaliação

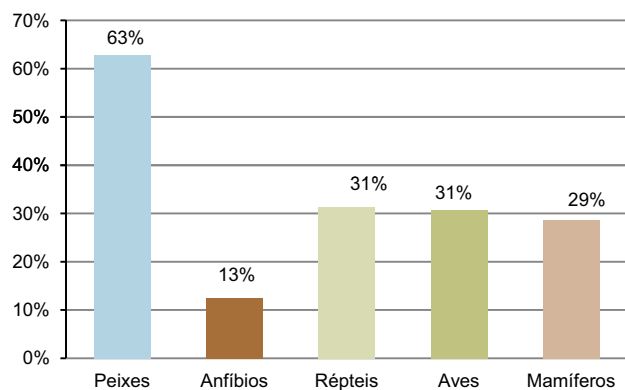


Fonte: ICNB



Em Portugal foram avaliadas 553 espécies de vertebrados e atribuído o estatuto de ameaça a 176 (Criticamente em Perigo – CR; Em Perigo – EN; Vulnerável – VU; Quase Ameaçado – NT = 32%). Das restantes espécies, 257 foram classificadas com a categoria “Pouco Preocupante” (46%), 35 (6%) como “Quase Ameaçada” e 66 (12%) não apresentaram condições para serem classificadas e foi-lhes atribuída a categoria de “Informação insuficiente”. Relativamente a espécies de vertebrados extintas, foram identificadas 19 e correspondem a uma espécie de peixes (esturção), a uma espécie de mamíferos (urso-pardo) e a 17 espécies de aves.

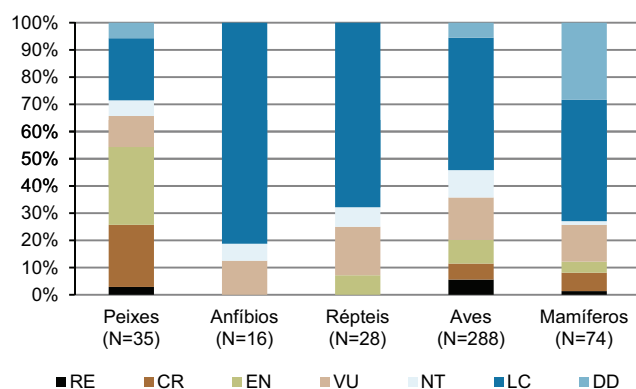
Figura 5.5 - Espécies ameaçadas, por grupo taxonómico (2005)



Fonte: ICNB

Os peixes dulciaquícolas e migradores são o grupo taxonómico que apresentou maior número de espécies ameaçadas (63%), seguidos das aves (31%), dos répteis (31%), dos mamíferos (29%) e dos anfíbios (13%). De realçar ainda que 23% das espécies do grupo dos peixes se encontra “Criticamente em Perigo” (8 espécies) e 29% “Em Perigo” (10 espécies).

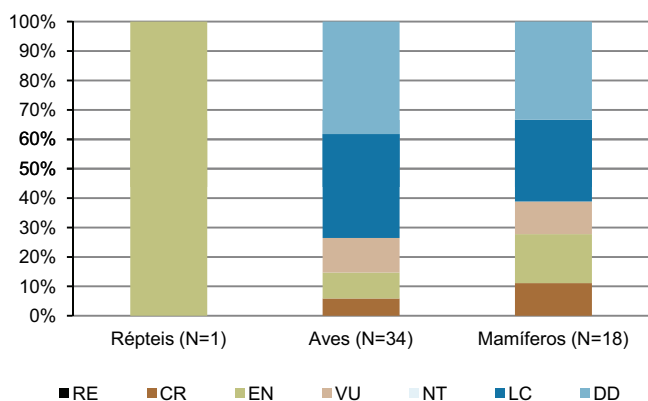
Figura 5.6 - Estatuto de ameaça dos vertebrados - Portugal Continental (2005)



Fonte: ICNB

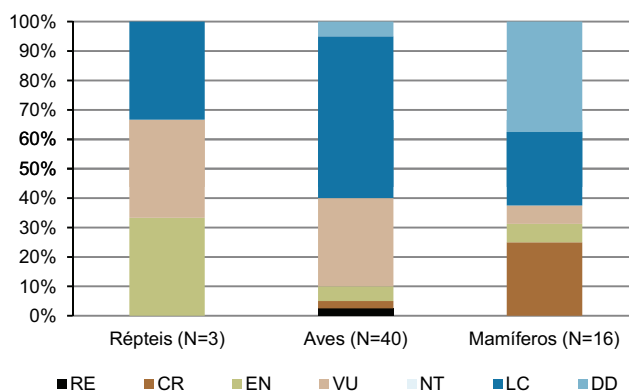
Das 553 espécies analisadas, 441 localizam-se em Portugal Continental (80%), 53 nos Açores e 59 na Madeira. No Continente, cerca de 31% das espécies apresenta estatuto de ameaça, sendo o grupo dos peixes aquele que apresenta maior número de espécies nestas categorias (63%), seguidos das aves (30%), dos répteis (25%), dos mamíferos (24%) e dos anfíbios (13%).

Figura 5.7 - Estatuto de ameaça dos vertebrados - Açores (2005)



Fonte: ICNB

Figura 5.8 - Estatuto de ameaça dos vertebrados - Madeira (2005)



Fonte: ICNB



Nos Açores e na Madeira, 32% e 39% das espécies, respetivamente, estão sob ameaça. Em termos comparativos, o estatuto de ameaça dos mamíferos é muito semelhante nos Açores e na Madeira, realçando-se apenas a elevada proporção de mamíferos classificados como “Criticamente em Perigo” (25%) na Madeira. No entanto, no grupo taxonómico das aves, a Madeira apresenta um menor risco de ameaça de extinção, já que mais de metade dessas espécies foram classificadas com a categoria “Pouco preocupante” (55%).

5.1.3 – Áreas com estatuto de Conservação

Continente

Figura 5.9 - Áreas Protegidas Portugal Continental

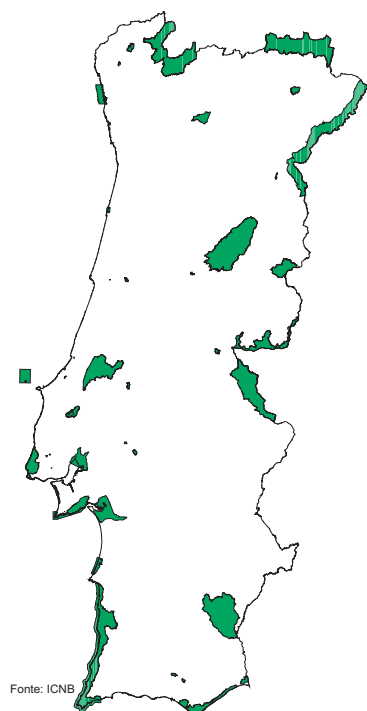


Figura 5.10 - Sítios - Rede Natura 2000 Portugal Continental

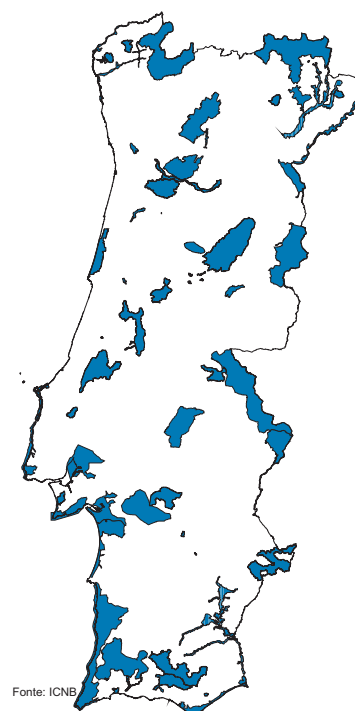
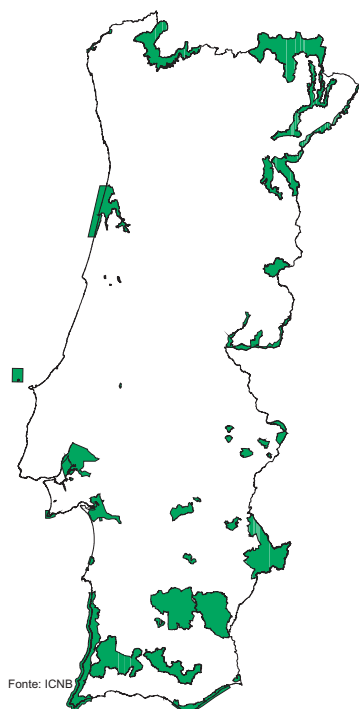


Figura 5.11 - Zonas de Proteção Especial- Rede Natura 2000 - Portugal Continental



Nas figuras estão representadas as áreas que se encontram classificadas como áreas protegidas (figura 5.9), sítios (figura 5.10) e zonas de proteção especial (figura 5.11), em Portugal Continental.

Relativamente à rede nacional de Áreas Protegidas (AP) do Continente, esta é constituída por Parques Nacionais (1), Parques Naturais (13), Reservas Naturais (9), Paisagens Protegidas (2) e Monumentos Naturais (7). Esta rede abrange uma área de 697 mil ha, o que corresponde a 16% do território coberto com estatuto de AP.

No que concerne aos sítios da Rede Natura 2000, o Continente, em 2010, tinha 60 sítios classificados, que perfaziam um total de 1 522 193 ha, o que corresponde a 17% do território classificado como sítio.

Em termos de áreas classificadas como Zonas de Proteção Especial (ZPE) da Rede Natura 2000, em 2010, esta abrangia uma área territorial de 921 mil ha.



Figura 5.12 - Importância das Áreas Protegidas nas áreas dos municípios (2010)

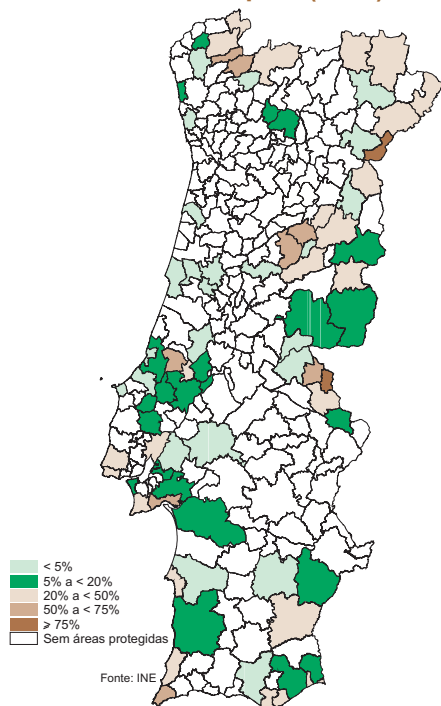


Figura 5.13 - Importância dos Sítios RN 2000 na área dos municípios (2010)

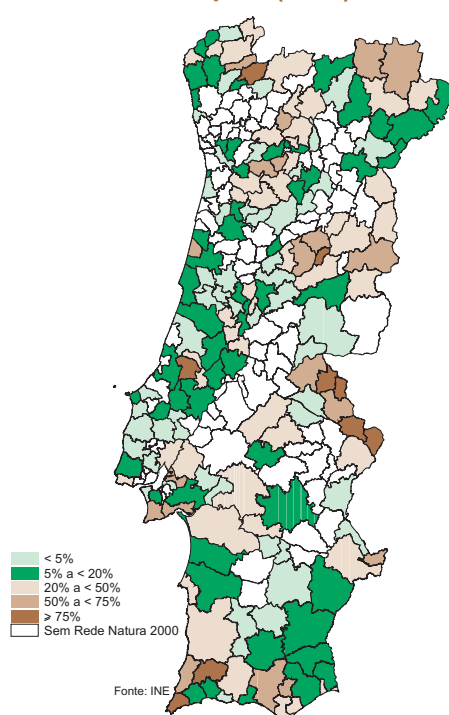
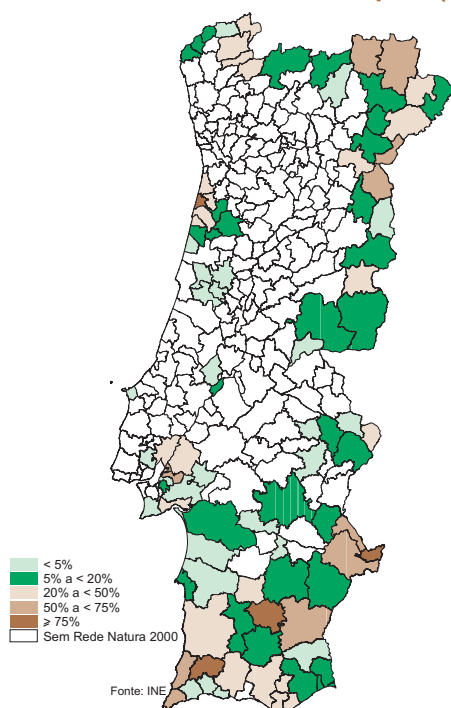


Figura 5.14 - Importância das Zonas de Proteção Especial RN 2000 na área dos municípios (2010)



Analisando a figura 5.12, constata-se que 30% dos municípios se encontra classificado como AP, havendo um predomínio dos municípios (31%) em que a importância das zonas classificadas é inferior a 5%.

Apenas 2% dos municípios apresentam mais de 75% da sua área classificada como AP, nomeadamente Freixo de Espada à Cinta (91%) e Marvão (100%).

Relativamente às áreas dos municípios classificadas como sítios da Rede Natura 2000, constata-se que 180 municípios, dos 278 existentes no Continente, apresentam esta classificação. Desta forma, apenas 35% dos municípios não se encontram classificados como sítio. Dos municípios classificados, 58% não vão além dos 20% da área ocupada como sítios, sendo que apenas 16% apresenta mais de 75% do seu território classificado.

Quanto às ZPE, verifica-se que a maior parte dos municípios não têm áreas classificadas com este estatuto de proteção (67%) e apenas 15% dos municípios têm uma cobertura superior a 50%, sendo o município de Barrancos, no Alentejo, o que tem a maior percentagem de área classificada como ZPE.

Região Autónoma dos Açores

Figura 5.15 - Áreas Protegidas - Açores (2009)

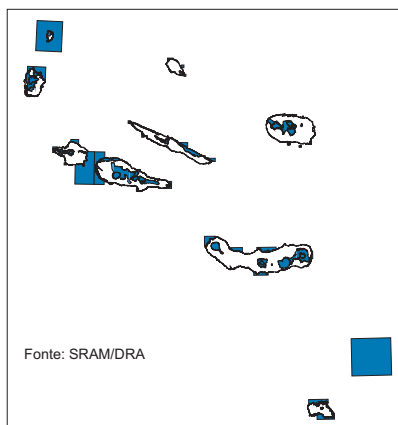


Figura 5.16 - Sítios - Rede Natura 2000 - Açores (2009)

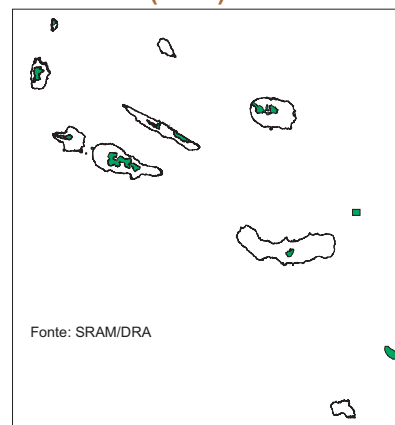
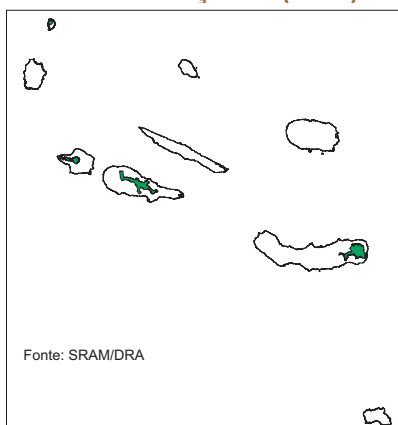


Figura 5.17 - Zonas de Proteção Especial - Rede Natura 2000 - Açores (2009)



A Rede Regional de Áreas Protegidas da Região Autónoma dos Açores, que ocupa 24% do território terrestre (56 mil ha), integra o Parque Natural de Ilha (PNI); e o Parque Marinho do Arquipélago dos Açores (PMA). As áreas terrestres e marítimas do PNI e as áreas marinhas do PMA integram cinco categorias, tais como Reserva natural (14); Monumento natural (9); Área protegida para a gestão de habitats ou espécies (19); Área de paisagem protegida (13) e Área protegida de gestão de recursos (1).

Relativamente à rede ecológica Rede Natura 2000, os Açores têm classificados 27 sítios e 25 ZPE, abrangendo uma área de 41 mil ha.

Em termos de percentagem de território classificado, os Açores têm cerca de 11% do seu território classificado como sítio e 7% como ZPE.

Figura 5.18 - Importância das Áreas Protegidas nas áreas dos municípios (2009)

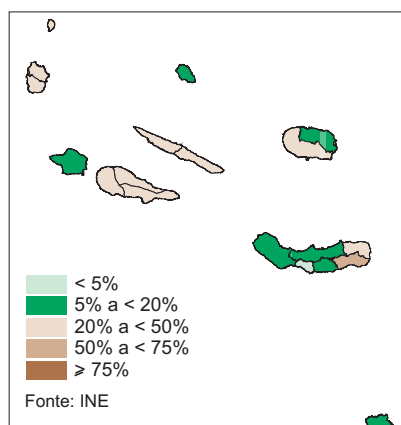
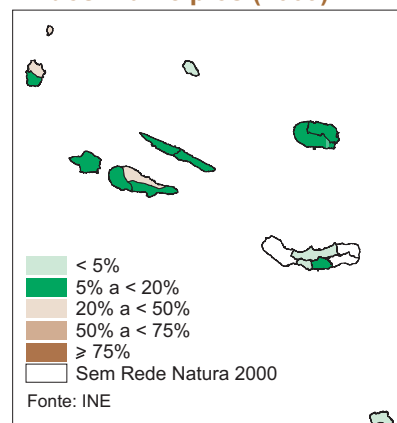


Figura 5.19 - Importância dos Sítios RN 2000 na área dos municípios (2009)

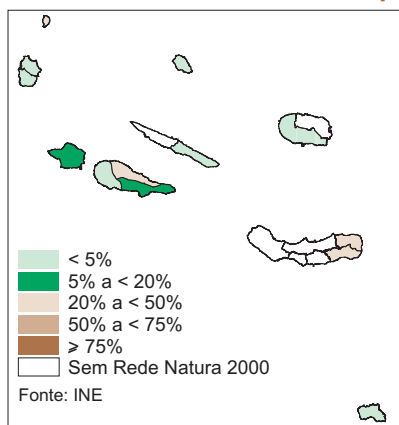


Nos Açores, a totalidade dos municípios encontra-se classificado como AP, havendo 11 municípios em que a importância das zonas classificadas se encontra entre os 5% e os 20%. Salienta-se ainda o facto de apenas o município do Corvo apresentar uma área classificada superior a 20%.

No que diz respeito às áreas dos municípios classificadas como sítios da Rede Natura 2000, constata-se que quase todos os municípios apresentam área territorial classificada como sítio, exceto os municípios de Nordeste, Ponta Delgada e Povoação.



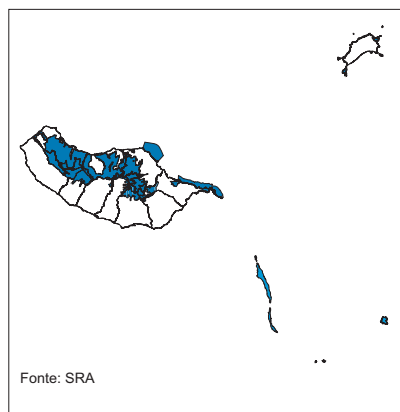
Figura 5.20 - Importância das Zonas de Proteção Especial RN 2000 na área dos municípios (2009)



Relativamente às zonas de proteção especial (ZPE), 68% dos municípios apresentam área classificada com este estatuto de proteção. Destes municípios classificados, apenas 4 municípios têm uma cobertura superior a 20%, sendo novamente o município do Corvo o que tem maior percentagem de área classificada como ZPE (41%).

Região Autónoma da Madeira

Figura 5.21 - Áreas Protegidas, Sítios e ZPE (2009)

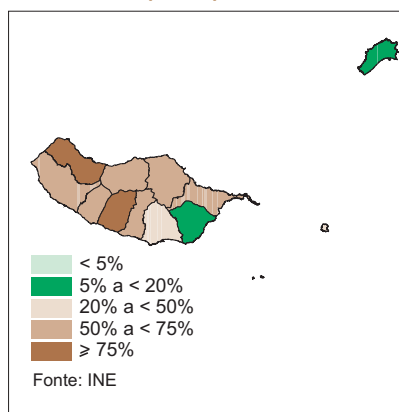


Na figura 5.21 estão representadas as AP, os sítios e as ZPE da Região Autónoma da Madeira. A distribuição das áreas classificadas é apresentada na sua totalidade e não por tipo, dada a sobreposição dos diferentes tipos de áreas classificadas, nomeadamente sítios e ZPE.

Na Madeira verifica-se que a rede de áreas classificadas está presente nos 11 municípios que a constituem. A rede de AP abrange uma área de 50 mil ha, sendo constituída por Parque Natural (1) e Reservas Naturais (4). O Parque Natural da Madeira, que ocupa dois terços da ilha da Madeira inclui diversas áreas, nomeadamente a Floresta Laurissilva, toda a zona do Maciço Montanhoso e a Ponta de São Lourenço.

Em termos de percentagem de território classificado como Rede Natura 2000, a região da Madeira tem cerca de 30% classificado como sítio e 24% do seu território classificado como ZPE.

Figura 5.22 - Importância das áreas com estatuto de proteção (AP, SIC e ZPE) na área dos municípios (2009)



No que se refere às áreas dos municípios com estatuto de proteção, verifica-se que predominam os municípios em que a importância das zonas classificadas é superior a 50%. Os municípios que apresentam uma menor percentagem de área classificada são os do Funchal, de Santa Cruz (com) e do Porto Santo, com cerca de 35%, 14% e 8%, respetivamente.

5.1.4 – Incêndios florestais

A figura 5.23 apresenta a área ardida em Povoamentos florestais e Matos, bem como o número de incêndios florestais.

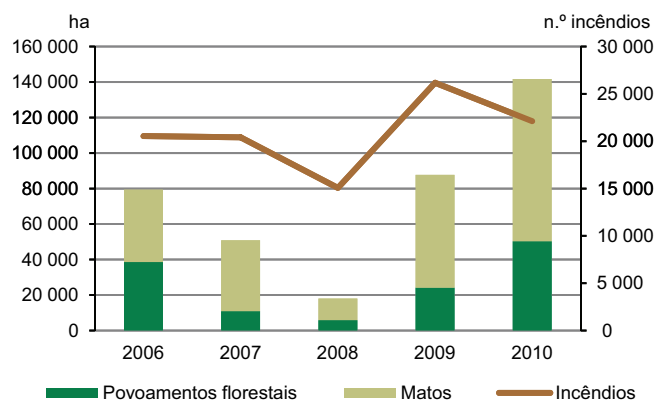
A área ardida tem sofrido algumas oscilações, nos últimos 5 anos. Entre 2006 e 2008 apresentou uma tendência decrescente, que se inverteu a partir desse ano.

Destaca-se o facto de, em 2008, se ter registado a menor área ardida durante o período em análise, cerca de 18 mil hectares sendo que, em 2010, esta alcançou os 141 mil hectares.

Em 2010, os incêndios florestais afetaram sobretudo zonas de matos, correspondendo a uma área ardida de 91 mil hectares (64% do total).

Relativamente ao número de incêndios florestais registaram-se grandes flutuações, no período de 2006 a 2010. O ano de 2008 foi o ano que registou o menor número de incêndios florestais (15 067), em contraste com 2009, em que os incêndios registados (26 185) cresceram, sendo a taxa de variação de 74%.

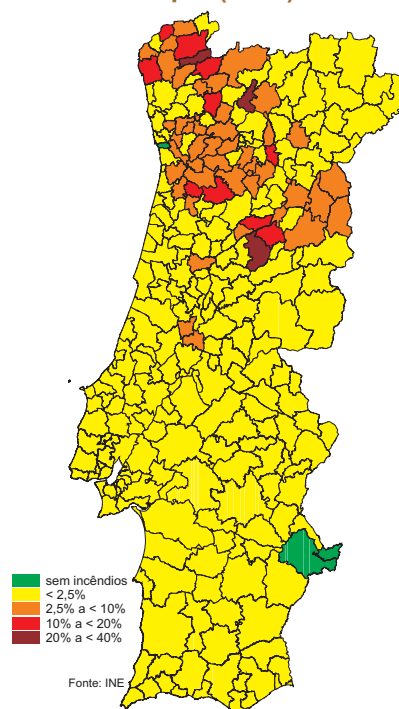
Figura 5.23 - Incêndios florestais por tipo de área ardida - Portugal Continental e R. A. Madeira



Nota: não inclui dados sobre Açores, na medida em que não se aplica a esta região autónoma.

Fonte: AFN e Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais - Direção Regional das Florestas, RAM

Figura 5.24 - Importância da área ardida por município (2010)



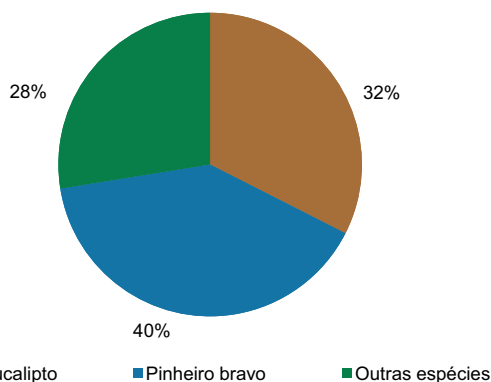
A figura 5.24 apresenta a percentagem de área ardida em cada município, por 5 classes.

Em 2010 verifica-se que dos 278 municípios existentes no Continente, apenas 3 não registaram incêndios florestais, concretamente os municípios do Porto, Barrancos e Moura.

Salienta-se o facto da Região Norte ser a que concentra mais municípios com maior percentagem de área ardida, verificando-se um predomínio da classe 2,5% a <10%.



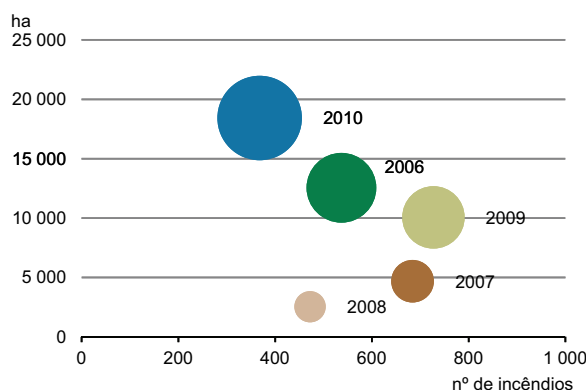
Figura 5.25 - Áreas ardidas por espécie



Nota: não inclui dados sobre Açores, na medida em que não se aplica a esta região autónoma.

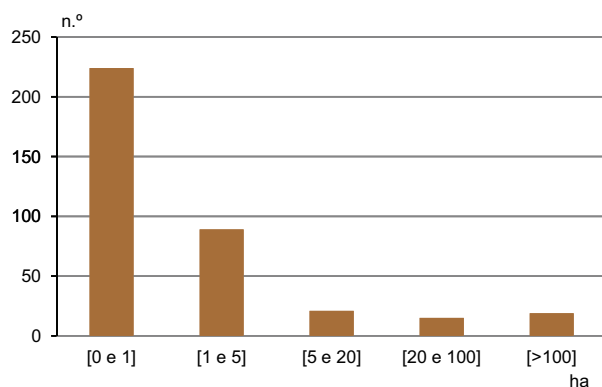
Fonte: AFN e SRA

Figura 5.26 - Distribuição anual do número de incêndios e área ardida em Áreas Protegidas - Continente



Fonte: ICNB

Figura 5.27 - Número de incêndios por classes de área ardida - Continente (2010)



Fonte: ICNB

Em Portugal, as florestas são compostas maioritariamente por duas espécies com grande interesse económico, nomeadamente, o pinheiro bravo (*Pinus pinaster*) e o eucalipto (*Eucalyptus spp.*). No seu conjunto, estas duas espécies ocupam quase 18% da área de povoamentos, em Portugal Continental.

Em termos de área ardida por espécie verifica-se que, em 2010, o Pinheiro bravo foi a espécie mais afetada (40%) seguido do Eucalipto (32%) e outras espécies (28%).

No período de 2006 a 2010, registou-se um decréscimo no número de incêndios, de cerca de 31%. No que concerne à área ardida verifica-se uma tendência decrescente de 2006 a 2008. A partir de 2008 a tendência de decréscimo alterou-se significativamente.

Em 2008 a área ardida, era de 2 539 ha, e em 2010 subiu para 18 426 ha, verificando um aumento de 15 887 ha de área ardida, em AP. Estas oscilações fortes, quer no número de incêndios quer na área ardida, devem-se às condições climáticas extremamente adversas em alguns verões, bem como a outros factores externos, nomeadamente às atividades humanas.

A figura 5.27 permite avaliar o número de incêndios e a dimensão de cada ocorrência, de acordo com 5 classes de área.

Verifica-se que os incêndios com menos de 1 ha - fogachos (224 incêndios), têm um peso bastante significativo no total de incêndios registados (368 ha), representando 61% do total. Já os incêndios com valores de área superiores a 100 ha (19 incêndios) representam cerca de 5% no total de incêndios.

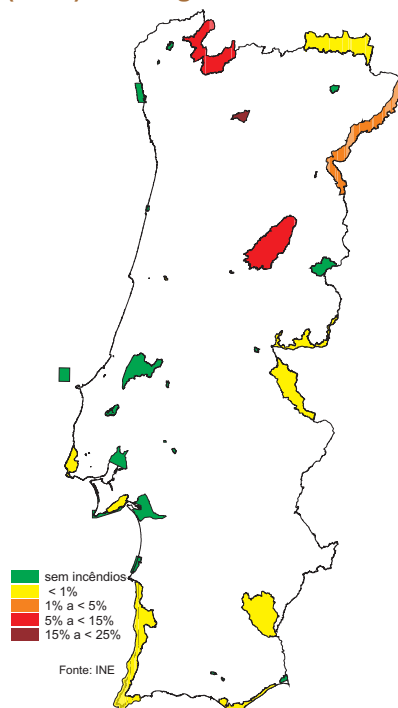


Figura 5.28 - Importância das áreas ardidas nas AP (2010) - Portugal Continental

A figura 5.28 apresenta a percentagem de área protegida que foi atingida por incêndios florestais, de acordo com 5 classes de áreas.

Em 2010, verifica-se que predominaram as áreas protegidas (cerca de 2/3) em que a importância da área ardida foi inferior a 1%, incluindo as que não tiveram incêndios.

As áreas protegidas que tiveram maior percentagem de área ardida do seu território foram o Parque Natural do Alvão (23%), seguido do Parque Nacional da Peneda Gerês (13%) e do Parque Natural da Serra da Estrela (6%).



No âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra incêndios, o Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, estabelece medidas e ações, estruturais e operacionais relativas à prevenção e proteção da floresta contra incêndios.

Prevenir os incêndios implica o desenvolvimento de diversas atividades, nomeadamente ações de silvicultura preventiva.

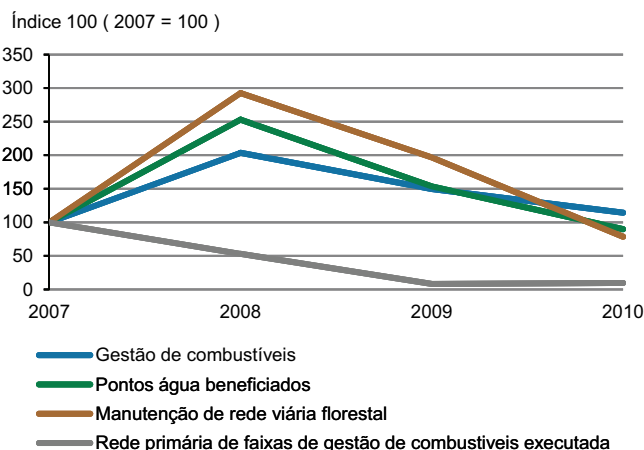
São várias as ações a integrar na silvicultura preventiva, tais como gestão de combustíveis florestais, beneficiação de pontos de águas, manutenção de rede viária florestal e rede primária de faixas de gestão de combustíveis.

Analisando as ações de silvicultura preventiva levadas a cabo pela Autoridade Florestal Nacional (AFN) e pela Direção Regional de Florestas da Madeira (DRFM), salienta-se o decréscimo acentuado da rede primária de faixas de gestão de combustíveis executadas, o qual ronda os 90%.

Em 2007, foram executados 12 014 ha de rede primária de faixas de gestão de combustíveis, enquanto que em 2010, foram apenas 1 145 ha. Contudo, não foi apenas esta ação de silvicultura preventiva a registar um decréscimo, o mesmo também sucedeu com o número de pontos de água beneficiados, bem como com os quilómetros de rede viária florestal (caminhos, estradões ou trilhos) que sofreram manutenção. A taxa de variação média anual do número de pontos de água beneficiados foi cerca de -10%, e a da rede viária florestal que sofreu manutenção foi -22%.

No que se refere à gestão de combustíveis (corte de mato, limpeza de povoamento, etc.) a área intervencionada sofreu um crescimento de 2006 (19 409 ha) para 2010 (22 188 ha) de cerca de 14%.

Figura 5.29 - Ações de defesa da floresta contra incêndios executadas



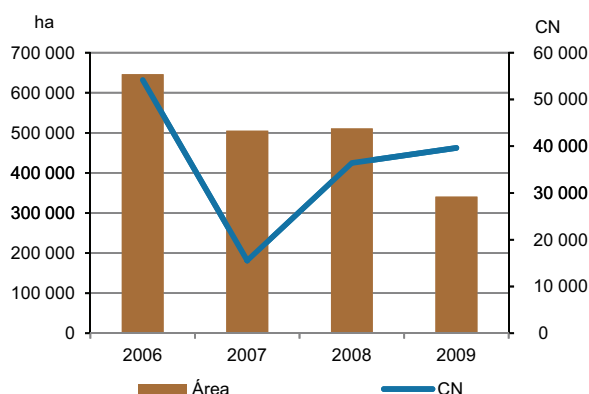
Nota: a informação apresentada inclui dados da Autoridade Florestal Nacional e da Direção Regional de Florestas da Madeira

Fonte: AFN e SRA



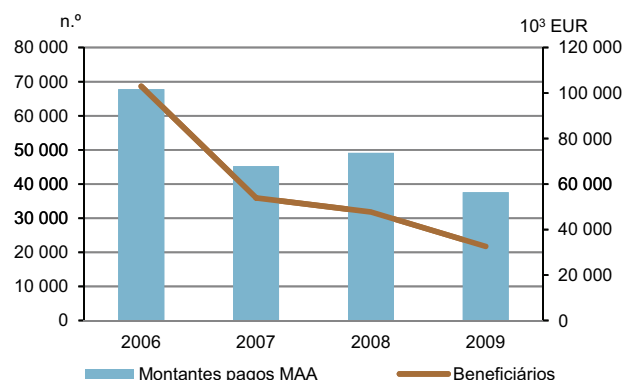
5.1.5 - Medidas e Silvo-ambientais

Figura 5.30 - Área e Cabeças Normais pagos ao abrigo das Medidas Agro-Ambientais



Fonte: IFAP

Figura 5.31 - Beneficiários das Medidas Agro-Ambientais e montantes pagos



Fonte: IFAP

As Medidas Agro-Ambientais (MAA) têm como principal objetivo incentivar os agricultores a utilizar ou a manter práticas agrícolas compatíveis com a preservação do ambiente, dos recursos naturais e da biodiversidade.

Estas medidas têm feito parte dos Programas de Desenvolvimento Rural nacionais, RURIS/PDRu Açores/ PDRu Madeira – 2000-2006 e PRODER/PRODERAM/PRORURAL – 2007-2013, tendo sido alteradas substancialmente neste último programa. Enquanto que no anterior programa existiam 34 MAA, atualmente estão em vigor 12 MAA como pagamento complementar ao Regime de Pagamento único (Produção Integrada, Agricultura Biológica, Proteção da Biodiversidade Doméstica e as Intervenções Territoriais Integrais – 9 MAA incluídas).

Tendo em conta que os dois programas de desenvolvimento rural tiveram um período de aplicação em que se sobrepuseram, optou-se por uma análise global das MAA para o total dos compromissos dos dois programas.

Em 2006/2007, cerca de 69 mil agricultores beneficiaram das MAA, valor que diminuiu progressivamente até 2009/2010, quando apenas 22 mil agricultores beneficiaram deste financiamento. Neste ano, a área total de compromissos das MAA rondou os 341 mil hectares, o que equivale a um decréscimo de 47% no período em análise. Relativamente às medidas de proteção da biodiversidade doméstica (raças autóctones), foram contabilizadas cerca de 40 mil cabeças normais (CN) em 2009/2010, menos 27% face a 2006/2007. Salienta-se, no entanto, a variação negativa de 71% do número de CN em 2007/2008 face ao ano anterior, motivado pelo decréscimo do número de beneficiários desta MAA e a subsequente recuperação em 2008/2009 com a entrada em vigor das novas MAA.

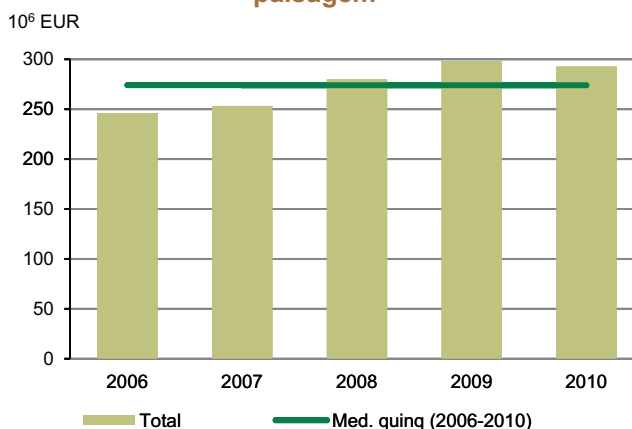
Relativamente aos montantes pagos no âmbito das MAA, os agricultores receberam cerca de 56 milhões de euros em 2009/2010, o menor valor de financiamento no período em análise. Os montantes pagos tiveram tendência decrescente neste período, com exceção de 2008/2009, em que houve uma ligeira recuperação (+6 milhões de euros) face ao ano anterior, motivado por novos compromissos. Contudo, em 2009/2010, há uma nova quebra no financiamento das MAA aos agricultores, tendo estes recebido menos 17 milhões de euros em relação ao ano anterior.



5.2 - DESPESA NA PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE E PAISAGEM

A conservação da natureza e da biodiversidade tem sido considerada como um dos domínios prioritários de intervenção da política ambiental das Administrações Públicas, o que justifica o montante significativo das verbas envolvidas. Nos últimos três anos, a despesa nesta área ultrapassou mesmo a média do quinquénio em análise, fixando-se nos 293 milhões de euros em 2010.

Figura 5.32 - Despesa das Administrações Públicas na Proteção da biodiversidade e paisagem



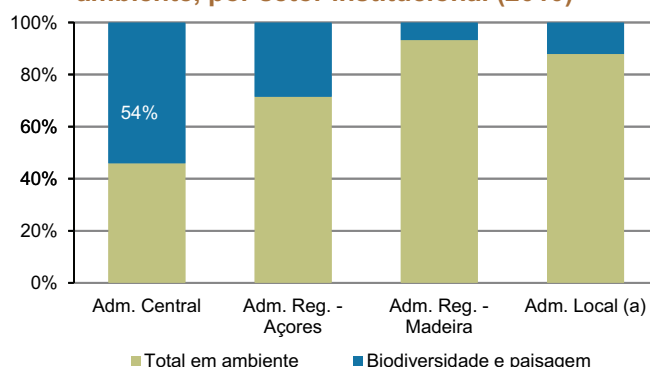
Fonte: INE

A Administração Central absorveu cerca de 3/5 dos gastos deste domínio ambiental em ações e medidas empreendidas pelo Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade. Estas despesas incidiram sobretudo na gestão da Rede Natura 2000 e das áreas protegidas, na educação ambiental entre outros. A Autoridade Nacional de Proteção Civil também realizou despesas na prevenção e combate a incêndios florestais e no apoio às associações humanitárias de bombeiros voluntários no território continental.

Na Região Autónoma dos Açores, 29% dos gastos foram aplicados neste domínio, com realce para os projetos inseridos nos programas de Preservação e valorização do ambiente e da paisagem rural, Conservação da natureza e Património mundial, nomeadamente com a Paisagem Protegida da Vinha do Pico.

Este domínio consumiu apenas 7% da despesa da Região Autónoma da Madeira, em comparação com os 47% do ano anterior, em virtude da utilização de grande parte das verbas no domínio de "Proteção e recuperação dos solos, de águas subterrâneas e superficiais". De referir ainda a contração significativa da despesa neste domínio, face ao 2009, devido à conclusão das intervenções efetuadas nos anos anteriores nos quartéis das associações humanitárias de bombeiros voluntários.

Figura 5.33 - Percentagem da proteção da biodiversidade e paisagem no total da despesa em ambiente, por setor institucional (2010)

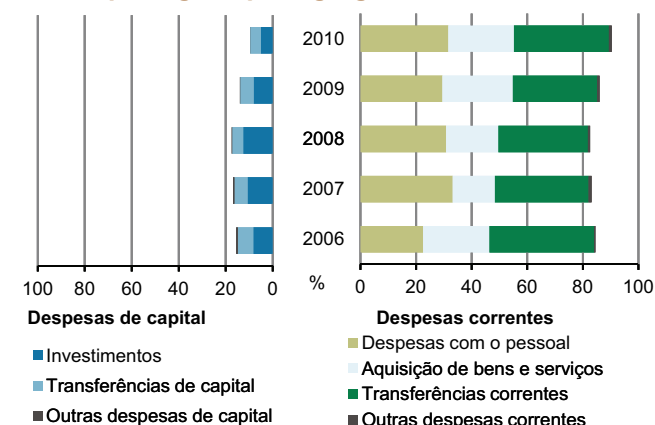


(a) Para efeitos de análise eminentemente estrutural, foi considerado no período de referência de 2010 a informação do domínio gestão de águas residuais apurada em 2009.

Fonte: INE



Figura 5.34 - Despesa das Administrações Públicas na Proteção da biodiversidade e paisagem, por agregado económico



Fonte: INE

As “transferências correntes e de capital” e as “despesas com o pessoal” constituíram as principais rubricas dos gastos no quinquénio em análise, absorvendo em média, respetivamente 2/5 e 1/3 do total das despesas das Administrações públicas na “Proteção da biodiversidade e paisagem”. As transferências destinaram-se sobretudo a apoiar as equipas de combate a incêndios florestais e de intervenção permanente do território continental, à reparação de viaturas e equipamentos, e ao apoio dos municípios detentores de corpos de bombeiros, bem como ao patrocínio das associações humanitárias de bombeiros voluntários do país.

Em média, cerca de 1/5 dos gastos foram direcionados para “aquisição de bens e serviços”, nomeadamente para o aluguer de meios aéreos para o combate a incêndios florestais por parte da Administração Central.



5.3 - QUADROS DE RESULTADOS

Quadro 5.1 - Evolução dos principais indicadores de aves comuns em Portugal Continental

Ano	Indicadores de aves comuns			
	Índice de Aves Comuns - IAC (61 espécies)	Índice de Aves Comuns de Zonas Agrícolas - IACZA (23 espécies)	Índice de Aves Comuns de Zonas Florestais - IACZF (20 espécies)	Índice de Aves Comuns de Outros Habitats - IACOH (18 espécies)
2004	1	1	1	1
2005	1,089	1,060	1,116	1,096
2006	1,064	1,083	1,079	1,025
2007	1,111	1,137	0,986	1,231
2008	1,052	1,085	1,000	1,049
2009	1,097	1,137	1,000	1,072

Fonte: Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves

Quadro 5.2 - Índices populacionais das espécies incluídas no índice de Aves Comuns de Zonas Agrícolas (IACZA) - Portugal Continental

Nome Científico	Nome Comum	2004	2005	2006	2007	2008	2009
<i>Bubulcus ibis</i>	Carraqueiro	1	0,583	0,548	0,982	0,951	0,491
<i>Ciconia ciconia</i>	Cegonha-branca	1	0,805	1,290	1,062	0,959	1,265
<i>Milvus migrans</i>	Milhafre-preto	1	1,312	0,929	0,836	0,964	1,018
<i>Falco tinnunculus</i>	Peneireiro	1	1,198	1,033	1,155	1,037	1,139
<i>Coturnix coturnix</i>	Codorniz	1	1,300	1,029	0,982	1,104	1,035
<i>Athene noctua</i>	Mocho-galego	1	0,889	0,903	1,339	0,736	1,453
<i>Merops apiaster</i>	Abelharuco	1	1,362	1,351	0,834	0,803	1,113
<i>Upupa epops</i>	Poupa	1	0,886	1,202	1,071	0,978	1,156
<i>Galerida cristata</i>	Cotovia-de-poupa	1	0,964	1,281	1,320	1,355	1,666
<i>Hirundo rustica</i>	Andorinha-das-chaminés	1	1,018	1,201	1,146	0,969	1,069
<i>Delichon urbicum</i>	Andorinha-dos-beirais	1	1,385	1,558	1,196	1,744	1,890
<i>Saxicola torquata</i>	Cartaxo	1	0,999	1,082	1,262	1,135	1,097
<i>Cisticola juncidis</i>	Fuinha-dos-juncos	1	0,526	0,549	0,778	0,838	0,609
<i>Lanius meridionalis</i>	Picanço-real	1	1,045	0,985	1,050	0,804	0,761
<i>Pica pica</i>	Pega	1	1,444	1,734	2,191	1,319	1,821
<i>Sturnus unicolor</i>	Estorninho-preto	1	0,843	1,732	1,337	1,116	1,218
<i>Passer domesticus</i>	Pardal	1	1,281	1,351	1,215	1,159	1,370
<i>Serinus serinus</i>	Milheirinha	1	1,094	1,046	1,065	1,038	0,951
<i>Carduelis chloris</i>	Verdilhão	1	1,184	0,970	1,033	1,174	0,959
<i>Carduelis carduelis</i>	Pintassilgo	1	0,982	0,704	0,905	0,957	0,904
<i>Carduelis cannabina</i>	Pintaroxo	1	1,390	0,984	1,000	1,489	1,438
<i>Emberiza cirulus</i>	Escrevedeira	1	1,344	1,463	2,086	1,771	1,842
<i>Emberiza calandra</i>	Trigueirão	1	1,353	1,049	1,163	1,213	1,211

Fonte: Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves

Quadro 5.3 - Índices populacionais das espécies incluídas no índice de Aves Comuns de Zonas Florestais (IACZF) - Portugal Continental

Nome Científico	Nome Comum	2004	2005	2006	2007	2008	2009
<i>Columba palumbus</i>	Pombo-toraz	1	1,917	1,290	1,246	1,390	2,004
<i>Streptopelia turtur</i>	Rola-brava	1	0,996	0,819	0,701	0,571	0,481
<i>Cuculus canorus</i>	Cuco	1	0,901	0,977	1,072	0,962	0,909
<i>Picus viridis</i>	Peto-real	1	0,788	1,030	0,861	0,787	1,011
<i>Dendrocopos major</i>	Pica-pau-malhado	1	1,069	1,424	1,049	1,076	1,196
<i>Lullula arborea</i>	Cotovia-dos-bosques	1	0,862	0,798	0,931	0,890	0,872
<i>Troglodytes troglodytes</i>	Carriça	1	1,058	0,910	0,914	0,909	0,819
<i>Erithacus rubecula</i>	Pisco-de-peito-ruivo	1	1,100	0,800	0,936	0,936	1,109
<i>Sylvia atricapilla</i>	Toutinegra-de-barrete	1	1,290	1,368	1,260	1,328	1,348
<i>Aegithalos caudatus</i>	Chapim-rabilongo	1	1,295	1,122	1,274	1,071	0,999
<i>Parus cristatus</i>	Chapim-de-poupa	1	0,852	0,880	0,626	1,034	0,854
<i>Parus ater</i>	Chapim-carvoeiro	1	2,971	3,217	0,900	0,665	0,888
<i>Parus caeruleus</i>	Chapim-azul	1	1,251	1,293	1,277	1,274	1,404
<i>Parus major</i>	Chapim-real	1	1,171	1,084	1,190	1,179	1,116
<i>Sitta europaea</i>	Trepadeira-azul	1	1,086	1,090	1,201	1,374	1,102
<i>Certhia brachydactyla</i>	Trepadeira	1	0,979	0,856	0,814	0,810	0,921
<i>Oriolus oriolus</i>	Estorninho-malhado	1	0,747	0,772	0,752	0,852	0,873
<i>Lanius senator</i>	Picanço-barreteiro	1	0,829	0,958	0,699	0,777	0,737
<i>Garrulus glandarius</i>	Gaio	1	1,346	1,096	1,301	1,466	1,156
<i>Fringilla coelebs</i>	Tentilhão	1	1,118	1,124	1,212	1,283	0,984

Fonte: Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves



Quadro 5.4 - Estatuto de ameaça dos vertebrados (2005)

Unidade: N.º Espécies

Estatuto de ameaça	Total	Peixes	Anfíbios	Répteis	Aves	Mamíferos
Portugal	553	35	16	32	362	108
Regionalmente extinto (RE)	19	1	0	0	17	1
Criticamente em perigo (CR)	39	8	0	0	20	11
Em perigo (EN)	51	10	0	4	30	7
Vulnerável (VU)	86	4	2	6	61	13
Quase ameaçado (NT)	35	2	1	2	29	1
Pouco preocupante (LC)	257	8	13	20	174	42
Informação insuficiente (DD)	66	2	0	0	31	33
Continente	441	35	16	28	288	74
Regionalmente extinto (RE)	18	1	0	0	16	1
Criticamente em perigo (CR)	30	8	0	0	17	5
Em perigo (EN)	40	10	0	2	25	3
Vulnerável (VU)	66	4	2	5	45	10
Quase ameaçado (NT)	35	2	1	2	29	1
Pouco preocupante (LC)	213	8	13	19	140	33
Informação insuficiente (DD)	39	2	0	0	16	21
Açores	53	0	0	1	34	18
Regionalmente extinto (RE)	0	0	0	0	0	0
Criticamente em perigo (CR)	4	0	0	0	2	2
Em perigo (EN)	7	0	0	1	3	3
Vulnerável (VU)	6	0	0	0	4	2
Quase ameaçado (NT)	0	0	0	0	0	0
Pouco preocupante (LC)	17	0	0	0	12	5
Informação insuficiente (DD)	19	0	0	0	13	6
Madeira	59	0	0	3	40	16
Regionalmente extinto (RE)	1	0	0	0	1	0
Criticamente em perigo (CR)	5	0	0	0	1	4
Em perigo (EN)	4	0	0	1	2	1
Vulnerável (VU)	14	0	0	1	12	1
Quase ameaçado (NT)	0	0	0	0	0	0
Pouco preocupante (LC)	27	0	0	1	22	4
Informação insuficiente (DD)	8	0	0	0	2	6

Fonte : Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade

Quadro 5.5 - Áreas Protegidas por NUTS I

NUTS I	Total	Área terrestre da área protegida por tipo (ha)				
		Parque Natural	Parque Nacional	Reserva Natural	Paisagem Protegida	Monumento
2007						
Total	x	x	x	x	x	x
Continente	699 343	564 936	69 363	52 410	12 605	30
Açores	x	x	x	x	x	x
Madeira	50 124	44 409	0	1 658	4 058	0
2008						
Total	813 137	594 290	69 542	111 025	37 607	673
Continente	684 559	549 881	69 542	52 408	12 603	125
Açores	78 235	0	0	56 741	20 946	548
Madeira	50 343	44 409	0	1 876	4 058	0
2009						
Total	x	x	x	x	x	x
Continente	690 212	554 568	69 542	52 408	12 603	1 091
Açores	x	x	x	x	x	x
Madeira	50 440	44 400	0	1 982	4 058	0
2010						
Total	804 038	654 891	69 533	61 279	17 246	1 090
Continente	697 643	554 446	69 533	59 387	13 188	1 090
Açores	56 045	0	0	0	0	0
Madeira	50 350	44 400	0	1 892	4 058	0

Fonte: Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade, Secretaria Regional do Ambiente e do Mar da Região Autónoma dos Açores e Secretaria Regional do Ambiente e do Mar



Quadro 5.6 - Área dos Sítios por NUTS III

NUTS III	Área Terrestre dos Sítios (ha)				
	2006	2007	2008	2009	2010
1 Continente	1 513 774	1 513 774	1 513 774	1 513 774	1 522 193
11 Norte	399 211	399 211	399 186	399 186	399 200
111 Minho-Lima	60 289	60 289	60 278	60 278	60 284
112 Cávado	28 476	28 476	28 476	28 476	28 469
113 Ave	71	71	71	71	69
114 Grande Porto	1 708	1 708	1 708	1 708	1 708
115 Tâmega	49 112	49 112	49 112	49 112	49 109
116 Entre Douro e Vouga	18 510	18 510	18 510	18 510	18 510
117 Douro	35 212	35 212	35 209	35 209	35 207
118 Alto Trás-os-Montes	205 835	205 835	205 823	205 823	205 843
16 Centro	350 686	350 686	350 683	350 683	350 690
161 Baixo Vouga	4 870	4 870	4 870	4 870	4 870
162 Baixo Mondego	20 451	20 451	20 451	20 451	20 445
163 Pinhal Litoral	28 638	28 638	28 638	28 638	28 637
164 Pinhal Interior Norte	38 614	38 614	38 614	38 614	38 612
165 Dão-Lafões	35 777	35 777	35 777	35 777	35 791
167 Serra da Estrela	39 088	39 088	39 088	39 088	39 085
168 Beira Interior Norte	113 741	113 741	113 738	113 738	113 735
169 Beira Interior Sul	20 105	20 105	20 105	20 105	20 108
16A Cova da Beira	18 673	18 673	18 673	18 673	18 674
16B Oeste	11 787	11 787	11 787	11 787	11 792
16C Médio Tejo	18 941	18 941	18 941	18 941	18 942
17 Lisboa	53 937	53 937	53 937	53 937	56 971
171 Grande Lisboa	20 889	20 889	20 889	20 889	20 914
172 Península de Setúbal	33 048	33 048	33 048	33 048	36 058
18 Alentejo	531 689	531 689	531 720	531 720	537 053
181 Alentejo Litoral	156 720	156 720	156 720	156 720	161 587
182 Alto Alentejo	207 712	207 712	207 739	207 739	208 121
183 Alentejo Central	58 373	58 373	58 378	58 378	58 456
184 Baixo Alentejo	85 694	85 694	85 694	85 694	85 695
185 Lezíria do Tejo	23 190	23 190	23 190	23 190	23 194
15 Algarve	178 251	178 251	178 247	178 247	178 279
150 Algarve	178 251	178 251	178 247	178 247	178 279
2 Açores	x	x	x	24 809	24 754
200 Açores	x	x	x	24 809	24 754
3 Madeira	27 581	25 897	25 897	24 124	24 124
300 Madeira	27 581	25 897	25 897	24 124	24 124

Fonte: Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade, Secretaria Regional do Ambiente e do Mar da Região Autónoma dos Açores e Secretaria Regional do Ambiente e do Mar

Quadro 5.7 - Área das ZPE por NUTS III

NUTS III	Área das ZPE (ha)				
	2006	2007	2008	2009	2010
1 Continente	734 463	734 463	912 301	912 301	920 821
11 Norte	264 538	264 538	264 552	264 552	264 530
111 Minho-Lima	39 424	39 424	39 427	39 427	39 420
112 Cávado	11 350	11 350	11 352	11 352	11 347
117 Douro	29 018	29 018	29 020	29 020	29 013
118 Alto Trás-os-Montes	184 746	184 746	184 753	184 753	184 751
16 Centro	105 340	105 340	105 345	105 345	105 350
161 Baixo Vouga	30 213	30 213	30 213	30 213	30 221
162 Baixo Mondego	1 213	1 213	1 213	1 213	1 213
168 Beira Interior Norte	30 006	30 006	35 988	35 988	35 986
169 Beira Interior Sul	43 822	43 822	37 846	37 846	37 845
16B Oeste	80	80	80	80	80
16C Médio Tejo	5	5	5	5	5
17 Lisboa	24 976	24 976	24 976	24 976	28 871
171 Grande Lisboa	13 250	13 250	13 250	13 250	13 268
172 Península de Setúbal	11 726	11 726	11 726	11 726	15 602
18 Alentejo	296 595	296 595	379 828	379 828	384 440
181 Alentejo Litoral	37 968	37 968	56 700	56 700	60 418
182 Alto Alentejo	9 549	9 549	21 221	21 221	22 094
183 Alentejo Central	16 293	16 293	39 573	39 573	39 575
184 Baixo Alentejo	216 326	216 326	245 874	245 874	245 894
185 Lezíria do Tejo	16 459	16 459	16 459	16 459	16 460
15 Algarve	43 015	43 015	137 601	137 601	137 630
150 Algarve	43 015	43 015	137 601	137 601	137 630
2 Açores	0	0	0	16 177	16 175
200 Açores	x	x	x	16 177	16 175
3 Madeira	18 835	18 835	18 835	18 835	18 836
300 Madeira	18 835	18 835	18 835	18 835	18 836

Fonte: Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade, Secretaria Regional do Ambiente e do Mar da Região Autónoma dos Açores e Secretaria Regional do Ambiente e do Mar



Quadro 5.8 - Incêndios florestais por NUTS III

NUTS III	Unidade: Nº				
	2006	2007	2008	2009	2010
1 Continente	20 444	20 316	14 930	26 136	22 026
11 Norte	11 620	11 441	7 130	18 161	14 582
111 Minho-Lima	1 041	1 182	587	1 877	2 104
112 Cávado	1 080	876	366	946	771
113 Ave	2 017	1 600	761	2 278	1 723
114 Grande Porto	1 863	1 419	925	1 772	1 868
115 Tâmega	3 133	2 921	1 879	6 324	4 873
116 Entre Douro e Vouga	646	810	454	1 090	1 301
117 Douro	888	1 228	943	1 383	838
118 Alto Trás-os-Montes	952	1 405	1 215	2 491	1 104
16 Centro	5 015	5 295	4 786	5 374	5 024
161 Baixo Vouga	697	787	563	735	1 072
162 Baixo Mondego	385	324	355	314	263
163 Pinhal Litoral	350	305	242	219	155
164 Pinhal Interior Norte	349	265	311	397	380
165 Dão-Lafões	899	1 006	795	1 336	1 415
166 Pinhal Interior Sul	171	105	130	71	73
167 Serra da Estrela	219	150	178	150	117
168 Beira Interior Norte	436	590	624	857	493
169 Beira Interior Sul	199	135	209	148	75
16A Cova da Beira	135	135	233	238	159
16B Oeste	736	1 186	863	656	651
16C Médio Tejo	439	307	283	253	171
17 Lisboa	2 224	2 079	1 793	1 442	1 591
171 Grande Lisboa	1 272	1 228	1 036	794	971
172 Península de Setúbal	952	851	757	648	620
18 Alentejo	859	880	707	558	502
181 Alentejo Litoral	175	204	172	122	98
182 Alto Alentejo	121	114	75	90	62
183 Alentejo Central	151	104	97	56	78
184 Baixo Alentejo	61	78	66	52	43
185 Lezíria do Tejo	351	380	297	238	221
15 Algarve	726	621	514	601	327
150 Algarve	726	621	514	601	327
2 Açores	x	x	x	x	x
3 Madeira	93	95	137	49	102

Fonte: Autoridade Florestal Nacional e Secretaria Regional da Agricultura e Floresta - Direção Regional das Florestas, Região Autónoma da Madeira



Quadro 5.9 - Superfície ardida por tipo área, por NUTS III

Unidade:ha

NUTS III	2006			2007			2008		
	Total	Povoamentos florestais	Matos	Total	Povoamentos florestais	Matos	Total	Povoamentos florestais	Matos
1 Continente	76 058	36 321	39 737	49 364	9 829	39 535	17 565	5 461	12 104
11 Norte	42 601	17 208	25 393	14 497	3 691	10 806	7 788	1 961	5 827
111 Minho-Lima	15 710	3 800	11 910	1 967	368	1 599	810	454	356
112 Cávado	5 891	3 370	2 521	1 588	426	1 162	426	70	356
113 Ave	4 258	1 642	2 616	2 283	754	1 529	832	230	602
114 Grande Porto	1 673	1 521	152	278	134	144	163	74	89
115 Tâmega	7 356	3 814	3 542	3 580	1 256	2 324	843	223	620
116 Entre Douro e Vouga	527	444	83	250	172	78	187	146	41
117 Douro	3 067	1 021	2 046	1 573	189	1 384	1 680	279	1 401
118 Alto Trás-os-Montes	4 118	1 594	2 524	2 978	392	2 586	2 847	485	2 362
16 Centro	21 954	10 262	11 692	29 054	3 240	25 814	7 880	2 616	5 264
161 Baixo Vouga	1 770	1 638	132	184	116	68	102	56	46
162 Baixo Mondego	362	167	195	50	28	22	482	283	199
163 Pinhal Litoral	3 949	768	3 181	2 580	265	2 315	115	26	89
164 Pinhal Interior Norte	947	715	232	144	102	42	175	139	36
165 Dão-Lafões	4 209	2 791	1 418	18 138	341	17 797	657	137	520
166 Pinhal Interior Sul	1 598	1 456	142	19	14	5	75	56	19
167 Serra da Estrela	913	139	774	459	61	398	472	75	397
168 Beira Interior Norte	4 343	770	3 573	3 646	146	3 500	2 938	623	2 315
169 Beira Interior Sul	501	435	66	333	124	209	1 216	470	746
16A Cova da Beira	970	296	674	82	25	57	500	245	255
16B Oeste	367	69	298	595	96	499	405	47	358
16C Médio Tejo	2 026	1 018	1 008	2 824	1 922	902	744	460	284
17 Lisboa	529	83	446	1 066	213	853	735	167	568
171 Grande Lisboa	338	27	311	601	72	529	565	105	460
172 Península de Setúbal	191	56	135	465	141	324	169	62	107
18 Alentejo	10 795	8 762	2 033	4 489	2 682	1 807	862	608	254
181 Alentejo Litoral	634	583	51	594	503	91	141	92	49
182 Alto Alentejo	1 583	1 181	402	936	828	108	34	20	14
183 Alentejo Central	6 135	5 330	805	666	632	34	64	56	8
184 Baixo Alentejo	1 843	1 422	421	2 074	597	1 477	100	79	21
185 Lezíria do Tejo	599	246	353	219	122	97	523	361	162
15 Algarve	179	6	173	258	3	255	300	109	191
150 Algarve	179	6	173	258	3	255	300	109	191
2 Açores	x	x	x	x	x	x	x	x	x
3 Madeira	3 332	2 265	1 067	1 483	1 022	461	476	327	149

NUTS III	2009			2010		
	Total	Povoamentos florestais	Matos	Total	Povoamentos florestais	Matos
1 Continente	87 422	24 098	63 324	133 091	46 079	87 012
11 Norte	59 304	14 727	44 577	84 494	27 488	57 006
111 Minho-Lima	5 856	1 089	4 767	24 246	6 409	17 837
112 Cávado	2 840	564	2 276	7 328	1 610	5 718
113 Ave	5 515	2 111	3 404	7 245	2 940	4 305
114 Grande Porto	623	367	256	1 281	817	464
115 Tâmega	15 765	4 500	11 265	18 236	6 530	11 706
116 Entre Douro e Vouga	528	182	346	6 838	4 629	2 209
117 Douro	9 757	1 965	7 792	9 145	2 402	6 743
118 Alto Trás-os-Montes	18 420	3 949	14 471	10 175	2 151	8 024
16 Centro	24 486	8 263	16 223	44 170	15 787	28 383
161 Baixo Vouga	499	434	65	857	806	51
162 Baixo Mondego	86	57	29	1 031	706	325
163 Pinhal Litoral	71	18	53	507	167	340
164 Pinhal Interior Norte	525	329	196	1 120	467	653
165 Dão-Lafões	4 297	724	3 573	12 819	4 383	8 436
166 Pinhal Interior Sul	16	14	2	70	62	8
167 Serra da Estrela	1 201	193	1 008	13 163	5 719	7 444
168 Beira Interior Norte	16 844	6 149	10 695	12 460	2 552	9 908
169 Beira Interior Sul	242	137	105	456	214	242
16A Cova da Beira	313	106	207	729	140	589
16B Oeste	312	54	258	287	53	234
16C Médio Tejo	80	47	33	668	517	151
17 Lisboa	724	314	410	794	126	668
171 Grande Lisboa	410	117	293	565	43	522
172 Península de Setúbal	313	196	117	229	83	146
18 Alentejo	1 167	415	752	3 528	2 651	877
181 Alentejo Litoral	186	162	24	2 052	1 683	369
182 Alto Alentejo	42	14	28	223	196	27
183 Alentejo Central	39	32	7	467	313	154
184 Baixo Alentejo	772	129	643	210	169	41
185 Lezíria do Tejo	127	77	50	576	290	286
15 Algarve	1 741	379	1 362	105	27	78
150 Algarve	1 741	379	1 362	105	27	78
2 Açores	x	x	x	x	x	x
3 Madeira	289	62	227	8 632	4 241	4 391

Fonte: Autoridade Florestal Nacional e Secretaria Regional da Agricultura e Floresta - Direção Regional das Florestas, Região Autónoma da Madeira



Quadro 5.10 - Áreas ardidas por espécie, por NUTS I

Unidade: ha

		Unidade: ha							
NUTS I		Total	Espécie						Outras Folhosas
			Acácia	Azinhreira	Carrasco	Castanheiro	Eucalipto	Indeterminada	
Continente	2006	15 158	0	578	115	261	12 895	511	798
	2007	4 964	0	289	0	39	3 605	742	289
	2008	1 588	19	98	73	40	1 149	136	73
	2009	4 054	0	232	20	188	2 177	502	935
	2010	12 052	0	82	0	160	10 078	510	1 222
Açores	2006	x	x	x	x	x	x	x	x
	2007	x	x	x	x	x	x	x	x
	2008	x	x	x	x	x	x	x	x
	2009	x	x	x	x	x	x	x	x
	2010	x	x	x	x	x	x	x	x
Madeira	2006	x	x	x	x	x	x	x	x
	2007	x	x	x	x	x	x	x	x
	2008	x	x	x	x	x	x	x	x
	2009	x	x	x	x	x	x	x	x
	2010	1 459	177	x	x	196	1 086	x	x
NUTS I		Espécie							
		Outras Resinosas	Outros Carvalhos	Pinheiro bravo	Pinheiro manso	Sobreiro	Floresta "Laurissilva"	Urzais arbóreos	Povoamentos jovens
Continente	2006	220	2 576	9 041	179	889	x	x	x
	2007	0	366	3 768	125	414	x	x	x
	2008	18	216	1 218	0	110	x	x	x
	2009	102	2 234	4 240	3	186	x	x	x
	2010	151	4 020	13 081	401	498	x	x	x
Açores	2006	x	x	x	x	x	x	x	x
	2007	x	x	x	x	x	x	x	x
	2008	x	x	x	x	x	x	x	x
	2009	x	x	x	x	x	x	x	x
	2010	x	x	x	x	x	x	x	x
Madeira	2006	x	x	x	x	x	x	x	x
	2007	x	x	x	x	x	x	x	x
	2008	x	x	x	x	x	x	x	x
	2009	x	x	x	x	x	x	x	x
	2010	114	x	654	x	x	1 062	354	517

Fonte: Autoridade Florestal Nacional e Secretaria Regional da Agricultura e Floresta - Direção Regional das Florestas, Região Autónoma da Madeira

Quadro 5.11 - Incêndios na Rede Nacional de Áreas Protegidas

Área Protegida	Incendios (nº)										Area Ardida (ha)				
	2006	2007	2008	2009	Total	2010					2006	2007	2008	2009	2010
						Clase de área ardida									
						[0,1]	[1,5]	[5,20]	[20,100]	[>,100]	s/registo				
Continente	537	684	472	727	368	224	89	21	15	19	0 12 555	4 690	2 539	10 059	18 426
PNacPG	85	121	44	191	34	8	13	2	2	9	0 6 059	1 362	238	4 273	9 227
PNM	58	112	135	175	42	20	17	4	0	1	0 120	322	1 398	2 726	275
PNLN	9	4	1	0	0	0	0	0	0	0	0 14	1	0	0	0
PNAL	5	12	1	36	25	13	8	2	1	1	0 18	32	33	390	1 615
PNDI	56	70	21	72	42	18	15	3	3	3	0 419	193	180	744	1 356
PNSE	138	112	103	96	82	53	12	6	6	5	0 815	215	589	1 055	5 706
PNSAC	19	13	6	5	7	2	4	0	1	0	0 4 130	27	5	42	45
PNTI	2	1	0	2	1	0	0	0	1	0	0 43	2	0	3	20
RNSM	1	1	0	3	3	0	2	1	0	0	0 1	11	0	17	11
RNB	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0 0	0	0	0	0
RNDSJ	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0 0	0	0	0	0
RNPA	0	0	0	4	2	2	0	0	0	0	0 0	0	0	0	0
PPSA	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0 0	0	0	1	0
PNAR	9	6	15	14	23	21	2	0	0	0	0 27	22	4	4	5
PNSC	52	107	69	8	35	25	9	0	1	0	0 12	294	47	9	98
RNET	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0 0	0	0	0	0
RNES	2	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0 0	0	0	10	0
PPAFCC	12	2	4	3	3	3	0	0	0	0	0 1	0	0	0	0
PNSSM	42	67	52	42	24	19	2	3	0	0	0 26	66	16	13	55
PNSACV	17	12	7	35	28	26	2	0	0	0	0 99	10	15	13	7
PNVG	27	43	7	14	6	5	1	0	0	0	0 773	2 131	9	750	3
RNPB	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0 0	0	0	0	0
RNLSAS	1	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0 0	0	0	1	0
PNRF	0	1	7	19	9	7	2	0	0	0	0 0	3	4	8	3
RNSCM	0	0	0	4	2	2	0	0	0	0	0 0	0	0	0	0

Fonte: Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade - Relatórios de Incêndios Rurais/Florestais na Rede Nacional de Áreas Protegidas 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010



Quadro 5.12 - Medidas Agro-ambientais no âmbito dos programas de Desenvolvimento Rural (RURIS/RURIS/PDRu Açores/PDRu Madeira)

Medidas Agro-ambientais	Beneficiários Pagos (n.º)				Área de compromisso (ha) ou Cabeças normais (CN)				Montante Pago (10 ³ EUR)			
	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009
TOTAL	68 636	35 968	17 964	1 158	x	x	x	x	101 723	67 899	37 985	1 173
Grupo I - Protecção e Melhoria do Ambiente, dos Solos e da Água (ha)	25 302	16 496	8 930	225	490 191	428 977	276 475	5 187	66 054	53 140	32 003	945
Redução da Lixiviação de Agro-químicos	269	256	237	0	12 637	12 718	11 861	0	5 378	5 323	4 933	0
Sistemas Arvense de Sequeiro	1 030	1 017	944	0	27 815	27 216	26 032	0	3 096	2 842	2 839	0
Luta Química Aconselhada	5	3	0	0	22	17	0	0	1	0	0	0
Protecção Integrada	16 141	8 887	4 298	0	127 626	86 600	42 742	0	21 697	14 235	6 796	0
Produção Integrada	2 354	1 776	1 005	0	43 052	35 877	22 291	0	10 246	7 935	4 597	0
Agricultura Biológica	832	577	281	0	56 682	48 249	27 776	0	7 314	5 678	3 082	0
Sementeira Directa	193	169	135	0	10 357	9 492	7 422	0	1 270	1 085	835	0
Técnicas de Mobilização Mínima	7	5	0	0	295	217	0	0	20	12	0	0
Enrelv. da Entrelinha de C. Permanentes	955	755	308	0	11 774	10 631	4 798	0	775	672	291	0
Sistemas Forrageiros Extensivos	1 308	1 120	808	0	159 839	162 971	124 078	0	9 375	9 234	7 080	0
Cultura Complementar Forrageira	689	619	582	0	2 341	2 350	1 977	0	189	180	154	0
Agricultura Biológica - Madeira	52	39	30	12	135	121	104	17	88	77	64	15
Retirada de Terras para Protecção de Lagoas	3	3	3	3	13	13	13	13	7	7	7	7
Manutenção da Extensificação	1 464	1 270	299	210	37 603	32 502	7 381	5 157	6 598	5 859	1 323	923
Grupo II - Preservação da Paisagem e das Características Tradicionais nas Terras Agrícolas (ha)	4 496	3 381	1 872	934	3 089	2 523	1 239	386	1 397	1 012	508	227
Vinha em Socalcos do Douro	247	155	74	0	368	239	108	0	132	86	39	0
Hortas do Sul	68	32	10	0	31	16	5	0	12	6	2	0
Sistema Vitícola de Colares	16	3	0	0	11	1	0	0	5	1	0	0
Apoio à Apicultura	20	16	15	0	458	684	336	0	5	7	4	0
Preservação da Paisagem	0	2	2	0	0	7	7	0	0	2	2	0
Manutenção de Muros de Suporte	4	3 004	1 738	925	13	1 423	754	373	4	843	451	223
Conservação de Curraletas e Lagidos da Vinha	4 039	126	14	0	2 076	109	7	0	1 201	55	4	0
Conservação de Sebes Vivas	102	43	19	9	132	45	22	13	38	13	6	4
Grupo III - Conservação e Melhoria dos Espaços Cultivados de Grande Valor Natural (ha)	43 714	18 053	7 950	0	146 333	68 885	21 928	0	23 937	9 877	3 896	0
Sistema Policulturais Tradicionais	28 997	11 784	5 291	0	76 412	28 057	12 082	0	17 556	6 597	2 873	0
Montados de Azinho e Carvalho Negral	180	136	0	0	15 732	13 298	0	0	614	497	0	0
Lameiros e Outros Prados e Pastagens	1 893	845	335	0	7 521	3 548	1 387	0	1 086	497	200	0
Olival Tradicional	8 124	3 252	1 205	0	18 754	7 612	2 689	0	2 258	930	329	0
Pomares Tradicionais	4 448	1 984	1 108	0	15 814	6 888	3 529	0	1 585	698	366	0
Plano Zonal de Castro Verde	72	52	11	0	12 100	9 483	2 240	0	838	656	129	0
Grupo IV - Conservação de Manchas Residuais de Ecossistemas Naturais em Paisagem Dominantemente Agrícola (ha)	100	84	70	0	462	406	280	0	115	106	83	0
Preservação de Bosquetes	24	10	1	0	156	95	4	0	16	9	1	0
Arrozal	76	74	69	0	306	311	275	0	99	97	82	0
Grupo VI - Planos Zonais	2 122	909	495	0	6 158	4 598	1 608	0	2 973	1 696	715	0
P. Nacional da Peneda Gerês - Apoio às Expl.	107	17	3	0	152	25	5	0	61	10	2	0
Parque Natural de Montesinho	212	96	68	0	1 355	1 300	543	0	362	318	141	0
Parque Natural do Douro Internacional	318	162	86	0	1 314	1 510	360	0	245	274	67	0
Parque Natural da Serra da Estrela	11	4	1	0	136	46	13	0	32	11	3	0
Parque Natural do Tejo Internacional	4	2	1	0	177	176	1	0	22	21	0	0
Parque Natural das Serras de Daire e	6	3	1	0	102	101	29	0	17	16	5	0
Douro Vinhateiro	1 464	625	335	0	2 922	1 439	657	0	2 234	1 046	496	0
TOTAL PARCIAL (hectares)	x	x	x	x	646 233	505 389	301 529	5 573	94 476	65 831	37 204	1 173
Grupo V - Protecção da Diversidade Genética												
Manutenção de Raças Autóctones	6 866	2 144	820	0	53 542	15 239	4 343	0	7 165	2 028	778	0
Protecção da Raça Bov. Autóctone Ramo Grande	116	66	8	0	611	304	19	0	82	41	3	0
TOTAL PARCIAL (CN)	x	x	x	x	54 153	15 544	4 362	0	7 247	2 068	781	0

Fonte: Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P.



Quadro 5.13 - Medidas Agro-ambientais no âmbito dos programas de Desenvolvimento Rural (PRODER/PRODERAM/PRORURAL)

Medidas Agro-ambientais	Beneficiários Pagos (Nº)		Área de compromisso (ha) ou Cabeças normais (CN)		Montante Pago (10 ³ EUR)	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Portugal	13 861	20 590	x	x	35 716	55 218
Continente	11 997	16 876	x	x	29 125	47 575
Valorização de modos de produção						
Alteração dos Modos de Produção Agrícola						
Modo de Produção Integrada	3 999	6 096	81 156	160 941	12 691	24 494
Modo de Produção Biológico	1 020	1 466	40 323	67 166	7 189	11 415
Protecção da Bio-diversidade Doméstica	4 296	5 610	31 410	38 833	3 647	4 523
Intervenções territoriais integradas						
Douro Vinhateiro						
Unidades de Produção Agro-Ambientais	2 045	2 916	x	6 106	2 457	3 417
Serra da Estrela						
Unidades de Produção Agro-Ambientais	45	73	599	832	73	108
Unidades de Produção Silvo-Ambientais	0	1	0	117	0	12
Douro Internacional						
Unidades de Produção Agro-Ambientais	861	1 129	5 507	7 851	497	694
Unidades de Produção Silvo-Ambientais	0	1	0	3	0	1
Montesinho Nogueira						
Unidades de Produção Agro-Ambientais	30	198	207	1 331	33	198
Unidades de Produção Silvo-Ambientais	0	3	0	35	0	5
Peneda Gerês						
Unidades de Produção Agro-Ambientais	542	598	2 608	2 575	337	339
Baldios Agro-Ambientais	22	23	30 630	31 422	1 083	1 117
Baldios Silvo-Ambientais	28	27	2 222	2 123	273	125
Serras de Aires e Candeeiros						
Unidades de Produção Agro-Ambientais	9	13	26	38	5	8
Costa Sudoeste						
Unidades de Produção Agro-Ambientais	2	3	15	19	1	2
Unidades de Produção Silvo-Ambientais	0	3	0	89	0	10
Tejo Internacional						
Unidades de Produção Agro-Ambientais	16	20	272	434	41	50
Unidades de Produção Silvo-Ambientais	3	7	144	293	15	27
Castro Verde						
Unidades de Produção Agro-Ambientais	81	101	12 952	17 150	779	1 028
Unidades de Produção Silvo-Ambientais	1	1	47	28	4	3
Região Autónoma dos Açores	1 482	1 718	x	x	6 497	7 179
Agricultura Biológica	16	16	119	162	35	40
Conservação de Curraletas e Lagidos da Cultura da Vinha	222	277	191	227	152	181
Conservação de Pomares Tradicionais dos Açores	77	119	129	162	103	129
Conservação de Sebes Vivas para a Protecção de Culturas HortoFrutiFlorícolas, Plantas Aromáticas e Medicinais	47	81	51	94	29	55
Manutenção da Extensificação da Produção Pecuária	1 195	1 316	32 105	35 010	6 053	6 617
Protecção da Raça Autóctone Ramo Grande	124	155	663	809	126	156
Região Autónoma da Madeira	382	1 996	x	x	94	464
Agricultura Biológica	13	35	9	45	6	30
Manutenção de Muros de Suporte de Terras	372	1 972	205	967	88	433

Fonte: Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P.



Quadro 5.14 - Ações de defesa da floresta contra incêndios executadas anualmente, por NUTS I

NUTS I	Ação de defesa da floresta contra incêndios (DFCI)			
	Gestão de combustíveis (ha)	Pontos água beneficiados (nº)	Manutenção de rede viária florestal (km)	Rede primária de faixas de gestão de combustíveis executada (ha)
Continente	2006	x	x	x
	2007	19 404	339	4 528
	2008	39 480	865	13 294
	2009	29 008	525	8 927
	2010	22 174	307	3 556
Açores	2006	x	x	x
	2007	x	x	x
	2008	x	x	x
	2009	x	x	x
	2010	x	x	x
Madeira	2006	8	3	12
	2007	5	3	24
	2008	4	0	25
	2009	30	0	20
	2010	14	0	15

Fonte: Autoridade Florestal Nacional e Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais - Direção Regional das Florestas, RAM

Nota: A respectiva informação não contempla o universo total das acções realizadas, uma vez que nem todas as acções de DFCI são efectuadas pela AFN e/ou são alvo de levantamento

Quadro 5.15 - Despesa das Administrações Públicas na Proteção da biodiversidade e paisagem, por setores institucionais e agregados económicos

Unidade: 10³ EUR

Setores institucionais e agregados económicos	Anos				
	2006	2007	2008	2009	2010
Administrações Públicas					
Total das despesas	246 204	253 193	279 780	298 345	292 587
Despesas correntes	207 988	210 495	231 064	256 649	264 465
Despesas com o pessoal	55 435	83 860	86 141	87 847	92 486
Aquisição de bens e serviços	58 730	38 584	52 601	75 654	68 981
Transferências correntes	92 699	85 189	90 079	90 554	99 898
Outras despesas correntes	1 125	2 862	2 243	2 595	3 099
Despesas de capital	38 215	42 699	48 716	41 696	28 122
Investimentos	20 256	27 056	35 105	24 138	14 686
Transferências de capital	16 267	14 120	13 132	17 087	13 202
Outras despesas de capital	1 692	1 522	479	471	234
Administração Central					
Total das despesas	142 691	109 140	128 720	152 901	150 834
Despesas correntes	130 606	102 007	123 466	148 490	148 808
Despesas com o pessoal	18 821	16 686	21 563	21 132	20 822
Aquisição de bens e serviços	38 233	21 265	33 961	61 885	53 504
Transferências correntes	73 484	61 934	66 583	65 348	74 256
Outras despesas correntes	68	2 123	1 360	125	225
Despesas de capital	12 085	7 133	5 255	4 411	2 027
Investimentos	5 579	4 634	5 109	3 146	2 026
Transferências de capital	6 506	2 499	146	1 265	0
Outras despesas de capital	0	0	0	0	0
Administração Regional - Açores					
Total das despesas	11 362	16 080	17 801	8 676	9 254
Despesas correntes	7 162	6 912	7 053	4 098	4 229
Despesas com o pessoal	1 150	898	841	831	778
Aquisição de bens e serviços	5 242	5 591	5 743	2 421	2 754
Transferências correntes	770	423	465	845	697
Outras despesas correntes	0	0	3	1	1
Despesas de capital	4 200	9 167	10 748	4 578	5 025
Investimentos	1 990	6 595	8 869	1 235	1 320
Transferências de capital	1 913	2 405	1 879	3 343	3 705
Outras despesas de capital	297	167	0	0	0
Administração Regional - Madeira					
Total das despesas	6 010	8 045	8 476	8 044	6 193
Despesas correntes	3 507	4 744	4 611	4 563	4 841
Despesas com o pessoal	1 324	1 401	1 464	1 497	1 498
Aquisição de bens e serviços	511	1 117	979	562	780
Transferências correntes	1 483	2 226	2 168	2 504	2 562
Outras despesas correntes	189	0	0	0	0
Despesas de capital	2 502	3 301	3 865	3 481	1 352
Investimentos	806	2 298	2 697	2 488	685
Transferências de capital	1 696	1 003	1 168	993	667
Outras despesas de capital	0	0	0	0	0
Administração Local					
Total das despesas	86 141	119 929	124 783	128 724	126 305
Despesas correntes	66 713	96 832	95 935	99 498	106 587
Despesas com o pessoal	34 139	64 877	62 273	64 386	69 388
Aquisição de bens e serviços	14 744	10 610	11 917	10 786	11 943
Transferências correntes	16 961	20 606	20 864	21 857	22 383
Outras despesas correntes	868	739	881	2 469	2 873
Despesas de capital	19 428	23 097	28 848	29 226	19 718
Investimentos	11 881	13 529	18 430	17 269	10 655
Transferências de capital	6 152	8 214	9 939	11 486	8 830
Outras despesas de capital	1 395	1 355	479	471	234

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.





Resíduos

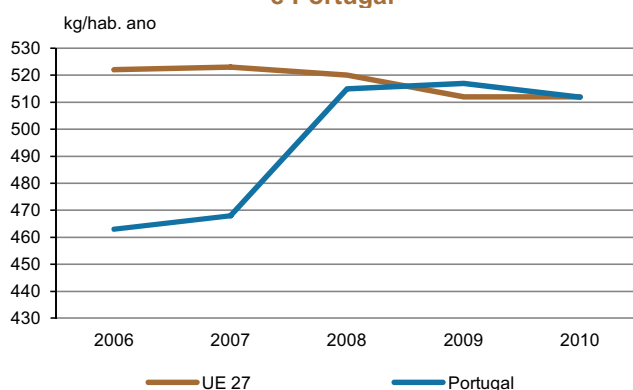
6 - RESÍDUOS

- O paradigma atual da gestão de resíduos assenta em modos de produção que reduzam a geração de resíduos e na facilidade de sua reutilização e/ou reciclagem, incrementando o seu valor enquanto recurso disponível para uma nova entrada no ciclo de produção de bens para a satisfação das necessidades humanas.
- O setor da gestão de resíduos em Portugal já permite dar resposta à generalidade das necessidades do país, sendo em parte sintomático que nos últimos dois anos tenham diminuído as saídas de resíduos para eliminação/valorização em países terceiros, atingindo assim um nível de quase autossuficiência e cumprindo uma prerrogativa política expressa em vários textos legais nacionais sobre o assunto (artigo 4.º Princípio da autossuficiência e da proximidade, Decreto-Lei n.º 73/2011 de 17 de Junho).
- O reaproveitamento de resíduos reveste-se hoje de uma importância vital para qualquer economia, pois enquanto recurso, pode em grande medida contribuir para a substituição de importações de matérias-primas.
- Em termos de gestão de resíduos urbanos o país está hoje servido por vinte e quatro sistemas plurimunicipais um no território continental, um na Região Autónoma da Madeira e dois na Região Autónoma dos Açores. Todavia, nesta última, dadas as condicionantes geográficas e a distância entre ilhas, a ação isolada dos municípios e em cada ilha *per si*, ainda assume grande relevo na garantia da gestão integrada (serviço em alta e em baixa) dos resíduos.
- A gestão de resíduos urbanos atualmente aposta em investimentos em novos equipamentos que promovam o aproveitamento destes resíduos sob a forma de composto ou também designados de adubos orgânicos com o objetivo de minimizar as emissões de Gases de Efeito de Estufa (GEE) decorrentes da deposição de resíduos biodegradáveis em aterro. Todavia, em 2010 ainda se verifica que em cada 10 quilos de resíduos urbanos geridos, aproximadamente 6 quilos se destinavam a deposição em aterro.
- Com o aparecimento, na última década, da maior parte das entidades gestoras de fluxos específicos de resíduos, organizações responsáveis pela gestão e administração de sistemas orientados para a recuperação seletiva e reciclagem de diversos fluxos, tais como resíduos de embalagens, óleos usados, pneus usados, veículos em fim de vida, resíduos de pilhas e acumuladores, resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos, assiste-se hoje a uma crescente recolha seletiva e reintrodução no ciclo produtivo de grande parte destes resíduos.
- No que respeita à gestão dos resíduos setoriais (que englobam os resíduos industriais) encontram-se implementados e em laboração, equipamentos e meios adequados para a gestão de resíduos, em especial de resíduos industriais perigosos. O país dispõe de dois Centros Integrados de Recuperação e Valorização de Resíduos (CIRVER) que permitem intervir na maioria das tipologias dos RIP conduzindo à sua redução e valorização, estando ainda em curso a coíncineração de resíduos perigosos em duas das unidades cimenteiras do país.
- Com o crescente significado e valor económico dos resíduos existe um Mercado Organizado de Resíduos que contribui também para a solução desta problemática, gerando valor acrescentado com um potencial de crescimento explícito nas quantidades de resíduos que ainda podem ser resgatados a destinos como a deposição em aterro ou outra operação menos vantajosa em termos ambientais e económicos.



6.1 - RESÍDUOS URBANOS

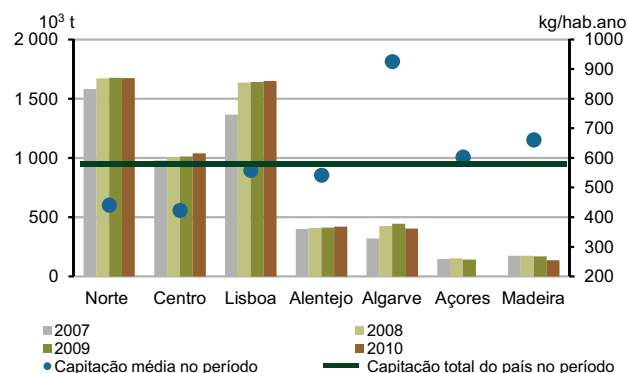
Figura 6.1 - Capitação de resíduos urbanos total UE e Portugal



Fonte: EUROSTAT

Num plano comparativo a nível europeu, verifica-se que nos últimos 5 anos a geração de resíduos urbanos por habitante tem vindo a aumentar em Portugal e desde 2008 que atingiu um patamar muito próximo do valor médio da UE27 (2009), situando-se perto dos 511 kg habitante/ano. Assumindo que o valor UE27 em 2010 não se altera significativamente face ao último valor conhecido de 2009, e embora os dados de Portugal não incluam ainda os dados da Região Autónoma dos Açores, o comportamento do indicador neste último ano tende a coincidir com a média europeia.

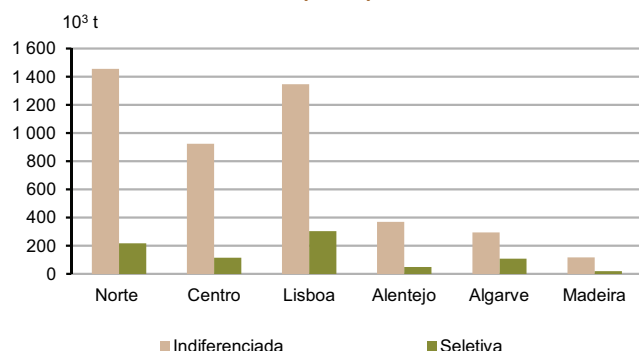
Figura 6.2 - Resíduos urbanos recolhidos e capitação, por NUTS II



Fonte: APA, SREA, DREM

No ano de 2010, registou-se uma ligeira quebra de produção de resíduos urbanos que estará em parte associada a uma retração do consumo que se registou em Portugal. No período em análise (2006-2010) registou-se um crescimento médio de 2,3% ao ano, evidenciando um comportamento relativamente estável de 2008 em diante, numa quantidade em torno dos 5,4 milhões de toneladas por ano.

Figura 6.3 - Recolha indiferenciada e seletiva, NUTS II (2010)



Fonte: APA, DREM

Observando a média das capitações nos 4 anos em análise, verifica-se que a região do Algarve e Região Autónoma da Madeira estão em certa medida influenciadas pela atividade turística, puxando a média das capitações por região para um nível próximo dos 582 kg de resíduos gerados por habitante/ano.

Nas restantes regiões, embora o efeito turismo não seja despreciable em especial na região de Lisboa, tal impacto dilui-se, e as quantidades de resíduos urbanos produzidos por habitante/ano em cada região no período atinge valores muito próximos da média das regiões, em especial Lisboa, Alentejo e Região Autónoma dos Açores.



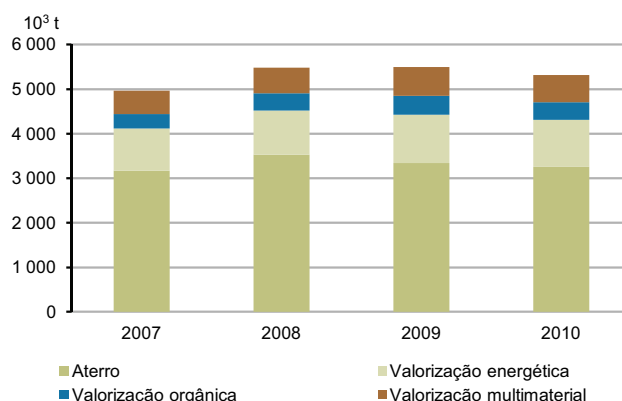
Em Portugal, a quantidade de resíduos urbanos recolhidos seletivamente, em 2010, fixou-se nas 813 mil toneladas (excluindo a Região Autónoma dos Açores por indisponibilidade de dados no momento), o que corresponde a cerca de 61 kg/habitante de resíduos urbanos recuperados.

Em 2010, a região do Algarve atingiu um valor relativo mais expressivo, resgatando seletivamente 27% da quantidade de resíduos recolhidos na região. De salientar também a região de Lisboa, em que cerca de 18% dos resíduos foram recolhidos seletivamente. Estas duas regiões registam valores acima do valor global para o país, que atinge 15% de resíduos recolhidos seletivamente sobre o total de resíduos gerados.

Em termos absolutos, destaca-se a região Norte que apresenta a maior produção de resíduos atingindo uma quantidade de 1 674 milhares de toneladas, das quais 1 456 mil toneladas de recolha indiferenciada e 218 mil toneladas de recolha seletiva.

Figura 6.4 - Resíduos urbanos por operação de gestão

Nos quatro anos em avaliação, destaca-se que a maior parte dos resíduos produzidos teve como destino a deposição em aterro (61% em 2010), seguindo-se a valorização energética (20% em 2010) e a valorização multimaterial (12% em 2010). Por último, sinal de que o desvio de resíduos biodegradáveis de aterro ainda está por cumprir numa escala mais alargada, surge a valorização orgânica, operação que absorve apenas 8% dos resíduos urbanos recolhidos. Estruturalmente mantém-se a repartição de valores verificados no ano de 2009.

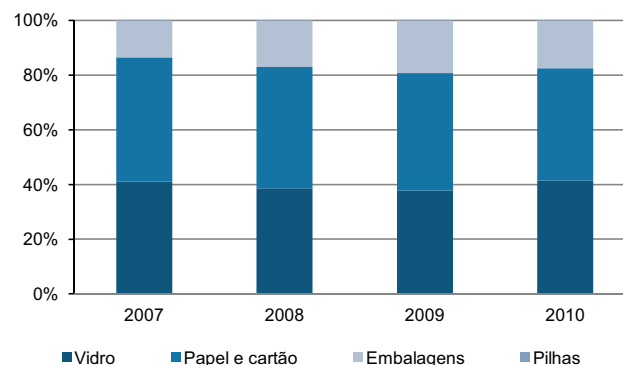


Fonte: APA, SREA, DREM

Entre 2007 e 2010, foram resgatados durante o ciclo de gestão de resíduos urbanos, 1,7 milhões de toneladas de materiais, apenas no que se refere aos quatro principais materiais separados na origem (vidro, papel e cartão, embalagens e pilhas e acumuladores) e recolhidos seletivamente através de ecopontos, porta-a-porta e entregas em ecocentros.

Os resíduos de papel e cartão surgem sempre como a principal fileira de materiais recuperados representando perto de 43% do total no período em análise. Muito próximo, segue-se a fileira de resíduos de vidro que representa cerca de 40% do total, seguido pelos resíduos de embalagens com um peso relativo de 17%.

Figura 6.5 - Resíduos urbanos recolhidos seletivamente, por principais materiais



Fonte: APA, SREA, DREM

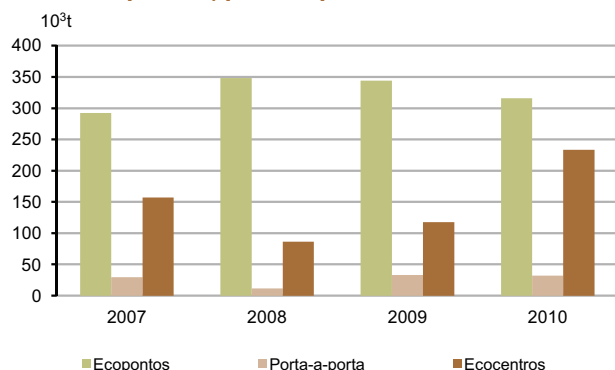
Embora a recolha de resíduos de pilhas e acumuladores tenha somado nestes 4 anos o total de 802 toneladas, representa menos de 1% do total recuperado neste final de década. Esta fileira apresenta um comportamento evolutivo mais inconstante, apresentando em termos médios, um crescimento inferior a 1% ao ano, fortemente influenciado pelo ocorrido nos dois últimos anos, em que as quantidades recuperadas em 2010 caíram cerca de 22% face ao ano de 2009.

Por outro lado, a fileira dos resíduos de embalagens destaca-se neste período pelo registo da taxa média de crescimento mais elevada, atingindo cerca de 19% ao ano.

O vidro regista um crescimento médio ao ano de 6% e a fileira de papel e cartão regista uma taxa de crescimento de 3% ao ano, materiais que ainda antes da entrada em funcionamento dos sistemas de gestão de resíduos, a partir de meados da última década do século passado, já eram resíduos significativamente valorizados e separados em muitos municípios e como tal o seu potencial de crescimento estará eventualmente em desaceleração.



Figura 6.6 - Resíduos urbanos recolhidos por via de ecopontos, porta-a-porta e ecocentros

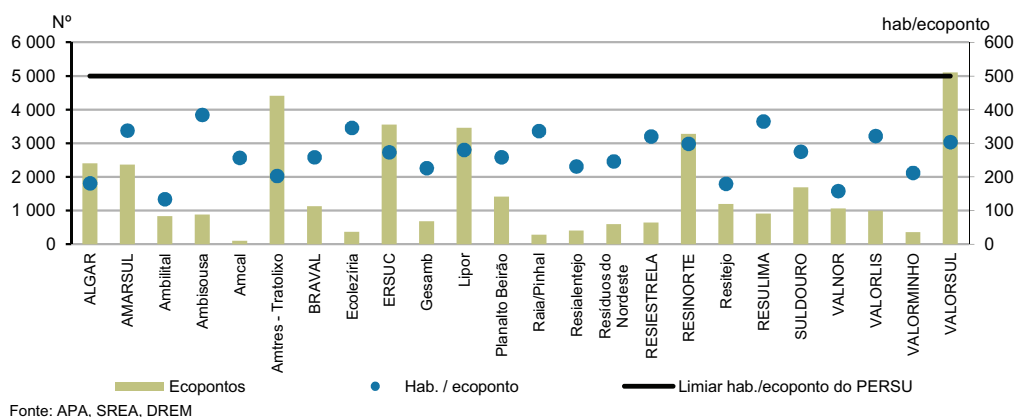


Fonte: APA, SREA, DREM

Os ecopontos constituem o principal meio de recolha seletiva de resíduos, representando cerca de 54% dos resíduos recolhidos seletivamente para reciclagem. As quantidades reportadas como recolhidas em ecocentro registaram um aumento significativo duplicando de valor entre 2009 e 2010.

Este aumento poderá explicar-se também por modificações na plataforma SIRAPA, sobre a qual foram realizadas algumas alterações de conteúdo nos formulários preenchidos pelos sistemas de gestão, mas também pelo facto de se registar uma quantidade de 108,4 mil toneladas de outros resíduos não especificados que representam quase metade do total recolhido em ecocentro. Quantidade que acrescida dos montantes de 21,7 mil toneladas de papel e cartão e 70,4 mil toneladas de vidro recebidos em ecocentro, ascende a uma quantidade total de 200 mil toneladas, cerca de 85% do total de resíduos entregues ou encaminhados para ecocentro.

Figura 6.7 - Número de ecopontos e de habitantes por ecoponto, por sistemas (2010)



Fonte: APA, SREA, DREM

Em 2010, todos os sistemas de gestão de resíduos urbanos no território continental de Portugal, atingiram um grau de cobertura inferior a 500 habitantes por ecoponto, conforme objetivo definido no Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU), registando-se globalmente uma média de 265 habitantes servidos por ecoponto.

Do total de 24 sistemas de gestão de resíduos, metade dos mesmos apresenta um valor médio abaixo da média global, destacando-se o sistema Ambilital que apresenta um rácio de 134 habitantes servidos por ecoponto.

6.2 - RESÍDUOS SETORIAIS

As Estatísticas dos Resíduos Setoriais são produzidas com base na informação recolhida pela APA através do SIRAPA, designadamente do módulo de Mapa Integrado de Registo de Resíduos (MIRR), obrigatório para todos os estabelecimentos produtores de resíduos não urbanos e urbanos, conforme definido na legislação em vigor.

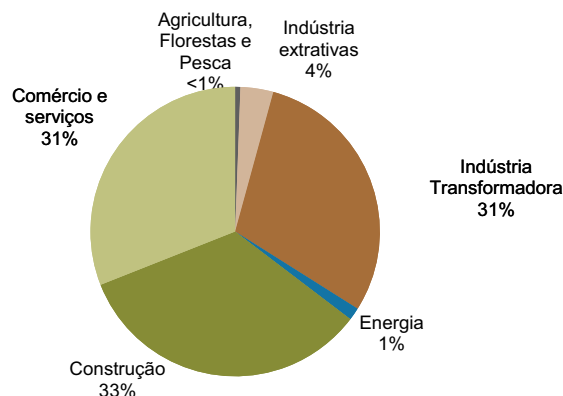
De acordo com o Regulamento comunitário das estatísticas dos resíduos (Regulamento CE 2150/2002) foi desenvolvida uma metodologia baseada em processos de estratificação e amostragem e que, adicionalmente às regras definidas no SIRAPA, executa um conjunto de procedimentos de validação e análise de dados, com vista a obter as estimativas apresentadas neste capítulo e as quais colmatam as necessidades e requisitos de informação estabelecidos no quadro europeu.



Em 2010, em termos de principais setores económicos produtores de resíduos, destacam-se os setores da construção (34%) e da indústria transformadora (31%) que em conjunto representam perto de 2/3 do total de resíduos que se estima terem sido produzidos pelos diversos setores de atividade.

O setor de comércio e serviços (31%), apresenta um valor muito semelhante ao registado pela indústria transformadora, que conjuntamente com a construção representam em termos relativos a quase totalidade dos resíduos setoriais gerados em Portugal.

Figura 6.8 - Estrutura de resíduos setoriais gerados por setores económicos (2010)



Fonte: APA / INE

Entre 2008 e 2010, estima-se que em Portugal as diversas atividades económicas tenham gerado cerca de 84 milhões de toneladas de resíduos setoriais.

Em 2010, a estimativa apurada aponta para um valor de produção semelhante ao registado para 2008, verificando-se um crescimento de cerca de 50%, relativamente ao valor registado em 2009. Esta estimativa aponta para uma tendência em contraciclo à perceção generalizada sobre a atividade económica em geral, dado o fraco crescimento económico registado.

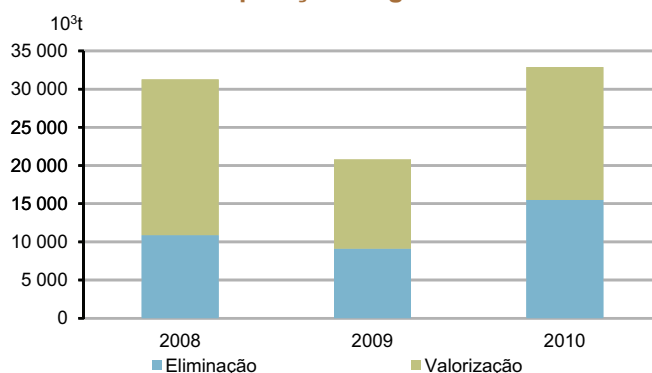
Contudo, quer o índice de produção industrial quer o valor das exportações (essencialmente de bens transacionáveis produzidos por atividades da indústria transformadora) apresentam igual tendência no período de 2008 a 2010, decréscimo entre 2008 e 2009, e novamente curva ascendente entre 2009 e 2010.

Embora não sendo possível associar a magnitude de impacto e causalidade entre estes indicadores (índice de produção industrial + valor económico das exportações sobre a produção absoluta de resíduos), o facto de registarem uma mesma tendência e consistência de comportamento explica em certa medida, o registo e tendência das estimativas apuradas.

Em termos relativos verifica-se uma tendência constante de redução dos resíduos encaminhados para valorização, em que se constata que ao longo dos 3 anos em análise, de uma proporção de 65% dos resíduos encaminhados para valorização em 2008, passou-se para apenas 52% em 2010. Embora a estimativa global de resíduos gerados em 2008 e 2010 seja semelhante, o valor absoluto de resíduos que se estima terem sido encaminhados para valorização em 2010 revela ser inferior em 3 milhões de toneladas face ao valor de 2008.

Quanto ao outro destino de gestão dos resíduos setoriais, a eliminação, estima-se que em 2008 tenham sido eliminados 10 milhões de toneladas de um total de 31 milhões e, em 2010, 15 milhões de resíduos de um total de 32 milhões de toneladas de resíduos gerados.

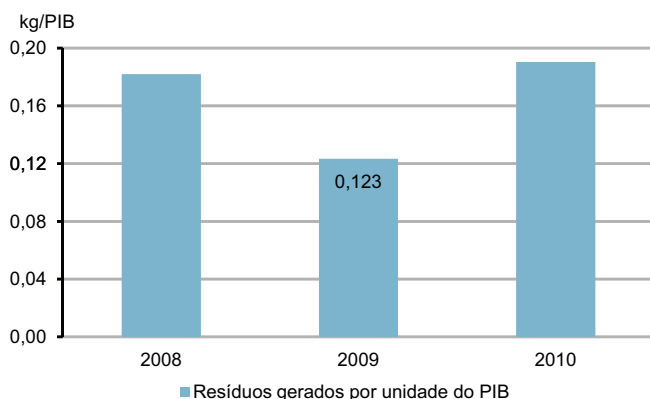
Figura 6.9 - Resíduos setoriais por principal operação de gestão



Fonte: APA / INE



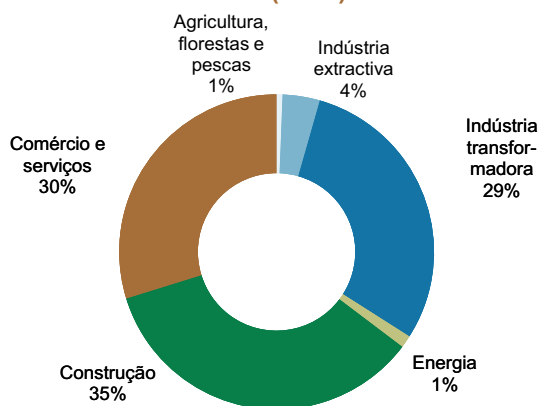
Figura 6.10 - Resíduos setoriais gerados por unidade de PIB (ano de referência 2006)



Fonte: APA / INE

O rácio obtido a partir das quantidades de resíduos gerados por unidade de PIB traduz o grau de eficiência da economia em geral, constituindo um indicador do grau de desenvolvimento de um país. Desta forma, um qualquer país será tanto mais eficiente quanto menor for a produção de resíduos gerados por unidade de PIB.

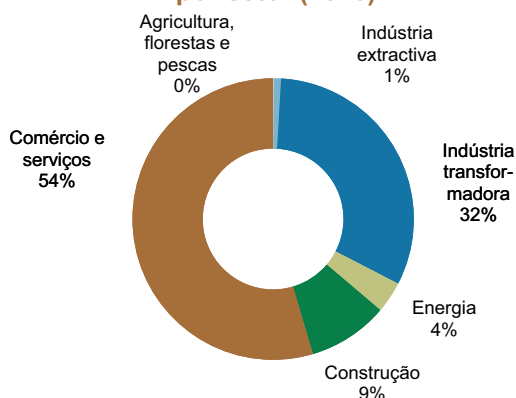
Figura 6.11 - Resíduos setoriais não perigosos por setor (2010)



Fonte: APA / INE

O ano de 2010 foi aquele que registou o maior rácio de resíduos gerados por unidade de PIB, o que traduz um menor grau de eficiência em termos de dinâmica económica e produtiva do país. Neste ano, 10 euros de PIB geraram 1,9 quilogramas de resíduos setoriais.

Figura 6.12 - Resíduos setoriais perigosos por setor (2010)



Fonte: APA / INE

A análise por setores económicos permite constatar que o setor da construção assume maior importância relativa no que se refere à geração de resíduos não perigosos, enquanto o setor de comércio e serviços gera mais de 50% dos resíduos perigosos estimados.

Este facto está associado em grande medida à atividade de manutenção automóvel, que gera uma quantidade relevante de resíduos de óleos lubrificantes usados, classificados como perigosos, e inclui também, a atividade de operadores de gestão de resíduos que atua no ciclo de vida dos resíduos, e no qual se contabilizam também quantidades expressivas de resíduos perigosos.



6.3 - FLUXOS ESPECÍFICOS DE RESÍDUOS

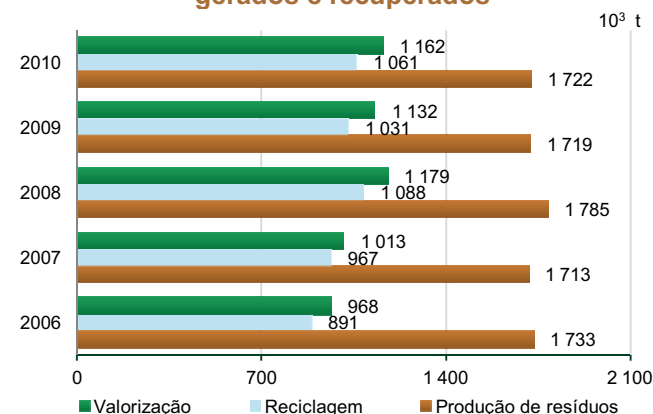
Em Portugal, no período de 2006 a 2010, a quantidade global de resíduos valorizados integrados na responsabilidade alargada do produtor (fluxos específicos de resíduos), cresceu a uma taxa média ao ano de 7 %, atingindo-se em 2010 um valor de 1,5 milhões de toneladas.

No período em análise, destacam-se como tendo as maiores taxas de crescimento médio anual, os resíduos de veículos em fim de vida (44,1%) e os resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos (39,8%).

Em termos absolutos, os resíduos de embalagens constituem o fluxo específico que representa a maior quantidade de resíduos valorizados, 1 milhão de toneladas de resíduos de embalagens, na medida em que representa igualmente a maior produção de resíduos, contribuindo para esta situação as 3 entidades gestoras associadas a este fluxo (SPV, VALORMED e VALORFITO). A recuperação de materiais deste fluxo apresenta uma taxa de crescimento médio de 4,6% ao ano, no período de 2006 a 2010.

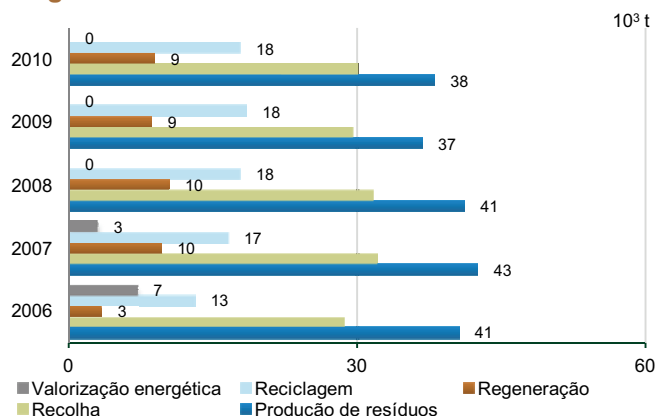
Na figura 6.13 apresenta-se a série de dados de resíduos de embalagens em que a diferença entre os montantes valorizados e os montantes reciclados, se refere às quantidades de resíduos de embalagens enviados para valorização energética.

Figura 6.13 - Fluxo de resíduos de embalagens gerados e recuperados



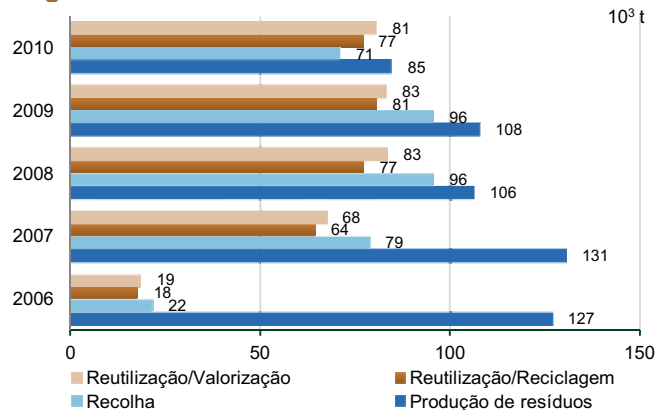
Fonte: APA

Figura 6.14 - Fluxos de óleos lubrificantes usados



Fonte: APA

Figura 6.15 - Resíduos de veículos em fim de vida

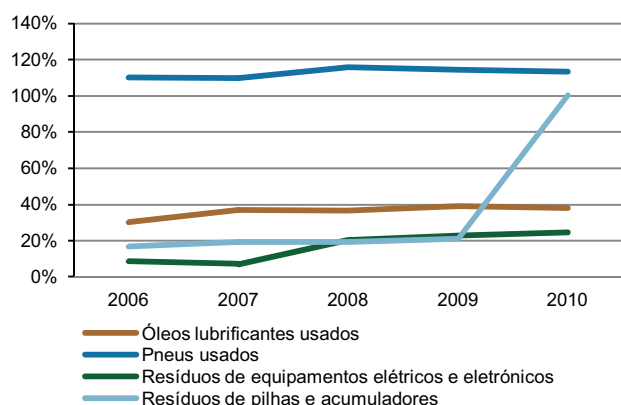


Fonte: APA

Os resíduos de óleos usados e de veículos em fim de vida, são os únicos dois fluxos que nos últimos anos apresentaram quebras no crescimento, ambos os casos explicáveis pelas quedas das vendas de automóveis e pelo fim do programa de benefícios fiscais associados ao programa de retoma de veículos para abate (apenas se mantém para a compra de veículos exclusivamente elétricos), e também pelo facto de uma redução do consumo de combustíveis induzir uma diminuição do uso de automóvel particular e daí a retração de consumo de óleos lubrificantes e dos respetivos resíduos gerados.



Figura 6.16 - Percentagem de resíduos valorizados por fluxo relativamente às quantidades de respetivo produto colocado em mercado



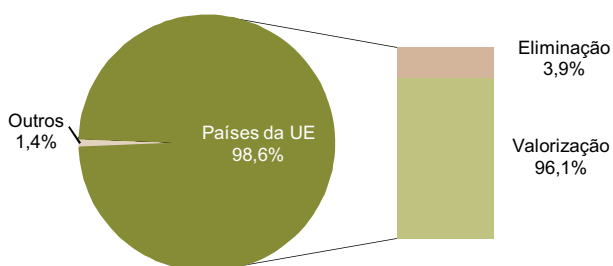
Fonte: APA

Na figura 6.16 apresenta-se o peso relativo das quantidades de resíduos valorizados de cada fluxo face às quantidades do respetivo produto colocado em mercado no mesmo ano. Verifica-se que os fluxos em avaliação seguem uma tendência crescente, com exceção do fluxo de pneus que em 2010 apresenta uma ligeira quebra.

De salientar no fluxo de pilhas e acumuladores que os dados de 2005 a 2009 referem-se apenas à entidade gestora do sistema integrado de gestão de pilhas e acumuladores portáteis existente nesse período (ECOPILHAS), enquanto que os dados de 2010 referem-se ao somatório das 5 entidades gestoras licenciadas para gestão de pilhas e acumuladores, não só portáteis mas também industriais e de automóveis (ECOPILHAS, ERP, AMB3E, VALORCAR e GVB) e de um sistema individual que se encontra igualmente autorizado para a gestão deste fluxo.

6.4 - MOVIMENTO TRANSFONTEIRO DE RESÍDUOS

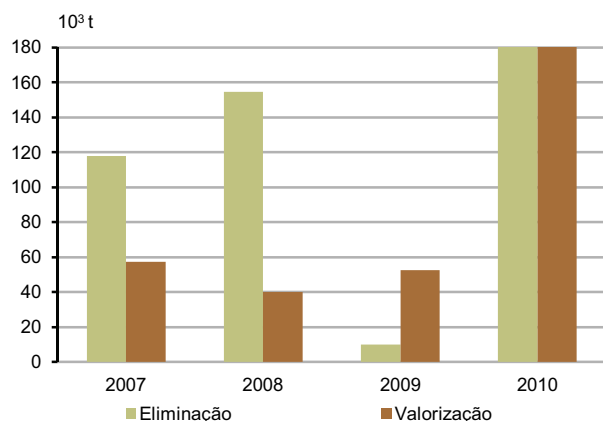
Figura 6.17 - Resíduos exportados por principal destino e operação de gestão



Fonte: APA

Em 2010, o total de resíduos exportados destinados a operações de valorização e eliminação foi de 56 109 toneladas, tendo havido um decréscimo de 12% face à quantidade registada no ano anterior.

Figura 6.18 - Resíduos exportados por operação de gestão



Fonte: APA

No que diz respeito ao ano de 2010, relativamente à exportação de resíduos, 98% dos resíduos transferidos corresponderam a resíduos perigosos. Salienta-se ainda o facto dos resíduos exportados terem sido sujeitos maioritariamente a operações de valorização, ao contrário do que sucedeu em anos anteriores.

Relativamente ao ano de 2009, denota-se em relação ao ano anterior, um decréscimo dos resíduos encaminhados para eliminação, na ordem dos 94%, e um acréscimo dos resíduos enviados para valorização em cerca de 31%.

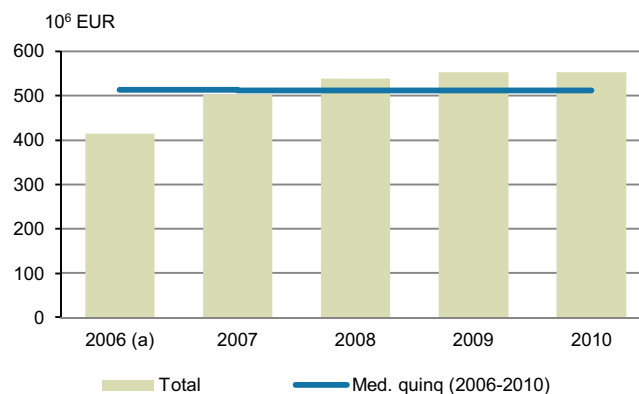


6.5 - DESPESA NA GESTÃO DE RESÍDUOS

A produção de resíduos está diretamente relacionada com as práticas de vida das populações, nomeadamente os níveis e hábitos de consumo, sendo atualmente a sua sustentabilidade um dos mais importantes desafios ambientais. A necessidade de minimizar a produção de resíduos e de assegurar a sua gestão sustentável reflete-se nos gastos efetuados pelas Administrações públicas ao longo do período em análise. Com efeito, a partir de 2007, as Administrações públicas aplicaram anualmente neste domínio ambiental mais de 500 milhões de euros, montante acima da média do quinquénio.

Mais de metade dos gastos da Administração Local foi aplicada nas atividades de recolha e transporte de resíduos, incluindo a varredura e limpeza urbana, asseguradas principalmente pelos serviços municipais e municipalizados do país.

Figura 6.19 - Despesa das Administrações Públicas na Gestão de resíduos



(a) Inclui apenas dados dos serviços municipais.

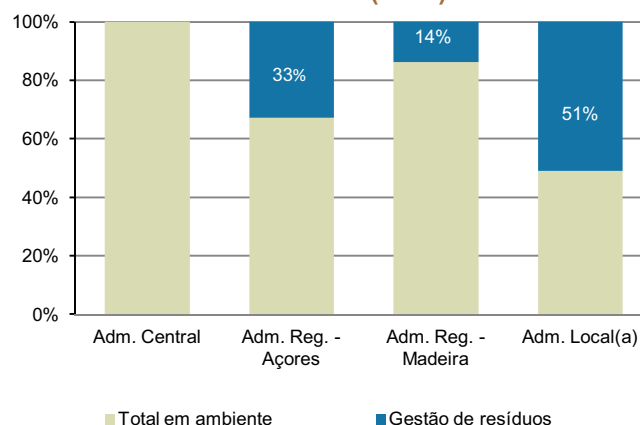
Fonte: INE

Na Região Autónoma dos Açores, a gestão de resíduos consumiu cerca de 1/3 dos gastos da região em ambiente, correspondentes a 11 milhões de euros, e foram aplicados na aquisição de terrenos para implantação e construção de centros de processamento de resíduos e centros de valorização orgânica por compostagem em diversas ilhas do arquipélago, em projetos de execução e requalificações de aterros sanitários, na aquisição de bens e serviços com vista à promoção de boas práticas de gestão de resíduos, entre outros.

Por sua vez, a totalidade da despesa da Região Autónoma da Madeira foi concedida, em forma de subsídio, à entidade concessionária do sistema de transferência, triagem, valorização e tratamento de resíduos na região.

De referir que na Administração Central registaram-se igualmente gastos nesta área ambiental, nomeadamente nas atividades desenvolvidas pela Agência Portuguesa de Ambiente, mas que não foi possível individualizá-los dada a diversidade de funções que desempenha no âmbito das políticas do ambiente, pelo que foram incluídos no capítulo "Outros domínios de ambiente".

Figura 6.20 - Percentagem da Gestão de resíduos no total da despesa em ambiente, por setor institucional (2010)

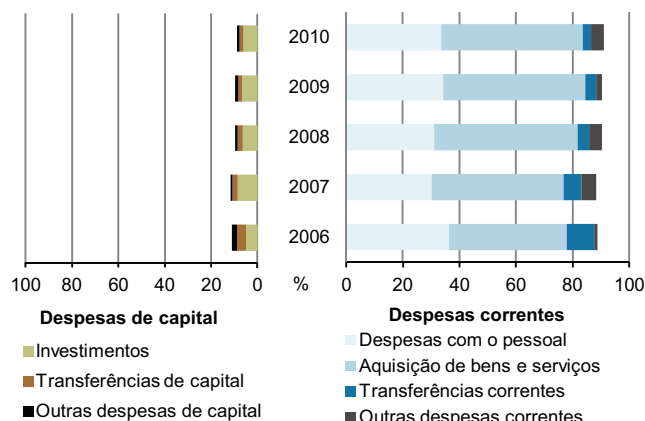


(a) Para efeitos de análise estrutural, foi considerado no período de referência 2010, a informação do domínio Gestão de águas residuais apurada em 2009.

Fonte: INE



Figura 6.21 - Despesas das Administrações públicas na Gestão de resíduos, por agregado económico



Fonte: INE

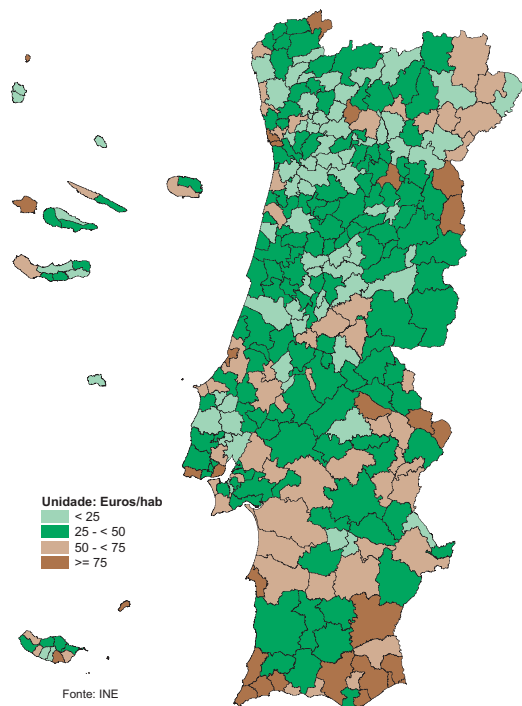
Em termos de agregados económicos, salienta-se no período em análise, o predomínio das despesas correntes face às de capital.

Com efeito, cerca de metade das “Despesas correntes” referem-se a “Aquisição de bens e serviços”, de recolha de resíduos (indiferenciada e seletiva) realizada por terceiros mediante contratos de prestação de serviços e os pagamentos a entidades gestoras de serviços “em alta”, responsáveis pela armazenagem, triagem, valorização e eliminação dos resíduos.

Inclui também os “Gastos com pessoal” (1/3 das despesas correntes) que totalizado aos movimentos anteriores representa 83% do total de despesas correntes em 2010.

Nas “Despesas de capital” regista-se que a contribuição dos “Investimentos” no último ano não foi além dos 6% no total das despesas.

Figura 6.22 - Despesas da Administração Local por habitante no domínio da Gestão de resíduos



Fonte: INE

Em 2010, cerca de metade dos municípios do país gastaram, em média, entre 25 e 50 euros/habitante com a gestão de resíduos. Aproximadamente 1/4 dos municípios, sobretudo das regiões Norte e Centro e abrangendo cerca de 1/5 da população, situam-se no escalão inferior a 25 euros/habitante.

No extremo oposto, 9% dos municípios encontram-se no escalão mais elevado, com realce para os municípios situados nas zonas turísticas do litoral do Continente e Regiões Autónomas.



Quadro 6.1 - Resíduos urbanos produzidos e captação

Ano	Resíduos recolhidos					Captação				
	2006	2007	2008	2009	2010	2006	2007	2008	2009	2010
	t					kg / hab. ano				
Portugal	4 898 076	4 967 274	5 479 749	5 496 267	x	463	468	436	436	x
1 Continente	4 641 103	4 646 171	5 152 787	5 185 031	5 183 569	460	459	426	427	511
11 Norte	1 574 579	1 581 954	1 670 872	1 676 001	1 673 896	421	422	446	447	447
111 Minho-Lima	95 694	95 363	108 296	110 328	106 701	380	379	432	441	427
112 Cávado	164 220	171 792	193 606	185 107	178 348	402	418	469	447	430
113 Ave	194 443	197 289	200 893	205 971	201 317	372	376	383	392	383
114 Grande Porto	659 517	654 477	685 492	676 364	675 312	516	511	534	526	525
115 Tâmega	198 176	197 053	201 534	217 891	215 097	354	351	359	389	384
116 Entre Douro e Vouga	94 821	94 603	103 539	104 222	114 734	331	329	359	360	397
117 Douro	84 504	85 403	85 434	86 783	89 380	393	403	407	417	432
118 Alto de Trás-os-Montes	83 205	85 974	92 078	89 334	93 007	381	398	429	420	439
16 Centro	977 845	978 189	1 006 951	1 010 733	1 038 390	410	410	423	424	437
161 Baixo Vouga	166 611	165 595	177 780	178 302	179 046	419	414	444	445	446
162 Baixo Mondego	148 686	148 676	155 980	159 226	167 090	444	447	472	484	510
163 Pinhã Litoral	106 236	105 401	109 949	110 214	113 751	401	394	410	410	422
164 Pinhal Interior Norte	44 548	45 148	47 380	48 071	50 417	323	328	345	351	369
165 Dão-Lafões	104 347	105 886	108 650	108 014	109 060	358	363	373	371	375
166 Pinhal Interior Sul	13 273	13 700	12 497	12 805	12 228	317	334	309	322	310
167 Serra da Estrela	17 064	17 023	17 356	17 025	17 027	352	355	366	362	364
168 Beira Interior Norte	41 348	41 038	41 726	41 380	42 414	370	373	383	383	395
169 Beira Interior Sul	34 713	36 144	32 791	32 377	31 667	463	489	448	447	439
16A Cova de Beira	32 642	32 970	33 213	32 957	33 564	355	361	366	366	374
16B Oeste	178 070	176 414	174 279	173 428	187 325	498	488	479	474	511
16C Médio Tejo	90 308	90 195	95 352	96 934	94 800	391	390	413	420	411
17 Lisboa	1 362 175	1 365 057	1 637 421	1 642 825	1 649 609	489	486	581	580	582
171 Grande Lisboa	1 002 663	1 009 933	1 146 515	1 161 195	1 165 794	497	499	565	571	573
172 Península de Setúbal	359 512	355 124	490 906	481 630	483 815	467	454	621	604	604
18 Alentejo	398 375	400 985	410 787	411 067	418 925	521	527	543	546	558
181 Alentejo Litoral	55 599	57 566	57 595	57 544	60 642	573	599	603	606	641
182 Alto Alentejo	59 029	58 237	64 338	63 092	65 150	492	493	551	547	568
183 Alentejo Central	95 195	95 937	94 265	94 395	95 361	557	565	558	561	569
184 Baixo Alentejo	68 455	70 484	69 266	69 911	70 147	530	552	549	559	564
185 Lezíria do Tejo	120 096	118 761	125 323	126 126	127 624	484	476	502	505	511
15 Algarve	328 129	319 986	426 755	444 405	402 749	783	750	992	1024	924
2 Região Autónoma dos Açores	86 904	147 669	152 183	142 058	x	358	605	622	579	x
3 Região Autónoma da Madeira	170 069	173 434	174 780	169 178	135 908	693	703	682	684	549

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, Direcção Regional de Estatísticas da Madeira, Serviço Regional de Estatísticas dos Açores



Quadro 6.2 - Resíduos urbanos geridos por tipo de recolha, por NUTS II

2010

Unidade: t

NUTS II	Total	Produção	
		Recolha Indiferenciada	Recolha Selectiva
Portugal	5 319 477	4 506 146	813 331
Continente	5 183 569	4 389 892	793 677
Norte	1 673 896	1 455 756	218 140
Centro	1 038 390	922 994	115 396
Lisboa	1 649 609	1 346 784	302 825
Alentejo	418 925	368 945	49 980
Algarve	402 749	295 412	107 336
Região Autónoma dos Açores	x	x	x
Região Autónoma da Madeira	135 908	116 254	19 654

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, Direcção Regional de Estatísticas da Madeira, Serviço Regional de Estatísticas dos Açores

Quadro 6.3 - Resíduos urbanos geridos por operação de gestão

Unidade: t

Ano	Total	Operação de Gestão			
		Aterro	Valorização Energética	Valorização Orgânica	Valorização Multimaterial
2006	4 898 076	3 142 766	978 077	301 885	475 349
2007	4 967 274	3 170 431	947 902	320 348	528 593
2008	5 479 749	3 530 220	992 953	381 494	575 083
2009	5 496 267	3 341 707	1 082 831	422 947	648 785
2010	5 319 477	3 253 592	1 058 356	394 609	612 920

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, Direcção Regional de Estatísticas da Madeira, Serviço Regional de Estatísticas dos Açores

Quadro 6.4 - Resíduos urbanos recolhidos seletivamente por material

Unidade: t

Ano	Total	Vidro	Papel/Cartão	Embalagens	Pilhas
2006	313 114	133 038	139 605	40 336	135
2007	369 645	151 963	167 914	49 590	178
2008	445 758	172 259	197 689	75 573	237
2009	482 127	182 121	207 136	92 652	218
2010	445 997	185 007	182 981	77 840	169

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, Direcção Regional de Estatísticas da Madeira, Serviço Regional de Estatística dos Açores



Quadro 6.5 - Resíduos urbanos recolhidos seletivamente por meio de recolha

Unidade: t

Ano	Total	Ecopontos	Porta-a-porta	Ecocentros
2006	x	x	x	x
2007	478 840	292 174	29 602	157 064
2008	446 410	348 211	11 670	86 529
2009	495 265	344 294	33 252	117 719
2010	581 491	315 714	32 143	233 634

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente

Nota: Os valores apresentados, não têm em conta os resíduos recolhidos seletivamente por sistema, para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira

Quadro 6.6 - Número de ecopontos por sistema de gestão de resíduos urbanos e distribuição de habitantes servidos por ecoponto

2010

Sistema	Número de habitantes	Número de ecopontos	Habitantes por ecoponto
ALGAR	435 833	2 404	181
AMARSUL	800 419	2 368	338
Ambilital	111 838	834	134
Ambisousa	339 481	883	384
Amcal	25 943	101	257
Amtres - Tratolixo	895 148	4 406	203
BRAVAL	292 482	1 131	259
Ecolezíria	126 613	366	346
ERSUC	972 516	3 557	273
Gesamb	154 757	684	226
Lipor	969 185	3 456	280
Planalto Beirão	365 855	1 414	259
Raia/Pinhãl	96 251	286	337
Resialentejo	93 943	406	231
Resíduos do Nordeste	146 336	594	246
RESIESTRELA	207 634	648	320
RESINORTE	979 857	3 282	299
Resitejo	215 779	1 201	180
RESULIMA	332 897	912	365
SULDOURO	465 440	1 692	275
VALNOR	167 771	1 060	158
VALORLIS	320 683	997	322
VALORMINHO	77 202	364	212
VALORSUL	1 550 413	5 108	304

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente

Nota: Informação não disponível sobre o número de ecopontos para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Os dados de população referem-se aos dados do INE respeitantes aos dados da população média residente.



Quadro 6.7 - Resíduos setoriais gerados por atividades económicas

Atividade económica		2008	2009	2010
		Unidade: t		
Total geral		31 265 469	20 792 298	32 883 760
{01+02}	Agricultura e floresta	153 966	232 510	186 062
{03}	Pescas	5 542	4 395	6 940
{05 a 09}	Indústrias extrativas	1 887 456	3 612 809	1 205 899
{10 a 12}	Alimentação, bebidas e tabaco	615 018	699 449	807 928
{13 a 15}	Têxteis e peles	1 233 684	268 928	1 691 424
{16}	Madeira e cortiça	657 566	458 808	462 029
{17+18}	Pasta, papel, cartão, impressão e suportes gravados	859 486	1 463 876	2 757 664
{19}	Petrolíferas	17 751	13 203	23 577
{20 a 22}	Químicas, farmacêuticas, borracha e plásticos	309 910	265 962	668 316
{23}	Minerais não metálicos	1 313 091	1 075 691	1 323 879
{24+25}	Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos	1 719 570	874 967	848 194
{26 a 30}	Fabricação de máquinas, equipamentos e material de transporte	897 987	515 919	739 281
{31 a 33}	Fabricação de mobiliário, outras indústrias e manutenção/instalação de equipamentos	1 113 976	410 536	443 253
{35}	Eletricidade, gás e água quente	255 034	450 852	455 505
{36+37+39}	Captação e distribuição de água, saneamento e atividades de descontaminação	473 165	570 170	811 991
{38}	Gestão e valorização de resíduos	1 352 701	871 790	1 231 293
{41 a 43}	Construção	8 148 248	3 256 350	11 070 556
{45}	Comércio e manutenção de automóveis	807 398	249 835	232 054
{4677}	Comércio de sucatas e desperdícios	527 984	826 404	615 280
{49 a 53}	Transportes e armazenagem	505 999	300 177	371 245
{562}	Catering	x	x	12 947
{86}	Atividades de saúde humana	57 524	65 263	104 534
{G a U}	Comércio e serviços (exceto 45, 4677, 49 a 53, 562 e 86)	8 352 414	4 304 401	6 813 910

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente / Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Nota: Ver metodologia de estimação de resultados no capítulo de metodologias, conceitos e nomenclaturas.



Quadro 6.8 - Resíduos setoriais por categoria de resíduos

Categoria de resíduos	Unidade: t		
	2008	2009	2010
Total, não perigosos	27 725 473	19 320 219	31 259 706
Total, perigosos	3 539 996	1 472 079	1 624 054
Total, geral	31 265 469	20 792 298	32 883 760
(01) [01.1P] Solventes usados (perigosos)	458 210	22 866	43 800
(02) [01.2N] Resíduos ácidos, alcalinos ou salinos (não perigosos)	33 780	23 649	64 457
(03) [01.2P] Resíduos ácidos, alcalinos ou salinos (perigosos)	41 479	14 953	63 151
(04) [01.3P] Óleos usados (perigosos)	1 088 193	312 144	285 668
(05) [01.4N+02N+03.1N] Resíduos químicos (não perigosos)	302 084	112 722	613 848
(06) [01.4P+02P+03.1P] Resíduos químicos (perigosos)	857 169	184 488	415 597
(07) [03.2N] Lamas de efluentes industriais (não perigosos)	175 811	134 280	220 480
(08) [03.2P] Lamas de efluentes industriais (perigosos)	123 745	91 303	91 886
(09) [03.3N] Lamas e resíduos líquidos do tratamento de resíduos (não perigosos)	130 890	177 165	485 499
(10) [03.3P] Lamas e resíduos líquidos do tratamento de resíduos (perigosos)	14 024	28 666	35 406
(11) [05N] Resíduos de prestação de cuidados de saúde e biológicos (não perigosos)	43 021	11 784	20 084
(12) [05P] Resíduos de prestação de cuidados de saúde e biológicos (perigosos)	45 184	49 950	40 703
(13) [06.1N] Resíduos metálicos ferrosos (não perigosos)	2 893 253	1 372 831	2 040 859
(14) [06.2N] Resíduos metálicos não ferrosos (não perigosos)	561 722	153 441	133 001
(15) [06.3N] Resíduos metálicos mistos ferrosos e não ferrosos (não perigosos)	370 278	351 323	475 590
(16) [07.1N] Resíduos de vidro (não perigosos)	921 695	305 281	499 542
(17) [07.1P] Resíduos de vidro (perigosos)	16	48	3
(18) [07.2N] Resíduos de papel e cartão (não perigosos)	2 060 084	1 178 637	2 488 265
(19) [07.3N] Resíduos de borracha (não perigosos)	798 716	127 322	305 465
(20) [07.4N] Resíduos de plásticos (não perigosos)	610 381	280 790	695 645
(21) [07.5N] Resíduos de madeira (não perigosos)	1 974 314	1 529 144	1 984 730
(22) [07.5P] Resíduos de madeira (perigosos)	77 647	349 420	92 919
(23) [07.6N] Resíduos têxteis (não perigosos)	786 691	212 656	1 208 629
(24) [07.7P] Resíduos contendo PCB	11 604	8 634	164
(25) [08N] Equipamento fora de uso (excluindo veículos fora de uso e resíduos de pilhas e acumuladores) (não perigosos)	55 842	133 887	108 637
(26) [08P] Equipamento fora de uso (excluindo veículos fora de uso e resíduos de pilhas e acumuladores) (perigosos)	36 050	24 085	28 684
(27) [08.1N] Veículos fora de uso (não perigosos)	8 869	26 711	74 183
(28) [08.1P] Veículos fora de uso (perigosos)	47 600	74 836	199 828
(29) [08.41N] Resíduos de pilhas e acumuladores (não perigosos)	1 584	2 119	3 056
(30) [08.41P] Resíduos de pilhas e acumuladores (perigosos)	185 489	89 599	61 673
(31) [09.1N] Resíduos de origem animal e mistos de alimentos (não perigosos)	483 907	472 988	594 571
(32) [09.2N] Resíduos de origem vegetal (não perigosos)	310 231	357 785	382 933
(33) [09.3N] Fezes, urina e estrume de animais (não perigosos)	100 962	186 080	165 037
(34) [10.1N] Resíduos domésticos e similares (não perigosos)	2 815 464	2 620 214	3 765 162
(35) [10.2N] Materiais mistos e não diferenciados (não perigosos)	5 045 755	690 795	529 279
(36) [10.2P] Materiais mistos e não diferenciados (perigosos)	1 539	4 081	12 298
(37) [10.3N] Resíduos de triagem (não perigosos)	76 691	105 588	140 878
(38) [10.3P] Resíduos de triagem (perigosos)	909	2 300	766
(39) [11N] Lamas comuns (não perigosos)	774 490	887 000	907 544
(40) [12.1N] Resíduos minerais de construção e demolição (não perigosos)	2 967 039	2 600 205	9 965 065
(41) [12.1P] Resíduos minerais de construção e demolição (perigosos)	27 772	22 711	26 506
(42) [12.2N+12.3N+12.5N] Outros resíduos minerais (não perigosos)	2 593 023	4 339 458	2 112 771
(43) [12.2P+12.3P+12.5P] Outros resíduos minerais (perigosos)	87 626	96 095	77 373
(44) [12.4N] Resíduos de combustão (não perigosos)	359 563	557 649	729 954
(45) [12.4P] Resíduos de combustão (perigosos)	72 438	50 299	67 920
(46) [12.6N] Solos (não perigosos)	430 045	323 107	488 404
(47) [12.6P] Solos (perigosos)	359 354	42 205	20 148
(48) [12.7N] Lamas de dragagem (não perigosos)	0	214	28
(49) [12.7P] Lamas de dragagem (perigosos)	0	482	456
(50) [12.8N+13N] Resíduos minerais do tratamento de resíduos e resíduos estabilizados (não perigosos)	39 289	45 396	56 111
(51) [12.8P+13P] Resíduos minerais do tratamento de resíduos e resíduos estabilizados (perigosos)	3 947	2 915	59 104

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente / Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Nota: Ver metodologia de estimação de resultados no capítulo de metodologias, conceitos e nomenclaturas.



Quadro 6.9 - Resíduos setoriais por categoria de resíduo segundo as principais operações de gestão

Unidade: t

Categoria de resíduos	Total			Eliminação		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Total, não perigosos	27 725 473	19 320 219	31 259 706	9 533 904	8 619 919	14 785 623
Total, perigosos	3 539 996	1 472 079	1 624 054	1 349 268	499 212	714 203
Total, geral	31 265 469	20 792 298	32 883 760	10 883 172	9 119 131	15 499 826
(01) [01.1P] Solventes usados (perigosos)	458 210	22 866	43 800	2 383	1 264	6 597
(02) [01.2N] Resíduos ácidos, alcalinos ou salinos (não perigosos)	33 780	23 649	64 457	437	602	1 001
(03) [01.2P] Resíduos ácidos, alcalinos ou salinos (perigosos)	41 479	14 953	63 151	38 635	11 086	19 970
(04) [01.3P] Óleos usados (perigosos)	1 088 193	312 144	285 668	39 142	8 260	28 615
(05) [01.4N+02N+03.1N] Resíduos químicos (não perigosos)	302 084	112 722	613 848	244 835	82 637	283 016
(06) [01.4P+02P+03.1P] Resíduos químicos (perigosos)	857 169	184 488	415 597	581 613	127 599	308 485
(07) [03.2N] Lamas de efluentes industriais (não perigosos)	175 811	134 280	220 480	86 424	60 224	66 488
(08) [03.2P] Lamas de efluentes industriais (perigosos)	123 745	91 303	91 886	83 766	70 631	57 714
(09) [03.3N] Lamas e resíduos líquidos do tratamento de resíduos (não perigosos)	130 890	177 165	485 499	130 890	176 927	454 819
(10) [03.3P] Lamas e resíduos líquidos do tratamento de resíduos (perigosos)	14 024	28 666	35 406	9 236	28 664	31 129
(11) [05N] Resíduos de prestação de cuidados de saúde e biológicos (não perigosos)	43 021	11 784	20 084	42 909	11 779	20 081
(12) [05P] Resíduos de prestação de cuidados de saúde e biológicos (perigosos)	45 184	49 950	40 703	43 807	49 949	40 628
(13) [06.1N] Resíduos metálicos ferrosos (não perigosos)	2 893 253	1 372 831	2 040 859	21 208	11 526	10 822
(14) [06.2N] Resíduos metálicos não ferrosos (não perigosos)	561 722	153 441	133 001	1 292	493	774
(15) [06.3N] Resíduos metálicos mistos ferrosos e não ferrosos (não perigosos)	370 278	351 323	475 590	2 568	588	1 135
(16) [07.1N] Resíduos de vidro (não perigosos)	921 695	305 281	499 542	7 739	12 992	20 174
(17) [07.1P] Resíduos de vidro (perigosos)	16	48	3	16	48	3
(18) [07.2N] Resíduos de papel e cartão (não perigosos)	2 060 084	1 178 637	2 488 265	94 592	83 132	12 251
(19) [07.3N] Resíduos de borracha (não perigosos)	798 716	127 322	305 465	4 083	3 765	3 466
(20) [07.4N] Resíduos de plásticos (não perigosos)	610 381	280 790	695 645	155 191	29 753	149 456
(21) [07.5N] Resíduos de madeira (não perigosos)	1 974 314	1 529 144	1 984 730	270 326	35 807	110 302
(22) [07.5P] Resíduos de madeira (perigosos)	77 647	349 420	92 919	757	1 001	255
(23) [07.6N] Resíduos têxteis (não perigosos)	786 691	212 656	1 208 629	496 208	92 263	995 389
(24) [07.7P] Resíduos contendo PCB	11 604	8 634	164	10 640	8 610	121
(25) [08N] Equipamento fora de uso (excluindo veículos fora de uso e resíduos de pilhas e acumuladores) (não perigosos)	55 842	133 887	108 637	1 229	1 133	30 308
(26) [08P] Equipamento fora de uso (excluindo veículos fora de uso e resíduos de pilhas e acumuladores) (perigosos)	36 050	24 085	28 684	5 152	7 136	1 845
(27) [08.1N] Veículos fora de uso (não perigosos)	8 869	26 711	74 183	186	7	19
(28) [08.1P] Veículos fora de uso (perigosos)	47 600	74 836	199 828	2	141	0
(29) [08.41N] Resíduos de pilhas e acumuladores (não perigosos)	1 584	2 119	3 056	9	75	10
(30) [08.41P] Resíduos de pilhas e acumuladores (perigosos)	185 489	89 599	61 673	192	85	144
(31) [09.1N] Resíduos de origem animal e mistos de alimentos	483 907	472 988	594 571	178 203	92 931	70 664
(32) [09.2N] Resíduos de origem vegetal (não perigosos)	310 231	357 785	382 933	134 120	102 113	204 144
(33) [09.3N] Fezes, urina e estrume de animais (não perigosos)	100 962	186 080	165 037	9 862	152	212
(34) [10.1N] Resíduos domésticos e similares (não perigosos)	2 815 464	2 620 214	3 765 162	2 612 533	2 153 089	3 324 535
(35) [10.2N] Materiais mistos e não diferenciados (não perigosos)	5 045 755	690 795	529 279	503 709	322 292	190 330
(36) [10.2P] Materiais mistos e não diferenciados (perigosos)	1 539	4 081	12 298	1 240	3 258	11 815
(37) [10.3N] Resíduos de triagem (não perigosos)	76 691	105 588	140 878	67 355	54 242	57 940
(38) [10.3P] Resíduos de triagem (perigosos)	909	2 300	766	909	1 558	765
(39) [11N] Lamas comuns (não perigosos)	774 490	887 000	907 544	152 590	206 207	165 568
(40) [12.1N] Resíduos minerais de construção e demolição (não perigosos)	2 967 039	2 600 205	9 965 065	1 841 884	991 551	7 082 491
(41) [12.1P] Resíduos minerais de construção e demolição (perigosos)	27 772	22 711	26 506	26 247	21 981	25 263
(42) [12.2N+12.3N+12.5N] Outros resíduos minerais (não perigosos)	2 593 023	4 339 458	2 112 771	1 999 712	3 801 209	1 272 845
(43) [12.2P+12.3P+12.5P] Outros resíduos minerais (perigosos)	87 626	96 095	77 373	85 808	93 892	76 561
(44) [12.4N] Resíduos de combustão (não perigosos)	359 563	557 649	729 954	75 500	95 953	101 101
(45) [12.4P] Resíduos de combustão (perigosos)	72 438	50 299	67 920	56 839	21 946	31 159
(46) [12.6N] Solos (não perigosos)	430 045	323 107	488 404	359 019	150 900	101 845
(47) [12.6P] Solos (perigosos)	359 354	42 205	20 148	358 966	38 707	13 575
(48) [12.7N] Lamas de dragagem (não perigosos)	0	214	28	0	186	0
(49) [12.7P] Lamas de dragagem (perigosos)	0	482	456	0	482	456
(50) [12.8N+13N] Resíduos minerais do tratamento de resíduos e resíduos estabilizados (não perigosos)	39 289	45 396	56 111	39 289	45 389	54 437
(51) [12.8P+13P] Resíduos minerais do tratamento de resíduos e resíduos estabilizados (perigosos)	3 947	2 915	59 104	3 920	2 913	59 104

(continua)



Quadro 6.9 - Resíduos setoriais por categoria de resíduo segundo as principais operações de gestão (cont.)

Unidade: t

Categoria de resíduos	Valorização		
	2008	2009	2010
Total, não perigosos	18 191 569	10 700 300	16 474 083
Total, perigosos	2 190 728	972 867	909 851
Total, geral	20 382 297	11 673 167	17 383 934
(01) [01.1P] Solventes usados (perigosos)	455 827	21 601	37 204
(02) [01.2N] Resíduos ácidos, alcalinos ou salinos (não perigosos)	33 343	23 046	63 456
(03) [01.2P] Resíduos ácidos, alcalinos ou salinos (perigosos)	2 845	3 867	43 181
(04) [01.3P] Óleos usados (perigosos)	1 049 051	303 884	257 053
(05) [01.4N+02N+03.1N] Resíduos químicos (não perigosos)	57 249	30 084	330 832
(06) [01.4P+02P+03.1P] Resíduos químicos (perigosos)	275 556	56 889	107 112
(07) [03.2N] Lamas de efluentes industriais (não perigosos)	89 388	74 057	153 992
(08) [03.2P] Lamas de efluentes industriais (perigosos)	39 979	20 672	34 172
(09) [03.3N] Lamas e resíduos líquidos do tratamento de resíduos (não perigosos)	0	238	30 680
(10) [03.3P] Lamas e resíduos líquidos do tratamento de resíduos (perigosos)	4 788	2	4 277
(11) [05N] Resíduos de prestação de cuidados de saúde e biológicos (não perigosos)	112	5	2
(12) [05P] Resíduos de prestação de cuidados de saúde e biológicos (perigosos)	1 377	1	76
(13) [06.1N] Resíduos metálicos ferrosos (não perigosos)	2 872 045	1 361 305	2 030 037
(14) [06.2N] Resíduos metálicos não ferrosos (não perigosos)	560 430	152 948	132 227
(15) [06.3N] Resíduos metálicos mistos ferrosos e não ferrosos (não perigosos)	367 710	350 735	474 454
(16) [07.1N] Resíduos de vidro (não perigosos)	913 956	292 289	479 367
(17) [07.1P] Resíduos de vidro (perigosos)	0	0	0
(18) [07.2N] Resíduos de papel e cartão (não perigosos)	1 965 492	1 095 504	2 476 015
(19) [07.3N] Resíduos de borracha (não perigosos)	794 633	123 558	301 999
(20) [07.4N] Resíduos de plásticos (não perigosos)	455 190	251 037	546 189
(21) [07.5N] Resíduos de madeira (não perigosos)	1 703 988	1 493 337	1 874 428
(22) [07.5P] Resíduos de madeira (perigosos)	76 891	348 419	92 664
(23) [07.6N] Resíduos têxteis (não perigosos)	290 483	120 393	213 240
(24) [07.7P] Resíduos contendo PCB	965	24	43
(25) [08N] Equipamento fora de uso (excluindo veículos fora de uso e resíduos de pilhas e acumuladores) (não perigosos)	54 613	132 754	78 329
(26) [08P] Equipamento fora de uso (excluindo veículos fora de uso e resíduos de pilhas e acumuladores) (perigosos)	30 897	16 949	26 839
(27) [08.1N] Veículos fora de uso (não perigosos)	8 682	26 704	74 163
(28) [08.1P] Veículos fora de uso (perigosos)	47 598	74 695	199 828
(29) [08.41N] Resíduos de pilhas e acumuladores (não perigosos)	1 575	2 044	3 046
(30) [08.41P] Resíduos de pilhas e acumuladores (perigosos)	185 297	89 515	61 529
(31) [09.1N] Resíduos de origem animal e mistos de alimentos (não perigosos)	305 704	380 057	523 907
(32) [09.2N] Resíduos de origem vegetal (não perigosos)	176 111	255 672	178 789
(33) [09.3N] Fezes, urina e estrume de animais (não perigosos)	91 101	185 928	164 826
(34) [10.1N] Resíduos domésticos e similares (não perigosos)	202 930	467 124	440 627
(35) [10.2N] Materiais mistos e não diferenciados (não perigosos)	4 542 046	368 503	338 949
(36) [10.2P] Materiais mistos e não diferenciados (perigosos)	299	823	483
(37) [10.3N] Resíduos de triagem (não perigosos)	9 336	51 347	82 938
(38) [10.3P] Resíduos de triagem (perigosos)	0	742	1
(39) [11N] Lamas comuns (não perigosos)	621 899	680 793	741 976
(40) [12.1N] Resíduos minerais de construção e demolição (não perigosos)	1 125 155	1 608 654	2 882 575
(41) [12.1P] Resíduos minerais de construção e demolição (perigosos)	1 525	730	1 244
(42) [12.2N+12.3N+12.5N] Outros resíduos minerais (não perigosos)	593 311	538 249	839 926
(43) [12.2P+12.3P+12.5P] Outros resíduos minerais (perigosos)	1 818	2 203	812
(44) [12.4N] Resíduos de combustão (não perigosos)	284 063	461 696	628 853
(45) [12.4P] Resíduos de combustão (perigosos)	15 599	28 352	36 761
(46) [12.6N] Solos (não perigosos)	71 025	172 206	386 559
(47) [12.6P] Solos (perigosos)	388	3 498	6 573
(48) [12.7N] Lamas de dragagem (não perigosos)	0	28	28
(49) [12.7P] Lamas de dragagem (perigosos)	0	0	0
(50) [12.8N+13N] Resíduos minerais do tratamento de resíduos e resíduos estabilizados (não perigosos)	0	7	1 674
(51) [12.8P+13P] Resíduos minerais do tratamento de resíduos e resíduos estabilizados (perigosos)	27	2	0

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente / Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Nota: Ver metodologia de estimação de resultados no capítulo de metodologias, conceitos e nomenclaturas.



Quadro 6.10 - Resíduos setoriais por atividades económicas segundo as operações de gestão

2010

Unidade: t

Atividade econômica		Agrupamentos de operações de gestão de resíduos									Unidade: t
		Total	Artigo 1	Artigo 2	Artigo 3a	Artigo 4	Artigo 5	Artigo 6	Artigo 7	Artigo 8	
			Valori- zação energética	Elimina- ção por incinera- ção	Opera- ções de valoriza- ção com exclusão da valoriza- ção energética	Elimina- ção por deposi- ção no solo	Elimina- ção por tratamen- to em terra ou descarga em massas de água	Opera- ções prepara- tórias de elimina- ção	Outras opera- ções de elimina- ção	Outras opera- ções de valoriza- ção	
Total geral		32 883 760	1 293 305	418 633	6 442 310	6 474 556	22 527	887 637	7 696 474	9 648 320	
{01+02}	Agricultura e floresta	186 062	118	94	162 681	1 847	212	253	548	20 309	
{03}	Pescas	6 940	0	50	2 058	1 706	0	19	3	3 105	
{05 a 09}	Indústrias extrativas	1 205 899	23	0	184 573	996 586	0	567	501	23 649	
{10 a 12}	Alimentação, bebidas e tabaco	807 928	67 931	10 443	241 860	52 293	11 108	12 323	27 589	384 382	
{13 a 15}	Têxteis e peles	1 691 424	383	76	414 973	951 530	208	13 229	70 971	240 053	
{16}	Madeira e cortiça	462 029	170 137	14	226 366	5 168	2 201	1 122	1 937	55 085	
{17+18}	Pasta, papel, cartão, impressão e suportes gravados	2 757 664	987 610	1 396	726 486	324 895	10	107 141	45 787	564 338	
{19}	Petrolíferas	23 577	0	0	4 277	8 560	0	7 579	1 382	1 778	
{20 a 22}	Químicas, farmacêuticas, borracha e plásticos	668 316	9 069	12 102	111 891	60 712	395	25 870	79 496	368 780	
{23}	Minerais não metálicos	1 323 879	985	305	960 675	205 554	290	10 186	21 858	124 024	
{24+25}	Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos	848 194	3 331	142	339 816	106 716	94	49 005	36 802	312 290	
{26 a 30}	Fabricação de máquinas, equipamentos e material de transporte	739 281	104	459	153 483	159 253	14	9 614	48 458	367 895	
{31 a 33}	Fabricação de mobiliário, outras indústrias e manutenção/instalação de equipamentos	443 253	10 808	35	225 347	10 039	0	5 400	8 581	183 042	
{35}	Eletricidade, gás e água quente	455 505	7	3 744	304 209	59 467	0	20 705	9 657	57 715	
{36+37+39}	Captação e distribuição de água, saneamento e atividades de descontaminação	811 991	481	93	327 255	196 559	0	126 619	5 700	155 284	
{38}	Gestão e valorização de resíduos	1 231 293	8 208	3 692	281 465	198 741	3	254 883	67 680	416 620	
{41 a 43}	Construção	11 070 556	8 645	65 317	537 612	386 197	4 865	15 593	6 759 346	3 292 982	
{45}	Comércio e manutenção de automóveis	232 054	1 302	144	56 678	9 915	5	3 463	12 056	148 491	
{46+77}	Comércio de sucatas e desperdícios	615 280	9	40	186 110	3 928	0	214	63	424 916	
{49 a 53}	Transportes e armazenagem	371 245	7 310	6 856	68 000	19 155	1	23 868	17 724	228 331	
{562}	Catering	12 947		5 655	796	1 754		0	1 143	3 598	
{86}	Atividades de saúde humana	104 534	35	15 392	3 396	33 103	9	17 735	15 119	19 745	
{G a U}	Comércio e serviços (exceto 45, 4677, 49 a 53, 562 e 86)	6 813 910	16 809	292 581	922 300	2 680 876	3 114	182 249	464 072	2 251 909	

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente / Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Nota: Ver metodologia de estimação de resultados no capítulo de metodologias, conceitos e nomenclaturas.



Quadro 6.11 - Resíduos setoriais por atividades económicas segundo o nível de perigo dos resíduos

Atividade económica		Total			Não perigoso		
		2008	2009	2010	2008	2009	2010
Total geral		31 265 469	20 792 298	32 883 760	27 725 473	19 320 219	31 259 706
{01+02}	Agricultura e floresta	153 966	232 510	186 062	152 902	231 022	184 828
{03}	Pescas	5 542	4 395	6 940	5 266	3 661	6 877
{05 a 09}	Indústrias extrativas	1 887 456	3 612 809	1 205 899	1 794 807	3 542 774	1 192 391
{10 a 12}	Alimentação, bebidas e tabaco	615 018	699 449	807 928	609 475	696 193	802 933
{13 a 15}	Têxteis e peles	1 233 684	268 928	1 691 424	1 222 230	266 732	1 685 009
{16}	Madeira e cortiça	657 566	458 808	462 029	579 234	391 444	368 856
{17+18}	Pasta, papel, cartão, impressão e suportes gravados	859 486	1 463 876	2 757 664	849 523	1 459 034	2 682 665
{19}	Petrolíferas	17 751	13 203	23 577	5 759	1 084	5 442
{20 a 22}	Químicas, farmacêuticas, borracha e plásticos	309 910	265 962	668 316	243 285	228 670	590 078
{23}	Minerais não metálicos	1 313 091	1 075 691	1 323 879	1 292 773	1 064 412	1 313 540
{24+25}	Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos	1 719 570	874 967	848 194	1 631 735	813 960	721 614
{26 a 30}	Fabricação de máquinas, equipamentos e material de transporte	897 987	515 919	739 281	849 814	495 678	676 486
{31 a 33}	Fabricação de mobiliário, outras indústrias e manutenção/instalação de equipamentos	1 113 976	410 536	443 253	1 056 471	377 027	404 400
{35}	Eletricidade, gás e água quente	255 034	450 852	455 505	245 290	441 040	396 912
{36+37+39}	Captação e distribuição de água, saneamento e actividades de descontaminação	473 165	570 170	811 991	467 586	558 891	809 042
{38}	Gestão e valorização de resíduos	1 352 701	871 790	1 231 293	1 281 993	770 944	1 101 397
{41 a 43}	Construção	8 148 248	3 256 350	11 070 556	7 753 049	3 086 341	10 920 610
{45}	Comércio e manutenção de automóveis	807 398	249 835	232 054	478 772	110 354	152 691
{4677}	Comércio de sucatas e desperdícios	527 984	826 404	615 280	504 971	777 564	516 802
{49 a 53}	Transportes e armazenagem	505 999	300 177	371 245	296 420	133 749	156 666
{562}	Catering	57 524	65 263	12 947	37 990	42 348	12 927
{86}	Atividades de saúde humana	1 986 288	477 105	104 534	x	x	71 566
{G a U}	Comércio e serviços (exceto 45, 4677, 49 a 53, 562 e 86)	9 906 122	5 299 375	6 813 910	6 366 126	3 827 296	6 485 973

Atividade económica		Perigoso		
		2008	2009	2010
Total geral		3 539 996	1 472 079	1 624 054
{01+02}	Agricultura e floresta	1 064	1 489	1 234
{03}	Pescas	276	735	63
{05 a 09}	Indústrias extrativas	92 648	70 035	13 508
{10 a 12}	Alimentação, bebidas e tabaco	5 543	3 256	4 995
{13 a 15}	Têxteis e peles	11 455	2 196	6 415
{16}	Madeira e cortiça	78 332	67 364	93 173
{17+18}	Pasta, papel, cartão, impressão e suportes gravados	9 962	4 842	74 999
{19}	Petrolíferas	11 992	12 120	18 135
{20 a 22}	Químicas, farmacêuticas, borracha e plásticos	66 625	37 292	78 238
{23}	Minerais não metálicos	20 318	11 278	10 339
{24+25}	Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos	87 835	61 007	126 580
{26 a 30}	Fabricação de máquinas, equipamentos e material de transporte	48 173	20 241	62 795
{31 a 33}	Fabricação de mobiliário, outras indústrias e manutenção/instalação de equipamentos	57 505	33 508	38 853
{35}	Eletricidade, gás e água quente	9 744	9 813	58 593
{36+37+39}	Captação e distribuição de água, saneamento e actividades de descontaminação	5 579	11 279	2 949
{38}	Gestão e valorização de resíduos	70 707	100 847	129 896
{41 a 43}	Construção	395 199	170 009	149 947
{45}	Comércio e manutenção de automóveis	328 626	139 481	79 363
{4677}	Comércio de sucatas e desperdícios	23 013	48 840	98 478
{49 a 53}	Transportes e armazenagem	209 578	166 428	214 579
{562}	Catering	19 534	22 915	20
{86}	Atividades de saúde humana	x	x	32 968
{G a U}	Comércio e serviços (exceto 45, 4677, 49 a 53, 562 e 86)	1 986 288	477 105	327 937

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente / Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Nota: Ver metodologia de estimação de resultados no capítulo de metodologias, conceitos e nomenclaturas.



Quadro 6.12 - Resíduos setoriais por categoria de resíduos segundo as operações de gestão

2010

Unidade: t

Categoria	Agrupamentos de operações de gestão de resíduos								
	Total	Artigo 1	Artigo 2	Artigo 3a	Artigo 4	Artigo 5	Artigo 6	Artigo 7	Artigo 8
		Valorização energética	Eliminação por incineração	Operações de valorização com exclusão da valorização energética	Eliminação por deposição no solo	Eliminação por tratamento em terra ou descarga em massas de água	Operações preparatórias de eliminação	Outras operações de eliminação	Outras operações de valorização
Total, não perigosos	31 259 706	1 205 766	399 973	6 151 488	6 316 623	22 283	630 099	7 416 646	9 116 829
Total, perigosos	1 624 054	87 538	18 660	290 821	157 933	244	257 538	279 828	531 491
Total, geral	32 883 760	1 293 305	418 633	6 442 310	6 474 556	22 527	887 637	7 696 474	9 648 320
(01) [01.1P] Solventes usados (perigosos)	43 800	6 099		7 515	3	6	377	6 203	25 590
(02) [01.2N] Resíduos ácidos, alcalinos ou salinos (não perigosos)	64 457	0	0	63 403	887	0	111	2	53
(03) [01.2P] Resíduos ácidos, alcalinos ou salinos (perigosos)	63 151	0	21	5 527	0	0	14 924	5 025	37 654
(04) [01.3P] Óleos usados (perigosos)	285 668	93	0	99 642	136	6	15 111	13 362	157 318
(05) [01.4N+02N+03.1N] Resíduos químicos (não perigosos)	613 848	531	139	326 255	220 230	521	8 565	53 560	4 046
(06) [01.4P+02P+03.1P] Resíduos químicos (perigosos)	415 597	8	17 004	20 803	8 235	227	81 552	201 467	86 301
(07) [03.2N] Lamas de efluentes industriais (não perigosos)	220 480	7 075	508	134 721	47 862	13	16 089	2 016	12 196
(08) [03.2P] Lamas de efluentes industriais (perigosos)	91 886	2	0	32 283	2 387	0	40 637	14 690	1 886
(09) [03.3N] Lamas e resíduos líquidos do tratamento de resíduos (não perigosos)	485 499	0	0	30 590	4 885	0	412 995	36 939	90
(10) [03.3P] Lamas e resíduos líquidos do tratamento de resíduos (perigosos)	35 406	0	0	2 017	0	0	26 832	4 298	2 260
(11) [05N] Resíduos de prestação de cuidados de saúde e biológicos (não perigosos)	20 084	0	6 234	2	11 851	333	80	1 583	1
(12) [05P] Resíduos de prestação de cuidados de saúde e biológicos (perigosos)	40 703	0	1 562	0	190	4	23 301	15 570	75
(13) [06.1N] Resíduos metálicos ferrosos (não perigosos)	2 040 859	151	31	848 268	9 620	0	8	1 162	1 181 619
(14) [06.2N] Resíduos metálicos não ferrosos (não perigosos)	133 001	7	0	28 861	271	0	0	502	103 360
(15) [06.3N] Resíduos metálicos mistos ferrosos e não ferrosos (não perigosos)	475 590	11	0	58 351	459	0	110	567	416 091
(16) [07.1N] Resíduos de vidro (não perigosos)	499 542	12	1	200 544	19 257	0	4	912	278 811
(17) [07.1P] Resíduos de vidro (perigosos)	3	0	0	0	0	0	0	3	
(18) [07.2N] Resíduos de papel e cartão (não perigosos)	2 488 265	1 800	193	507 303	10 370	42	0	1 645	1 966 912
(19) [07.3N] Resíduos de borracha (não perigosos)	305 465	5 821	2 542	3 826	280	0	0	644	292 352
(20) [07.4N] Resíduos de plásticos (não perigosos)	695 645	1 048	1 410	68 573	137 975	32	13	10 025	476 568
(21) [07.5N] Resíduos de madeira (não perigosos)	1 984 730	1 011 867	55 046	472 205	9 160	14	2 783	43 299	390 356
(22) [07.5P] Resíduos de madeira (perigosos)	92 919	81 325	17	11 189	211	0	0	27	150
(23) [07.6N] Resíduos têxteis (não perigosos)	1 208 629	207	352	76 940	930 801	0	203	64 033	136 093
(24) [07.7P] Resíduos contendo PCB	164	0	1	2	5	0	0	115	42
(25) [08N] Equipamento fora de uso (excluindo veículos fora de uso e resíduos de pilhas e acumuladores) (não perigosos)	108 637	13	2	9 184	29 807	0	4	495	69 133
(26) [08P] Equipamento fora de uso (excluindo veículos fora de uso e resíduos de pilhas e acumuladores) (perigosos)	28 684	0	5	2 918	315	0	60	1 465	23 921
(27) [08.1N] Veículos fora de uso (não perigosos)	74 183	0	0	22 097	0	0	0	19	52 067
(28) [08.1P] Veículos fora de uso (perigosos)	199 828	0	0	59 445	0	0	0	0	140 383
(29) [08.41N] Resíduos de pilhas e acumuladores (não perigosos)	3 056	0	0	2 343	0	0	0	9	703
(30) [08.41P] Resíduos de pilhas e acumuladores (perigosos)	61 673	11	36	11 733	0	0	19	89	49 785
(31) [09.1N] Resíduos de origem animal e mistos de alimentos (não perigosos)	594 571	60 732	17 389	442 161	28 703	141	15 380	9 051	21 014
(32) [09.2N] Resíduos de origem vegetal (não perigosos)	382 933	6 746	358	104 901	182 481	10 029	336	10 940	67 142

(continua)



Quadro 6.12 - Resíduos setoriais por categoria de resíduos segundo as operações de gestão (cont.)

2010

Unidade: t

Categoria	Agrupamentos de operações de gestão de resíduos								
	Total	Artigo 1	Artigo 2	Artigo 3a	Artigo 4	Artigo 5	Artigo 6	Artigo 7	Artigo 8
		Valorização energética	Eliminação por incineração	Operações de valorização com exclusão da valorização energética	Eliminação por deposição no solo	Eliminação por tratamento em terra ou descarga em massas de água	Operações preparatórias de eliminação	Outras operações de eliminação	Outras operações de valorização
(33) [09.3N] Fezes, urina e estrume de animais (não perigosos)	165 037	0	0	164 735	0	212	0	0	91
(34) [10.1N] Resíduos domésticos e similares (não perigosos)	3 765 162	9 218	305 736	188 268	2 629 750	1 435	106 376	281 237	243 142
(35) [10.2N] Materiais mistos e não diferenciados (não perigosos)	529 279	60 221	1 300	85 934	135 727	2 803	18 145	32 355	192 795
(36) [10.2P] Materiais mistos e não diferenciados (perigosos)	12 298	0	0	31	12	0	10 312	1 492	452
(37) [10.3N] Resíduos de triagem (não perigosos)	140 878	5 961	28	8 230	43 688	0	24	14 201	68 746
(38) [10.3P] Resíduos de triagem (perigosos)	766	0	0	0	1	0	346	417	1
(39) [11N] Lamas comuns (não perigosos)	907 544	33 604		577 685	107 268	1 775	39 971	16 554	130 688
(40) [12.1N] Resíduos minerais de construção e demolição (não perigosos)	9 965 065	675	8 448	262 407	270 286	4 624	39	6 799 094	2 619 492
(41) [12.1P] Resíduos minerais de construção e demolição (perigosos)	26 506	0	9	620	9 317	0	7 996	7 941	624
(42) [12.2N+12.3N+12.5N] Outros resíduos minerais (não perigosos)	2 112 771	45	245	795 020	1 246 280	230	6 769	19 322	44 861
(43) [12.2P+12.3P+12.5P] Outros resíduos minerais (perigosos)	77 373	0	0	34	70 507	0	1 022	5 032	778
(44) [12.4N] Resíduos de combustão (não perigosos)	729 954	21	0	578 276	92 152	77	1 666	7 206	50 556
(45) [12.4P] Resíduos de combustão (perigosos)	67 920	0	0	32 749	480	0	30 092	588	4 012
(46) [12.6N] Solos (não perigosos)	488 404	0	0	90 406	95 019	0		6 826	296 153
(47) [12.6P] Solos (perigosos)	20 148	0	0	6 314	7 334	0	4 737	1 503	259
(48) [12.7N] Lamas de dragagem (não perigosos)	28	0	0	0	0	0	0	0	28
(49) [12.7P] Lamas de dragagem (perigosos)	456	0	0	0	0	0	0	456	0
(50) [12.8N+13N] Resíduos minerais do tratamento de resíduos e resíduos estabilizados (não perigosos)	56 111	0	7	0	51 554	0	427	2 448	1 674
(51) [12.8P+13P] Resíduos minerais do tratamento de resíduos e resíduos estabilizados (perigosos)	59 104	0	0	0	58 800	0	220	85	0

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente / Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Nota: Ver metodologia de estimação de resultados no capítulo de metodologias, conceitos e nomenclaturas.



Quadro 6.13 - Fluxos específicos de resíduos recolhidos e valorizados

Unidade: t

Fluxo específico de resíduos	Quantidades de materiais geridos e valorizados				
	2006	2007	2008	2009	2010
Embalagens e resíduos de embalagens					
Total valorizado	967 962	1 012 759	1 178 626	1 131 921	1 161 938
do qual: valorização energética	77 366	45 294	90 439	101 370	101 370
Óleos lubrificantes usados					
Total colocado em mercado	78 866	79 255	77 135	68 936	70 302
Total recolhido	28 722	32 091	31 695	29 578	30 097
Total valorizado	23 661	29 237	28 253	27 078	26 837
do qual: valorização energética	7 145	3 031	0	0	0
Pneus usados					
Total colocado em mercado	79 739	83 722	83 139	78 349	83 294
Total recolhido	88 582	92 322	96 210	89 575	94 373
Total valorizado	87 593	91 921	96 210	89 575	94 373
do qual: valorização energética	21 793	22 897	23 504	21 878	25 759
Resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos					
Total colocado em mercado	123 208	179 089	173 812	169 049	165 335
Total recolhido	4 216	25 851	41 231	45 179	46 673
Total valorizado	10 612	12 557	35 463	38 856	40 551
Resíduos de pilhas e acumuladores					
Total colocado em mercado	2 508	2 486	2 472	2 371	30 900
Total recolhido	423	478	479	497	34 664
Total valorizado	423	478	479	497	30 982
Veículos em fim de vida					
Total recolhido	21 692	78 860	95 691	95 703	71 053
Total valorizado	37 334	135 162	166 936	166 318	161 157
do qual: valorização energética	818	3 166	6 103	2 477	3 536
Total eliminado	3 008	11 280	12 115	//	//

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente

Quadro 6.14 - Movimento transfronteiriço de resíduos por nível de perigo e principal operação de gestão

Unidade: t

Movimentos, operações e nível de perigosidade	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações	121 336	175 057	194 822	62 503	55 123
Não perigoso	3 350	2 166	894	1 093	1 333
Perigoso	117 986	172 891	193 928	61 411	53 791
Eliminação	98 495	117 821	154 709	10 019	2 152
Não perigoso	1 807	631	554	282	154
Perigoso	96 688	117 190	154 155	9 737	1 998
Valorização	22 841	57 236	40 113	52 485	52 971
Não perigoso	1 543	1 535	340	811	1 179
Perigoso	21 298	55 701	39 773	51 674	51 793

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente

Quadro 6.15 - Movimento transfronteiriço de resíduos por país de destino e principal operação de gestão

Unidade: t

País de destino das exportações	Eliminação					Valorização				
	2006	2007	2008	2009	2010	2006	2007	2008	2009	2010
Total exportado	98 495	117 821	154 708	10 019	2 152	22 841	57 236	40 113	52 485	52 971
Alemanha	858	619	646	591	236	103	75	84	436	139
Espanha	94 913	115 165	152 985	8 572	481	21 981	33 465	39 263	51 165	51 584
Bélgica	1 050	691	880	721	1 381	25	888	191	0	147
França	1 674	1 346	197	135	54	0	13	0	48	116
Reino Unido	0	0	0	0	0	550	0	0	0	0
Holanda	0	0	0	0	0	0	22 417	116	0	0
Suiça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Itália	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Áustria	0	0	0	0	0	181	379	459	25	0
Índia	0	0	0	0	0	0	0	0	811	324
Marrocos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	661

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente



**Quadro 6.16 - Despesa das Administrações Públicas na Gestão de resíduos,
por setor institucional e agregado económico**

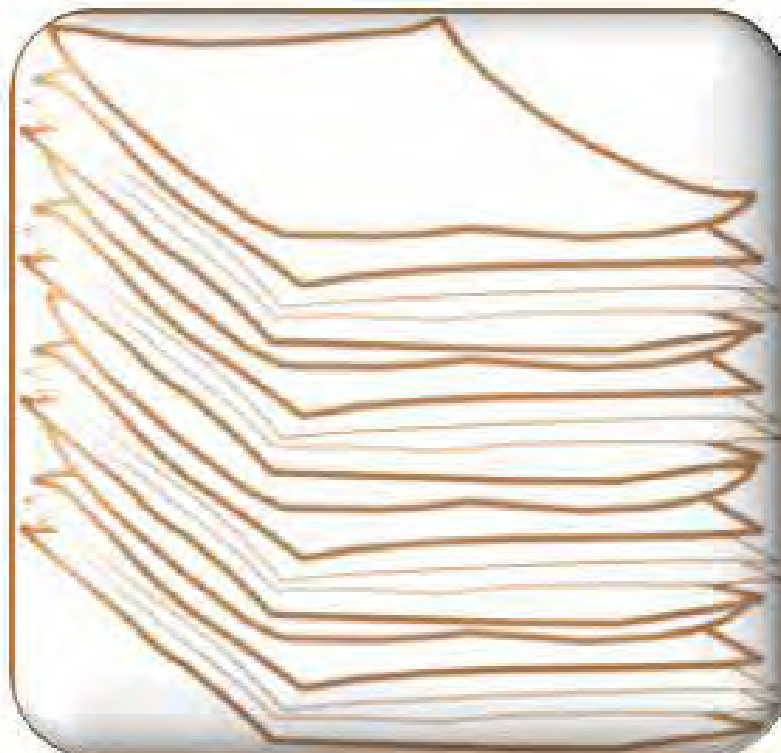
Unidade: 10³ EUR

Setores institucionais e agregados económicos	Anos				
	2006	2007	2008	2009	2010
Administrações Públicas					
Total das despesas	415 387	503 145	538 603	553 086	552 927
Despesas correntes	369 201	444 639	487 068	500 050	503 627
Despesas com o pessoal	150 369	152 112	166 944	189 171	185 501
Aquisição de bens e serviços	172 871	234 422	273 617	278 230	276 191
Transferências correntes	40 443	31 328	21 558	21 544	16 200
Outras despesas correntes	5 518	26 777	24 949	11 105	25 735
Despesas de capital	46 186	58 506	51 535	53 036	49 300
Investimentos	20 367	42 879	33 750	36 582	34 125
Transferências de capital	16 383	10 932	12 722	8 953	8 872
Outras despesas de capital	9 437	4 695	5 063	7 502	6 303
Administração Central					
Total das despesas	2 901	1 779	563	730	0
Despesas correntes	2 817	1 697	460	730	0
Despesas com o pessoal	840	473	0	0	0
Aquisição de bens e serviços	1 960	1 223	460	730	0
Transferências correntes	16	1	0	0	0
Outras despesas correntes	0	0	0	0	0
Despesas de capital	85	82	103	0	0
Investimentos	85	82	103	0	0
Transferências de capital	0	0	0	0	0
Outras despesas de capital	0	0	0	0	0
Administração Regional - Açores					
Total das despesas	0	0	0	1 578	10 643
Despesas correntes	0	0	0	659	547
Despesas com o pessoal	0	0	0	12	0
Aquisição de bens e serviços	0	0	0	647	546
Transferências correntes	0	0	0	0	1
Outras despesas correntes	0	0	0	0	0
Despesas de capital	0	0	0	919	10 097
Investimentos	0	0	0	913	10 097
Transferências de capital	0	0	0	6	0
Outras despesas de capital	0	0	0	0	0
Administração Regional - Madeira					
Total das despesas	10 887	8 276	12 090	1 730	12 503
Despesas correntes	6 831	8 276	9 832	1 730	12 503
Despesas com o pessoal	0	0	0	0	0
Aquisição de bens e serviços	76	0	0	0	0
Transferências correntes	6 755	8 276	0	0	0
Outras despesas correntes	0	0	9 832	1 730	12 503
Despesas de capital	4 056	0	2 258	0	0
Investimentos	0	0	0	0	0
Transferências de capital	3 431	0	2 258	0	0
Outras despesas de capital	625	0	0	0	0
Administração Local					
Total das despesas	401 598 (a)	493 091	525 951	549 049	529 781
Despesas correntes	359 553	434 666	476 776	496 931	490 577
Despesas com o pessoal	149 529	151 639	166 944	189 159	185 501
Aquisição de bens e serviços	170 835	233 199	273 157	276 854	275 645
Transferências correntes	33 672	23 051	21 558	21 544	16 200
Outras despesas correntes	5 518	26 777	15 117	9 375	13 232
Despesas de capital	42 046	58 424	49 175	52 117	39 204
Investimentos	20 282	42 797	33 647	35 669	24 028
Transferências de capital	12 952	10 932	10 465	8 947	8 872
Outras despesas de capital	8 812	4 695	5 063	7 502	6 303

(a) Inclui apenas os serviços municipais.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.





**Outros
domínios de
ambiente**

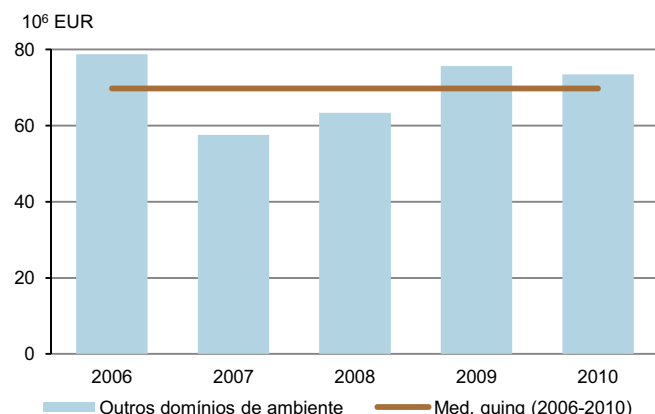
7 - DESPESA NOS OUTROS DOMÍNIOS DE AMBIENTE

- Este capítulo engloba os restantes domínios de ambiente definidos pela “Classificação Estatística de Atividades e Despesas de Proteção do Ambiente” e que não foram individualizados nos capítulos anteriores, tais como “Proteção contra ruídos e vibrações” (exceto proteção dos locais de trabalho), “Proteção contra radiações”, “Investigação e desenvolvimento” e “Outras atividades de proteção do ambiente”.



7.1 - DESPESAS NOS OUTROS DOMÍNIOS DE AMBIENTE

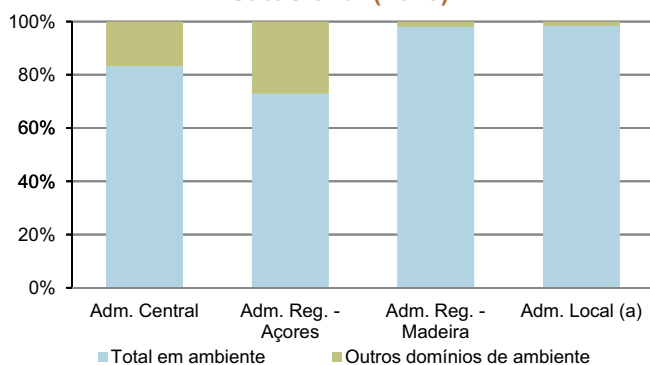
Figura 7.1 - Despesa das Administrações Públicas nos Outros domínios de ambiente



Fonte: INE

Dos “Outros domínios de ambiente”, o mais representativo é constituído por “Outras atividades de proteção de ambiente”, que compreende as ações de administração geral, planeamento e regulamentação no âmbito das atividades de proteção do ambiente e inclui atividades que não são passíveis de serem desagregadas, como acontece em alguns Organismos e programas/projetos inseridos nos planos de investimento.

Figura 7.2 - Percentagem dos Outros domínios no total da despesa em ambiente, por setor institucional (2010)



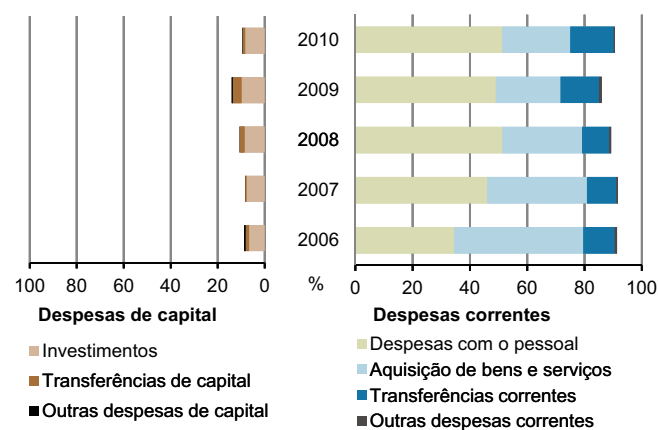
(a) Para efeitos de análise estrutural, foi considerado no período de referência de 2010 (dados não disponíveis) a informação do domínio Gestão de águas residuais apurada em 2009.

Fonte: INE

No período em análise, as despesas das Administrações Públicas registaram quebras em 2007 e 2008, mas a partir de 2009 voltaram a aproximar-se dos níveis alcançados em 2006, tendo superado, nos últimos dois anos, a média do quinquénio.

Numa análise setorial, o peso deste conjunto de domínios no total da despesa em ambiente é muito distinto: por um lado, cerca de 1/5 dos gastos da Administração Central e mais de 1/4 da Administração Regional/Região Autónoma dos Açores foram aplicados neste grupo, em oposição com a Região Autónoma da Madeira e a Administração Local que individualmente, não registam valores superiores a 2%.

Figura 7.3 - Despesa das Administrações Públicas nos Outros domínios de ambiente, por agregado económico



Fonte: INE

Ao longo do período em análise, cerca de 3/4 dos gastos deste conjunto de atividades foram aplicados em “Despesas correntes”, repartidos em “Despesas com o pessoal” e “Aquisição de bens e serviços”.

As “Despesas de capital” continuam a ter um peso consideravelmente baixo, oscilando entre os 8% e os 14%, com realce para o ano de 2009, ano em que contribuíram com 14% para a estrutura da despesa, tendo mais de 2/3 sido aplicadas em “Investimentos”.



7.2 - QUADROS DE RESULTADOS

Quadro 7.1 - Despesa das Administrações Públicas nos Outros domínios de ambiente, por setor institucional e agregado económico

Unidade: 10³ EUR

Setores institucionais e agregados económicos	Anos				
	2006	2007	2008	2009	2010
Administrações Públicas					
Total das despesas	78 747	57 561	63 402	76 858 (Rv)	73 491
Despesas correntes	71 905	52 765	56 605	66 033	66 533
Despesas com o pessoal	27 178	26 533	32 567	37 113	37 700
Aquisição de bens e serviços	35 484	19 993	17 618	17 059	17 455
Transferências correntes	8 608	5 912	5 992	11 176	11 089
Outras despesas correntes	636	327	427	685	289
Despesas de capital	6 842	4 797	6 797	10 825	6 958
Investimentos	5 247	4 449	5 420	7 477	6 110
Transferências de capital	1 201	314	1 331	3 049	755
Outras despesas de capital	393	33	45	298	93
Administração Central					
Total das despesas	37 571	33 080	35 714	45 426	46 595
Despesas correntes	34 286	30 817	31 215	40 417	42 655
Despesas com o pessoal	11 933	12 660	15 758	20 733	21 498
Aquisição de bens e serviços	15 791	14 483	12 315	11 479	12 099
Transferências correntes	6 562	3 674	3 140	8 178	9 017
Outras despesas correntes	0	0	1	27	41
Despesas de capital	3 285	2 263	4 499	5 009	3 941
Investimentos	2 585	2 116	3 344	2 795	3 283
Transferências de capital	700	147	1 155	2 215	657
Outras despesas de capital	0	0	0	0	0
Administração Regional - Açores					
Total das despesas	7 011	6 555	8 790	11 111	8 759
Despesas correntes	6 631	6 441	7 591	7 351	7 230
Despesas com o pessoal	3 718	3 849	4 582	4 832	4 912
Aquisição de bens e serviços	1 761	1 587	1 365	1 405	1 547
Transferências correntes	1 152	1 004	1 643	1 099	770
Outras despesas correntes	0	0	0	15	0
Despesas de capital	381	114	1 199	3 759	1 529
Investimentos	267	93	1 082	2 966	1 489
Transferências de capital	113	21	117	793	40
Outras despesas de capital	0	0	0	0	0
Administração Regional - Madeira					
Total das despesas	2 641	1 181	1 215	1 638 (Rv)	1 770
Despesas correntes	2 215	1 181	1 215	1 623	1 760
Despesas com o pessoal	1 164	1 155	1 192	1 552	1 666
Aquisição de bens e serviços	1 051	25	22	71	94
Transferências correntes	0	1	0	0	0
Outras despesas correntes	0	0	0	0	0
Despesas de capital	427	0	0	15	10
Investimentos	427	0	0	15	10
Transferências de capital	0	0	0	0	0
Outras despesas de capital	0	0	0	0	0
Administração Local					
Total das despesas	31 524	16 746	17 683	18 683	16 367
Despesas correntes	28 774	14 326	16 585	16 643	14 888
Despesas com o pessoal	10 363	8 870	11 034	9 997	9 624
Aquisição de bens e serviços	16 881	3 897	3 916	4 104	3 715
Transferências correntes	893	1 232	1 209	1 899	1 301
Outras despesas correntes	635	327	426	643	248
Despesas de capital	2 750	2 419	1 098	2 041	1 478
Investimentos	1 968	2 240	994	1 701	1 328
Transferências de capital	388	146	59	42	57
Outras despesas de capital	393	33	45	298	93

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.





**Empresas
com
atividades
de gestão e
proteção do
ambiente**

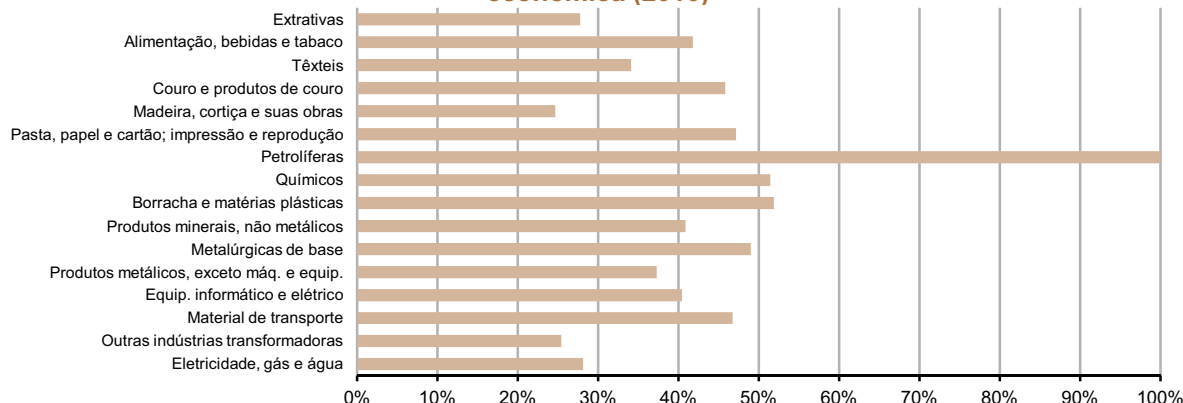
8 - EMPRESAS COM ATIVIDADES DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO AMBIENTE

- A agenda ambiental vem conquistando uma importância crescente na vida social, na economia das empresas e no planeamento do desenvolvimento. No entanto a dimensão do compromisso ambiental entre as empresas portuguesas é ainda reduzida, como atesta a pouca expressão que a certificação ainda tem no parque empresarial. Ainda assim, as grandes empresas parecem já terem adotado alguma racionalidade ambiental, suportada pela elevada concentração das certificações ambientais no escalão com mais de 1 000 pessoas ao serviço.
- As perspetivas futuras irão certamente tornar este cenário mais favorável, nomeadamente através da vasta legislação ambiental que surge diariamente e que potencia o aumento do interesse pelas técnicas de gestão sustentável, por certificações, protocolos e por convenções ambientais.



8.1 - EMPRESAS COM ATIVIDADES DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO AMBIENTE

Figura 8.1 - Empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por atividade económica (2010)

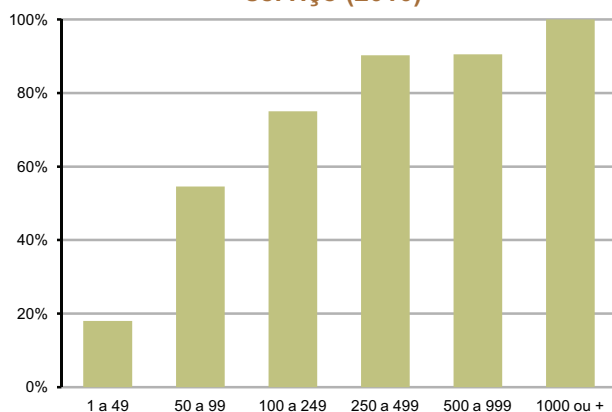


Fonte: INE

Em 2010, o compromisso das empresas com o ambiente em atividades de monitorização, prevenção, redução ou eliminação da poluição, ou outros factores de degradação do ambiente inerente aos processos produtivos gerou um investimento de 164 milhões de euros e um resultado financeiro negativo da ordem dos 130 milhões de euros, ainda assim inferior em 60 milhões de euros face a 2009. Este resultado decorre de um montante de gastos de 239 milhões de euros, face a um valor total de rendimentos de 109 milhões de euros.

A análise por setor de atividade económica revela que em 2010, e para a generalidade dos setores, só 37% das empresas realizaram investimentos ou despesas com medidas de proteção ambiental. O setor das “Indústrias petrolíferas” é o único em que a totalidade das unidades produtivas adota as medidas de proteção ambiental necessárias, seguindo-se as “Indústrias químicas e farmacêuticas” e as “Indústrias da borracha e matérias plásticas” com, respetivamente 52% e 51% do total de empresas em cada um destes setores. Destacam-se como menos sustentáveis do ponto de vista ambiental ou sem necessidade de realizarem ações de controlo e redução da poluição, as empresas dos setores das “Outras indústrias transformadoras”, das “Indústrias extrativas”, e das “Indústrias da madeira e cortiça”, em que as medidas adotadas de proteção do ambiente cobrem apenas 1/4 do total de empresas em atividade em cada um dos respetivos setores.

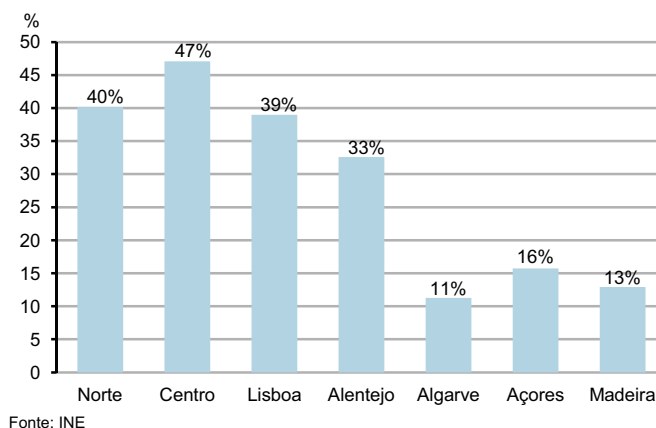
Figura 8.2 - Empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por escalão de pessoal ao serviço (2010)



Fonte: INE

As empresas de maior dimensão (tendo por base o número de pessoas ao serviço) são as que revelam ter mais preocupação com as questões ambientais. De facto, em 2010 todas as empresas com 1 000 ou mais pessoas ao serviço adotaram medidas de proteção ambiental, por oposição às empresas posicionadas nos escalões de pessoal ao serviço com menos de 99 pessoas, em que apenas 18% das empresas com menos de 49 trabalhadores e 55% das empresas com um efetivo entre 50 a 99 pessoas ao serviço, desenvolveram algum tipo de atividade de proteção do ambiente nas suas unidades industriais.

Figura 8.3 - Empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por NUTS II (2010)

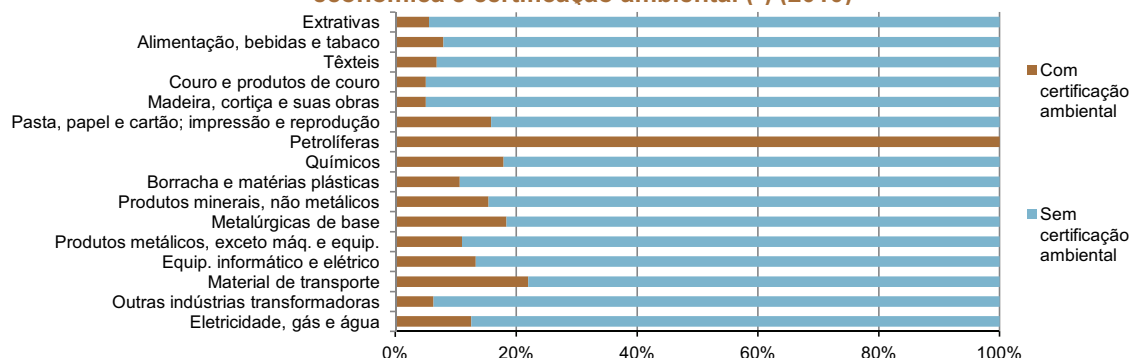


Em termos regionais, o *ranking* das empresas com atividades de controlo e redução da poluição é liderado pela região Centro, ainda que face a 2009 se verifique uma perda de importância relativa desta região e uma maior homogeneidade entre esta e as regiões do Norte e de Lisboa. Na última posição encontra-se o Algarve onde apenas 11% das empresas adotam medidas de proteção ambiental.

As empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente em Portugal já utilizam os instrumentos de gestão ambiental colocados à sua disposição que atestam o cumprimento dos requisitos ambientais legais, nomeadamente o Sistema Comunitário de Auditoria e Ecogestão (EMAS, da sigla em inglês) e ISO 14001, de forma voluntária com o objetivo de garantir uma gestão ambiental eficaz e melhorar o seu desempenho ambiental.

Os benefícios que os agentes económicos esperam alcançar com a certificação ambiental são variados, desde a otimização dos processos tecnológicos, ao nível da diminuição dos seus consumos específicos de energia, matérias-primas, recursos naturais, a minimização do impacto ambiental das atividades, a melhoria da imagem perante opinião pública, bem como o acesso a determinados mercados e concursos em que a certificação ambiental é obrigatória e ainda a melhoria da posição competitiva face aos concorrentes não certificados.

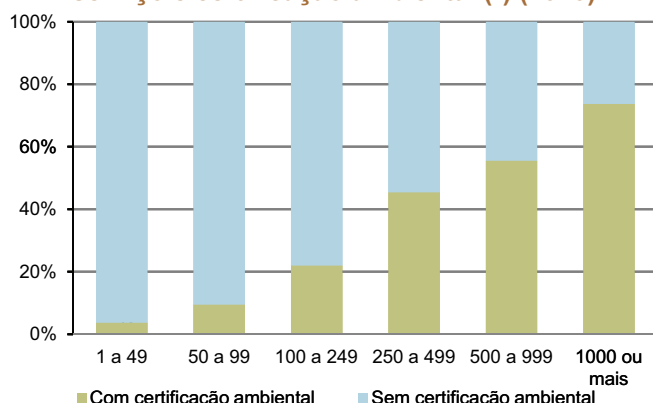
Figura 8.4 - Empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por atividade económica e certificação ambiental (*) (2010)



A dimensão do compromisso ambiental entre as empresas portuguesas não é muito satisfatória. De facto, em 2010, apenas 1/10 das empresas possuíam certificações ambientais, destacando-se os setores das “Indústrias petrolíferas”, resultado da única empresa classificada nesta atividade, “Indústrias de material de transporte” (22%), “Indústrias metalúrgicas de base” e “Indústrias químicas e farmacêuticas”, ambas com 18% do total do setor. O menor número de certificações atribuído registou-se nas “Indústrias da madeira e cortiça” e nas “Indústrias de couro” com 5%, seguidas pelas “Indústrias extrativas” e “Outras indústrias transformadoras” com 6% do total de cada setor.



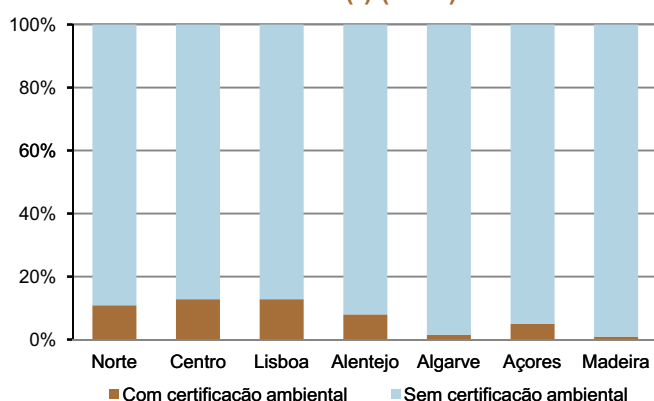
Figura 8.5 - Empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por escalão de pessoal ao serviço e certificação ambiental (*) (2010)



(*) Inclui ISO 14001, EMAS e exclusivamente ISO 14001 e EMAS.

Fonte: INE

Figura 8.6 - Empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por NUTS II e certificação ambiental (*) (2010)



(*) Inclui ISO 14001, EMAS e exclusivamente ISO 14001 e EMAS.

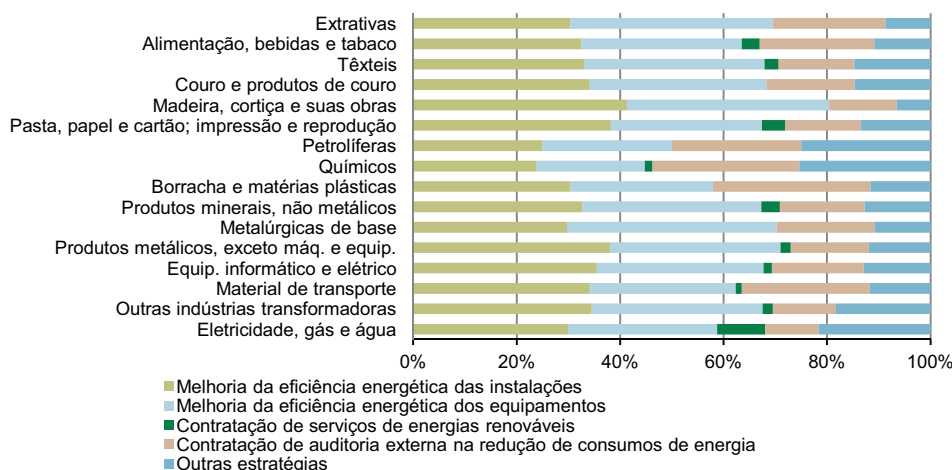
Fonte: INE

Apesar da reduzida dimensão da certificação, é já possível perceber alguma racionalidade ambiental nas empresas de maior dimensão. Do total das organizações certificadas, mais de 1/3 das empresas pertenciam ao escalão de 100 a 249 pessoas ao serviço e cerca de 1/4 ao escalão de 1 a 49, totalizando aproximadamente, 60% das certificações ambientais das empresas. Analisando os escalões, verifica-se que 74% das empresas pertencentes ao escalão de 1 000 ou mais pessoas ao serviço possuíam certificações ambientais, percentagem que vai diminuindo à medida que decresce a dimensão das empresas.

Cerca de 90% das organizações certificadas estavam sediadas nas regiões do Norte, Centro e Lisboa, em contraste com as da Região Autónoma da Madeira e as do Algarve, em que apenas 0,4% das empresas, para a primeira região, e 1%, para a última, utilizaram os instrumentos de gestão ambiental EMAS e ISO 14001. A nível regional, as empresas certificadas do Centro e Lisboa destacaram-se das restantes, ambas com 13% do total das organizações de cada região.

Em 2010, apenas 16% das empresas afirmaram ter adotado estratégias para reduzir as emissões de gases com efeitos de estufa, com destaque para as “Indústrias petrolíferas”, “Indústrias da borracha e matérias plásticas”, “Indústrias da pasta de papel, papel e cartão; impressão e reprodução” e “Indústrias de produtos minerais não metálicos”. Entre as estratégias adotadas, 2/3 das organizações tomaram medidas para a melhoria da eficiência energética das instalações e dos equipamentos e 18% procederam à contratação de auditoria externa para redução de consumos de energia.

Figura 8.7 - Empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por atividade económica e estratégia para redução das emissões GEE (2010)

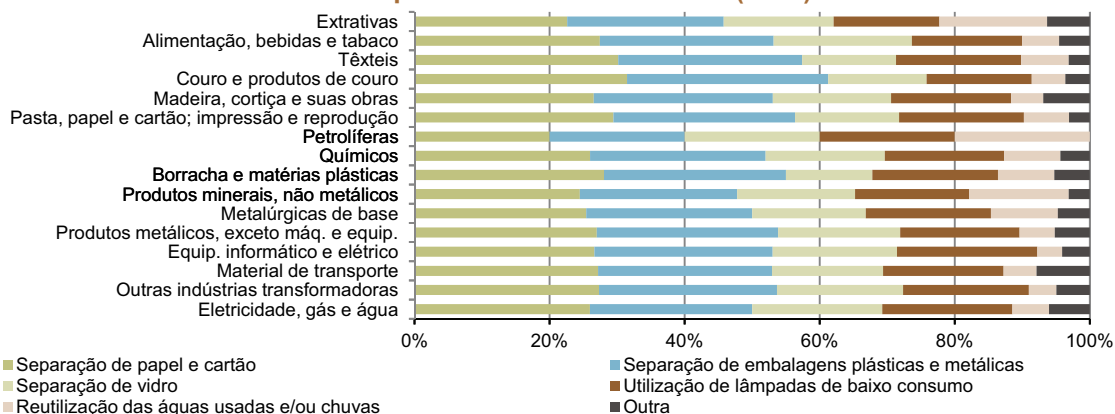


Fonte: INE



A análise setorial revela que mais de 60% das empresas adotaram medidas de eficiência energética, com exceção das “Indústrias petrolíferas” e “Indústrias químicas e farmacêuticas”. A contratação de serviços de auditoria externa para a redução de consumos de energia teve maior expressão nas “Indústrias da borracha e matérias plásticas” e nas “Indústrias químicas e farmacêuticas”, enquanto a contratação de serviços de energia produzida a partir de fontes renováveis teve relevância para o setor “Eletricidade, gás e água”.

Figura 8.8 - Empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por atividade económica e prática ambiental corrente (2010)



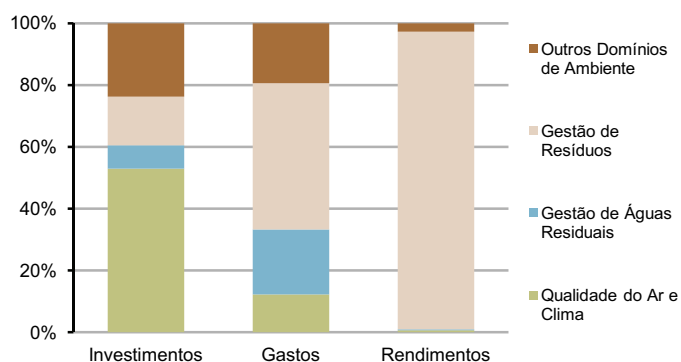
Fonte: INE

A separação de papel e cartão e a de embalagens plásticas e metálicas foram as práticas ambientais correntes mais adotadas pelas organizações em 2010, ultrapassando mais de metade das medidas implementadas, com exceção das “Indústrias petrolíferas”, “Indústrias extrativas” e “Indústrias de produtos minerais não metálicos”. A separação do vidro e a utilização de lâmpadas de baixo consumo constituem o segundo grupo de medidas adotadas com maior expressão, com as “Indústrias alimentares, bebidas e tabaco” a privilegiarem a primeira medida, e as “Indústrias de equipamento informático e elétrico”, a última.

Em 2010, o “Investimento” das empresas, no âmbito da proteção do ambiente, foi aplicado maioritariamente (53%), no domínio da “Proteção da Qualidade do Ar e Clima” através de equipamentos para depuração e/ou purificação de gases de combustão e equipamentos para recuperação de enxofre após processamento de gases e tratamento de emissões gasosas para a atmosfera.

Os “Gastos” (239 milhões de euros), por seu turno, incidiram sobretudo no domínio da “Gestão de Resíduos” decorrentes da atividade industrial, por via da sua eliminação ou minimização. Destaca-se também a importância da verba despendida com a “Contratação de Trabalhos Especializados”, nesse mesmo domínio que atinge os 70% do total dos gastos e que inclui as contrapartidas pagas às entidades gestoras, nomeadamente à Sociedade Ponto Verde, pela gestão dos resíduos de embalagem, e à Valorcar, pela valorização dos veículos automóveis em fim de vida, e dos seus componentes e materiais.

Figura 8.9 - Principais variáveis das empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por domínio de ambiente (2010)

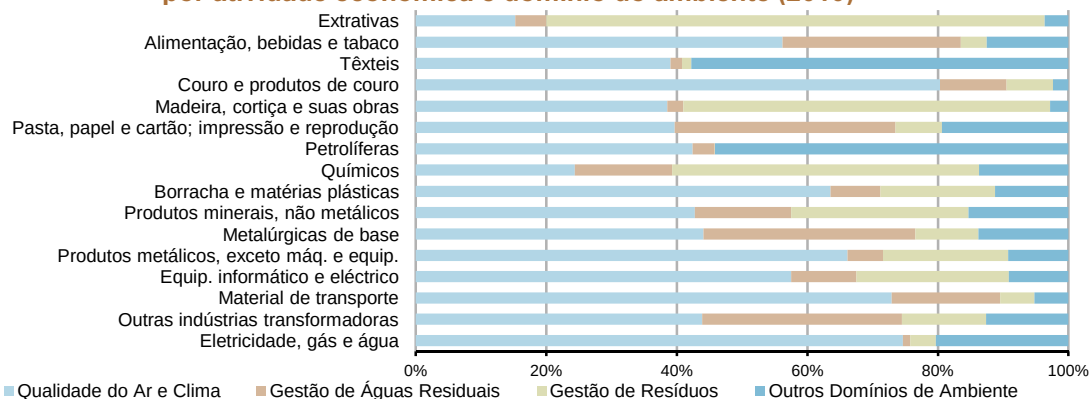


Fonte: INE

Praticamente a totalidade dos “Rendimentos” das empresas em análise (108 milhões de euros) foram obtidos maioritariamente através da “Venda de Resíduos e/ou Materiais Reciclados” que ascenderam a 105 milhões de euros, o que reflete um aumento de 34%, relativamente ao exercício de 2009, justificada pelo facto das empresas, por questões de mercado, terem estrategicamente optado por vender estes produtos, valorizando-os.



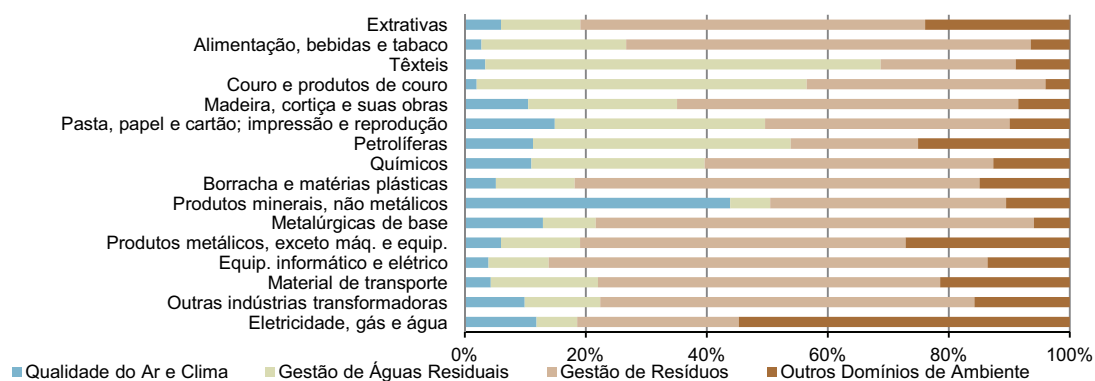
Figura 8.10 - Investimentos das empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por atividade económica e domínio do ambiente (2010)



Fonte: INE

Quando se comparam as variáveis económicas recolhidas junto das empresas, por setor de atividade, constata-se que 36% dos investimentos realizados foram efetuados pelo setor “Eletricidade, gás e água”. O setor das “Indústrias petrolíferas” também manteve a sua posição, face a 2009, em termos de importância relativa com 20% dos ativos aplicados, devido aos seus fortes investimentos decorrentes da utilização de equipamentos mais complexos, pesados e dispendiosos. As “Indústrias extrativas” ocupam a 3ª posição, contribuindo com 9% do investimento total.

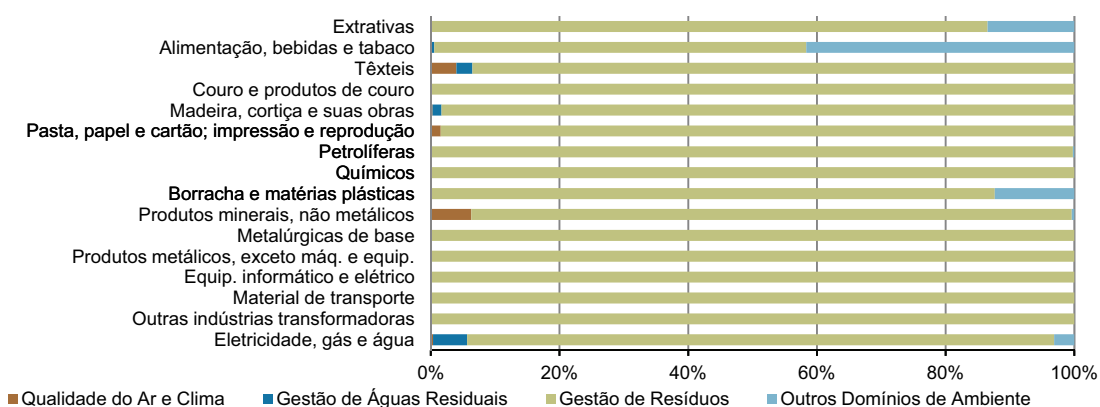
Figura 8.11 - Gastos das empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por atividade económica e domínio do ambiente (2010)



Fonte: INE

O setor das “Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco” foi, em 2010, que mais gastos efetuou na defesa e proteção ambientais (19% do total), secundado pelo setor da “Eletricidade, gás e água” com 17%. A análise por domínios de ambiente revela, por seu lado, que a “Gestão de resíduos”, com um montante gasto de 112 milhões de euros, foi o domínio que concentrou maior despesa, seguindo-se a “Gestão de águas residuais” com 50 milhões de euros.

Figura 8.12 - Rendimentos das empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por atividade económica e domínio do ambiente (2010)



Fonte: INE



Os rendimentos são gerados essencialmente nas atividades de “Indústrias de material de transporte” e “Indústrias de equipamentos informáticos e elétricos” com 21% e 17% do total respetivamente. Estas são atividades potencialmente geradoras de resíduos comercializáveis, totalizando no seu conjunto quase 1/5 do valor desta rubrica. De referir que em 2010 muitas empresas, para se capitalizarem, venderam lotes de sucata (resíduos) que haviam acumulado nos últimos anos.



8.2 - QUADROS DE RESULTADOS

Quadro 8.1 - Investimentos das empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por atividade económica, segundo o tipo de tecnologia

2010

Unidade: 10³ EUR

Atividades económicas (CAE-Rev.3)	Tipo de tecnologia	Total	Tecnologias Fim-de-linha	Tecnologias Integradas
Total		164 368	132 044	32 324
05-09 Extrativas		14 703	12 074	2 629
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco		11 658	5 667	5 990
13-14 Têxteis		2 674	2 187	487
15 Couro e produtos de couro		257	133	124
16 Madeira, cortiça e suas obras		3 488	1 475	2 013
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução		5 123	1 577	3 546
19 Petrolíferas		33 292	26 606	6 686
20-21 Químicos		8 299	6 710	1 589
22 Borracha e matérias plásticas		5 339	3 731	1 609
23 Produtos minerais, não metálicos		13 363	10 021	3 342
24 Metalúrgicas de base		777	634	143
25 Produtos metálicos, exceto máq. e equip.		2 050	1 684	366
26-27 Equip. informático e elétrico		834	539	295
29-30 Material de transporte		2 206	728	1 478
28-31-32-33 Outras indústrias transformadoras		1 660	935	725
35-36 Eletricidade, gás e água		58 646	57 344	1 302

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Quadro 8.2 - Investimentos das empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por atividade económica, segundo o domínio de ambiente

2010

Unidade: 10³ EUR

Atividades económicas (CAE-Rev.3)	Dominios de ambiente	Total	Qualidade do Ar e Clima	Gestão de Águas Residuais	Gestão de Resíduos	Outros domínios de ambiente (*)
Total		164 368	86 948	12 493	25 864	39 063
05-09 Extrativas		14 703	2 242	699	11 222	539
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco		11 658	6 551	3 181	468	1 457
13-14 Têxteis		2 674	1 043	48	38	1 545
15 Couro e produtos de couro		257	206	26	18	6
16 Madeira, cortiça e suas obras		3 488	1 344	86	1 961	97
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução		5 123	2 033	1 732	366	992
19 Petrolíferas		33 292	14 119	1 129	5	18 038
20-21 Químicos		8 299	2 021	1 235	3 906	1 136
22 Borracha e matérias plásticas		5 339	3 392	408	939	600
23 Produtos minerais, não metálicos		13 363	5 716	1 968	3 635	2 045
24 Metalúrgicas de base		777	343	252	75	107
25 Produtos metálicos, exceto máq. e equip.		2 050	1 356	112	393	190
26-27 Equip. informático e elétrico		834	480	83	194	76
29-30 Material de transporte		2 206	1 609	366	116	115
28-31-32-33 Outras indústrias transformadoras		1 660	729	508	214	209
35-36 Eletricidade, gás e água		58 646	43 765	659	2 311	11 910

(*) Outros domínios de ambiente: Solos, águas subterrâneas e superficiais + Ruído + Biodiversidade + I&D + Outras atividades.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Quadro 8.3 - Investimentos das empresas com atividades de gestão e proteção por atividade económica, segundo o escalão de pessoal ao serviço

2010

Unidade: 10³ EUR

Atividades económicas (CAE-Rev.3)	Escalões de pessoal ao serviço	Total	1 a 49	50 a 99	100 a 249	250 a 499	500 a 999	1000 ou mais
Total		164 368	12 717	4 271	17 801	12 828	25 806	90 946
05-09 Extrativas		14 703	2 526	237	...	...	11 739	0
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco		11 658	2 490	1 004	3 774	889	2 841	659
13-14 Têxteis		2 674	1 391	...	1 175	40	...	0
15 Couro e produtos de couro		257	...	73	...	...	0	8
16 Madeira, cortiça e suas obras		3 488	185	54	202	...	...	92
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução		5 123	285	195	1 397	271	2 974	0
19 Petrolíferas		33 292	0	0	0	0	0	33 292
20-21 Químicos		8 299	...	384	5 520	1 682	...	0
22 Borracha e matérias plásticas		5 339	2 626	510	895	0	...	...
23 Produtos minerais, não metálicos		13 363	954	21	2 514	5 796	4 077	0
24 Metalúrgicas de base		777	0	50	433	294	0	0
25 Produtos metálicos, exceto máq. e equip.		2 050	247	940	454	95	315	0
26-27 Equip. informático e elétrico		834	100	74	168	23	91	376
29-30 Material de transporte		2 206	6	149	411	406	286	948
28-31-32-33 Outras indústrias transformadoras		1 660	368	415	109	182	338	247
35-36 Eletricidade, gás e água		58 646	1 295	...	560	193	2 445	...

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.



Quadro 8.4 - Investimentos das empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por atividade económica, segundo as NUTS II

2010

Unidade: 10³ EUR

NUTS II	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
Atividades económicas (CAE-Rev.3)								
Total	164 368	19 322	23 496	102 689	15 524	354	1 254	1 729
05-09 Extrativas	14 703	1 789	742	75	11 969	127	0	0
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco	11 658	3 740	1 554	5 064	998	35	223	43
13-14 Têxteis	2 674	2 581	...	0	...	0	0	0
15 Couro e produtos de couro	257	93	...	...	0	0	0	0
16 Madeira, cortiça e suas obras	3 488	3 223	181	0	83	0	0	0
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução	5 123	406	3 650	970	76	0	...	...
19 Petrolíferas	33 292	0	0	33 292	0	0	0	0
20-21 Químicos	8 299	821	5 190	1 227	1 060	0	0	0
22 Borracha e matérias plásticas	5 339	2 545	1 877	842	76	0	0	0
23 Produtos minerais, não metálicos	13 363	1 441	6 693	5 137	92	0	0	0
24 Metalúrgicas de base	777	316	...	...	0	0	0	0
25 Produtos metálicos, exceto máq. e equip.	2 050	1 004	456	124	119	0	348	0
26-27 Equip. informático e elétrico	834	291	444	...	...	0	0	0
29-30 Material de transporte	2 206	296	762	1 132	...	0	0	...
28-31-32-33 Outras indústrias transformadoras	1 660	271	1 070	279	0	0	...	0
35-36 Eletricidade, gás e água	58 646	506	357	54 308	982	191	621	1 680

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Quadro 8.5 - Investimentos das empresas com gestão e proteção do ambiente por NUTS II, segundo o escalão de pessoal ao serviço

2010

Unidade: 10³ EUR

Escalões de pessoal ao serviço	Total	1 a 49	50 a 99	100 a 249	250 a 499	500 a 999	1000 ou mais
NUTS II							
Portugal	164 368	12 717	4 271	17 801	12 828	25 806	90 946
Norte	19 322	6 916	1 540	3 353	3 677	1 955	1 880
Centro	23 496	3 425	...	10 390	4 821	3 369	...
Lisboa	102 689	509	886	3 037	3 231	6 430	88 595
Alentejo	15 524	...	...	698	1 099	11 742	...
Algarve	354	...	...	191	0	0	0
Açores	1 254	62	433	130	0	630	0
Madeira	1 729	49	0	0	0	1 680	0

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Quadro 8.6 - Gastos das empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por atividade económica, segundo a rubrica contabilística

2010

Unidade: 10³ EUR

Rubricas contabilísticas	Total	Gastos com a execução e monitorização	Pessoal	Formação profissional	Contratação de serviços especializados	Investigação
Atividades económicas (CAE-Rev.3)						
Total	238 681	50 128	45 092	1 152	141 280	1 029
05-09 Extrativas	6 259	663	1 378	57	4 154	7
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco	45 788	7 896	4 120	97	33 630	44
13-14 Têxteis	12 005	1 968	1 852	62	7 954	168
15 Couro e produtos de couro	2 989	245	151	...	2 582	...
16 Madeira, cortiça e suas obras	2 179	824	689	27	640	0
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução	24 296	6 816	4 575	101	12 545	258
19 Petrolíferas	8 622	1 029	1 421	3	6 169	0
20-21 Químicos	19 920	6 383	4 352	31	9 039	116
22 Borracha e matérias plásticas	5 796	963	1 343	82	3 328	80
23 Produtos minerais, não metálicos	25 806	10 771	4 537	...	10 425	...
24 Metalúrgicas de base	12 419	3 403	1 126	68	7 821	0
25 Produtos metálicos, exceto máq. e equip.	9 888	2 507	2 834	112	4 397	37
26-27 Equip. informático e elétrico	5 027	1 141	1 125	121	2 634	6
29-30 Material de transporte	9 556	2 227	2 466	26	4 834	2
28-31-32-33 Outras indústrias transformadoras	6 911	641	2 207	80	3 984	0
35-36 Eletricidade, gás e água	41 221	2 652	10 917	226	27 142	285

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.



Quadro 8.7 - Gastos das empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por atividade económica, segundo o domínio de ambiente

2010						Unidade: 10 ³ EUR
Domínios de ambiente		Total	Qualidade do Ar e Clima	Gestão de Águas Residuais	Gestão de Resíduos	Outros domínios de ambiente (*)
Atividades económicas (CAE-Rev.3)						
Total		238 681	29 127	50 242	112 974	46 339
05-09 Extrativas		6 259	375	820	3 567	1 496
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco		45 788	1 266	10 945	30 614	2 964
13-14 Têxteis		12 005	409	7 839	2 679	1 078
15 Couro e produtos de couro		2 989	59	1 630	1 179	121
16 Madeira, cortiça e suas obras		2 179	228	537	1 228	186
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução		24 296	3 609	8 453	9 814	2 420
19 Petrolíferas		8 622	972	3 673	1 813	2 164
20-21 Químicos		19 920	2 196	5 704	9 494	2 527
22 Borracha e matérias plásticas		5 796	299	755	3 878	864
23 Produtos minerais, não metálicos		25 806	11 327	1 693	10 065	2 722
24 Metalúrgicas de base		12 419	1 608	1 078	8 996	736
25 Produtos metálicos, exceto máq. e equip.		9 888	595	1 291	5 317	2 684
26-27 Equip. informático e elétrico		5 027	199	499	3 643	685
29-30 Material de transporte		9 556	412	1 690	5 403	2 050
28-31-32-33 Outras indústrias transformadoras		6 911	685	863	4 273	1 090
35-36 Eletricidade, gás e água		41 221	4 887	2 773	11 011	22 550

(*) Outros domínios de ambiente: Solos, águas subterrâneas e superficiais + Ruído + Biodiversidade + I&D + Outras atividades.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Quadro 8.8 - Gastos das empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por atividade económica, segundo o escalão de pessoal ao serviço

2010	Unidade: 10³ EUR						
Escalões de pessoal ao serviço	Total	1 a 49	50 a 99	100 a 249	250 a 499	500 a 999	1000 ou mais
Atividades económicas (CAE-Rev.3)							
Total	238 680	18 455	20 419	51 232	50 348	54 450	43 774
05-09 Extrativas	6 259	1 155	215	295	...	...	0
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco	45 788	2 432	5 439	10 586	6 777	10 014	10 541
13-14 Têxteis	12 005	312	3 384	5 305	1 230	...	...
15 Couro e produtos de couro	2 989	1 145	297	1 358	131	0	58
16 Madeira, cortiça e suas obras	2 179	135	220	532	382	...	...
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução	24 296	1 333	1 361	6 159	1 517	13 925	0
19 Petrolíferas	8 622	0	0	0	0	0	8 622
20-21 Químicos	19 920	1 943	1 936	9 108	...	...	0
22 Borracha e matérias plásticas	5 796	163	1 052	2 158	...	...	...
23 Produtos minerais, não metálicos	25 806	1 331	465	2 399	6 655	...	...
24 Metalúrgicas de base	12 419	2 302	223	1 404	8 489	0	0
25 Produtos metálicos, exceto máq. e equip.	9 888	1 086	2 149	3 173	2 614	866	0
26-27 Equip. informático e elétrico	5 027	41	488	1 344	1 982	19	1 152
29-30 Material de transporte	9 556	190	610	2 003	2 537	2 273	1 943
28-31-32-33 Outras indústrias transformadoras	6 911	735	1 011	1 545	1 751	1 368	501
35-36 Eletricidade, gás e água	41 221	4 151	1 569	3 865	...	2 613	...

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Quadro 8.9 - Gastos das empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por atividade económica, segundo as NUTS II

2010		Unidade: 10³ EUR							
NUTS II		Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
Atividades económicas (CAE-Rev.3)									
Total		238 681	61 980	46 000	106 747	16 129	2 460	3 097	2 268
05-09 Extrativas		6 259	397	806	523	4 525	5	...	...
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco		45 788	14 782	7 604	18 135	2 771	136	1 656	705
13-14 Têxteis		12 005	10 997	898	71	37	0	0	1
15 Couro e produtos de couro		2 989	1 104	1 725	10	150	0	0	0
16 Madeira, cortiça e suas obras		2 179	1 195	803	105	75	2	0	0
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução		24 296	3 263	11 242	9 501	226	43	20	0
19 Petrolíferas		8 622	0	0	8 622	0	0	0	0
20-21 Químicos		19 920	2 479	4 812	9 225	3 405	0	0	0
22 Borracha e matérias plásticas		5 796	3 337	1 272	707	465	1	...	...
23 Produtos minerais, não metálicos		25 806	3 011	6 684	15 835	112	136	19	9
24 Metalúrgicas de base		12 419	3 925	1 421	4 807	2 266	0	0	3
25 Produtos metálicos, exceto máq. e equip.		9 888	5 898	1 343	1 586	660	5	393	2
26-27 Equip. informático e elétrico		5 027	1 983	1 560	1 309	176	0	0	0
29-30 Material de transporte		9 556	3 242	2 458	3 606	246	1	0	2
28-31-32-33 Outras indústrias transformadoras		6 911	2 460	2 004	2 222	225	0	0	0
35-36 Eletricidade, gás e água		41 221	3 907	1 369	30 484	790	2 131	1 005	1 534

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.



Quadro 8.10 - Gastos das empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por NUTS II, segundo o escalão de pessoal ao serviço

2010 Unidade: 10³ EUR

Escalões de pessoal ao serviço	Total	1 a 49	50 a 99	100 a 249	250 a 499	500 a 999	1000 ou mais
NUTS II							
Portugal	238 680	18 455	20 419	51 232	50 348	54 450	43 774
Norte	61 980	5 729	9 967	15 543	10 426	7 479	12 835
Centro	46 000	4 518	...	17 894	6 647	10 600	...
Lisboa	106 747	3 518	2 457	11 832	30 443	28 803	29 693
Alentejo	16 129	3 675	...	2 772	2 819	5 080	...
Algarve	2 460	230	99	2 131	0	0	0
Açores	3 097	213	616	774	12	1 481	0
Madeira	2 268	573	400	287	0	1 007	0

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Quadro 8.11 - Rendimentos das empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por atividade económica, segundo a rubrica contabilística

2010 Unidade: 10³ EUR

Rubricas contabilísticas	Total	Venda de resíduos e/ou materiais reciclados	Prestações de serviços	Subsídios à exploração	Outros rendimentos
Atividades económicas (CAE-Rev.3)					
Total	108 631	100 562	2 645	345	5 079
05-09 Extrativas	637	551	0	0	86
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco	5 665	3 211	...	...	2 365
13-14 Têxteis	1 178	1 102	...	0	...
15 Couro e produtos de couro	86	86	0	0	0
16 Madeira, cortiça e suas obras	1 227	1 207	20	0	0
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução	9 687	9 529	0	63	94
19 Petrolíferas	607	472	105	0	30
20-21 Químicos	664	664	0	0	0
22 Borracha e matérias plásticas	2 373	1 912	...	...	226
23 Produtos minerais, não metálicos	6 851	2 740	2 095	0	2 016
24 Metalúrgicas de base	11 181	11 180	0	0	1
25 Produtos metálicos, exceto máq. e equip.	14 825	14 825	0	0	0
26-27 Equip. informático e elétrico	18 142	18 142	0	0	0
29-30 Material de transporte	22 806	22 750	...	0	...
28-31-32-33 Outras indústrias transformadoras	6 918	6 918	0	0	0
35-36 Eletricidade, gás e água	5 782	5 273	308	0	202

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Quadro 8.12 - Rendimentos das empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por atividade económica, segundo o domínio de ambiente

2010 Unidade: 10³ EUR

Domínios de ambiente	Total	Qualidade do Ar e Clima	Gestão de Águas Residuais	Gestão de Resíduos	Outros domínios de ambiente (*)
Atividades económicas (CAE-Rev.3)					
Total	108 631	...	...	104 647	2 951
05-09 Extrativas	637	0	0	551	86
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco	5 665	0	31	3 273	2 360
13-14 Têxteis	1 178	47	29	1 102	0
15 Couro e produtos de couro	86	0	0	86	0
16 Madeira, cortiça e suas obras	1 227	3	17	1 207	0
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução	9 687	149	0	9 538	0
19 Petrolíferas	607	0	0	605	1
20-21 Químicos	664	0	0	664	0
22 Borracha e matérias plásticas	2 373	0	0	2 080	293
23 Produtos minerais, não metálicos	6 851	...	0	6 392	...
24 Metalúrgicas de base	11 181	0	0	11 181	0
25 Produtos metálicos, exceto máq. e equip.	14 825	0	0	14 825	0
26-27 Equip. informático e elétrico	18 142	0	0	18 142	0
29-30 Material de transporte	22 806	0	0	22 806	0
28-31-32-33 Outras indústrias transformadoras	6 918	0	0	6 918	0
35-36 Eletricidade, gás e água	5 782	...	...	5 275	...

(*) Outros domínios de ambiente: Solos, águas subterrâneas e superficiais + Ruído + Biodiversidade + I&D + Outras atividades.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.



Quadro 8.13 - Rendimentos das empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por atividade económica, segundo o escalão de pessoal ao serviço

2010 Unidade: 10³ EUR

Escalões de pessoal ao serviço	Total	1 a 49	50 a 99	100 a 249	250 a 499	500 a 999	1000 ou mais
Atividades económicas (CAE-Rev.3)							
Total	108 631	6 991	9 175	33 348	28 511	10 709	19 898
05-09 Extrativas	637	240	...	43	...	316	0
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco	5 665	262	340	2 796	533	785	949
13-14 Têxteis	1 178	...	35	619	115	246	...
15 Couro e produtos de couro	86	0	0	54	27	0	5
16 Madeira, cortiça e suas obras	1 227	...	51	711	60	...	162
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução	9 687	589	2 231	3 576	2 662	629	0
19 Petrolíferas	607	0	0	0	0	0	607
20-21 Químicos	664	41	104	323	183	12	0
22 Borracha e matérias plásticas	2 373	70	396	1 261	74	...	...
23 Produtos minerais, não metálicos	6 851	833	...	384	2 790	2 676	...
24 Metalúrgicas de base	11 181	314	1 112	8 262	1 493	0	0
25 Produtos metálicos, exceto máq. e equip.	14 825	3 596	1 957	4 976	2 219	2 078	0
26-27 Equip. informático e elétrico	18 142	171	900	5 826	7 725	638	2 882
29-30 Material de transporte	22 806	77	1 151	1 499	9 696	1 012	9 371
28-31-32-33 Outras indústrias transformadoras	6 918	422	782	2 810	888	1 802	214
35-36 Eletricidade, gás e água	5 782	309	73	208	...	301	...

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Quadro 8.14 - Rendimentos das empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por atividade económica, segundo as NUTS II

2010 Unidade: 10³ EUR

NUTS II	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
Atividades económicas (CAE-Rev.3)								
Total	108 631	35 189	29 780	36 914	6 094	238	382	35
05-09 Extrativas	637	84	112	...	317	0	0	...
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco	5 665	1 209	663	1 088	2 637	0	53	16
13-14 Têxteis	1 178	956	140	0	82	0	0	0
15 Couro e produtos de couro	86	...	...	0	0	0	0	0
16 Madeira, cortiça e suas obras	1 227	876	...	...	...	0	...	...
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução	9 687	2 307	2 336	4 658	333	34	...	...
19 Petrolíferas	607	0	0	607	0	0	0	0
20-21 Químicos	664	53	327	234	51	0	0	0
22 Borracha e matérias plásticas	2 373	1 563	279	88	443	0	0	0
23 Produtos minerais, não metálicos	6 851	729	1 664	4 357	61	...	40	0
24 Metalúrgicas de base	11 181	2 134	...	6 736	...	0	0	0
25 Produtos metálicos, exceto máq. e equip.	14 825	8 880	5 149	398	328	60	4	6
26-27 Equip. informático e elétrico	18 142	8 509	7 432	1 712	490	0	0	0
29-30 Material de transporte	22 806	4 726	6 601	10 746	732	0	0	...
28-31-32-33 Outras indústrias transformadoras	6 918	3 078	2 535	1 168	138	0	0	0
35-36 Eletricidade, gás e água	5 782	...	22	4 997	...	143	249	0

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.

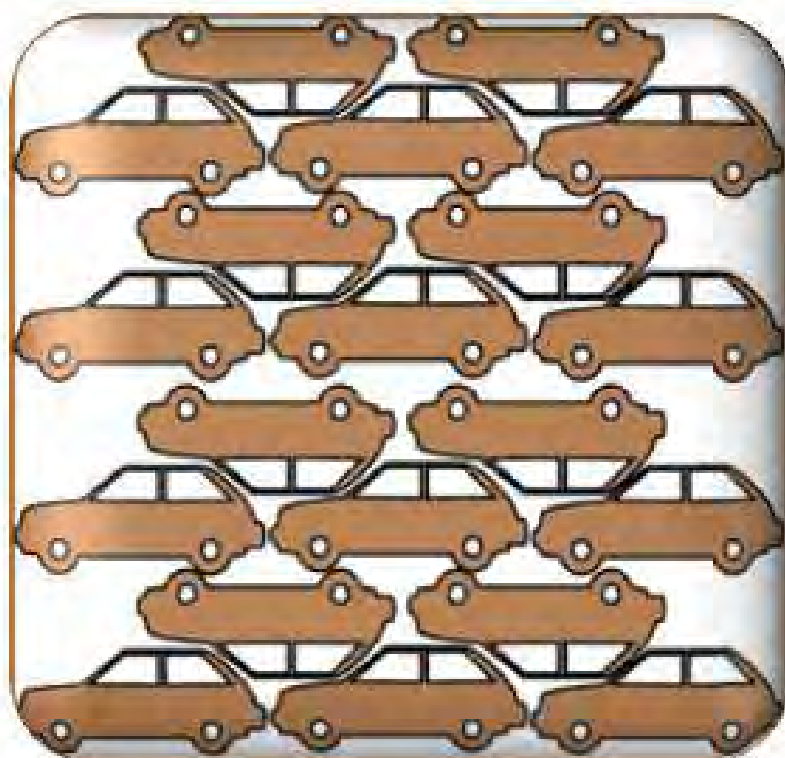
Quadro 8.15 - Rendimentos das empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por NUTS II, segundo o escalão de pessoal ao serviço

2010 Unidade: 10³ EUR

Escalões de pessoal ao serviço	Total	1 a 49	50 a 99	100 a 249	250 a 499	500 a 999	1000 ou mais
NUTS II							
Portugal	108 631	6 991	9 175	33 348	28 511	10 709	19 898
Norte	35 189	3 840	3 244	11 071	12 535	2 595	1 904
Centro	29 780	1 870	4 593	9 831	6 954	3 934	2 597
Lisboa	36 914	...	652	9 141	8 035	3 466	...
Alentejo	6 094	...	...	3 116	952	458	...
Algarve	238	...	...	143	0	0	0
Açores	382	49	12	30	35	256	0
Madeira	35	15	3	16	0	0	0

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.





**Setor de
bens e
serviços de
ambiente**

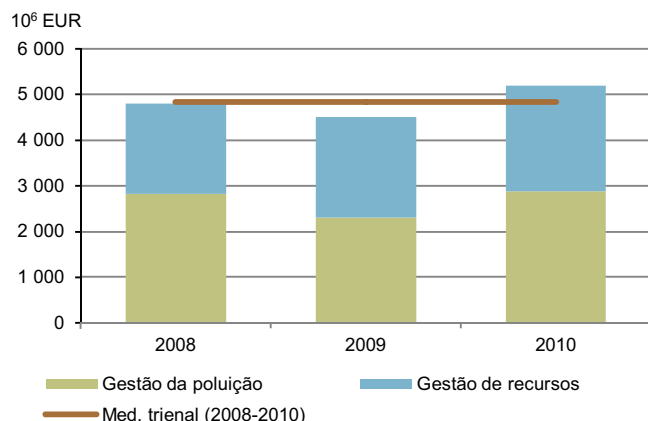
9 - ENTIDADES PRODUTORAS DE BENS E SERVIÇOS DE AMBIENTE

- O desenvolvimento de políticas e de regulamentação em matéria de ambiente, assim como a crescente consciencialização da importância do combate da poluição ambiental e da preservação dos recursos naturais, conduziram a um rápido aumento na procura e oferta de bens e serviços vocacionados para a prevenção, medição, controlo, limitação, minimização ou correção de danos ambientais e esgotamento de recursos.



9.1 - ENTIDADES PRODUTORAS DE BENS E SERVIÇOS DE AMBIENTE

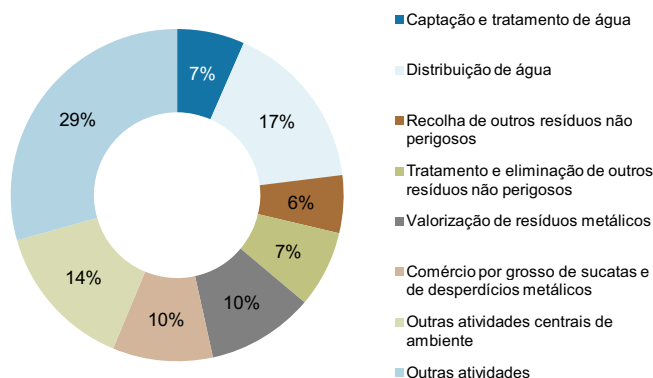
Figura 9.1 - Volume de negócios em ambiente por domínios



Fonte: INE

No triénio em análise, o volume de negócios das entidades produtoras de bens e serviços de ambiente registou uma contração entre 2008 e 2009 que foi contudo compensada pelo acréscimo registado no exercício seguinte. As entidades produtoras de bens e serviços de ambiente fecharam o ano de 2010 com um volume de negócios de 5 199 milhões de euros, valor que traduz um aumento de 16% face ao ano anterior, devido sobretudo ao desempenho do grupo “Gestão da poluição” que registou um acréscimo de 25%.

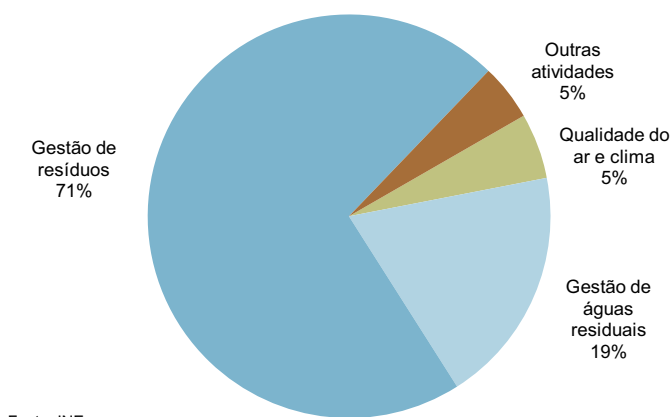
Figura 9.2 - Volume de negócios em ambiente por principal atividade económica (2010)



Fonte: INE

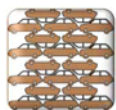
A “Distribuição de água” foi a atividade económica que, em 2010, gerou maior volume de negócios, cerca de 17% do total. No entanto, o “Comércio por grosso de sucatas e de desperdícios metálicos” e a “Valorização de resíduos metálicos” foram as atividades que mais cresceram, em comparação com o ano anterior, atingindo individualmente mais de 500 milhões de euros de volume de negócios e contribuindo, cada uma delas, com cerca de 1/10 para o total do volume de negócios.

Figura 9.3 - Volume de negócios em ambiente por domínio do grupo “Gestão da poluição” (2010)



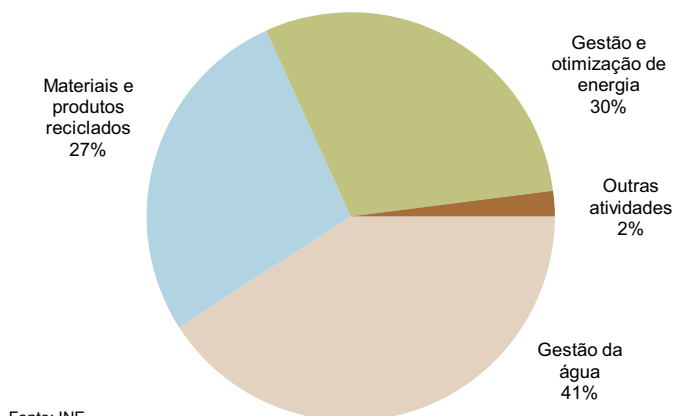
Fonte: INE

Mais de metade do volume de negócios das entidades produtoras de bens e serviços de ambiente foi gerado pelo grupo “Gestão da poluição” que fechou, em 2010, com 2 881 milhões de euros o que demonstra a importância que as entidades atribuem a esta área de negócio. O domínio “Gestão de resíduos” movimentou mais de 71% do valor total das vendas, reforçando a sua posição em 6 p.p. face ao ano anterior. Em contrapartida, a “Gestão de águas residuais” que registou um aumento de 5% em comparação com o exercício anterior, diminuiu a sua participação na estrutura em 4 p. p.. Por sua vez, o domínio “Proteção da qualidade do ar e clima” continua a perder importância relativa, registando uma variação negativa de 5% face a 2009, contribuindo no último ano com 152 milhões de euros para o volume de negócios, cerca de 5% do total.



No que se refere ao grupo “Gestão de recursos”, o volume de negócios cresceu 5% em comparação com o exercício anterior, fixando-se nos 2 318 milhões de euros. O perfil do valor das vendas de bens e serviços ambientais deste grupo manteve-se sensivelmente idêntico ao de 2009, com os domínios “Gestão da água” e “Gestão e otimização de energia” a gerarem, respetivamente, 41% e 30% do total do volume de negócios. O domínio “Materiais e produtos reciclados” aumentou 9% e gerou 633 milhões de euros de volume de negócios em 2010.

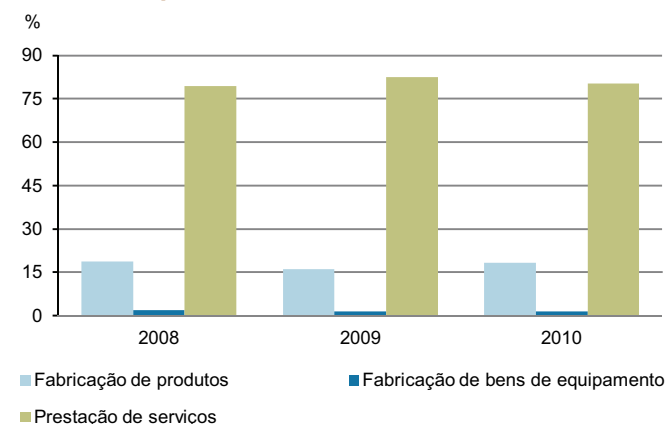
Figura 9.4 - Volume de negócios em ambiente por domínio do grupo “Gestão de recursos” (2010)



Fonte: INE

A “Prestação de serviços” continua a afirmar-se como a principal atividade ambiental desenvolvida pelas entidades do setor, com uma taxa de crescimento média anual de 5%. Em 2010, o volume de negócios desta atividade apresentou uma variação positiva de 13%, não obstante o recuo de 2 p.p. na estrutura do volume de negócios, fechando o ano com 4 178 milhões de euros. Em contrapartida, a “Fabricação de produtos” registou um acréscimo de 30%, quase o dobro quando comparado com a variação ocorrida na “Fabricação de bens de equipamento”, e viu a sua importância aumentar para 18% do total do volume de negócios.

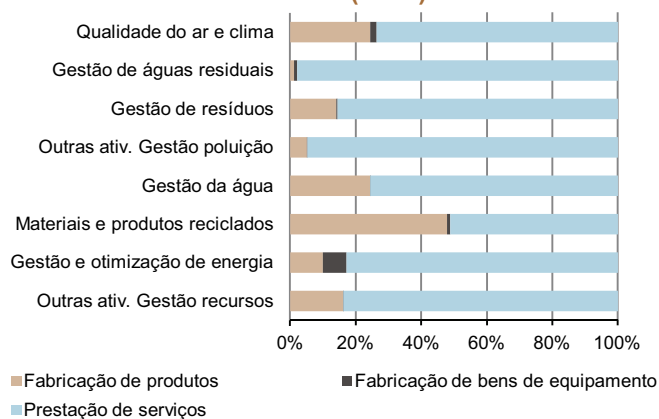
Figura 9.5 - Volume de negócios em ambiente por tipo de atividade desenvolvida



Fonte: INE

O montante do volume de negócios por tipo de atividade desenvolvida e domínio de ambiente revela algumas assimetrias. Nos domínios “Gestão de águas residuais” e “Outras atividades da gestão da poluição”, o volume de negócios gerado pela “Prestação de serviços” ultrapassou os 95% do total do volume de negócios ambiental. Em oposição, o domínio “Materiais e produtos reciclados” teve uma repartição equitativa entre “Fabricação de produtos” e “Prestação de serviços”. De referir ainda que o domínio “Gestão e otimização de energia” foi aquele em que a “Fabricação de bens de equipamento” teve mais expressão em termos absolutos e relativos, ainda assim, foi de apenas 7%.

Figura 9.6 - Volume de negócios em ambiente por tipo de atividade desenvolvida e domínio de ambiente (2010)



Fonte: INE

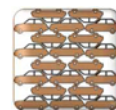
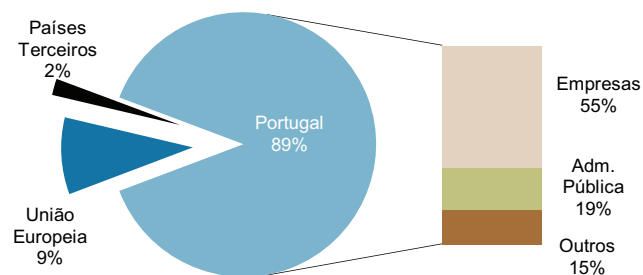
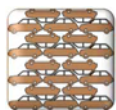


Figura 9.7 - Volume de negócios total por mercado e setor institucional (2010)



Fonte: INE

As vendas das entidades produtoras de bens e serviços de ambiente cresceram, em 2010, 16% fixando-se nos 5 518 milhões de euros. O principal cliente foi o mercado interno, com destaque para as empresas e para a Administração Pública com, respetivamente 55% e 19% do total do volume de negócios gerado. O mercado externo registou um certo dinamismo com um acréscimo de 39%, movimentando 633 milhões de euros, dos quais 83% das vendas foram transacionadas com países da União Europeia.



9.2 - QUADROS DE RESULTADOS

Quadro 9.1 - Dados gerais das Entidades produtoras de bens e serviços de ambiente por atividade económica

2010

Atividades Económicas (CAE-Rev.3)	Empresas (Nº)		VVN (10 ³ EUR)				NPS (Nº)		
	Total *	VVN ambiental ≥50%	Total *	Ambiental			Total *	Maioritariamente em funções ambientais	
				Total	Poluição	Recursos		H	M
Total	2 059	1 964	5 518 338	5 199 069	2 881 351	2 317 718	44 809	22 834	6 506
Atividades Centrais de Ambiente									
22112 - Reconstrução de pneus	23	15	61 171	30 801	3 967	26 833	622	320	32
36001 - Captação e tratamento de água	62	60	341 751	340 693	114 500	226 193	3 601	1 854	480
36002 - Distribuição de água	61	60	882 208	859 540	226 612	632 927	9 466	4 601	1 398
37001 - Recolha e drenagem de águas residuais	15	14	22 034	21 519	21 178	341	171	99	35
37002 - Tratamento de águas residuais	30	29	178 322	176 697	151 029	25 668	1 529	811	221
38111 - Recolha de resíduos inertes	21	20	14 307	13 050	9 672	3 378	268	118	47
38112 - Recolha de outros resíduos não perigosos	154	151	299 387	292 260	270 139	22 122	6 054	4 621	857
38120 - Recolha de resíduos perigosos	7	7	18 027	17 979	17 707	272	143	84	21
38211 - Tratamento e eliminação de resíduos inertes	8	8	1 249	1 178	1 047	131	25	17	2
38212 - Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos	56	56	386 716	385 422	305 954	79 468	4 084	3 067	809
38220 - Tratamento e eliminação de resíduos	16	15	124 728	120 195	117 016	3 179	1 377	877	204
38311 - Desmantelamento de veículos automóveis, em fim de vida	32	29	10 767	10 146	8 319	1 827	183	132	25
38312 - Desmantelamento de equipamentos elétricos e eletrónicos, em fim de vida	3	3	8 479	8 479	8 479	0	113	43	47
38313 - Desmantelamento de outros equipamentos e bens, em fim de vida	7	6	3 615	3 593	2 695	898	26	17	4
38321 - Valorização de resíduos metálicos	94	93	545 180	542 261	486 173	56 088	1 134	677	150
38322 - Valorização de resíduos não metálicos	182	173	205 820	196 908	73 212	123 696	1 947	982	379
39000 - Descontaminação e atividades similares	15	14	3 538	3 360	3 247	113	80	41	33
46771 - Comércio por grosso de sucatas e de desperdícios metálicos	608	597	511 533	505 397	485 658	19 739	1 697	1 179	235
46772 - Comércio por grosso de desperdícios têxteis, de cartão e papéis velhos	145	142	81 396	81 090	46 663	34 427	639	338	197
46773 - Comércio por grosso de desperdícios de materiais, n.e.	104	103	31 582	31 139	18 007	13 131	260	173	43
81292 - Limpeza e esvaziamento de sarjetas	98	90	32 336	31 125	28 017	3 108	1 641	593	242
Outras atividades	318	279	1 754 193	1 526 238	482 060	1 044 178	9 749	2 190	1 045

(*) com resposta e com atividade ambiental.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Setor de bens e serviços de ambiente

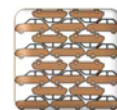
Quadro 9.2 - Volume de negócios das Entidades produtoras de bens e serviços de ambiente por domínio de ambiente - Gestão da poluição

2010

Domínios de ambiente	Nº de empresas (*)	VVN ambiental				
		%	Total	Fabricação de produtos	Fabricação de bens de equipamento	Prestação de serviços
Gestão da poluição	1 923	100,0	2 881 351	337 643	15 634	2 528 074
Proteção da qualidade do ar e clima	83	5,3	151 761	36 912	3 006	111 842
Gestão de águas residuais	244	19,1	550 423	6 427	5 275	538 721
Gestão de resíduos	1 292	71,1	2 049 781	287 707	7 172	1 754 902
Proteção e recup. dos solos, de águas subterrâneas e superficiais	65	0,7	20 379	3 401	11	16 966
Proteção contra ruídos e vibrações	48	0,6	18 570	2 889	26	15 655
Proteção da biodiversidade e paisagem	49	0,5	14 273	29	1	14 243
Investigação e desenvolvimento	25	0,3	7 914	66	127	7 721
Proteção contra as radiações	8	0,1	1 871	2	2	1 866
Outras atividades de gestão da poluição	109	2,3	66 380	209	14	66 157

(*) as empresas são contadas tantas vezes quantos os domínios em que atuam.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.



Quadro 9.3 - Volume de negócios das Entidades produtoras de bens e serviços de ambiente por domínio de ambiente - Gestão de recursos

2010

Domínios de ambiente	Nº de empresas (*)	VVN ambiental				
		%	Total	Fabricação de produtos	Fabricação de bens de equipamento	Prestação de serviços
Gestão de recursos	789	100,0	2 317 718	610 605	57 115	1 649 998
Gestão da água	207	40,9	947 471	231 546	456	715 469
Materiais e produtos reciclados	410	27,3	633 407	303 399	6 056	323 952
Gestão e otimização de energia	65	29,8	689 931	68 075	50 600	571 256
Gestão dos recursos florestais	28	0,6	13 949	7 199	1	6 749
Outras atividades de gestão de recursos	79	1,4	32 960	386	2	32 572

(*) as empresas são contadas tantas vezes quantos os domínios em que atuam.

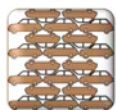
Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Quadro 9.4 - Distribuição do volume de negócios das entidades produtoras de bens e serviços de ambiente por atividade económica segundo o tipo de mercado

2010

Atividades económicas (CAE-Rev.3)	Economia nacional						Resto do mundo			
	Empresas		Adm. pública		Outros		União Europeia		Países Terceiros	
	10³ EUR	%	10³ EUR	%	10³ EUR	%	10³ EUR	%	10³ EUR	%
Total	3 024 294	54,8	1 026 155	18,6	834 634	15,1	522 143	9,5	111 113	2,0
Atividades centrais de ambiente										
22112 - Reconstrução de pneus	50 620	82,8	311	0,5	3 298	5,4	6 838	11,2	104	0,2
36001 - Captação e tratamento de água	137 417	40,2	129 580	37,9	74 675	21,9	71	0,0	9	0,0
36002 - Distribuição de água	146 807	16,6	174 814	19,8	560 587	63,5	0	0,0	0	0,0
37001 - Recolha e drenagem de águas residuais	3 187	14,5	18 091	82,1	91	0,4	665	3,0	0	0,0
37002 - Tratamento de águas residuais	69 309	38,9	106 326	59,6	472	0,3	533	0,3	1 682	0,9
38111 - Recolha de resíduos inertes	10 092	70,5	3 498	24,5	526	3,7	191	1,3	0	0,0
38112 - Recolha de outros resíduos não perigosos	141 520	47,3	122 758	41,0	21 820	7,3	4 546	1,5	8 743	2,9
38120 - Recolha de resíduos perigosos	16 546	91,8	586	3,3	18	0,1	875	4,9	1	0,0
38211 - Tratamento e eliminação de resíduos inertes	1 152	92,3	23	1,8	70	5,6	0	0,0	4	0,3
38212 - Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos	171 841	44,4	207 355	53,6	6 292	1,6	1 113	0,3	114	0,0
38220 - Tratamento e eliminação de resíduos perigosos	107 951	86,5	13 512	10,8	1 295	1,0	1 082	0,9	889	0,7
38311 - Desmantelamento de veículos automóveis, em fim de vida	8 583	79,7	4	0,0	926	8,6	1 254	11,6	0	0,0
38312 - Desmantelamento de equipamentos elétricos e eletrónicos, em fim de vida	7 503	88,5	0	0,0	0	0,0	699	8,2	277	3,3
38313 - Desmantelamento de outros equipamentos e bens, em fim de vida	1 994	55,2	1 431	39,6	190	5,3	0	0,0	0	0,0
38321 - Valorização de resíduos metálicos	400 175	73,4	2 276	0,4	5 775	1,1	135 993	24,9	962	0,2
38322 - Valorização de resíduos não metálicos	163 484	79,4	7 088	3,4	6 050	2,9	25 738	12,5	3 460	1,7
39000 - Descontaminação e atividades similares	1 850	52,3	1 066	30,1	623	17,6	0	0,0	0	0,0
46771 - Comércio por grosso de sucatas e de desperdícios metálicos	328 446	64,2	16 596	3,2	20 117	3,9	129 499	25,3	16 875	3,3
46772 - Comércio por grosso de desperdícios têxteis, de cartão e papéis velhos	61 156	75,1	722	0,9	776	1,0	13 721	16,9	5 021	6,2
46773 - Comércio por grosso de desperdícios de materiais, n.e.	25 685	81,3	130	0,4	2 358	7,5	2 888	9,1	520	1,6
81292 - Limpeza e esvaziamento de sarjetas	21 590	66,8	7 132	22,1	3 582	11,1	30	0,1	2	0,0
Outras atividades	1 147 385	65,4	212 856	12,1	125 093	7,1	196 407	11,2	72 451	4,1

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.





**Organizações
com atuação
na área do
ambiente**

10 - ORGANIZAÇÕES COM ATUAÇÃO NA ÁREA DO AMBIENTE

Neste capítulo estão incluídas algumas entidades com relevância na gestão e proteção do ambiente, nomeadamente:

- Organizações não governamentais de ambiente, através de ações de sensibilização e esclarecimento junto das populações, bem como de denúncia junto dos media;
- Entidades detentoras de corpos de bombeiros, pelo papel de prevenção e combate de fogos florestais;
- Outras entidades, como o Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente (SEPNA), que desenvolve várias atividades que visam proteger e conservar o património natural.

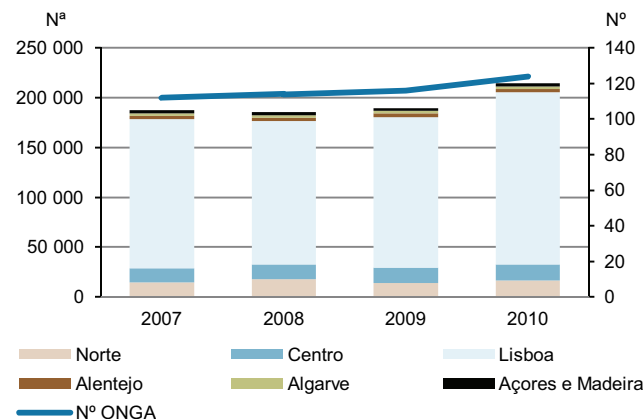
Os temas abordados estão divididos por componentes: a componente física, com informação relativa ao número de entidades, associados e atividades desenvolvidas e a componente financeira, com informação das principais rubricas contabilísticas/económicas.



10.1 - ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS DE AMBIENTE

As Organizações não governamentais de ambiente (ONGA) são associações que têm vindo a desempenhar um papel importante na sociedade em torno da conservação da natureza e na defesa e valorização do ambiente e do património natural, numa perspetiva de desenvolvimento sustentado.

Figura 10.1 - Número de ONGA e associados por região (2010)

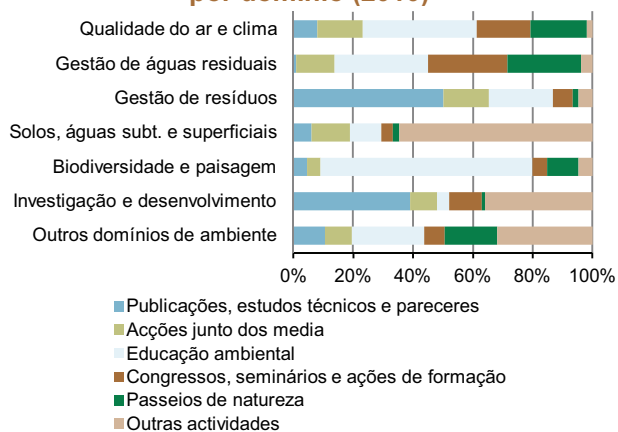


Fonte: INE

No período em análise, o número de ONG de ambiente manteve-se estável até 2009, tendo aumentado cerca de 7%, em 2010, perfazendo um total de 124 associações. Este acréscimo ocorreu, sobretudo, nas regiões do Norte e Lisboa, e em particular na primeira região com a adesão de quatro novas associações florestais. Numa perspetiva regional, as organizações sediadas nas regiões de Lisboa, Norte e Centro contribuíram, em conjunto, com mais de 3/4 na estrutura.

O número de inscritos nas ONGA nacionais também aumentou (+13%), com destaque para as empresas e para as instituições sem fins lucrativos que registaram um aumento, acima da média, de 28% e 21%, respetivamente. A este propósito refira-se que, não obstante os particulares continuarem a constituir a quase totalidade dos associados com uma média de 1 700 cidadãos por instituição, a adesão das empresas como associados das ONG de ambiente cresceu, no período em análise, a uma taxa de crescimento médio anual de 39%.

Figura 10.2 - Atividades desenvolvidas pelas Organizações não governamentais de ambiente por domínio (2010)



Fonte: INE

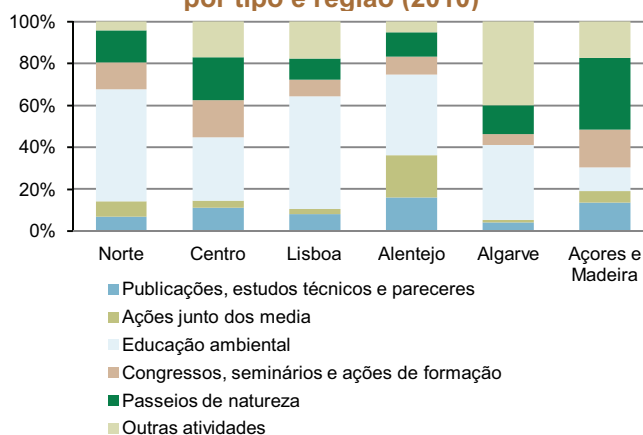
As atividades desenvolvidas pelas ONG de ambiente decresceram, em média, 11% nos últimos dois anos, fixando-se, em 2010, nas 11 400 ações, uma média de 92 ações por organização. Cerca de metade foram direcionadas para a educação ambiental junto da população escolar e do público em geral, cabendo, em média, 45 atividades por organização. Os passeios de natureza, as publicações, estudos e pareceres técnicos e as ações junto dos *media*, contribuíram, em conjunto, com mais de 1/4 do total das atividades.

Mais de 2/3 das atividades do domínio “Proteção da biodiversidade e paisagem” e cerca de 2/5 das de “Proteção da qualidade do ar e clima” foram desenvolvidas em educação ambiental. Metade das publicações, estudos técnicos e pareceres incidiram sobre a temática “Gestão de resíduos” e 2/5 sobre o domínio “Investigação e desenvolvimento”. Na “Proteção e recuperação dos solos, águas subterrâneas e superficiais” a quase totalidade das ações inseridas nas “outras atividades” reportam-se a denúncias feitas às autoridades.



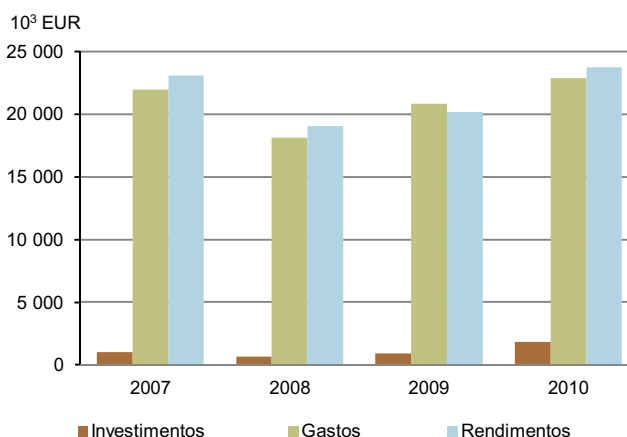
Mais de metade das atividades realizadas pelas organizações das regiões de Lisboa e Norte foram direcionadas para educação ambiental, em oposição às restantes regiões em que a repartição pelas ações foi mais equilibrada. As associações do Centro privilegiaram a educação ambiental e os passeios de natureza, as do Alentejo, para além da educação ambiental, realizaram ações junto dos *media* e publicações, estudos e pareceres técnicos. Nas Regiões Autónomas as ONGA privilegiaram os passeios de natureza e os congressos, seminários e ações de formação que, em conjunto, somaram mais de metade das atividades desenvolvidas nas regiões.

Figura 10.3 - Atividades desenvolvidas pelas Organizações não governamentais de ambiente por tipo e região (2010)



Fonte: INE

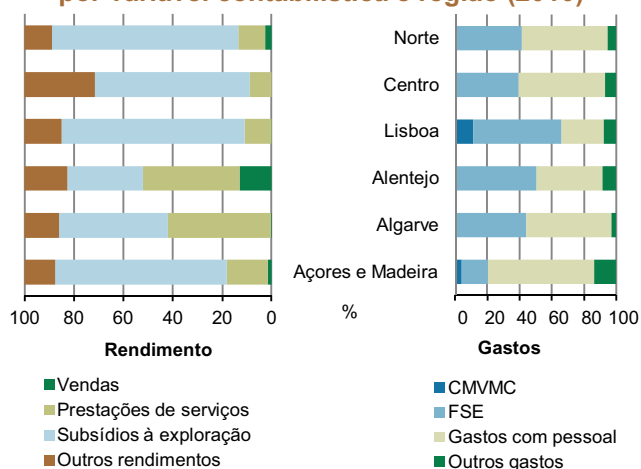
Figura 10.4 - Principais variáveis contabilísticas das Organizações não governamentais de ambiente



Fonte: INE

Os “Fornecimentos e serviços externos” e os “Gastos com o pessoal” foram as rubricas mais significativas em todas as regiões do país, contribuindo com mais de 4/5 dos gastos de cada região. Para as regiões Norte, Lisboa e Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, mais de 2/3 dos rendimentos das ONGA provêm dos “Subsídios à exploração”, em contraste com as regiões do Alentejo e do Algarve em que as fontes de financiamento foram mais diversificadas: na primeira região, as “Prestações de serviços” constituíram a principal fonte de rendimento (39%), seguidas pelos “Subsídios à exploração” com 30%; na região do Algarve, os “Subsídios de exploração” e as “Prestações de serviço” contribuíram com, respetivamente, 44% e 42% do total dos rendimentos. De salientar ainda que as “Vendas” representaram 13% do total dos recursos da região do Alentejo.

Figura 10.5 - Gastos e rendimentos das Organizações não governamentais de ambiente por variável contabilística e região (2010)



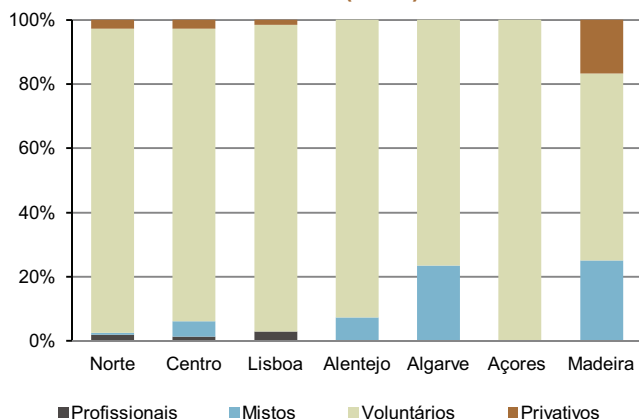
Fonte: INE



10.2 – ENTIDADES DETENTORAS DE CORPOS DE BOMBEIROS

Os corpos de bombeiros constituem um dos serviços mais relevantes de proteção e socorro às populações existentes no País e funcionam como estrutura de base para uma resposta a nível local.

Figura 10.6 - Corpos de bombeiros por espécie e NUTS II (2010)

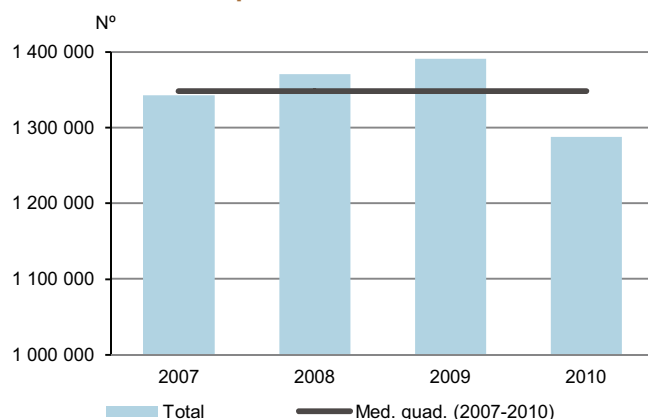


Fonte: INE

Em 2010, 474 corpos de bombeiros constituíam uma rede de serviço público que cobria todo o território nacional. A dimensão territorial desta rede apresenta algumas assimetrias regionais, verificando-se que 2/3 destas corporações estão concentradas nas regiões Norte e Centro. Por outro lado, o Algarve e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira detêm apenas 4% das corporações, no caso das duas primeiras regiões, e 3%, no da última. De referir, no entanto, que também regionalmente existem níveis diferenciados de necessidades de socorro às populações, pelo que a análise puramente numérica destas estruturas é necessariamente insuficiente.

A maioria dos corpos de bombeiros em Portugal (92%) tem adesão com base no voluntariado, em que os efetivos acumulam o exercício de uma atividade profissional com a prestação de serviço voluntário. Os restantes estão repartidos por unidades mistas (20), privativas (11) e profissionais (7). Em todas as regiões do País predominam os corpos de bombeiros voluntários, com destaque para a Região Autónoma dos Açores em que existe apenas esta espécie de unidade operacional. Cerca de 1/4 dos corpos de bombeiros localizados nas regiões do Algarve e da Madeira são mistos, unidades que se caracterizam por estarem dependentes de uma câmara municipal ou de uma associação humanitária de bombeiros e formados por bombeiros profissionais e voluntários. De salientar ainda, a importância da contribuição dos corpos privativos, na estrutura da Região Autónoma da Madeira.

Figura 10.7 - Atividades desenvolvidas pelos corpos de bombeiros



Fonte: INE

No período em análise, o ritmo das atividades desenvolvidas pelos corpos de bombeiros foi distinto: numa primeira fase, de 2007 a 2009, a tendência foi sempre crescente com valores acima da média, em contraste com o ano seguinte, que registou uma quebra de 7%. Esta diminuição ocorreu em todas as atividades, com realce para os serviços de saúde, que em 2010 registou uma redução de 9% face ao ano transato, mantendo-se, no entanto, como o principal serviço, com mais de 2/3 do total de serviços prestados.



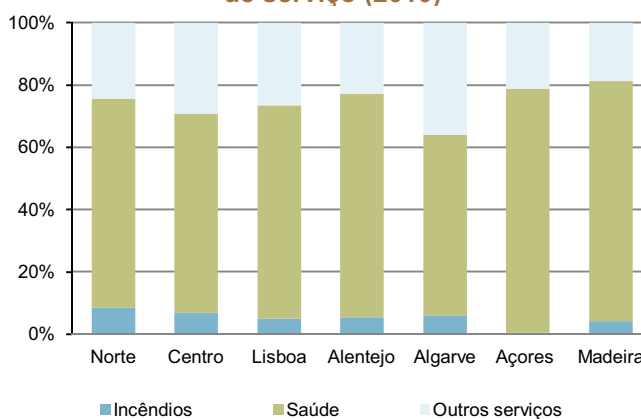
Em 2010, mais de metade das ações desenvolvidas pelos corpos de bombeiros do País ocorreu nas regiões do Norte e Centro. O Algarve e a Região Autónoma da Madeira registaram apenas, 4% das ações para a primeira região e 3%, para a segunda. Em termos de desempenho a nível regional, os corpos de bombeiros da Região Autónoma dos Açores realizaram 345 ações por 1 000 habitantes, valor bem acima da média nacional que se situou nas 121 ocorrências por 1 000 habitantes. Em oposição, as associações de Lisboa e do Norte prestaram, respetivamente 100 e 104 ações por 1 000 habitantes.

Em média, cada corpo de bombeiros participou em 2 716 ocorrências em 2010, das quais mais de 2/3 se realizaram no âmbito do serviço de saúde. Esta situação é transversal a todas as regiões, com exceção do Algarve em que os outros serviços, como a assistência a acidentes nos diversos meios de transporte, serviços de prevenção e proteção à população, entre outros, representaram 1/3 do total da região.

A participação dos corpos de bombeiros no combate aos incêndios florestais registou, no período em análise, uma taxa de crescimento médio anual de 14%, fixando-se, em 2010, nas 16 890 ocorrências. As associações localizadas nas regiões do Norte e do Centro foram as mais solicitadas no quadriénio, em contraste com as restantes regiões do País.

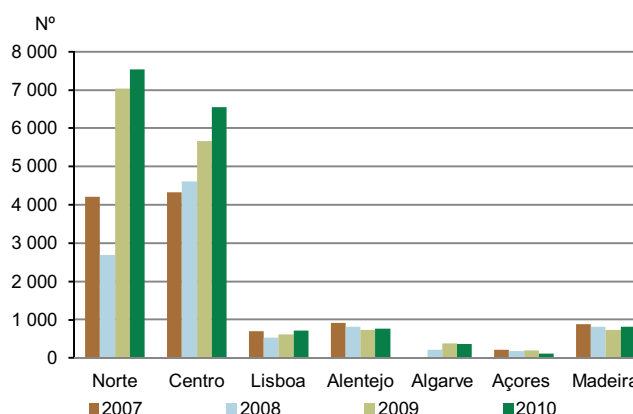
No período em análise, o saldo entre as receitas e as despesas das entidades detentoras de corpos de bombeiros manteve-se negativo, na ordem dos 53 milhões de euros médios anuais para o período em análise. A receita média anual do quadriénio fixou-se nos 274 milhões de euros, enquanto a da despesa atingiu 328 milhões de euros.

Figura 10.8 - Atividades desenvolvidas pelos corpos de bombeiros por NUTS II, segundo o tipo de serviço (2010)



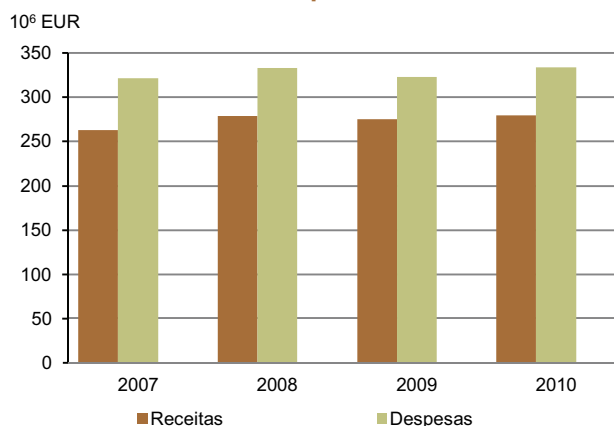
Fonte: INE

Figura 10.9 - Participação dos corpos de bombeiros no combate a incêndios florestais por NUTS II



Fonte: INE

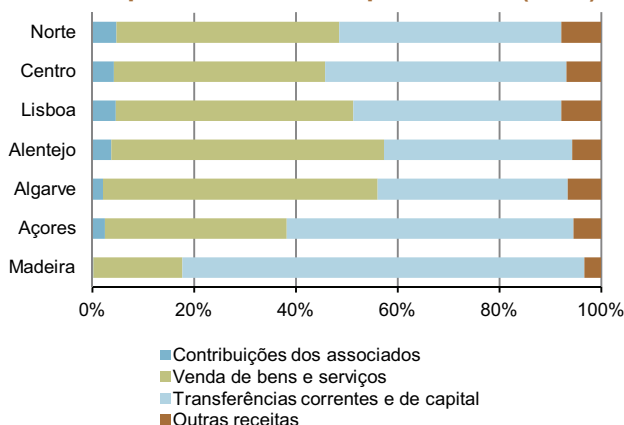
Figura 10.10 - Receitas e despesas das Entidades detentoras de corpos de bombeiros



Fonte: INE



Figura 10.11 - Receitas das Entidades detentoras de corpos de bombeiros por NUTS II (2010)

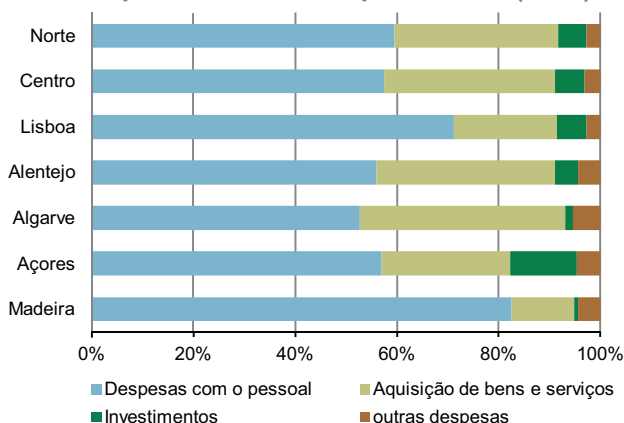


Fonte: INE

Em 2010, as receitas das entidades detentoras de corpos de bombeiros ascenderam a 280 milhões de euros, mais 2% do que no ano anterior. A “Venda de bens e serviços” e as “Transferências correntes e de capital” foram as rubricas mais significativas com, respetivamente, 45% e 44% do total dos recursos. As regiões do Norte e do Centro contribuíram com mais de metade das receitas, seguidas por Lisboa e Alentejo, com 21% e 15% respetivamente.

A proveniência das fontes de financiamento é bastante variada: a “Venda de bens e serviços” contribui com mais de metade das receitas das associações localizadas no Alentejo e Algarve, enquanto na Região Autónoma da Madeira, o seu valor representa apenas 18% das receitas. Refira-se que nas Regiões Autónomas, a principal fonte de financiamento foram as “Transferências correntes e de capital”. Por sua vez, nas regiões do Norte, do Centro e de Lisboa a repartição entre “Venda de bens e serviços” e “Transferências correntes e de capital” foi mais equilibrada.

Figura 10.12 - Despesas das Entidades detentoras de corpos de bombeiros por NUTS II (2010)



Fonte: INE

Em 2010, as despesas das entidades detentoras de corpos de bombeiros registaram um acréscimo de 4%, em comparação com 2009, e totalizaram 334 milhões de euros. Cerca de 60% dos gastos foram aplicados em “Despesas com o pessoal”, seguidas pela “Aquisição de bens e serviços” com apenas 29%. Esta situação foi transversal em todas as regiões do País, com destaque para a Região Autónoma da Madeira, em que as “Despesas com o pessoal” representaram mais de 80% do total das despesas da região.

Os “Investimentos” aumentaram 7% em 2010 em comparação com o ano anterior, com realce para a Região Autónoma dos Açores que registou um acréscimo de 32%, 3/5 dos quais referentes ao material de transporte e equipamentos para combate a incêndios, correspondendo a cerca de 13% da estrutura da despesa da região.



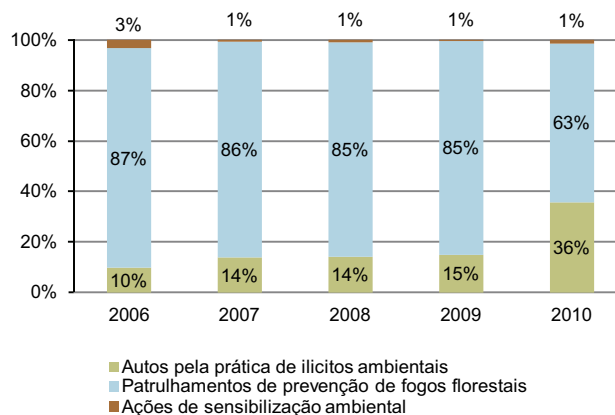
10.3 - OUTRAS ENTIDADES

O Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente (SEPNA) tem vindo a desenvolver um conjunto de atividades que promovem a proteção do ambiente, tais como ações de sensibilização ambiental, patrulhamentos de prevenção de fogos florestais e autos pela prática de ilícitos ambientais, entre outras.

De 2006 a 2010 o número de patrulhamentos de prevenção de fogos florestais e as ações de sensibilização ambiental decresceu com uma variação média anual de 28% e 37%, respetivamente.

No que concerne aos autos pela prática de ilícitos ambientais, resultantes de ações de patrulhamento, fiscalização e investigação, foram elaborados, em 2006, pelo SEPNA, 13 533 autos de notícia por contra-ordenação, e 685 por crime. Em 2010, o número de autos de notícia por contra-ordenação elaborados subiram para 17 554 e os autos por crime para 1 353, correspondendo a taxas de crescimento de cerca de 19% e 7%, respetivamente.

Figura 10.13 - Atividades do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente



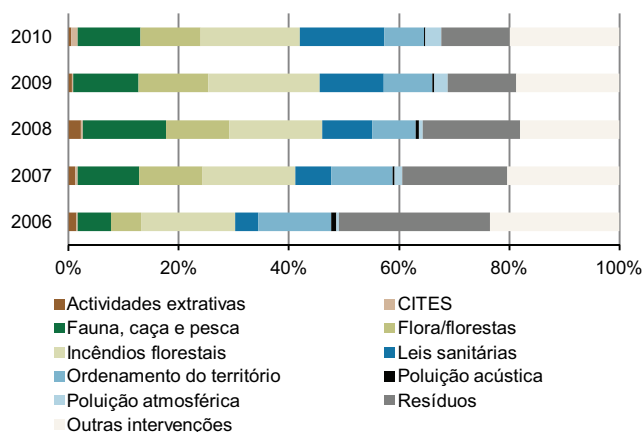
Fonte: SEPNA

O SEPNA em 2010 elaborou um total de 18 907 autos pela prática de ilícitos ambientais, os quais se dividiram por várias áreas de intervenção funcional.

No período de 2006 a 2010, quase todas as áreas registaram aumentos do número de autos pela prática de ilícitos ambientais, exceto as “Indústrias extrativas”, o “Ordenamento do território”, a “Poluição acústica” e os “Resíduos”, que registaram decréscimos, correspondendo a taxas de variação negativa de 57%, 28%, 71% e 40%, respetivamente.

As áreas que registaram um maior aumento do número de autos foram a “Poluição atmosférica”, a “CITES” e as “Leis sanitárias”, as quais tiveram taxas médias de crescimento anual de 69%, 61% e 49%, respetivamente.

Figura 10.14 - Autos pela prática de ilícitos ambientais, por áreas de intervenção do SEPNA



Fonte: SEPNA



10.4 - QUADROS DE RESULTADOS

Quadro 10.1 - Associados das Organizações não governamentais de ambiente por região, segundo o setor institucional

Unidade: Nº

Regiões	Setores institucionais						
	Total	Estado e outros entes públicos	Empresas	Instituições sem fins lucrativos	Particulares	Exterior	Outros
2007							
Portugal	187 440	286	1 136	88	185 409	277	244
Norte	14 633	16	157	5	14 425	0	30
Centro	14 301	36	83	10	13 851	277	44
Lisboa	149 630	216	857	55	148 334	0	168
Alentejo	3 513	12	15	12	3 472	0	2
Algarve	1 980	6	11	6	1 957	0	0
Açores e Madeira	3 383	0	13	0	3 370	0	0
2008							
Portugal	185 641	305	1 246	202	183 779	13	96
Norte	17 849	72	95	17	17 630	3	32
Centro	14 571	46	68	23	14 430	0	4
Lisboa	144 341	175	1 031	148	142 919	10	58
Alentejo	3 229	12	16	12	3 187	0	2
Algarve	2 172	0	22	0	2 150	0	0
Açores e Madeira	3 479	0	14	2	3 463	0	0
2009							
Portugal	189 423	399	2 393	253	186 281	23	74
Norte	13 850	26	222	53	13 546	3	0
Centro	15 496	50	80	25	15 339	0	2
Lisboa	151 371	306	2 045	161	148 769	20	70
Alentejo	3 640	12	16	12	3 598	0	2
Algarve	2 255	4	21	0	2 230	0	0
Açores e Madeira	2 811	1	9	2	2 799	0	0
2010							
Portugal	214 604	429	3 063	305	210 671	26	110
Norte	16 661	84	264	61	16 240	3	9
Centro	15 792	46	80	26	15 638	0	2
Lisboa	172 961	278	2 576	182	169 835	23	67
Alentejo	3 668	12	124	14	3 516	0	2
Algarve	2 568	8	12	15	2 533	0	0
Açores e Madeira	2 954	1	7	7	2 909	0	30

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Quadro 10.2 - Atividades das Organizações não governamentais de ambiente por tipo, segundo a região

Unidade: Nº

Atividades	Regiões						
	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores e Madeira
2007							
Total	8 317	1 477	838	4 044	993	206	759
Publicações, est. técnicos e pareceres	950	68	99	312	297	4	170
Ações junto dos <i>media</i>	760	106	106	406	61	18	63
Ações de formação	599	217	61	280	5	0	36
Educação ambiental/ateliers/oficinas	2 975	659	291	1403	390	98	134
Congressos, seminários	578	39	53	405	50	3	28
Ecoturismo/passeios de natureza	1 505	260	153	596	111	79	306
Outras atividades	950	128	75	642	79	4	22
2008							
Total	14 090	5 131	1 023	6 830	678	101	326
Publicações, est. técnicos e pareceres	1 169	444	85	511	69	28	31
Ações junto dos <i>media</i>	655	285	84	120	72	23	71
Ações de formação	300	21	45	150	46	1	38
Educação ambiental/ateliers/oficinas	7 020	1481	363	4704	425	23	25
Congressos, seminários	482	176	63	210	17	7	9
Ecoturismo/passeios de natureza	1 024	155	145	565	40	19	100
Outras atividades	3 440	2569	237	570	9	1	53
2009							
Total	12 972	1 044	993	9 602	506	442	385
Publicações, est. técnicos e pareceres	911	23	75	687	65	14	47
Ações junto dos <i>media</i>	867	132	152	461	25	21	76
Ações de formação	341	124	28	135	45	9	0
Educação ambiental/ateliers/oficinas	7 149	518	420	5745	241	158	67
Congressos, seminários	205	14	31	113	12	13	22
Ecoturismo/passeios de natureza	1 282	195	183	686	49	53	116
Outras atividades	2 216	38	104	1774	69	174	57
2010							
Total	11 401	1 337	635	7 911	560	448	510
Publicações, est. técnicos e pareceres	984	93	72	640	90	19	70
Ações junto dos <i>media</i>	814	127	93	480	36	14	64
Ações de formação	477	99	21	209	114	6	28
Educação ambiental/ateliers/oficinas	5 575	714	191	4 239	214	160	57
Congressos, seminários	260	46	21	142	13	9	29
Ecoturismo/passeios de natureza	1 443	201	130	812	65	61	174
Outras atividades	1 848	57	107	1 389	28	179	88

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.



Quadro 10.3 - Gastos e rendimentos das Organizações não governamentais de ambiente por rubrica contabilística, segundo a região

Unidade: 10³ EUR

Rubricas contabilísticas	Regiões						
	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores e Madeira
2007							
Investimentos	1 018	68	146	801	0	3	0
Gastos	22 002	3 904	2 310	11 908	2 928	336	616
CMVMC	1 297	31	20	1 245	0	0	0
Fornecimentos e serviços externos	12 591	2 738	1 442	6 186	1 627	128	469
Impostos	43	1	3	37	1	1	0
Gastos com o pessoal	5 386	837	713	2 668	914	110	143
Outros gastos e perdas	2 350	289	111	1 478	376	94	3
Gastos e perdas de financiamento	336	8	20	293	11	2	1
Rendimentos	23 131	3 980	2 473	12 536	3 173	357	612
Vendas	2 253	49	39	1 934	24	0	207
Prestações de serviços	5 099	495	695	3 518	374	0	18
Subsídios à exploração	12 060	3 050	1 469	5 136	1 879	153	373
Trabalhos para a própria entidade	39	0	0	39	0	0	0
Outros rendimentos	62	5	5	42	8	0	2
Outros rendimentos e ganhos	3 617	381	265	1 867	888	205	11
2008							
Investimentos	684	85	260	184	142	7	6
Gastos	18 152	2 175	2 940	8 312	3 237	486	1 003
CMVMC	1 917	17	13	1 190	77	0	619
Fornecimentos e serviços externos	9 717	1 298	2 005	4 043	1 990	139	241
Impostos	34	4	11	16	1	1	0
Gastos com o pessoal	4 877	645	803	2 233	920	135	140
Outros gastos e perdas	1 447	191	77	750	221	207	2
Gastos e perdas de financiamento	160	20	29	80	27	3	0
Rendimentos	19 084	2 429	2 920	8 785	3 600	449	901
Vendas	1 914	32	32	1 622	21	0	206
Prestações de serviços	5 547	1 188	949	3 043	350	1	16
Subsídios à exploração	8 103	631	1 723	2 532	2 493	137	587
Trabalhos para a própria entidade	0	0	0	0	0	0	0
Outros rendimentos	92	22	10	43	13	0	4
Outros rendimentos e ganhos	3 428	556	206	1 545	722	310	88
2009							
Investimentos	900	36	131	509	176	1	47
Gastos	20 856	1 663	2 043	11 135	4 715	297	1 002
CMVMC	1 506	12	10	1 435	1	0	48
Fornecimentos e serviços externos	10 546	1 197	1 012	5 723	2 188	118	308
Impostos	47	12	7	15	13	1	0
Gastos com o pessoal	7 039	357	854	3 105	1 958	141	625
Outros gastos e perdas	1 417	79	132	751	403	34	18
Gastos e perdas de financiamento	300	7	28	106	153	4	2
Rendimentos	20 218	1 849	2 302	11 790	2 850	405	1 021
Vendas	1 857	22	17	1 736	27	2	53
Prestações de serviços	6 198	362	489	4 764	408	0	175
Subsídios à exploração	8 913	1 380	1 533	3 040	1 937	255	768
Trabalhos para a própria entidade	0	0	0	0	0	0	0
Outros rendimentos	80	2	7	59	11	0	0
Outros rendimentos e ganhos	3 170	82	257	2 191	467	148	25
2010							
Investimentos	1 819	197	324	1 125	95	47	31
Gastos	22 901	2 460	1 966	12 781	5 004	278	412
CMVMC	1 467	12	0	1 437	1	0	16
Fornecimentos e serviços externos	11 507	1 001	773	7 023	2 521	122	67
Impostos	46	4	1	39	0	1	0
Gastos com o pessoal	8 172	1 313	1 061	3 323	2 056	147	272
Outros gastos e perdas	1 591	121	115	909	384	5	57
Gastos e perdas de financiamento	119	8	16	51	41	3	0
Rendimentos	23 797	3 033	2 000	13 208	4 801	283	473
Vendas	1 815	47	9	1 739	6	0	13
Prestações de serviços	7 099	507	833	5 163	519	26	51
Subsídios à exploração	11 099	2 103	879	4 023	3 562	176	356
Trabalhos para a própria entidade	331	249	79	2	0	0	1
Outros rendimentos	317	22	102	184	8	1	1
Outros rendimentos e ganhos	3 136	104	97	2 097	707	80	51

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.



Quadro 10.4 - Corpos de bombeiros por espécie e NUTS II

2010

Unidade: nº

NUTS II	Espécies de corpos de bombeiros				
	Total	Profissionais	Mistos	Voluntários	Privativos
Portugal	474	7	20	436	11
Norte	150	3	1	142	4
Centro	144	2	7	131	4
Lisboa	66	2	0	63	1
Alentejo	68	0	5	63	0
Algarve	17	0	4	13	0
Açores	17	0	0	17	0
Madeira	12	0	3	7	2

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Quadro 10.5 - Atividades dos corpos de bombeiros por região, segundo o tipo de serviço

Unidade: nº

Regiões	Tipos de serviço				
	Total	Incêndios		Saúde	Outros serviços
		Total	Florestal		
2007					
Portugal	1 342 707	71 778	11 278	952 529	318 400
Norte	363 725	26 631	4 203	249 313	87 781
Centro	320 725	19 440	4 326	219 769	81 516
Lisboa	277 697	13 789	698	192 512	71 396
Alentejo	153 994	6 547	927	119 432	28 015
Algarve	65 550	2 963	10	43 787	18 800
Açores	82 720	685	226	60 702	21 333
Madeira	78 296	1 723	888	67 014	9 559
2008					
Portugal	1 370 864	64 353	9 893	970 463	336 048
Norte	359 419	19 722	2 698	254 509	85 188
Centro	353 114	19 445	4 620	250 365	83 304
Lisboa	291 050	13 528	532	200 907	76 615
Alentejo	155 655	6 554	820	119 376	29 725
Algarve	64 764	3 012	210	31 872	29 880
Açores	85 718	605	188	61 998	23 115
Madeira	61 144	1 487	825	51 436	8 221
2009					
Portugal	1 391 019	84 484	15 394	958 441	348 094
Norte	399 867	38 378	7 031	262 575	98 914
Centro	352 260	21 537	5 668	238 170	92 553
Lisboa	287 872	13 050	624	198 573	76 249
Alentejo	152 466	6 124	738	116 038	30 304
Algarve	59 306	3 484	387	33 677	22 145
Açores	88 450	587	205	68 647	19 216
Madeira	50 798	1 324	741	40 761	8 713
2010					
Portugal	1 287 615	81 803	16 890	871 121	334 691
Norte	390 030	33 622	7 538	261 224	95 184
Centro	318 957	22 075	6 543	203 904	92 978
Lisboa	283 736	14 400	714	193 746	75 590
Alentejo	122 325	6 597	771	87 687	28 041
Algarve	49 130	2 984	374	28 515	17 631
Açores	84 657	471	125	66 224	17 962
Madeira	38 780	1 654	825	29 821	7 305

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.



Quadro 10.6 - Receitas e despesas das Entidades detentoras de corpos de bombeiros por agregado económico, segundo as NUTS II

Unidade: 10³ EUR

Agregados económicos	NUTS II							
	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
2007								
Total das receitas	262 926	67 448	68 319	57 808	38 760	16 421	9 031	5 139
Receitas correntes	248 229	63 636	64 767	55 199	35 559	15 996	7 949	5 124
Contribuições diretas dos associados	12 206	3 444	3 296	3 395	1 540	275	253	3
Venda de bens e serviços	102 636	25 765	22 941	23 873	17 420	8 273	2 637	1 727
Transferências correntes	115 942	29 477	33 682	23 650	14 666	6 755	4 546	3 166
Outras receitas correntes	17 446	4 950	4 848	4 280	1 933	692	513	229
Receitas de capital	14 697	3 812	3 553	2 610	3 201	425	1 082	15
Transferências de capital	9 285	2 697	2 604	1 812	681	425	1 058	8
Outras receitas de capital	5 412	1 115	949	798	2 520	0	24	7
Total das despesas	321 716	77 103	70 020	88 045	40 555	22 511	8 738	14 745
Despesas correntes	292 833	70 043	63 257	82 818	35 436	20 135	7 245	13 899
Despesas com o pessoal	193 220	44 796	38 662	61 684	21 318	10 160	4 971	11 630
Aquisição de bens e serviços	88 215	22 106	22 023	19 330	12 457	8 601	2 192	1 506
Transferências correntes	2 713	247	719	28	600	1 119	0	0
Outras despesas correntes	8 685	2 894	1 853	1 777	1 061	255	81	763
Despesas de capital	28 883	7 059	6 763	5 227	5 119	2 375	1 493	846
Investimentos	25 721	5 949	6 145	4 419	4 796	2 322	1 406	684
Transferências de capital	785	359	9	350	67	0	0	0
Outras despesas de capital	2 377	752	610	458	256	53	87	162
2008								
Total das receitas	278 780	71 547	71 676	61 123	41 465	17 717	9 998	5 254
Receitas correntes	266 649	68 693	67 959	59 011	39 967	17 425	8 396	5 198
Contribuições diretas dos associados	10 736	3 305	2 897	2 463	1 489	345	233	3
Venda de bens e serviços	115 462	29 574	26 157	26 404	19 794	9 054	2 940	1 538
Transferências correntes	121 151	30 718	34 036	25 663	16 088	6 760	4 606	3 279
Outras receitas correntes	19 300	5 096	4 869	4 482	2 595	1 265	616	377
Receitas de capital	12 131	2 854	3 717	2 112	1 498	292	1 602	56
Transferências de capital	5 810	1 127	1 806	687	763	0	1 410	17
Outras receitas de capital	6 322	1 727	1 911	1 425	736	292	192	39
Total das despesas	332 966	80 747	74 177	87 493	42 567	22 344	10 496	15 142
Despesas correntes	306 521	73 797	68 156	81 770	38 648	21 783	8 585	13 781
Despesas com o pessoal	197 115	46 380	41 268	59 129	22 558	10 901	5 136	11 743
Aquisição de bens e serviços	97 198	24 754	24 247	20 711	14 330	9 131	2 576	1 449
Transferências correntes	3 200	130	652	1	614	1 399	300	105
Outras despesas correntes	9 007	2 533	1 989	1 929	1 146	352	574	484
Despesas de capital	26 445	6 949	6 021	5 723	3 919	561	1 911	1 361
Investimentos	22 713	5 840	5 290	4 758	3 244	432	1 827	1 321
Transferências de capital	668	338	109	63	159	0	0	0
Outras despesas de capital	3 064	772	622	903	515	129	85	40
2009								
Total das receitas	274 866	70 912	71 930	61 511	40 111	16 791	9 037	4 574
Receitas correntes	264 003	68 079	68 260	59 432	38 958	16 472	8 251	4 551
Contribuições diretas dos associados	10 645	3 220	2 772	2 614	1 487	307	237	9
Venda de bens e serviços	122 358	31 001	29 834	27 616	21 210	8 724	3 058	916
Transferências correntes	117 056	30 195	32 464	25 243	14 967	6 271	4 445	3 471
Outras receitas correntes	13 944	3 664	3 189	3 960	1 294	1 170	511	155
Receitas de capital	10 864	2 833	3 671	2 079	1 153	319	785	23
Transferências de capital	3 635	917	1 457	296	184	0	771	9
Outras receitas de capital	7 229	1 916	2 214	1 784	969	319	14	14
Total das despesas	322 855	80 054	73 679	85 457	39 243	20 994	9 426	14 003
Despesas correntes	304 394	74 366	68 797	80 859	37 505	20 718	8 422	13 727
Despesas com o pessoal	201 565	47 653	42 198	60 817	22 503	11 238	5 178	11 977
Aquisição de bens e serviços	92 192	24 949	24 399	18 113	13 328	7 773	2 428	1 203
Transferências correntes	2 659	106	523	0	609	1 414	8	0
Outras despesas correntes	7 978	1 658	1 677	1 929	1 066	293	808	547
Despesas de capital	18 461	5 688	4 882	4 598	1 738	276	1 003	276
Investimentos	16 757	4 941	4 584	4 337	1 482	237	962	213
Transferências de capital	558	345	28	63	123	0	0	0
Outras despesas de capital	1 145	402	271	198	132	38	41	63
2010								
Total das receitas	279 793	74 446	74 579	59 870	40 915	16 494	8 987	4 501
Receitas correntes	269 708	71 047	71 979	58 396	39 633	16 187	8 006	4 461
Contribuições diretas dos associados	11 338	3 446	3 094	2 725	1 518	332	216	6
Venda de bens e serviços	126 531	32 672	31 038	27 951	21 941	8 922	3 220	787
Transferências correntes	118 624	31 451	34 577	24 212	14 622	6 151	4 087	3 524
Outras receitas correntes	13 215	3 478	3 269	3 507	1 551	782	483	144
Receitas de capital	10 085	3 399	2 601	1 474	1 282	306	982	40
Transferências de capital	3 630	1 043	755	308	507	0	981	36
Outras receitas de capital	6 454	2 356	1 846	1 166	776	306	0	4
Total das despesas	334 141	81 936	76 382	92 062	39 927	20 299	9 783	13 753
Despesas correntes	313 981	76 756	71 384	86 099	37 760	19 950	8 470	13 562
Despesas com o pessoal	208 142	48 731	43 859	65 590	22 346	10 692	5 578	11 345
Aquisição de bens e serviços	97 091	26 376	25 669	18 656	14 014	8 202	2 473	1 702
Transferências correntes	1 890	82	209	0	685	915	0	0
Outras despesas correntes	6 857	1 568	1 648	1 853	715	141	418	515
Despesas de capital	20 160	5 179	4 998	5 963	2 167	349	1 313	191
Investimentos	17 879	4 571	4 484	5 336	1 801	306	1 274	106
Transferências de capital	330	135	121	50	24	0	0	0
Outras despesas de capital	1 951	473	393	577	342	43	38	84

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.



Quadro 10.7 - Atividades do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente

Unidade: Nº

Designação da actividade	Ano	NUTS I			
		Portugal	Continente	Açores	Madeira
Ações de sensibilização ambiental	2006	4 500	4 495	3	2
	2007	993	984	7	2
	2008	1 157	1 144	8	5
	2009	602	585	13	4
	2010	695	660	29	6
Autos pela prática de ilícitos ambientais	2006	14 218	14 117	0	101
	2007	20 706	20 496	108	102
	2008	20 410	20 061	206	143
	2009	17 548	17 267	229	52
	2010	18 907	18 320	561	26
Patrulhamentos de prevenção de fogos florestais	2006	126 475	126 475	x	x
	2007	127 952	127 952	5	x
	2008	122 668	122 668	8	x
	2009	99 702	99 702	18	x
	2010	33 481	33 481	19	x

Fonte: Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente

Quadro 10.8 - Número de autos pela prática de ilícitos ambientais

Unidade: Nº

Áreas de intervenção	Portugal									
	2006		2007		2008		2009		2010	
	Crimes	Contra ordenações	Crimes	Contra ordenações	Crimes	Contra ordenações	Crimes	Contra ordenações	Crimes	Contra ordenações
Total	685	13 533	1 256	19 450	1 079	19 331	1 708	15 840	1 353	17 554
Atividades extrativas	0	203	0	236	1	454	1	104	0	88
CITES	0	34	0	93	2	61	1	47	2	226
Fauna, caça e pesca	144	709	240	2 092	220	2 874	295	1 770	310	1 847
Flora/florestas	2	779	26	2 355	20	2 329	27	2 198	30	2 019
Incêndios florestais	462	1 968	825	2 656	728	2 707	1 287	2 267	916	2 490
Leis sanitárias	14	578	13	1 327	13	1 848	6	2 030	9	2 903
Litoral	0	604	1	458	0	413	0	328	0	328
Ordenamento do território	0	1 879	6	2 317	1	1 613	2	1 545	3	1 353
Património histórico	0	6	0	11	0	7	1	3	0	7
Poluição acústica	0	141	1	79	2	101	0	65	0	41
Poluição atmosférica	0	69	2	272	1	143	0	434	0	566
Águas continentais	17	1 271	16	1 371	13	1 155	9	969	5	1 016
Resíduos	1	3 888	12	3 947	1	3 611	0	2 177	0	2 349
Turismo e desportos	0	568	0	518	1	512	0	533	0	833
Outras intervenções	45	836	114	1 718	76	1 503	79	1 370	78	1 488

Fonte: Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente





**Emprego
ambiental**

11 - EMPREGO AMBIENTAL

Neste capítulo é abordado o emprego ambiental das seguintes entidades:

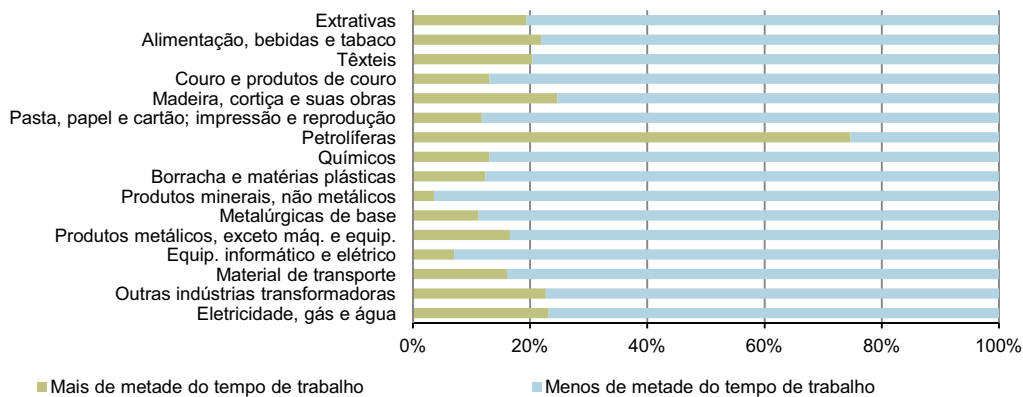
- Empresas com atividade de gestão e proteção do ambiente;
- Entidades produtoras de bens e serviços de ambiente;
- Organizações não governamentais de ambiente;
- Entidades detentoras de corpos de bombeiros;
- Outras entidades.



11.1 - EMPRESAS COM ATIVIDADES DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO AMBIENTE

Para fazer face ao combate à poluição gerada em certas atividades económicas, as organizações têm de cumprir uma série de requisitos ambientais, pelo que o emprego nesta área assume cada vez maior importância.

Figura 11.1 - Pessoas ao serviço nas empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por setor de atividade e regime de afetação (2010)



Fonte: INE

As empresas dos setores em análise empregavam, em 2010, 14 034 indivíduos dedicados a atividades de proteção ambiental, dos quais apenas 14% ocupava mais de metade do tempo de trabalho em atividades relacionadas com o ambiente. Em termos de setor de atividade económica, apenas as “Indústrias petrolíferas” se destacaram com 3/4 dos trabalhadores com funções ligadas ao ambiente a ocuparem mais de metade do tempo de trabalho em atividades ambientais. Seguem-se as “Indústrias da madeira e cortiça” e “Eletricidade, gás e água” com cerca de 1/5 de empregados com mais de metade do tempo de trabalho afeto a atividades de proteção ambiental.

Em termos de trabalhadores “Equivalentes a tempo completo”, verifica-se que as “Indústrias de pasta, de papel e de cartão; impressão e reprodução” e “Eletricidade, gás e água” se revelam como os setores mais intensivos na utilização de recursos humanos para o desenvolvimento de ações de proteção ambiental, representando 15%, para o primeiro setor, e 14% para o segundo.

Figura 11.2 - Pessoas ao serviço nas empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por setor de atividade, segundo o regime de afetação

2010				Unidade: Nº
Regime de afetação dos recursos humanos	Número médio de pessoas que ocupam			Emprego "equivalente a tempo completo" em atividades de ambiente
	Total	Mais de metade do tempo de trabalho em atividades de ambiente	Menos de metade do tempo de trabalho em atividades de ambiente	
Atividades económicas (CAE-Rev.3)				
Total	14 034	1 903	12 130	2 706
05-09 Extrativas	469	91	378	81
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco	991	217	775	280
13-14 Têxteis	608	124	484	162
15 Couro e produtos de couro	84	11	73	22
16 Madeira, cortiça e suas obras	131	32	99	40
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução	1 503	177	1 327	405
19 Petrolíferas	79	59	20	59
20-21 Químicos	1 183	154	1 029	211
22 Borracha e matérias plásticas	475	59	416	87
23 Produtos minerais, não metálicos	3 401	122	3 278	273
24 Metalúrgicas de base	513	57	455	91
25 Produtos metálicos, exceto máq. e equip.	810	134	676	187
26-27 Equip. informático e elétrico	904	63	840	112
29-30 Material de transporte	864	139	726	170
28-31-32-33 Outras indústrias transformadoras	782	177	604	157
35-36 Eletricidade, gás e água	1 237	287	950	372

Fonte: INE



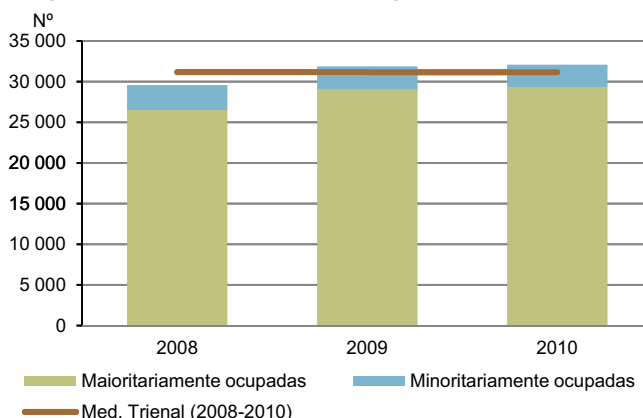
11.2 - ENTIDADES PRODUTORAS DE BENS E SERVIÇOS DE AMBIENTE

O emprego nas entidades produtoras de bens e serviços de ambiente registou, no triénio 2008-2010, uma taxa de crescimento média anual de 4%, totalizando no último ano 44 809 indivíduos. Destes, 32 066 desempenhavam funções específicas na área do ambiente, dos quais 92% ocupavam a maior parte do seu tempo de trabalho nessas atividades. O predomínio do sexo masculino (77%) mantém-se desde 2008 e nos dois tipos de ocupação, embora os que dedicam apenas parte do seu tempo de trabalho ao ambiente seja inferior em 10 p.p., face aos que ocupam a maior parte do tempo (78%).

A nível profissional, cerca de 3/5 do pessoal ao serviço nas entidades produtoras de bens e serviços de ambiente são constituídos por Operários, aprendizes e praticantes, seguidos por Empregados administrativos, comerciais e de serviços e por Quadros e técnicos médios e superiores com, respetivamente, 15% e 12% do total dos trabalhadores. Os homens predominam nos níveis constituídos por Operários, aprendizes e praticantes (88%), Encarregados, contramestres, mestres e chefes de equipa (87%) e Dirigentes (75%). Nos Empregados administrativos, comerciais e de serviços e nos Quadros e técnicos médios e superiores há um equilíbrio entre homens e mulheres, com ligeira vantagem, no primeiro nível, para o sexo feminino.

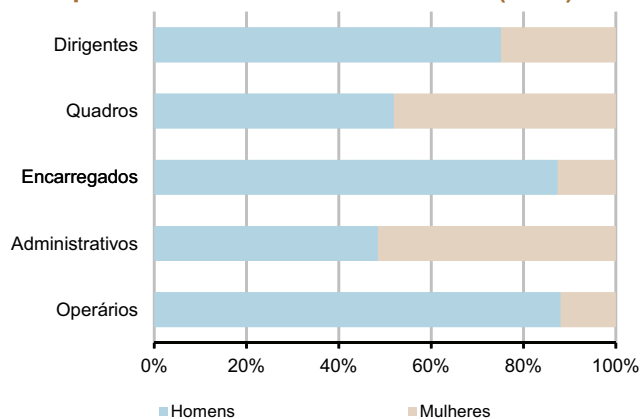
Os setores de atividade com maior número de pessoas ao serviço foram “Outras atividades centrais de ambiente” com cerca de 28%, seguido pela “Distribuição de água” e “Recolha de outros resíduos não perigosos” com 21% e 18%, respetivamente.

Figura 11.3 - Pessoas ao serviço nas Entidades produtoras de bens e serviços em ambiente



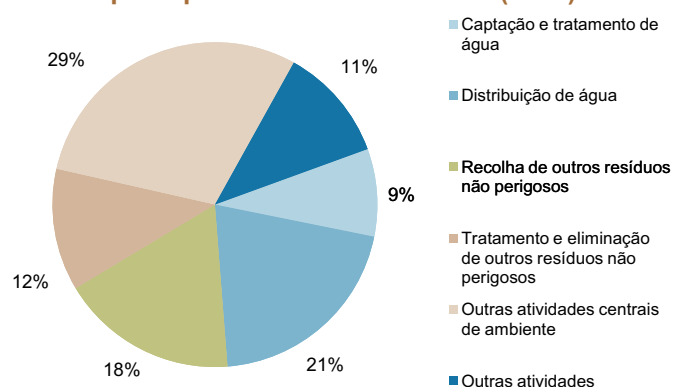
Fonte: INE

Figura 11.4 - Pessoal ao serviço por sexo e nível profissional na área do ambiente (2010)



Fonte: INE

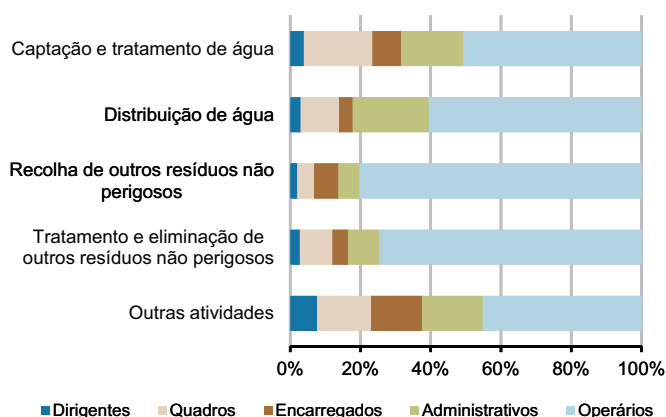
Figura 11.5 - Pessoal ao serviço em ambiente por principal atividade económica (2010)



Fonte: INE



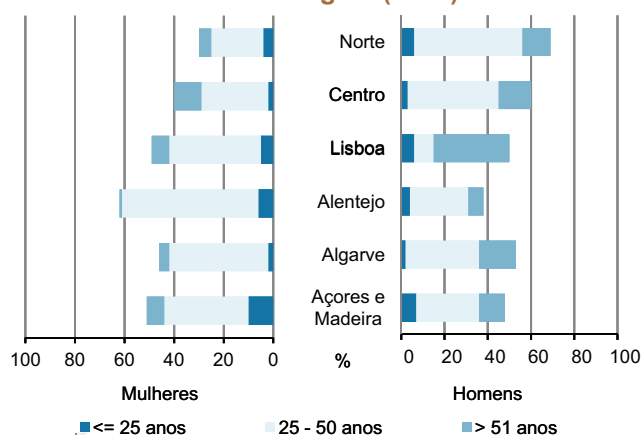
Figura 11.6 - Pessoal ao serviço em funções de ambiente por nível profissional e atividade económica (2010)



Fonte: INE

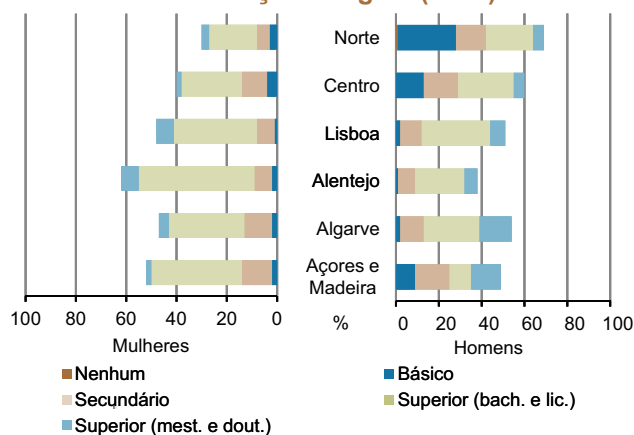
11.3 - ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS DE AMBIENTE

Figura 11.7 - Pessoas ao serviço das Organizações não governamentais de ambiente por sexo, classe etária e região (2010)



Fonte: INE

Figura 11.8 - Pessoas ao serviço das Organizações não governamentais de ambiente por sexo, nível de instrução e região (2010)



Fonte: INE

A repartição dos níveis profissionais por atividade económica revela a predominância dos Operários, aprendizes e praticantes na generalidade dos setores, nomeadamente na “Recolha de outros resíduos não perigosos” com cerca de 4 500 trabalhadores. A “Captação e tratamento de água” foi o setor que apresentou uma distribuição mais equilibrada em que metade do efetivo era constituído por Operários, aprendizes e praticantes e a parte restante repartida por Quadros e técnicos médios e superiores (20%), Empregados administrativos, comerciais e de serviços (18%), Encarregados, contramestres, mestres e chefes de equipa (8%) e Dirigentes (4%).

No período em análise, mais de metade dos indivíduos que participaram nas atividades das ONG de ambiente era do sexo masculino, tendo atingido uma taxa média de crescimento anual de 10%. Em 2010, a repartição em termos regionais é muito distinta: enquanto nas regiões de Lisboa, Algarve e nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira a relação de masculinidade (rácio homens/mulheres) corresponde praticamente à unidade, no Norte e Centro, este rácio é elevado e atinge o valor de 1,8 por oposição ao Alentejo, onde a participação feminina representa a maioria dos colaboradores.

O escalão etário predominante nas ONG de ambiente corresponde aos 25 - 50 anos, seguindo-se a classe de idade superior a 51 anos e por fim os indivíduos com menos de 25 anos. A nível regional, a participação masculina ocupa maioritariamente o escalão dos 25 aos 50 anos, com exceção da região de Lisboa em que se destaca a classe de idade superior a 51 anos. A participação feminina nas atividades desenvolvidas pelas associações está igualmente concentrada em todas as regiões do país, na classe etária dos 25 aos 50 anos, havendo, no entanto um grupo de mulheres nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira pertencentes à faixa etária inferior a 25 anos.

Cerca de 3/5 dos indivíduos que colaboraram com as ONG de ambiente concluíram o ensino superior (bacharelato e licenciatura) sendo sobretudo do sexo feminino, seguindo-se os

indivíduos com o ensino secundário (19%) maioritariamente do sexo masculino. Numa análise regional, constata-se que a participação dos indivíduos com o ensino básico na região Norte supera a do secundário; que 60% do número de indivíduos com nível de instrução superior colaboram em ONG da região de Lisboa e que a participação feminina com formação superior, desde o bacharelato ao doutoramento, é maior no Alentejo.

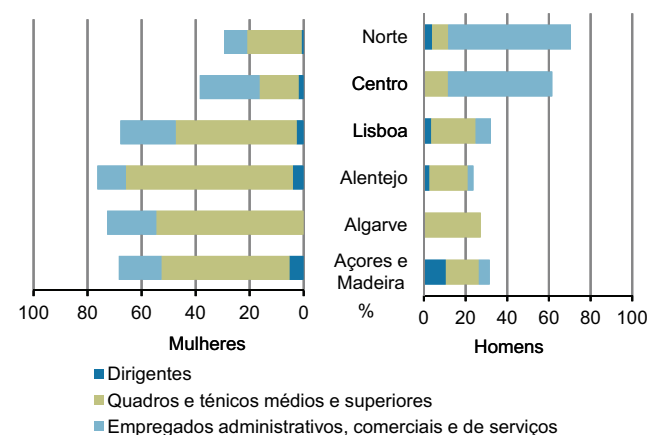


A participação em regime de voluntariado continua a ser uma das características destas organizações tendo abrangido em 2010, cerca de 71% do total dos indivíduos, ainda que represente uma redução de 6 p.p. face a 2009. Cerca de 3/5 dos elementos são do sexo masculino, dos quais 37% são dirigentes.

De referir, contudo, que as pessoas remuneradas ao serviço das ONG de ambiente têm vindo a aumentar desde 2007 a uma taxa de crescimento média de 14%, ascendendo em 2010 a 569 indivíduos, com predomínio para o sexo feminino. A nível regional, as mulheres são maioritárias em quatro regiões do país, com uma participação acima dos 68% enquanto os elementos do sexo masculino prevalecem nas regiões Norte e Centro com, respetivamente, 71% e 62% do total de pessoas remuneradas.

No que se refere às categorias funcionais, metade dos colaboradores são quadros e técnicos médios e superiores e mais de 2/5 empregados administrativos, comerciais e de serviços. Os quadros e técnicos médios e superiores do sexo feminino predominam nas regiões de Lisboa, Alentejo, Algarve e Regiões Autónomas; já no que diz respeito aos empregados administrativos, comerciais e de serviços, as regiões do Norte e Centro detêm mais de metade do efetivo masculino nestas categorias.

Figura 11.9 - Pessoas remuneradas ao serviço das Organizações não governamentais de ambiente por sexo, nível profissional e região (2010)



Fonte: INE

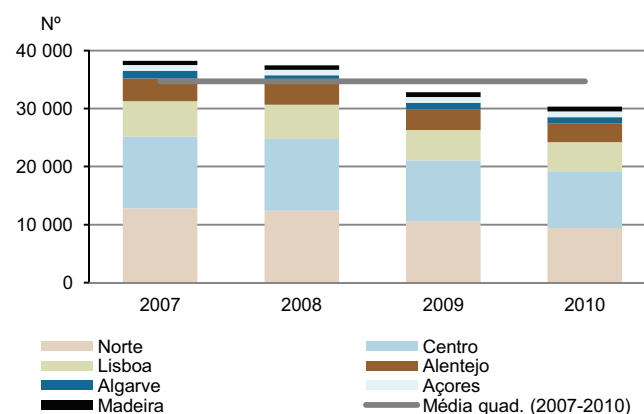
11.4 - ENTIDADES DETENTORAS DE CORPOS DE BOMBEIROS

No período em análise, o número de bombeiros do quadro de comando e quadro ativo decresceu a uma taxa média anual de 7%, fixando-se nos 30 298 indivíduos em 2010. As entidades detentoras dos corpos de bombeiros são responsáveis pela recolha, registo, alteração de dados do seu efetivo no RNBP, enquanto a monitorização e a gestão da informação são da responsabilidade da ANPC. Até à presente data, o RNBP está a ser aplicado apenas às entidades detentoras de corpos de bombeiros do Continente, nomeadamente as associações humanitárias de bombeiros.

Em 2010, cerca de 2/3 do efetivo do País estava concentrado nas regiões do Norte e Centro, em contraste com as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e do Algarve cuja contribuição não ultrapassou os 3%, para as duas primeiras regiões e os 4%, para a última.

Cada corporação de bombeiros contou com uma média de 64 indivíduos, menos 5 elementos do que em 2009. A região do Alentejo registou em média 48 bombeiros por associação, em contraste com a de Lisboa que atingiu 76 elementos por cada corpo de bombeiros. De salientar que as regiões do Centro e da Região Autónoma da Madeira contaram com uma média de 68 bombeiros por corporação, valor superior à média nacional.

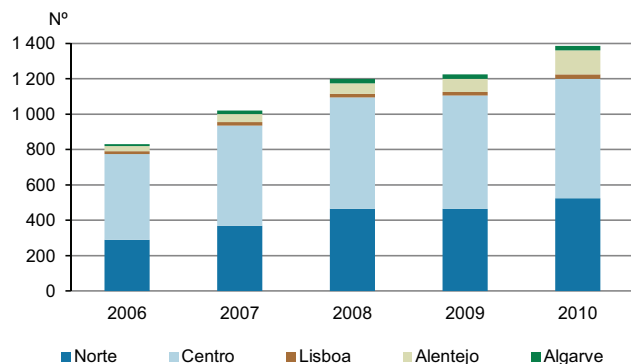
Figura 11.10 - Bombeiros do quadro de comando e quadro ativo por NUTS II



Fonte: INE

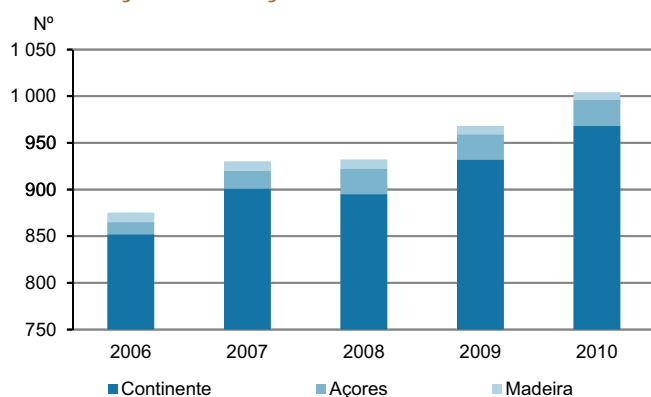


11.5 – OUTRAS ENTIDADES

Figura 11.11- Pessoas ao serviço como sapadores florestais

Fonte: SEPNA

No período de 2006 a 2010, o número de pessoas ao serviço como sapadores florestais cresceu a uma taxa de crescimento média anual de 14%. A repartição das pessoas ao serviço por regiões revela que a região do Alentejo foi a que registou uma maior taxa média anual de crescimento (aproximadamente de 46%), seguindo-se o Norte (16%), Centro (9%), Lisboa (14%) e Algarve (26%).

Figura 11.12 - Elementos (militares e civis) do Serviço da Proteção da Natureza e Ambiente

Fonte: SEPNA

Relativamente ao número de elementos (militares e civis) do Serviço da Proteção da Natureza e Ambiente verificou-se uma tendência progressiva crescente de 2006 a 2010.

O número de elementos subiu de 875 em 2006 para 1 004, em 2010, correspondendo a uma taxa de crescimento de cerca de 15%.

Contudo, constata-se que apenas o Continente e os Açores registaram um crescimento no número de elementos, neste período. A taxa de crescimento média anual para os Açores foi de 21%, enquanto que para o Continente foi apenas de 3%. No que concerne à Madeira, a tendência foi oposta à registada no Continente e nos Açores, registando-se uma taxa de variação média anual de -5%.



11.6 - QUADROS DE RESULTADOS

Quadro 11.1 - Pessoas ao serviço nas entidades produtoras de bens e serviços de ambiente por atividade económica, segundo a ocupação em funções na área do ambiente e o sexo

2010

Unidade: N°

2010

Unidade: N

Atividades económicas (CAE-Rev.3)	Total *	Com funções na área do ambiente				
		Total	Maioritariamente		Minoritariamente ou ocasionalmente	
			H	M	H	M
Total	44 809	32 066	22 834	6 506	1 836	890
Atividades centrais de ambiente						
22112 - Reconstrução de pneus	622	398	320	32	36	10
36001 - Captação e tratamento de água	3 601	2 796	1 854	480	263	199
36002 - Distribuição de água	9 466	6 602	4 601	1 398	436	167
37001 - Recolha e drenagem de águas residuais	171	142	99	35	3	5
37002 - Tratamento de águas residuais	1 529	1 422	811	221	240	150
38111 - Recolha de resíduos inertes	268	174	118	47	6	3
38112 - Recolha de outros resíduos não perigosos	6 054	5 659	4 621	857	150	31
38120 - Recolha de resíduos perigosos	143	108	84	21	1	2
38211 - Tratamento e eliminação de resíduos inertes	25	21	17	2	1	1
38212 - Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos	4 084	3 895	3 067	809	9	10
38220 - Tratamento e eliminação de resíduos perigosos	1 377	1 142	877	204	32	29
38311 - Desmantelamento de veículos automóveis, em fim de vida	183	166	132	25	7	2
38312 - Desmantelamento de equipamentos elétricos e eletrónicos, em fim de vida	113	90	43	47	0	0
38313 - Desmantelamento de outros equipamentos e bens, em fim de vida	26	21	17	4	0	0
38321 - Valorização de resíduos metálicos	1 134	926	677	150	77	22
38322 - Valorização de resíduos não metálicos	1 947	1 527	982	379	137	29
39000 - Descontaminação e atividades similares	80	78	41	33	3	1
46771 - Comércio por grosso de sucatas e de desperdícios metálicos	1 697	1 512	1 179	235	76	22
46772 - Comércio por grosso de desperdícios têxteis, de cartão e papéis velhos	639	579	338	197	23	21
46773 - Comércio por grosso de desperdícios de materiais, n.e.	260	231	173	43	9	6
81292 - Limpeza e esvaziamento de sarjetas	1 641	929	593	242	34	60
Outras atividades	9 749	3 648	2 190	1 045	293	120

(*) com resposta e com atividade ambiental.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Quadro 11.2 - Pessoas ao serviço nas entidades produtoras de bens e serviços de ambiente por atividade económica, segundo o sexo e nível profissional

2010

Unidade: N°

Atividades Económicas (CAE-Rev.3)		Total *	Com funções na área do ambiente										Unidade: N	
			Total	Dirigentes		Quadros		Encarregados		Administrativos		Operários		
				H	M	H	M	H	M	H	M	H		M
Total		44 809	32 066	1 144	379	2 034	1 884	2 579	371	2 367	2 512	16 546	2 250	
Atividades centrais de ambiente														
22112 - Reconstrução de pneus		622	398	19	4	11	4	33	0	85	17	208	17	
36001 - Captação e tratamento de água		3 601	2 796	85	23	276	270	205	22	237	258	1 314	106	
36002 - Distribuição de água		9 466	6 602	129	64	359	365	240	14	645	789	3 664	333	
37001 - Recolha e drenagem de águas residuais		171	142	6	4	22	20	20	3	14	12	40	1	
37002 - Tratamento de águas residuais		1 529	1 422	39	13	163	183	54	34	101	92	694	49	
38111 - Recolha de resíduos inertes		268	174	8	5	4	7	15	3	28	11	69	24	
38112 - Recolha de outros resíduos não perigosos		6 054	5 659	89	24	149	124	364	26	140	196	4 029	518	
38120 - Recolha de resíduos perigosos		143	108	6	1	3	5	9	0	41	15	26	2	
38211 - Tratamento e eliminação de resíduos inertes		25	21	3	2	1	0	4	0	3	1	7	0	
38212 - Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos		4 084	3 895	73	32	169	194	154	19	180	169	2 500	405	
38220 - Tratamento e eliminação de resíduos perigosos		1 377	1 142	18	7	48	39	52	6	81	104	710	77	
38311 - Desmantelamento de veículos automóveis, em fim de vida		183	166	22	2	6	2	24	2	12	19	75	2	
38312 - Desmantelamento de equipamentos elétricos e eletrónicos, em fim de vida		113	90	2	2	4	3	5	3	2	5	30	34	
38313 - Desmantelamento de outros equipamentos e bens, em fim de vida		26	21	4	0	0	0	3	0	0	3	10	1	
38321 - Valorização de resíduos metálicos		1 134	926	62	20	31	34	73	5	116	95	472	18	
38322 - Valorização de resíduos não metálicos		1 947	1 527	96	26	64	40	142	40	188	126	629	176	
39000 - Descontaminação e atividades similares		80	78	7	2	8	2	9	5	1	3	19	22	
46771 - Comércio por grosso de sucatas e de desperdícios metálicos		1 697	1 512	111	39	23	7	492	68	145	112	484	31	
46772 - Comércio por grosso de desperdícios têxteis, de cartão e papéis velhos		639	579	38	14	13	8	102	22	31	57	177	117	
46773 - Comércio por grosso de desperdícios de materiais, n.e.		260	231	20	7	3	4	76	8	25	21	58	9	
81292 - Limpeza e esvaziamento de sarjetas		1 641	929	39	16	25	25	86	19	37	59	440	183	
Outras atividades		9 749	3 648	268	72	652	548	417	72	255	348	891	125	

(*) com resposta e com atividade ambiental.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.



Quadro 11.3 - Pessoas ao serviço das Organizações não governamentais de ambiente por região, segundo o sexo e a classe etária

Unidade: N°

Regiões	Sexo			Classes etárias					
	HM	H	M	< = 25 anos		26 - 50 anos		> = 51 anos	
				H	M	H	M	H	M
2007									
Portugal	1 464	795	669	72	66	585	524	138	79
Norte	294	195	99	43	23	121	66	31	10
Centro	305	173	132	14	16	115	88	44	28
Lisboa	633	330	303	13	22	275	251	42	30
Alentejo	120	38	82	1	4	23	69	14	9
Algarve	32	18	14	1	0	16	14	1	0
Açores e Madeira	80	41	39	0	1	35	36	6	2
2008									
Portugal	1 700	900	800	91	93	602	583	207	124
Norte	400	234	166	31	29	160	119	43	18
Centro	450	274	176	39	24	157	122	78	30
Lisboa	611	284	327	20	28	204	231	60	68
Alentejo	134	46	88	0	5	33	78	13	5
Algarve	29	16	13	0	0	10	10	6	3
Açores e Madeira	76	46	30	1	7	38	23	7	0
2009									
Portugal	1 876	1 040	836	116	85	716	619	208	132
Norte	275	175	100	24	19	103	66	48	15
Centro	447	277	170	27	23	178	113	72	34
Lisboa	907	473	434	58	35	346	327	69	72
Alentejo	132	52	80	4	2	39	73	9	5
Algarve	33	18	15	0	0	13	13	5	2
Açores e Madeira	82	45	37	3	6	37	27	5	4
2010									
Portugal	1 931	1 061	870	106	85	742	656	213	129
Norte	361	251	110	23	15	182	77	46	18
Centro	341	204	137	11	7	142	93	51	37
Lisboa	971	495	476	61	47	343	363	91	66
Alentejo	153	58	95	6	9	42	84	10	2
Algarve	47	25	22	1	1	16	19	8	2
Açores e Madeira	58	28	30	4	6	17	20	7	4

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Quadro 11.4 - Pessoas ao serviço das Organizações não governamentais de ambiente por região, segundo o sexo e nível de instrução

Unidade: N°

Regiões	Sexo			Níveis de instrução									
				Nenhum		Básico		Secundário		Superior (bacharelato e licenciatura)		Superior (mestrado e doutoramento)	
	HM	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
2007													
Portugal	1 464	795	669	12	14	57	42	214	127	421	408	91	78
Norte	294	195	99	0	3	17	9	60	23	102	54	16	10
Centro	305	173	132	0	2	26	9	49	28	75	83	23	10
Lisboa	633	330	303	12	9	8	11	81	51	185	185	44	47
Alentejo	120	38	82	0	0	5	9	7	11	22	54	4	8
Algarve	32	18	14	0	0	0	2	3	0	13	12	2	0
Açores e Madeira	80	41	39	0	0	1	2	14	14	24	20	2	3
2008													
Portugal	1 700	900	800	5	3	96	53	240	179	425	447	134	118
Norte	400	234	166	4	1	37	17	50	31	108	103	35	14
Centro	450	274	176	1	2	41	9	91	48	106	102	35	15
Lisboa	611	284	327	0	0	10	18	71	72	151	157	52	80
Alentejo	134	46	88	0	0	5	6	11	15	28	59	2	8
Algarve	29	16	13	0	0	1	1	1	2	9	10	5	0
Açores e Madeira	76	46	30	0	0	2	2	16	11	23	16	5	1
2009													
Portugal	1 876	1 040	836	2	2	102	49	251	182	527	497	158	106
Norte	275	175	100	1	0	43	13	31	21	83	60	17	6
Centro	447	277	170	1	2	35	7	93	43	117	105	31	13
Lisboa	907	473	434	0	0	21	25	91	88	271	242	90	79
Alentejo	132	52	80	0	0	1	2	14	11	32	61	5	6
Algarve	33	18	15	0	0	1	1	2	3	10	10	5	1
Açores e Madeira	82	45	37	0	0	1	1	20	16	14	19	10	1
2010													
Portugal	1 931	1 061	870	4	0	168	42	230	141	534	583	125	104
Norte	361	251	110	4	0	98	12	51	18	80	69	18	11
Centro	341	204	137	0	0	44	13	55	33	87	83	18	8
Lisboa	971	495	476	0	0	19	12	97	67	314	325	65	72
Alentejo	153	58	95	0	0	1	3	13	11	35	71	9	10
Algarve	47	25	22	0	0	1	1	5	5	12	14	7	2
Açores e Madeira	58	28	30	0	0	5	1	9	7	6	21	8	1

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.



Quadro 11.5 - Pessoas ao serviço das Organizações não governamentais de ambiente por região, segundo o sexo, tipo de prestação e nível profissional

Unidade: N°

Regiões	Sexo			Tipo de prestação									
				Pessoas remuneradas						Pessoas não remuneradas			
				Dirigentes		Quadros e técnicos médios e superiores		Empregados adm., comerciais e de serviços		Dirigentes		Outros colaboradores	
	HM	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
2007													
Portugal	1 464	795	669	20	16	58	134	61	92	422	238	234	189
Norte	294	195	99	1	1	2	15	4	4	100	36	88	43
Centro	305	173	132	2	2	10	14	31	16	83	54	47	46
Lisboa	633	330	303	13	9	29	57	16	43	183	109	89	85
Alentejo	120	38	82	4	4	8	39	9	18	14	17	3	4
Algarve	32	18	14	0	0	3	4	1	1	12	5	2	4
Açores e Madeira	80	41	39	0	0	6	5	0	10	30	17	5	7
2008													
Portugal	1 700	900	800	11	12	73	153	58	92	452	226	306	317
Norte	400	234	166	1	1	12	21	2	8	160	72	59	64
Centro	450	274	176	0	1	14	15	35	24	98	46	127	90
Lisboa	611	284	327	6	5	29	64	11	34	135	81	103	143
Alentejo	134	46	88	4	5	9	46	8	19	18	12	7	6
Algarve	29	16	13	0	0	4	4	0	1	10	6	2	2
Açores e Madeira	76	46	30	0	0	5	3	2	6	31	9	8	12
2009													
Portugal	1 876	1 040	836	12	14	91	164	76	93	503	244	358	321
Norte	275	175	100	4	1	4	10	4	6	105	36	58	47
Centro	447	277	170	0	2	19	7	44	22	118	47	96	92
Lisboa	907	473	434	7	8	46	87	14	44	216	128	190	167
Alentejo	132	52	80	1	3	10	44	5	7	30	19	6	7
Algarve	33	18	15	0	0	4	6	0	2	12	5	2	2
Açores e Madeira	82	45	37	0	0	8	10	9	12	22	9	6	6
2010													
Portugal	1 931	1 061	870	17	13	91	206	148	94	499	294	306	263
Norte	361	251	110	5	1	10	26	76	11	100	31	60	41
Centro	341	204	137	0	2	12	15	52	23	109	59	31	38
Lisboa	971	495	476	8	6	49	103	17	47	230	164	191	156
Alentejo	153	58	95	2	3	14	47	2	8	30	26	10	11
Algarve	47	25	22	0	0	3	6	0	2	16	5	6	9
Açores e Madeira	58	28	30	2	1	3	9	1	3	14	9	8	8

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Quadro 11.6 - Bombeiros por NUTS II

Unidade: N°

NUTS II	Bombeiros do quadro de comando e quadro ativo			
	2007	2008	2009	2010
Portugal	38 225	37 435	32 811	30 298
Norte	12 764	12 417	10 562	9 431
Centro	12 392	12 342	10 513	9 744
Lisboa	6 086	5 883	5 233	5 036
Alentejo	3 930	3 800	3 521	3 231
Algarve	1 302	1 269	1 174	1 080
Açores	1 006	970	995	959
Madeira	745	754	813	817

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Quadro 11.7 - Pessoas ao serviço como sapadores florestais e equipas, por regiões

Unidade: N°

Ano	Pessoas ao serviço						Equipas constituídas					
	Continente	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Continente	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve
2006	830	290	485	15	30	10	166	58	97	3	6	2
2007	1 020	370	565	20	45	20	204	74	113	4	9	4
2008	1 200	465	630	20	60	25	240	93	126	4	12	5
2009	1 225	465	640	20	75	25	245	93	128	4	15	5
2010	1 385	525	675	25	135	25	277	105	135	5	27	5

Fonte: Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente

Quadro 11.8 - Elementos (militares e civis) do Serviço da Protecção da Natureza e Ambiente, por NUTS I

Unidade: N°

Ano	NUTS			
	Portugal	Continente	Açores	Madeira
2006	875	852	13	10
2007	930	901	19	10
2008	932	895	27	10
2009	968	932	27	9
2010	1 004	968	28	8

Fonte: Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente





**Impostos e
taxas
ambientais**

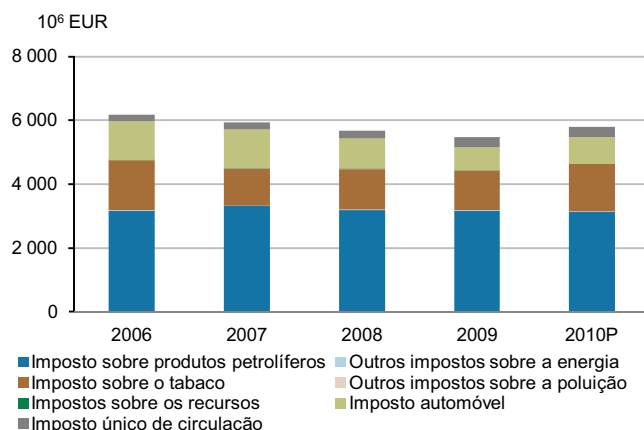
12 - IMPOSTOS E TAXAS COM RELEVÂNCIA AMBIENTAL

- *“Para obter a redistribuição dos recursos económicos que permita atingir o desenvolvimento sustentável, todos os custos sociais e ambientais devem ser integrados nas atividades económicas, para que as externalidades ambientais sejam internalizadas. Isto significa que os custos ambientais e outros, relacionados com a exploração dos recursos naturais de forma sustentável e suportados pelo país fornecedor, devem refletir-se nas atividades económicas. Os instrumentos económicos e fiscais devem encontrar-se entre as medidas utilizadas para atingir este objetivo.”* (conclusões do Conselho Europeu, no Conselho “Ambiente”, de 12 de Dezembro de 1991).
- O projeto “Impostos com relevância ambiental” identifica as receitas obtidas pelas Administrações públicas através da taxação de produtos e serviços (bases de imposto), que possam ter um impacto negativo no ambiente. Desta forma, consideram-se de relevância ambiental todos os impostos que recaiam sobre aquelas bases de imposto (definição de acordo com a publicação do Eurostat – Environmental taxes - A statistical guide, de 2001).
- A fonte de informação dos dados é o quadro 9 do programa de transmissão do SEC 95 – Regulamento (CE) nº 1392/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de novembro de 2007, que detalha as receitas de impostos e contribuições sociais por tipo de imposto ou contribuição social e subsetor recebedor.
- Para efeitos de análise, os impostos com relevância ambiental podem ser classificados em quatro categorias: Impostos sobre a energia, Impostos sobre o transporte, Impostos sobre a poluição e Impostos sobre os recursos.
- Uma taxa difere de um imposto no sentido em que as Administrações Públicas usam a receita arrecadada para estabelecer algum tipo de função de regulação (tais como a verificação de competências ou qualificações das entidades envolvidas ou o estabelecimento de sistemas de gestão em diversas áreas que tenham a tendência, no decorrer da sua atividade, para provocar externalidades negativas para a sociedade).
- Este capítulo encontra-se organizado em dois subcapítulos: impostos com relevância ambiental e taxas com relevância ambiental.
- Para permitir ter um quadro de referência, serão comparados os resultados de 2008 com informação similar a nível europeu, visto que é este o ano mais recente para o qual esta informação existe.



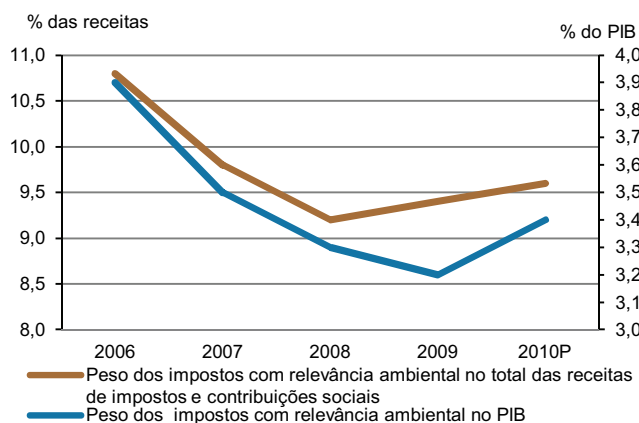
12.1 - IMPOSTOS COM RELEVÂNCIA AMBIENTAL

Figura 12.1 - Impostos com relevância ambiental, por categoria



Fonte: INE

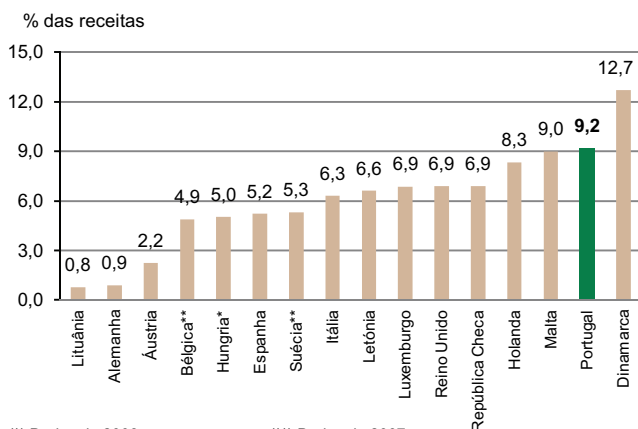
Figura 12.2 - Total dos impostos com relevância ambiental



Fonte: INE

dos quais se destaca o imposto sobre produtos petrolíferos e energéticos. Os impostos sobre a poluição atingiram quase 1/4 do total da receita tributária (23,2%), sendo quase exclusivamente provenientes do imposto sobre o tabaco. Os impostos sobre os transportes (repartidos entre o imposto automóvel e o imposto único de circulação) representaram 21,5% e os impostos sobre os recursos (licenças de caça e pesca e a taxa de recursos hídricos) completam o total da receita obtida, com 0,1%.

Figura 12.3 - Peso dos impostos com relevância ambiental no total das receitas de impostos e contribuições sociais, em alguns países da UE, em 2008



(*) Dados de 2006

(**) Dados de 2007

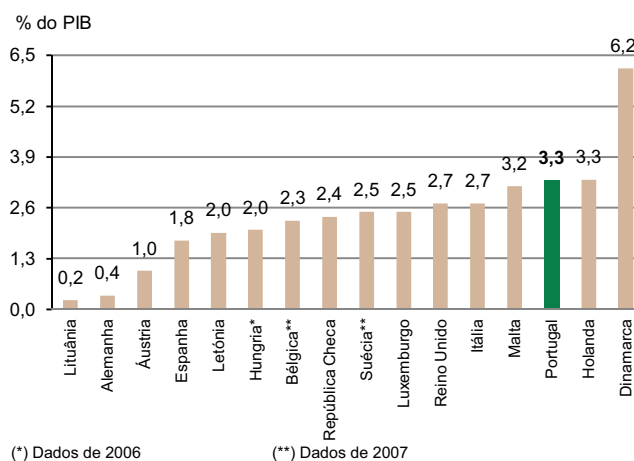
Fonte: INE

Os impostos com relevância ambiental incidem sobre os bens e serviços (bases do imposto) que possuem um potencial impacto negativo sobre o ambiente, concretamente, impostos sobre a energia, a poluição, os transportes e os recursos. Em 2010, o valor destes impostos perfeitamente a importância de 5,79 mil milhões de euros, o que representa 9,6% do total das receitas de impostos e contribuições sociais desse ano e 3,4% do PIB nacional.

No período em análise, registou-se uma redução sucessiva do valor dos impostos com relevância ambiental até 2009, observando-se uma recuperação em 2010. De facto, com a entrada em vigor da reforma global da tributação automóvel, em meados de 2007, as receitas com o imposto automóvel / imposto sobre veículos recuaram 275 milhões de euros, em 2008, e cerca de 500 milhões de euros, em 2009. Em 2010, esta receita acabou, em parte, por ser recuperada. Nesse ano observou-se, adicionalmente, um aumento das receitas com o imposto sobre o tabaco, devido à antecipação do aumento das taxas para 2011.

Em termos estruturais, no período 2006/2010, a receita com impostos com relevância ambiental foi dominada pelos impostos sobre a energia (55,2%),

Figura 12.4 - Peso dos impostos com relevância ambiental no PIB, em alguns países da UE, em 2008



(*) Dados de 2006

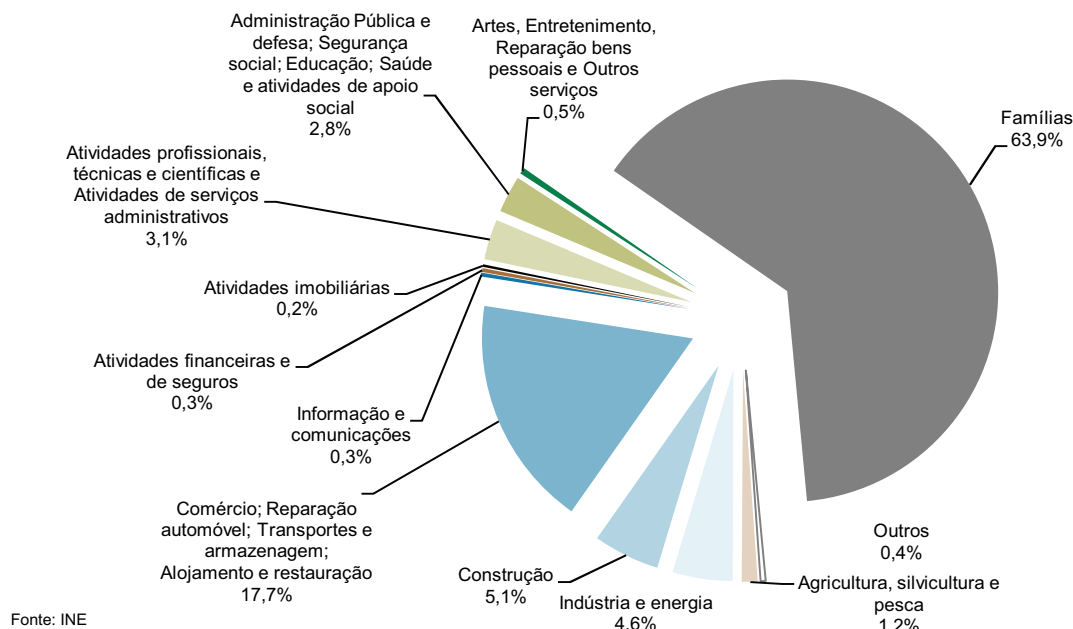
(**) Dados de 2007

Fonte: INE



A comparação, para 2008, com outros países da UE para os quais existem dados disponíveis, coloca Portugal como um dos países em que os impostos com relevância ambiental têm maior expressão relativa, sendo o segundo mais elevado ao nível do indicador “Peso dos impostos com relevância ambiental no total das receitas de impostos e contribuições sociais”, e o terceiro no indicador “Peso dos impostos com relevância ambiental no PIB”.

Figura 12.5 - Impostos com relevância ambiental, por ramo de atividade e famílias, no período 2006-2009 (%)



Classificando a receita pela atividade principal do contribuinte, verifica-se que, no período 2006-2009, as Famílias (enquanto consumidoras) contribuíram com 63,9% para o total da receita com impostos com relevância ambiental. O ramo que reúne as atividades de comércio, reparação automóvel, transportes e armazenagem e alojamento e restauração contribuiu com 17,7% e as restantes atividades da economia concorreram com os restantes 18,4% desse total.

Analisando a distribuição dos impostos com relevância ambiental por ramo de atividade e por categoria, em 2009, verifica-se que as Famílias contribuíram quase exclusivamente para a receita com impostos sobre a poluição (99,9%), justificado pelo facto desta categoria incluir o imposto sobre o tabaco. A restante receita proveniente desta categoria diz respeito ao imposto sobre o ruído.

As Famílias têm também um contributo expressivo no total das receitas com impostos sobre os transportes (71,6%) e sobre a energia (44,8%).

O ramo que reúne as atividades de comércio, reparação automóvel, transportes e armazenagem e alojamento e restauração também tem um peso importante no total das receitas com impostos sobre a energia (28,6%) e sobre os transportes (13,4%). Isto acontece pois este ramo inclui a atividade de transportes e armazenagem, que consome muito combustível e detém um stock elevado de equipamentos de transporte, que são duas das bases de impostos consideradas nos Impostos com relevância ambiental.

Finalmente, verifica-se que no setor produtivo, a maior parte dos impostos com relevância ambiental estão concentrados na categoria impostos sobre a energia (85,2%), enquanto nas Famílias existe uma distribuição mais equitativa pelas várias categorias (42,1% do valor pago são em impostos sobre a energia, 36,2% em impostos sobre a poluição e 21,8% em impostos sobre os transportes).



Figura 12.6 - Impostos com relevância ambiental, por ramo de atividade e famílias e por categoria, em 2009

NACE A10		Unidade: 10 ⁶ EUR				
		Total	Energia	Poluição	Recursos	Transportes
1	Agricultura, Silvicultura e Pesca	66,52	61,87	//	0,12	4,53
2	Indústria e Energia	257,83	220,11	//	6,54	31,18
3	Construção	271,18	257,35	//	0,03	13,80
4	Comércio; Reparação automóvel; Transportes e Armazenagem; Alojamento e Restauração	1 051,35	912,59	//	0,09	138,67
5	Informação e Comunicações	16,01	13,70	//	//	2,31
6	Atividades financeiras e de seguros	15,31	12,72	//	//	2,59
7	Atividades imobiliárias	11,40	9,25	//	//	2,15
8	Atividades profissionais, técnicas e científicas e Atividades de serviços administrativos	151,25	69,52	//	0,09	81,64
9	Administração pública e defesa; Segurança social; Educação; Saúde e Atividades de apoio social	172,75	159,26	//	//	13,50
10	Artes, Entretenimento, Reparação bens pessoais e Outros serviços	27,49	23,49	//	//	4,00
Total dos ramos de atividade		2 041,09	1 739,85	//	6,87	294,36
Famílias		3 405,81	1 432,31	1 232,45	0,03	741,03
Outros (não residentes e não atribuído a um ramo)		23,47	23,20	0,27	//	//
Total		5 470,37	3 195,36	1 232,72	6,91	1 035,40

Fonte: INE

12.2 - TAXAS COM RELEVÂNCIA AMBIENTAL

Entre 2006 e 2009, as taxas com relevância ambiental cresceram a um ritmo anual de 17,8%, tendo passado de 324 milhões de euros para 530 milhões de euros.

Não obstante o número crescente deste tipo de taxas, em termos de receita, são as que incidem sobre a salubridade, o saneamento e sobre as de recolha e tratamento de resíduos sólidos que têm um maior peso relativo, representando, em 2009, 78,4% do total de receita arrecadada com estas taxas.

Em termos de categorias, regista-se que a esmagadora maioria da receita provém de taxas sobre a poluição (97,1% em 2009), situação que se explica pelo facto destas taxas servirem para financiar vários sistemas de gestão e mitigação da poluição provocada pelos resíduos gerados pelo sistema económico-social.

Relativizando a importância destas taxas face ao PIB, verifica-se que o seu impacto ainda é reduzido. Em 2006, representavam 0,2% daquele agregado macroeconómico, passando para 0,3%, em 2009.

Adicionando o total da receita com taxas com relevância ambiental ao total da receita com impostos com relevância ambiental, verifica-se que, em 2009, no seu conjunto, esse montante representava 3,6% do PIB (em 2006, esse peso era de 4,1%).

Figura 12.7 - Taxas com relevância ambiental, entre 2006 e 2009

Designação		Unidade: 10 ⁶ EUR			
		2006	2007	2008	2009
Taxas sobre a energia		//	//	3,91	4,92
Taxa sobre as lâmpadas de baixa eficiência energética		//	//	3,91	4,92
Taxas sobre a poluição		323,86	412,23	413,26	517,00
Taxas de recolha e tratamento de resíduos sólidos		133,26	156,65	176,28	181,33
Taxas de salubridade e saneamento		110,49	147,92	130,45	236,26
Taxa de gestão do sistema de reciclagem de embalagens de vidro, papel, plástico, metal e madeira		50,38	65,83	64,25	59,63
Taxa de gestão do sistema de reciclagem de medicamentos e produtos fitossanitários		1,83	1,86	1,94	1,85
Taxa de gestão do sistema de reciclagem de óleos lubrificantes usados		5,59	5,68	5,63	5,00
Taxa de gestão do sistema de reciclagem de pneus		8,67	9,12	10,54	9,97
Taxa de remoção, bloqueamento e depósito de veículos e de gestão do sistema de reciclagem de veículos em fim de vida		0,25	0,25	0,25	0,25
Taxa de gestão do sistema de reciclagem de equipamentos elétricos e eletrónicos		10,93	22,46	22,52	21,13
Taxa de gestão do sistema de reciclagem de pilhas, baterias e acumuladores		2,46	2,46	1,41	1,59
Taxas sobre os recursos		0,09	//	//	8,06
Taxa de recursos hídricos (componentes A, I e U)		//	//	//	8,06
Taxa de exploração de termas		0,09	//	//	//
Total das taxas com relevância ambiental		323,95	412,23	417,17	529,98

Fonte: INE

Nota: Para efeitos de comparação, em 2006, foram agregados todos os antigos impostos que foram substituídos pelo Imposto Único de Circulação (o imposto municipal sobre veículos, o imposto de circulação e o imposto de camionagem).



12.3 - QUADROS DE RESULTADOS

Quadro 12.1 - Impostos com relevância ambiental, por categoria e por ramo de atividade

Unidade: 10⁶ EUR

Categoria	2006					2007				
	Total	Energia	Transporte	Poluição	Recursos	Total	Energia	Transporte	Poluição	Recursos
A	67,34	63,34	3,92	//	0,08	69,28	62,64	6,52	//	0,12
B	66,84	65,69	1,15	//	//	81,50	80,47	1,02	//	//
CA	35,62	29,50	6,12	//	//	39,13	30,09	9,05	//	//
CB	20,40	17,04	3,36	//	//	20,00	16,77	3,23	//	//
CC	20,21	17,35	2,86	//	//	20,46	17,46	3,00	//	//
CD	0,16	0,16	0,00	//	//	0,16	0,16	0,00	//	//
CE	5,17	3,96	1,21	//	//	5,57	4,37	1,20	//	//
CF	2,59	1,94	0,65	//	//	2,48	1,98	0,50	//	//
CG	25,83	22,30	3,53	//	//	26,53	22,89	3,64	//	//
CH	25,93	21,33	4,61	//	//	28,93	24,29	4,64	//	//
CI	2,48	1,97	0,52	//	//	2,40	1,93	0,48	//	//
CJ	2,58	1,88	0,70	//	//	2,69	1,93	0,76	//	//
CK	5,85	4,61	1,24	//	//	6,33	5,35	0,98	//	//
CL	4,90	2,13	2,77	//	//	5,14	2,31	2,83	//	//
CM	11,25	9,13	2,12	//	//	12,13	9,72	2,42	//	//
D	3,43	2,34	1,10	//	//	3,12	2,58	0,54	//	//
E	22,33	16,99	5,34	//	//	25,91	18,70	7,21	//	//
F	305,38	281,15	24,24	//	//	313,22	285,84	27,38	//	//
G	359,99	323,64	36,34	//	//	375,75	339,87	35,88	//	//
H	591,47	507,97	83,51	//	//	660,94	563,71	97,23	//	//
I	15,06	8,48	6,58	//	//	14,87	8,45	6,42	//	//
JA	5,35	3,94	1,41	//	//	5,22	4,26	0,96	//	//
JB	6,41	4,51	1,89	//	//	5,48	4,59	0,88	//	//
JC	6,59	5,14	1,45	//	//	6,33	5,04	1,29	//	//
K	18,31	12,30	6,01	//	//	15,43	13,16	2,27	//	//
L	16,29	9,97	6,32	//	//	15,30	10,06	5,24	//	//
MA	26,82	17,43	9,39	//	//	24,35	18,08	6,28	//	//
MB	3,06	1,77	1,29	//	//	3,10	1,98	1,12	//	//
MC	14,93	12,75	2,18	//	//	14,82	13,06	1,76	//	//
N	147,90	33,03	114,87	//	//	159,24	35,77	123,47	//	//
O	45,91	44,34	1,57	//	//	52,87	51,10	1,78	//	//
P	17,52	11,77	5,75	//	//	17,52	11,56	5,96	//	//
QA	38,90	29,83	9,07	//	//	40,91	29,14	11,78	//	//
QB	48,59	45,07	3,52	//	//	50,80	49,54	1,26	//	//
R	9,22	7,09	2,13	//	//	11,53	7,91	3,63	//	//
S	18,88	13,89	4,98	//	//	15,62	13,72	1,90	//	//
T	//	//	//	//	//	//	//	//	//	//
U	//	//	//	//	//	//	//	//	//	//
Total dos Ramos de Atividade	2 019,49	1 655,73	363,68	//	0,08	2 155,04	1 770,44	384,48	//	0,12
Famílias	4 138,22	1 506,08	1 052,49	1 578,81	0,84	3 768,65	1 541,24	1 061,22	1 165,39	0,80
Outros empregos	21,75	21,54	//	0,21	//	22,37	22,21	//	0,16	//
Total dos impostos com relevância ambiental	6 179,46	3 183,35	1 416,17	1 579,03	0,92	5 946,06	3 333,89	1 445,70	1 165,55	0,92

(continua)



Quadro 12.1 - Impostos com relevância ambiental, por categoria e por ramo de atividade (cont.)

Unidade: 10⁶ EUR

Categoria	2008					2009				
	Total	Energia	Transporte	Poluição	Recursos	Total	Energia	Transporte	Poluição	Recursos
A	71,10	65,03	5,29	//	0,78	66,52	61,87	4,53	//	0,12
B	74,73	73,53	1,20	//	//	67,81	66,93	0,88	//	//
CA	37,01	29,26	7,74	//	//	37,50	30,44	7,06	//	//
CB	17,35	15,07	2,29	//	//	16,39	14,06	2,33	//	//
CC	18,82	16,28	2,54	//	//	17,98	15,56	2,42	//	//
CD	0,15	0,15	0,00	//	//	0,14	0,14	0,00	//	//
CE	5,82	4,66	1,15	//	//	5,93	4,72	1,20	//	0,01
CF	2,58	2,00	0,58	//	//	2,91	2,18	0,73	//	//
CG	24,76	21,94	2,82	//	//	23,20	20,42	2,78	//	//
CH	27,83	23,97	3,87	//	//	25,40	22,29	2,86	//	0,26
CI	2,26	1,81	0,45	//	//	1,71	1,29	0,43	//	//
CJ	3,08	2,05	1,03	//	//	3,12	2,33	0,79	//	//
CK	6,23	5,16	1,06	//	//	5,67	4,69	0,98	//	//
CL	4,98	2,15	2,83	//	//	5,24	1,90	3,35	//	//
CM	11,45	9,72	1,72	//	//	11,13	9,89	1,24	//	0,00
D	3,23	2,59	0,65	//	//	3,67	2,78	0,80	//	0,10
E	23,07	18,68	4,38	//	//	30,02	20,50	3,34	//	6,18
F	290,19	271,33	18,86	//	//	271,18	257,35	13,80	//	0,03
G	366,20	335,06	31,14	//	//	355,48	327,28	28,12	//	0,09
H	674,50	573,31	101,19	//	//	679,75	575,03	104,72	//	//
I	14,55	8,77	5,78	//	//	16,12	10,28	5,84	//	//
JA	5,30	4,31	0,99	//	//	5,04	4,33	0,71	//	//
JB	5,13	4,56	0,57	//	//	5,42	4,70	0,72	//	//
JC	6,02	4,84	1,18	//	//	5,55	4,67	0,88	//	//
K	16,66	13,65	3,01	//	//	15,31	12,72	2,59	//	//
L	12,16	9,01	3,15	//	//	11,40	9,25	2,15	//	//
MA	23,64	17,56	6,07	//	//	22,22	17,65	4,51	//	0,05
MB	2,98	1,98	0,99	//	//	3,30	2,20	1,10	//	//
MC	14,08	12,53	1,55	//	//	12,99	11,80	1,19	//	//
N	130,84	35,89	94,96	//	//	112,74	37,87	74,84	//	0,04
O	52,67	47,18	5,49	//	//	63,14	59,92	3,22	//	//
O	52,67	47,18	5,49	//	//	63,14	59,92	3,22	//	//
P	16,09	11,35	4,74	//	//	16,86	13,20	3,66	//	//
QA	38,45	30,01	8,44	//	//	39,59	34,20	5,40	//	//
QB	52,22	50,33	1,89	//	//	53,15	51,94	1,22	//	//
R	10,78	7,82	2,96	//	//	10,71	7,98	2,73	//	//
S	16,05	14,28	1,77	//	//	16,78	15,51	1,27	//	//
T	//	//	//	//	//	//	//	//	//	//
U	//	//	//	//	//	//	//	//	//	//
Total dos Ramos de Atividade	2 082,92	1 747,82	334,33	//	0,78	2 041,09	1 739,85	294,36	//	6,87
Famílias	3 578,74	1 434,99	860,69	1 281,30	1,75	3 405,81	1 432,31	741,03	1 232,45	0,03
Outros empregos	20,62	20,43	//	0,19	//	23,47	23,20	//	0,27	//
Total dos impostos com relevância ambiental	5 682,27	3 203,24	1 195,02	1 281,49	2,53	5 470,37	3 195,36	1 035,40	1 232,72	6,91

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Notas:

A	Agricultura, floresta e pesca
B	Indústrias extrativas
CA	Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco
CB	Indústria têxtil, do vestuário, do couro e dos produtos de couro
CC	Indústria da madeira, pasta, papel e cartão e seus artigos e impressão
CD	Fabricação de coque e de produtos petrolíferos refinados
CE	Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas e artificiais
CF	Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas
CG	Fabricação de artigos de borracha, de matérias plásticas e de outros produtos minerais não metálicos
CH	Indústrias metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos
CI	Fabricação de equipamentos informáticos, equipamentos para comunicação, produtos eletrónicos e óticos
CJ	Fabricação de equipamento elétrico
CK	Fabricação de máquinas e equipamentos, n.e.
CL	Fabricação de material de transporte
CM	Indústrias transformadoras, n. e.; reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos
D	Produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar frio
E	Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição
F	Construção
G	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos
H	Transportes e armazenagem
I	Atividades de alojamento e restauração
JA	Atividades de edição, gravação e programação de rádio e televisão
JB	Telecomunicações
JC	Consultoria, atividades relacionadas de programação informática e atividades dos serviços de informação
K	Atividades financeiras e de seguros
L	Atividades imobiliárias
MA	Atividades jurídicas, de contabilidade, gestão, arquitetura, engenharia e atividades de ensaios e análises técnicas
MB	Investigação científica e desenvolvimento
MC	Outras atividades de consultoria, científicas e técnicas
N	Atividades administrativas e dos serviços de apoio
O	Administração pública e defesa; segurança social obrigatória
P	Educação
QA	Atividades de saúde humana
QB	Atividades de apoio social
R	Atividades artísticas, de espetáculos e recreativas
S	Outras atividades de serviços
T	Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico. Atividades de produção de bens e serviços pelas famílias para uso
U	Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais



Quadro 12.2 - Impostos com relevância ambiental, por categoria e por imposto

Ano	Unidade: 10 ⁶ EUR				
	2006	2007	2008	2009	2010 (Po)
Total	6 179,46	5 946,06	5 682,27	5 470,37	5 787,49
Imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP)	3 172,74	3 325,17	3 188,86	3 176,84	3 140,25
Taxa de exploração sobre as instalações elétricas	10,61	8,72	14,38	18,51	12,75
Energia	3 183,35	3 333,89	3 203,24	3 195,36	3 153,01
Imposto sobre o tabaco	1 578,81	1 165,39	1 281,30	1 232,45	1 480,11
Imposto sobre o ruído	0,21	0,16	0,19	0,27	0,12
Poluição	1 579,03	1 165,55	1 281,49	1 232,72	1 480,23
Taxa de licenciamento anual para o exercício da pesca e utilização das artes	0,08	0,12	0,78	0,12	0,13
Licenças de caça	0,84	0,80	1,75	0,03	0,55
Taxa de recursos hídricos (componentes E e O)	//	//	//	6,76	5,14
Recursos	0,92	0,92	2,53	6,91	5,82
Imposto automóvel / Imposto sobre veículos (IA / ISV)	1 205,14	1 220,66	945,62	714,35	831,83
Imposto municipal sobre veículos (IMV)	132,42	133,61	//	//	//
Imposto de circulação (ICi)	60,64	65,93	//	//	//
Imposto de camionagem (ICa)	17,98	19,07	//	//	//
Imposto único de circulação (IUC)	//	6,43	249,40	321,05	316,61
Transporte	1 416,17	1 445,70	1 195,02	1 035,40	1 148,44

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Quadro 12.3 - Taxas com relevância ambiental, por categoria e por taxa

Ano	Unidade: 10 ⁶ euros			
	2006	2007	2008	2009
Total	323,95	412,23	417,17	529,98
Taxa sobre as lâmpadas de baixa eficiência energética	//	//	3,91	4,92
Energia	//	//	3,91	4,92
Taxas de recolha e tratamento de resíduos sólidos	133,26	156,65	176,28	181,33
Taxas de salubridade e saneamento	110,49	147,92	130,45	236,26
Taxa de gestão do sistema de reciclagem de embalagens de vidro, papel, plástico, metal e madeira	50,38	65,83	64,25	59,63
Taxa de gestão do sistema de reciclagem de medicamentos e produtos fitossanitários	1,83	1,86	1,94	1,85
Taxa de gestão do sistema de reciclagem de óleos lubrificantes usados	5,59	5,68	5,63	5,00
Taxa de gestão do sistema de reciclagem de pneus	8,67	9,12	10,54	9,97
Taxa de remoção, bloqueamento e depósito de veículos e de gestão do sistema de reciclagem de veículos em fim de vida	0,25	0,25	0,25	0,25
Taxa de gestão do sistema de reciclagem de equipamentos eléctricos e electrónicos	10,93	22,46	22,52	21,13
Taxa de gestão do sistema de reciclagem de pilhas, baterias e acumuladores	2,46	2,46	1,41	1,59
Poluição	323,86	412,23	413,26	517,00
Taxa de recursos hídricos (componentes A, I e U)	//	//	//	8,06
Taxa de exploração de termas	0,09	//	//	//
Recursos	0,09	//	//	8,06

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.





**Metodologias,
conceitos e
nomenclaturas**

14.1 - METODOLOGIAS

14.1.1 - Despesas com a proteção do ambiente

Os setores institucionais adotados pelo Sistema de Contas Nacionais, como unidades estatísticas fundamentais, caracterizam-se pelo seu comportamento e autonomia de decisão. Às Administrações Públicas compete a produção de serviços não mercantis destinados à coletividade, bem como, a realização de operações de redistribuição, do rendimento e das riquezas nacionais. O sistema de Contabilidade Nacional em vigor na União Europeia considera o setor institucional “Administrações Públicas” dividido em subsetores, dos quais se destacam a Administração Central, a Administração Regional, a Administração Local e a Segurança Social.

Segundo o “Sistema Europeu de Recolha de Informação Económica sobre o Ambiente” (SERIEE), as unidades consideradas no setor institucional Administrações Públicas, cuja função principal é a gestão e proteção do ambiente, podem dividir-se em duas categorias: produtores característicos especializados e não especializados. Identificam-se na primeira categoria as unidades que produzem serviços não mercantis diretamente ligados à gestão e proteção do ambiente. Na segunda categoria, ou seja, nos produtores característicos não especializados, consideram-se as unidades que prestam serviços de gestão e proteção do ambiente, como atividade auxiliar de uma atividade principal, secundária ou única não característica, e nas quais se incluem as unidades correspondentes às Administrações Públicas (Central, Regional e Local e respetivas Instituições Sem Fins Lucrativos).

A recolha de dados relativos à despesa das Administrações Públicas em gestão e proteção do ambiente provém de várias fontes, nomeadamente da Conta Geral do Estado, Contas das Regiões Autónomas e Contas de Gerência de alguns Serviços e Fundos Autónomos, bem como de inquéritos realizados junto de unidades estatísticas dos setores em observação.

São utilizadas as nomenclaturas inerentes ao Sistema de Contabilidade Nacional, à Classificação Económica das Receitas e das Despesas da Contabilidade Pública e à Classificação de Atividades e Despesas de Proteção do Ambiente para a classificação dos domínios de gestão e proteção do ambiente.

Administração Central

Em Portugal, a Administração Central é um dos principais setores institucionais responsáveis por significativos fluxos financeiros na área de gestão e proteção do ambiente. Englobando o Estado e demais organismos centrais, a sua competência exerce-se a nível nacional, incluindo igualmente alguns organismos autónomos que, embora exercendo a atividade a nível local, constituem meios de ação da Administração Central e são por esta financiados, a título principal.

Para a recolha de dados financeiros considera-se as unidades pertencentes aos subsetores institucionais: Estado e Serviços e Fundos Autónomos da Administração Central. Deste modo, são analisadas a Conta Geral do Estado e as Contas de Gerência de algumas instituições deste nível de administração.

Administração Regional

A Administração Regional reúne os Órgãos dos Governos Regionais (Açores e Madeira) e os Serviços e Fundos Autónomos da Administração Regional. A informação é recolhida com base nas Contas das Regiões e nas Contas de Gerência dos Serviços e Fundos Autónomos selecionados.

Administração Local

A Administração Local reúne diversos órgãos dos quais se destacam – os Municípios, os Serviços Autónomos da Administração Local e as Instituições Sem Fins Lucrativos (ISFL) da Administração Local. Estas últimas, de acordo com o sistema de informação definido pelo Serviço de Estatística das Comunidades Europeias (EUROSTAT) para o ambiente, têm um tratamento individualizado, agrupando as ISFL da Administração Central e Local.

A informação de natureza económica é recolhida através do “Inquérito aos Municípios – Proteção do Ambiente” (IMPA), efetuada por via postal e via Web, com periodicidade anual, de âmbito nacional e exaustiva (totalidade dos municípios). A informação recolhida refere-se às receitas e despesas efetuadas por administração direta dos Municípios nos domínios “Proteção da Qualidade do Ar e Clima”, “Gestão de Resíduos”, “Proteção e Recuperação dos Solos, de Águas Subterrâneas e Superficiais”, “Proteção contra Ruídos e Vibrações”, “Proteção da Biodiversidade e Paisagem”, “Investigação e Desenvolvimento” e “Outras Atividades de Proteção do Ambiente”.

O “Inquérito aos Municípios – Proteção do Ambiente” obteve uma taxa de resposta de 100%, correspondente aos 308 Municípios do País.

Paralelamente é recolhida informação, de natureza económica, através do “Inquérito às Entidades Gestoras de Resíduos Urbanos” (IEGRU) às entidades gestoras de serviços de gestão de resíduos urbanos em baixa, designadamente as empresas municipais e os serviços municipalizados.



14.1.2 - Empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente

Na presente edição, o “Inquérito às Empresas - Gestão e Proteção do Ambiente” (IEGPA) foi reformulado, de forma a adequar as rubricas financeiras de acordo com o Sistema de Normalização Contabilístico que entrou em vigo a 1 de janeiro de 2010 em substituição do Plano Oficial de Contabilidade. Aproveitou-se esta oportunidade para passar em revista o questionário, tendo sido introduzidas variáveis adicionais, com vista a dar resposta a necessidades de informação nacionais e comunitárias.

O “Inquérito às Empresas - Gestão e Proteção do Ambiente” (IEGPA) é um inquérito anual efetuado por via eletrónica e postal a uma amostra de empresas cuja atividade económica se inclua nos setores económicos, correspondentes às seguintes secções da CAE Rev. 3: B -Indústrias extrativas; C - Indústrias transformadoras, D – Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio e da E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição, apenas a divisão Captação, tratamento e distribuição de água.

Para além de referências metodológicas do EUROSTAT, este inquérito decorre da aplicação do Regulamento CE Nº 295/2008 de 11 de Março de 2008, relativo às Estatísticas Estruturais das Empresas, em particular no que se refere às variáveis de ambiente – 21 11 0 investimento em equipamentos e instalações fim-de-linha destinados ao controlo e redução da poluição; 21 12 0 investimentos em equipamentos limpos integrados e reconversão para processos limpos; 21 14 0 despesas correntes em atividades de controlo e redução da poluição. Desta forma, o inquérito incide sobre as atividades económicas industriais consideradas mais “agressivas” para o ambiente e, como tal, suscetíveis de gerar a maior parte e os mais significativos investimentos em atividades de proteção ambiental, no que se refere à esfera da iniciativa empresarial.

Com base na amostra obtida, os dados estimados são representativos para o conjunto dos setores de atividade abrangidos, no que se refere ao esforço financeiro suportado na luta que desenvolvem contra a poluição.

Para seleção do universo das unidades estatísticas a inquirir foi utilizado o Ficheiro Geral de Unidades Estatísticas do INE; o processo de seleção obedeceu à seguinte metodologia:

Base de amostragem: Ficheiro de empresas constituído a partir do Universo de Empresas dos Inquéritos de Estrutura do ano 2010.

Todas as empresas com 1 ou mais pessoas ao serviço e classificadas nas Secções B, C, D e na Divisão 36 da CAE Rev.3.

Estratificação: O universo foi estratificado de acordo com as variáveis atividade económica, região e dimensão, medida pelo número de pessoas ao serviço e pelo volume de negócios, atendendo aos seguintes critérios:

CAE: Classificação das Atividades Económicas – Revisão 3 a dois dígitos (nível Divisão).

NUTS: Nível II da nomenclatura, representando as sete regiões do país - Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira.

EPS: Consideraram-se os seguintes escalões:

- (1) 1 a 49 pessoas ao serviço;
- (2) 50 a 99 pessoas ao serviço;
- (3) 100 ou mais pessoas ao serviço.

EVN: Consideraram-se os seguintes escalões:

- (1) 0 a 499 999 €;
- (2) 500 000 € a 49 999 999 €;
- (3) 50 000 000 € ou mais.

Foram inquiridos exaustivamente os estratos constituídos por empresas com 100 ou mais pessoas ao serviço ou com 50 000 000 € ou mais de volume de negócios.

Repartição da amostra: O número de empresas a inquirir por estrato, foi calculado com base na variável volume de negócios, utilizando a seguinte fórmula:

$$n_h = \frac{N_h S_h}{\sum_{i=1}^H N_i S_i} \times n \quad h=1, 2, \dots, H$$

em que:

$h \rightarrow$ índice de estrato;

$n_h \rightarrow$ dimensão da amostra, no estrato h ;

$N_h \rightarrow$ dimensão do universo, no estrato h ;

$S_h \rightarrow$ desvio padrão da variável volume de negócios, no estrato h ;

$n \rightarrow$ dimensão total da amostra;

$H \rightarrow$ número total de estratos, da base de amostragem.

Seleção da amostra: Depois de constituir o universo do inquérito e concluído o estudo e dimensionamento da amostra respetiva, em cada estrato definido para o efeito, a amostra foi selecionada por ordem crescente de carga estatística acumulada e número aleatório associado à empresa, em que a carga estatística representa o número de operações estatísticas para as quais a empresa já foi selecionada.

A fiabilidade das estimativas obtidas no inquérito, foi estimada através dos coeficientes de variação *à posteriori*, calculados a partir das respostas obtidas conjuntamente com as respostas imputadas.

Estimadores: O estimador do total da variável X , num determinado estrato h , é dado por:

$$\hat{X}_h = \frac{N_h}{n_h} \sum_{i=1}^{n_h} x_{ih}, \text{ com } i=1, 2, \dots, n_h \text{ onde:}$$

$i \rightarrow$ índice de empresa;

$h \rightarrow$ índice de estrato;

$N_h \rightarrow$ dimensão do universo no estrato h ;

$n_h \rightarrow$ número de empresas da amostra que responderam ao inquérito;

$x_{ih} \rightarrow$ valor da variável X , da empresa i , no estrato h .

O estimador do total da variável X , para uma agregação de estratos A , é dado por:

$$\hat{X}_A = \sum_{h \in A} \hat{X}_h, \text{ com } h \in A$$

($\#A \leq H$, ou seja, o número de estratos da agregação A é menor ou igual ao número total de estratos H).

O estimador da variância do total, é dado por:

$$\hat{Var}(\hat{X}) = \sum_{h=1}^H \frac{N_h}{n_h} (N_h - n_h).$$

sendo,

$$s_h^2 = \frac{1}{n_h - 1} \sum_{i=1}^{n_h} (x_{ih} - \bar{x}_h)^2$$

a variância calculada a partir dos valores da amostra, para cada um dos estratos.

Coeficiente de variação: O coeficiente de variação (C.V.) de um estimador é medido em termos relativos e é dado pelo quociente entre o desvio padrão do estimador e o valor do parâmetro a estimar. No caso do estimador do total, o C.V. (em %) é dado por:

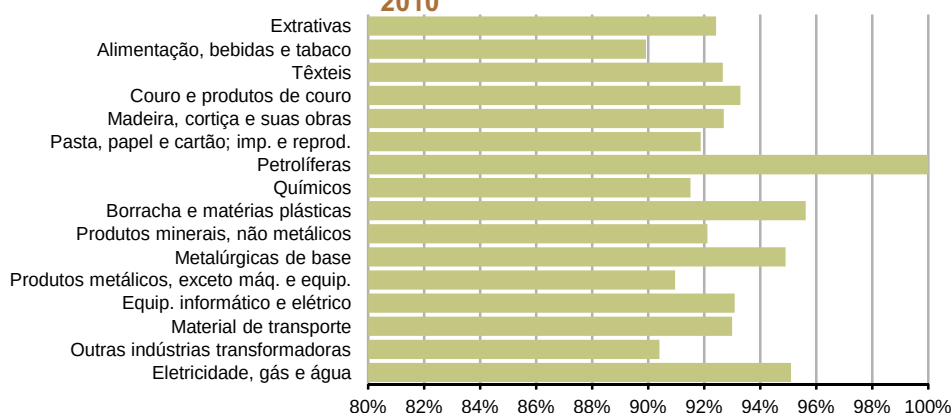
$$\hat{CV}(\hat{X}) = \frac{\sqrt{\hat{Var}(\hat{X})}}{\hat{X}} \times 100$$

Ao calcular o coeficiente de variação de uma estimativa pode construir-se um intervalo de valores que apresenta uma certa confiança, medida em termos de probabilidade, de conter o verdadeiro valor que se pretende estimar. Segundo a teoria da amostragem, os limites do intervalo de confiança são:

$$\left[\hat{X} \pm \hat{cv}(\hat{X}) \cdot \hat{X} \right], \text{ para um nível de confiança de 68\%};$$

$$\left[\hat{X} \pm 1,96 \cdot \hat{cv}(\hat{X}) \cdot \hat{X} \right], \text{ para um nível de confiança de 95\%}.$$

Figura 14.1 - Inquérito ao Ambiente - Gestão e Protecção do Ambiente - Taxa de resposta em 2010



A taxa de resposta global situou-se nos 92%. Ao nível das regiões NUTS II, a Região Autónoma da Madeira e a região do Algarve registaram as taxas de resposta mais baixas, respetivamente, 82% e 88%.

Tratamento de não resposta: Para contornar o problema das não respostas foi efetuada imputação.

Em cada estrato, determinou-se o número de não respostas - NR_h e, de entre as empresas respondentes, selecionaram-se aleatoriamente NR_h empresas.

Para cada uma dessas empresas, determinou-se a estrutura de distribuição do total de cada variável observada (investimento em ambiente, gastos em ambiente, rendimento com atividades de ambiente e pessoal ao serviço afeto a atividades de ambiente) pelas suas parcelas.

Seguidamente e, para cada variável observada, determinou-se a proporção que cada uma delas representa em relação ao valor total da variável respetiva (investimento, gastos, rendimentos e pessoal ao serviço) declarado na IES 2010.

A cada não resposta atribuiu-se aleatoriamente a estrutura de uma das empresas previamente selecionada.

Essa estrutura foi aplicada ao valor total da variável respetiva (investimento, gastos, rendimentos e pessoal ao serviço) declarado na IES 2010, pela empresa não respondente do IEGPA.

Figura 14.2 - Coeficientes de variação das principais rubricas contabilísticas das empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por setor de atividade

2010	Unidade: %		
Rubricas contabilísticas	Investimentos	Gastos	Rendimentos
Atividades económicas (CAE-Rev.3)			
Total	2,0	0,8	2,5
05-09 Extrativas	8,9	4,6	19,2
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco	15,6	1,7	2,5
13-14 Têxteis	51,6	5,4	2,1
15 Couro e produtos de couro	27,2	10,3	0,0
16 Madeira, cortiça e suas obras	3,4	2,7	3,7
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução	2,1	2,1	4,0
19 Petrolíferas	0,0	0,0	0,0
20-21 Químicos	2,4	1,6	6,0
22 Borracha e matérias plásticas	34,2	8,0	5,0
23 Produtos minerais, não metálicos	3,5	1,6	8,6
24 Metalúrgicas de base	2,1	0,3	1,2
25 Produtos metálicos, exceto máq. e equip.	19,8	8,5	17,9
26-27 Equip. informático e eléctrico	9,3	2,5	0,5
29-30 Material de transporte	1,2	1,8	0,8
28-31-32-33 Outras indústrias transformadoras	15,6	3,2	2,5
35-36 Eletricidade, gás e água	0,4	2,4	0,0

14.1.3 - Entidades Produtoras de Bens e Serviços de Ambiente

O Inquérito ao Setor dos Bens e Serviços do Ambiente é um inquérito anual, efetuado por via postal e via Web, que visa a obtenção de dados sobre as atividades de proteção do ambiente realizadas por empresas, serviços municipalizados, sociedades, entidades empresariais municipais e associações. As atividades incidem essencialmente sobre a produção de bens e prestação de serviços com o fim de promover a proteção ambiental, isto é, reduzir o impacto poluente da atividade industrial que desenvolvem e/ou reduzir a depleção dos recursos naturais.

São recolhidos dados sobre a distribuição do VVN segundo os tipos de bens produzidos e/ou de serviços prestados classificados por domínios de ambiente, assim como segundo a natureza dos clientes da entidade. A recolha de informação incide igualmente sobre o número de pessoas ao serviço da entidade com funções de ambiente, segundo o sexo, grupos funcionais e regime de trabalho.

O questionário pretende seguir as orientações do Manual do Setor de Bens e Serviços do Eurostat quanto à caracterização do Setor tal como o VVN (peso por domínio de ambiente e atividade) e emprego (desagregação do género).

Unidades inquiridas

Entidades do Fichero de Unidades Estatísticas, APEMETA (Associação Portuguesa de Empresas de Tecnologias Ambientais) e Diretório Nacional de Ambiente e Recursos Naturais.

Taxa de resposta

A taxa de resposta foi de 84%, sendo que cerca de 60% das entidades desenvolveram atividades relativas à produção de bens, tecnologias e serviços relacionados com a gestão da poluição e/ou recursos.

Figura 14.3 - Inquérito ao Sector de Bens e Serviços de Ambiente
Taxa de resposta em 2010

Unidades inquiridas		
Com resposta	%	Com actividade ambiental
2 890	84	2 059

Tratamento de não-respostas

Para as entidades em falta no ano n, que responderam e estavam ativas em n-1, são estimados os valores de VVN e NPS.

Variável “Volume de Negócios” - VVN

Aplicação, a todas as variáveis de VVN do IBSA, da taxa média de variação do VVN (Informação Empresarial simplificada - IES), por estrato de cálculo, entre o ano n-1 e o ano n

$$vvn_a^n = vvn_a^{n-1} \times \frac{\overline{VVN_i^n}}{\overline{VVN_i^{n-1}}}$$

vna → variável calculada da entidade em falta;

n-1 → período de referência anterior;

n → período de referência atual;

i → estrato de cálculo;

VVNi → VVN total do estrato i.

O VVNi obtém-se a partir da IES.

Estratos de cálculo

Figura 14.4 - Estratos de cálculo para o VVN das Atividades Centrais de Ambiente

2010	Unidade: EUR		
CAE-Rev.3	Escala 1	Escala 2	Escala 3
22112	< 285 000	285 000 - 1 500 000	> 1 500 000
36001	< 650 000	650 000 - 5 000 000	> 5 000 000
36002	< 5 000 000	5 000 000 - 9 500 000	> 9 500 000
37001	< 100 000	100 000 - 400 000	> 400 000
37002	< 1 300 000	1 300 000 - 6 900 000	> 6 900 000
38111	< 190 000	190 000 - 560 000	> 560 000
38112	< 250 000	250 000 - 1 650 000	> 1 650 000
38120	< 3 900 000	3 900 000 - 6 300 000	> 6 300 000
38211	< 130 000	130 000 - 270 000	> 270 000
38212	< 3 900 000	3 900 000 - 8 700 000	> 8 700 000
38220	< 1 900 000	1 900 000 - 7 000 000	> 7 000 000
38311	< 313 000	313 000 - 343 000	> 343 000
38313	< 415 000	415 000 - 950 000	> 950 000
38321	< 800 000	800 000 - 3 850 000	> 3 850 000
38322	< 170 000	170 000 - 720 000	> 720 000
39000	< 170 000	170 000 - 300 000	> 300 000
46771	< 40 000	40 000 - 190 000	> 190 000
46772	< 70 000	70 000 - 260 000	> 260 000
46773	< 35 000	35 000 - 150 000	> 150 000

Definiram-se os seguintes estratos de cálculo:

Atividades Centrais de Ambiente (CAE Core)

As respostas obtidas para 2010 foram analisadas para a criação de estratos homogêneos. Devido às grandes disparidades de nível de VVN entre os diferentes ramos de atividade optou-se pela criação de 57 escalões que se distribuem diferenciadamente pelas CAE a 5 dígitos, definidos a partir dos valores do 2º e 3º quartis:

Outras Atividades (CAE não Core)

Em 2010, 318 ocorrências distribuíram-se por 105 CAE “não core”, ou seja em média cerca de 3 empresas por CAE, havendo no entanto 57 com apenas 1 empresa o que constitui forte constrangimento à criação de estratos viáveis, tal como ocorreu no ano anterior. A agregação de CAE não se revelou solução, constatando-se que não há homogeneidade dentro dos agregados assim constituídos.

Assim, optou-se pela definição de estratos com base apenas nos escalões de VVN obtidos a partir do 2 e 3º quartis:

Figura 14.5 - Estratos de cálculo para o VVN das Outras Atividades

2010	Unidade: EUR		
CAE-Rev.3	Escala 1	Escala 2	Escala 3
Não core	< 450 000	450 000 - 1 900 000	> 1 900 000

Atualização anual dos escalões de VVN

Os escalões de VVN são atualizados anualmente a partir do 2º e 3º quartil calculados sobre os dados obtidos em n-1.

Variável “Número de Pessoas ao Serviço” - NPS

Aplicação, a todas as variáveis de NPS do IBSA, da taxa média de variação do NPS (IES), por estrato de cálculo, entre o ano n-1 e o ano n

$$nps_a^n = nps_a^{n-1} \times \frac{NPS_i^n}{NPS_i^{n-1}}$$

- npsa → variável calculada da entidade em falta;
- n-1 → período de referência anterior;
- n → período de referência atual;
- i → estrato de cálculo;
- NPSi → NPS total do estrato i.

O NPSi obtém-se a partir da IES.

Estratos de cálculo

Definiram-se os seguintes estratos de cálculo:

Figura 14.6 - Estratos de cálculo para o NPS

2010		Unidade: Nº	
CAE-Rev.3	Escalão 1	Escalão 2	
22112	<=5	>5	
36001	<=10	>10	
36002	<=50	>50	
37001			
37002	<=15	>15	
38111			
38112	<=5	>5	
38120			
38211			
38212	<=35	>35	
38220			
38311			
38313			
38321	<=5	>5	
38322	<=5	>5	
39000			
46771			
46772			
46773			
Não core	<=5	>5	

14.1.4 - Organizações com atuação na área do ambiente

As instituições que desempenham papel ativo na gestão e proteção do ambiente, foram classificadas em “Entidades Detentoras de Corpos de Bombeiros” e em “Organizações Não Governamentais de Ambiente”.

Entidades Detentoras de Corpos de Bombeiros

Dadas as atividades desenvolvidas por estas instituições na gestão e proteção do ambiente, cujo papel de combate aos fogos florestais é de importância vital para a conservação e proteção da natureza e das espécies, afigurou-se indispensável recolher diretamente informação sobre as mesmas. À semelhança da edição anterior, o INE continua a utilizar dados de fonte administrativa proveniente da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), entidade responsável pela criação e manutenção do Recenseamento Nacional dos Bombeiros Portugueses. Uma vez que as atribuições da ANPC se restringem às associações humanitárias de bombeiros e respetivos corpos de bombeiros do território continental, o INE realizou, em simultâneo, um inquérito junto dos corpos de bombeiros mistos, dependentes das câmaras municipais, e privativos do Continente com base no ficheiro cedido pela ANPC, e das regiões autónomas, para recolha de dados físicos e financeiros relativos às atividades desenvolvidas.

A taxa de resposta obtida na edição de 2010 por via postal foi de 95%, enquanto por via administrativa, a componente financeira situou-se nos 61%.

Para os dados físicos e financeiros o tratamento de não resposta correspondeu à imputação dos dados recolhidos em 2009 aos não respondentes da presente edição.

Organizações Não Governamentais de Ambiente

Tendo em conta as atividades desenvolvidas pelas Organizações Não Governamentais de Ambiente, através de ações de sensibilização e de esclarecimento junto das populações, tornou-se necessário recolher diretamente essa informação. Assim, com base no ficheiro cedido pela Agência Portuguesa do Ambiente, responsável pela organização do Registo Nacional das ONGA, realizou-se, um inquérito junto a estas organizações.

Figura 14.7 - Inquérito às Organizações Não Governamentais de Ambiente - Taxa de resposta em 2010

Unidades inquiridas	
Com resposta	%
121	98

A taxa de resposta obtida na edição de 2010 foi de 98%.

Tratamento de não resposta: para colmatar a ausência de resposta das organizações inquiridas foi efetuada imputação. À partida o número de pessoas ao serviço (NPS) nas organizações tem influência no desenvolvimento de atividades ambientais. Tendo em consideração esta situação procedeu-se à estratificação dos dados por NPS. A variável NPS foi analisada para a criação de escalões, dando origem a 6 estratos homogéneos.



A imputação de não respostas é feita apenas para as organizações não respondentes do ano n (ano de referência) e é feita variável a variável, apenas quando existe informação recolhida para o ano $(n-1)$.

Tratamento de não respostas para os dados físicos, com exceção das atividades desenvolvidas:

Os dados do ano n são imputados pelos valores recolhidos para o ano $(n-1)$.

Tratamento de não respostas para os dados financeiros e dados físicos referentes às atividades desenvolvidas:

Inicialmente é feita uma organização dos dados pelos 6 escalões do NPS que constituem os estratos para efeitos de imputação:

- (1) 0 a 4 pessoas ao serviço;
- (2) 5 a 9 pessoas ao serviço;
- (3) 10 a 14 pessoas ao serviço;
- (4) 15 a 19 pessoas ao serviço;
- (5) 20 a 49 pessoas ao serviço;
- (6) 50 ou mais pessoas ao serviço.

Havendo informação do valor médio do estrato nos anos $(n-1)$ e n e do valor recolhido para o ano $(n-1)$, aplica-se a tendência do estrato. Com efeito,

$$v_{ij}^n = v_{ij}^{n-1} \times \frac{\overline{v_{jk}^n}}{\overline{v_{jk}^{n-1}}},$$

onde,

v_{ij}^n - valor a ser imputado da variável de ordem j na organização i no ano n ;

v_{ij}^{n-1} - valor da variável de ordem j na organização i no ano $(n-1)$;

$\overline{v_{jk}^n}$ - valor médio da variável de ordem j no estrato k no ano n ;

$\overline{v_{jk}^{n-1}}$ - valor médio da variável de ordem j no estrato k no ano $(n-1)$;

n - ano de referência dos dados;

$n-1$ - ano anterior ao ano de referência dos dados.

Se o valor médio do estrato não existir ou for nulo, para pelo menos um dos anos, opta-se por considerar o rácio da tendência calculado para a totalidade das organizações (sem divisão por estrato). Com efeito,

$$v_{ij}^n = v_{ij}^{n-1} \times \frac{\overline{v_j^n}}{\overline{v_j^{n-1}}},$$

onde,

v_{ij}^n - valor a ser imputado da variável de ordem j na organização i no ano n ;

v_{ij}^{n-1} - valor da variável de ordem j na organização i no ano $(n-1)$;

$\overline{v_{jk}^n}$ - valor médio da variável de ordem j no estrato k no ano n ;

$\overline{v_{jk}^{n-1}}$ - valor médio da variável de ordem j no estrato k no ano $(n-1)$;

n - ano de referência dos dados;

$n-1$ - ano anterior ao ano de referência dos dados.

Este tipo de tratamento de não respostas não se aplica para o primeiro ano de inquirição.

14.1.5 - Entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água e de águas residuais (caracterização física e de funcionamento)

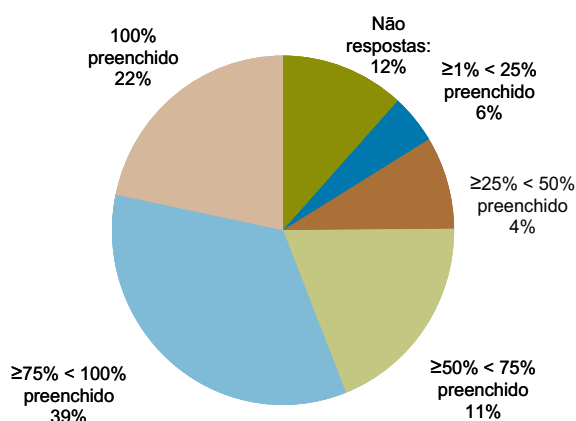
A informação disponibilizada na presente publicação inclui dados definitivos de 2009, e dizem respeito às principais componentes dos sistemas públicos urbanos de Abastecimento de Água e de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais.

Na figura apresenta-se a proporção de respostas e de nível de preenchimento das componentes existentes e associadas às respetivas entidades gestoras que no âmbito da vertente física e de funcionamento, foram alvo de inquirição, expressando o nível de participação. Salientando-se uma taxa de não resposta de 12%, que corresponde a entidades que não participaram (não preenchendo qualquer elemento correspondendo a não respostas) e outras entidades que embora participando não procederam ao preenchimento exaustivo das componentes sob gestão e operação das mesmas. Não obstante, verifica-se que mais 60% das entidades gestoras atingiu níveis de preenchimento muito satisfatórios, verificando-se que procederam ao preenchimento completo de dados sobre mais de 75% das componentes respetivas.

À semelhança do sucedido para o ano de 2008, cerca de 1/5 das entidades preencheu na totalidade as respetivas componentes.

Para mais informações e detalhes consulte a área do website do INAG que disponibiliza toda a informação sobre a operação INSAAR [<http://insaar.inag.pt/>].

Figura 14.8 - INSAAR - Vertente Física e de Funcionamento - Taxa de não respostas e respostas por níveis de preenchimento das componentes existentes



14.1.6 - Estatísticas dos Resíduos Urbanos

Os dados reportados foram disponibilizados pela APA e resultam da informação reportada pelas entidades gestoras de sistemas de gestão de resíduos urbanos no sistema SIRAPA. A informação de resíduos remetidos para aterro não inclui dados de resíduos recolhidos seletivamente em circuitos especiais que tiveram tal equipamento como destino. Os resíduos urbanos contabilizados como submetidos a valorização orgânica inclui dados de recolha indiferenciada e de recolha seletiva.

14.1.7 - Estatísticas dos Resíduos Setoriais

A informação disponibilizada obedece aos termos definidos pelo regulamento das estatísticas dos resíduos (Regulamento (CE) 2150/2002 do Parlamento Europeu e do CONSELHO) recorrendo para o efeito à informação de natureza administrativa recolhida pela APA junto das entidades produtoras de resíduos registadas na plataforma SIRAPA.

A informação utilizada refere-se apenas às unidades produtoras de resíduos que reportaram dados no SIRAPA e que reuniam características para inclusão no universo de referência, conforme adiante especificado e estabelecido no âmbito das estatísticas dos resíduos.

As unidades do universo foram estratificadas de acordo com a natureza da atividade económica, a situação geográfica da sede empresarial (NUTS I) e a dimensão segundo o número de pessoas ao serviço.

Considerou-se em universo, abrangendo de modo exaustivo ou por amostra, os seguintes agrupamentos de unidades legais ativas do Fichero de Unidades Estatísticas do INE, segundo a dimensão por pessoas ao serviço e pertencendo aos setores económicos da CAE Rev. 3, enumerados adiante:

Agrupamento (1): Conjunto de unidades com 0 ou mais pessoas ao serviço (compreende essencialmente operadores de gestão de resíduos) pertencendo aos seguintes setores económicos (estratos abrangidos exaustivamente):

Divisão 38	Recolha, tratamento e eliminação de resíduos; valorização de materiais;
Divisão 39	Descontaminação e atividades similares;
Classe 4677	Comércio por grosso de desperdícios e sucata;

Agrupamento (2): Conjunto de unidades com 10 ou mais pessoas ao serviço (compreende essencialmente produtores de resíduos com atividade industrial e produtores de resíduos hospitalares) pertencendo aos seguintes setores económicos (estratos abrangidos exaustivamente):

Secção B	Indústria extrativa;
Secção C	Indústria transformadora;
Secção D	Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio;
Secção E	Captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e atividades de despoluição (exceto Divisão 38 e 39);
Grupo 562	Atividades de <i>catering</i> ;
Subclasse 84121	Administração Pública Atividades de saúde;
Divisão 86	Atividades de saúde humana;
Grupo 871	Cuidados continuados integrados com alojamento;
Grupo 872	Cuidados para pessoas com doenças do foro mental e abuso de drogas com alojamento;

Agrupamento (3): Conjunto de unidades com 10 ou mais pessoas ao serviço (compreende essencialmente produtores de resíduos de atividades agrícolas, pescas, comércio e serviços) pertencendo aos seguintes setores económicos (estratos por amostragem para empresas com menos de 100 pessoas ao serviço; estratos exaustivos no caso de empresas com 100 ou mais pessoas ao serviço):

Secção A	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca;
Secção F	Construção;
Secção G	Comércio por grosso e a retalho (exceto Classe 4677 Comércio por grosso de desperdícios e sucata);
Secção H	Transportes e armazenagem;
Secção I	Alojamento, restauração e similares (exceto Grupo 562 Atividades de <i>catering</i>);

Secção J	Atividades de informação e de comunicação;
Secção K	Atividades financeiras e de seguros;
Secção L	Atividades imobiliárias;
Secção M	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (Divisão 75 atividades veterinárias);
Secção N	Atividades administrativas e dos serviços de apoio;
Secção O	Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória (exceto Subclasse 84121 Administração Pública - atividades de saúde);
Secção P	Educação;
Divisão 87	Atividades de apoio social com alojamento (exceto Grupo 871 cuidados continuados integrados e Grupo 872 estabelecimentos para doenças do foro mental e do abuso de drogas);
Divisão 88	Atividades de apoio social sem alojamento;
Secção R	Atividades artísticas e de espetáculo, desportivas e recreativas;
Secção S	Outras atividades de serviços;
Secção T	Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio;
Secção U	Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais.

Níveis de estratificação:

Agrupamento de CAE.Rev.3: 141 classificações (divisões e níveis mais baixo citados acima).

NUTS1: 3 classificações (Continente e Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira).

Escala de NPS: 5 classificações (1 = 0 a 10 pessoas; 2 = 10 a 49 pessoas; 3 = 50 a 99 pessoas; 4 = 100 a 249 pessoas; 5 = 250 ou mais pessoas).

Utilizou-se como critério de dimensionamento um CV máximo de 10% para a variável VVN, ao nível dos agrupamentos de CAE.Rev.3 definidos.

Assim, a amostra foi distribuída, pelos estratos não exaustivos, de acordo com a regra:

$$n_h = \frac{N_h S_h \sqrt{X_h}}{\sum_{l=1}^H N_l S_l \sqrt{X_l}} * n$$

em que:

h - índice de estrato;

n_h - dimensão da amostra, no estrato h;

N_h - dimensão do universo, no estrato h;

S_h - desvio padrão da variável VVN, no estrato h;

n - dimensão total da amostra;

H - número total de estratos, no universo;

X_h - total da variável VVN, no estrato h.

No dimensionamento final aplicou-se ainda, como critério de seleção, um mínimo de 5 empresas por estrato, quando o número de empresas no estrato fosse igual ou superior a esse valor.



Seleção da amostra

A seleção da amostra foi realizada de modo independente em cada estrato, por um processo de seleção aleatório, tendo em conta a carga estatística a que as empresas estão sujeitas.

Após imputação de não respostas segundo o método de **Vizinho Mais Próximo**, o estimador para cada variável x_i no estrato h será obtido através da fórmula seguinte:

$$\hat{X}_{i,h} = \frac{N_h}{n_h} \times \sum x_{i,h}$$

onde N_h corresponde ao número de unidades no universo do estrato h e n_h ao número de unidades estatísticas na amostra para o mesmo estrato.

O estimador do total da variável x_i , no conjunto dos estratos, é obtido por:

$$\hat{X}_i = \sum_h x_{i,h}$$

onde $\hat{X}_i$ corresponde ao estimador da variável x_i nos estratos h agregados.

A estimação é realizada em software SAS.

14.1.8 - Estatísticas do Movimento Transfronteiriço de Resíduos

Os quantitativos apresentados são dados administrativos registados, resultantes dos procedimentos legais e administrativos de notificação para controlo de transferências de resíduos, podendo não refletir a quantidade real das transferências de resíduos.

As transferências de resíduos da lista verde não estão contabilizadas para os anos de 2007 e 2009, uma vez que, de acordo com o Regulamento (CEE) n.º 259/93 do Conselho, de 1 de Fevereiro, não era obrigatória a apresentação do Anexo VII da Convenção de Basileia para as transferências desses resíduos. Só com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 45/2008, transpondo a jurisprudência do Regulamento (CE) n.º 1013/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de Junho, começou a ser obrigatória a apresentação do Anexo VII da Convenção de Basileia nas transferências de resíduos da lista verde.

O termo “exportação” utiliza-se apenas para facilidade de interpretação global, tratando-se na realidade de transferências de resíduos para países comunitários e exportação para países terceiros, conforme definido na legislação de referência (Regulamento (CE) n.º 1013/2006). Nos anos 2007, 2008 e 2009 não houve “importação” de resíduos para Portugal.

14.2 - CONCEITOS

Abastecimento de água: um sistema de abastecimento de água é um conjunto coerente de órgãos interligados que, no seu todo, tem como função fornecer água para consumo humano, em quantidade e qualidade adequadas. Considera-se “quantidade e qualidade adequadas” aquelas que satisfazem as exigências quantitativas e qualitativas que são estabelecidas na normativa local e na legislação nacional aplicável. Na sua forma completa, um sistema de abastecimento de água é composto pelos seguintes órgãos: captação, estação elevatória, adutora, reservatório, rede de distribuição.

Acidificação: aumento da acidez do meio resultante da volatilização de diversos compostos, nomeadamente amoníaco, óxidos de azoto e óxidos de enxofre, que provocam a contaminação das chuvas, provocando alterações químicas.

Atividade de proteção do ambiente: considera-se uma atividade de proteção do ambiente toda a ação, que prossegue um fim de proteção do ambiente. Compreende-se ações que contribuem para a prevenção e diminuição do desgaste provocado no ambiente pela poluição e/ou as atividades que contribuem para adiar o esgotamento dos recursos existentes na natureza. Contam-se nesta última situação, entre outras, tecnologias que permitem o aproveitamento de energias renováveis, produtos ou tecnologias que contribuem para uma redução do consumo de energia, face a outros produtos ou tecnologias convencionais menos onerosas.

Atividade principal: entende-se por atividade principal a de maior importância, medida pelo valor a preços de venda dos produtos vendidos ou produzidos ou dos serviços prestados no período de referência. Na impossibilidade da determinação do maior volume de vendas das atividades exercidas, considera-se como principal a que ocupa com carácter de permanência o maior número de pessoas ao serviço.

Atividade secundária: atividade exercida pela empresa ou estabelecimento para além da atividade principal.

Adequabilidade do tratamento face à qualidade da água bruta: consoante a sua qualidade, as águas superficiais destinadas à produção de água para consumo humano, são classificadas nas categorias A1, A2 e A3, de acordo com as normas de qualidade fixadas no Anexo I do Decreto-Lei n.º 236/98 de 1 de Agosto. A cada categoria corresponde um esquema de tratamento distinto, de forma a tornar as águas superficiais aptas para consumo humano (Classe A1 – tratamento físico e desinfecção; Classe A2 – tratamento físico, químico e desinfecção; Classe A3 – tratamento físico, químico de afinação e desinfecção)

Águas residuais: são águas usadas e que podem conter quantidades importantes de produtos em suspensão ou dissolvidos, com acção perniciosa para o ambiente. Não são consideradas as águas de arrefecimento.

Águas residuais tratadas: apenas se considera águas residuais tratadas aquelas cujo tratamento é efetuado nas ETAR e nas fossas sépticas municipais.

Área protegida: área terrestre, área aquática interior ou área marinha na qual a biodiversidade ou outras ocorrências naturais apresentam uma relevância especial decorrente da sua raridade, valor científico, ecológico, social ou cénico e que exigem medidas específicas de conservação e gestão no sentido de promover a gestão racional dos recursos naturais e a valorização do património natural e cultural, pela regulamentação das intervenções artificiais suscetíveis de as degradar.

Aterro: instalação de eliminação para a deposição de resíduos acima ou abaixo da superfície natural (isto é, deposição subterrânea), incluindo: - as instalações de eliminação internas (isto é, os aterros onde o produtor de resíduos efetua a sua própria eliminação de resíduos no local da produção), - uma instalação permanente (isto é, por um período superior a um ano) usada para armazenagem temporária, mas excluindo:

- instalações onde são descarregados resíduos com o objetivo de os preparar para serem transportados para outro local de valorização, tratamento ou eliminação;
- a armazenagem de resíduos previamente à sua valorização ou de tratamento por um período geralmente inferior a três anos;
- a armazenagem de resíduos previamente à sua eliminação por um período inferior a um ano.

Bacharelato: curso de 3 anos, comprovativo de uma formação científica, académica e cultural adequada ao exercício de determinadas atividades profissionais, conducente ao grau de bacharel.



Biomassa: combustível com origem nos produtos e resíduos da agricultura (incluindo substâncias vegetais e animais), nos resíduos das florestas e indústrias conexas e na fração biodegradável dos resíduos industriais e urbanos.

Cabeça normal: medida pecuária que relaciona os efetivos, convertidos em cabeças normais, em função das espécies e das idades, através de uma tabela de conversão, e, em que, um animal adulto da espécie bovina corresponde a 1 C.N.

Capitação: consumo médio expresso em quilogramas ou litros/habitante, durante o período de referência, tomando para base do seu cálculo a população residente no território a meio ou no fim do ano, consoante o período de referência observado.

Carvão: combustível de cor negra que pode ser um sedimento fóssil orgânico, formado por resíduos de vegetais e solidificado por baixo de camadas geológicas (carvão mineral), ou consistir em madeira carbonizada (pela combustão sem ar, por exemplo), e ser usado para cozinhar e para aquecimento doméstico (carvão vegetal) entre outros fins.

Caudais captados: quantidade de água obtida através dos pontos de captação de águas superficiais ou subterrâneas efetivamente utilizados. O caudal de exploração considerado deve ser o caudal máximo que em cada momento garanta as boas condições de funcionamento dos equipamentos e a disponibilidade continuada dos recursos hídricos onde se processa a captação.

Compostagem: processo de reciclagem onde se dá a degradação biológica, aeróbica ou anaeróbica, de resíduos orgânicos, de modo a proceder à sua estabilização, produzindo uma substância húmida, utilizável em algumas circunstâncias como um condicionador do solo.

Consumo aparente de fertilizantes: total de fertilizantes disponíveis para serem utilizados no mercado interno pelo setor agrícola (inclui eventuais perdas e stocks).

Corpo de bombeiros: unidade operacional tecnicamente organizada, preparada e equipada para o cabal exercício das missões. Não são considerados corpos de bombeiros as entidades que não tenham por missão o combate e a prevenção contra incêndios.

Corpo de bombeiros privativos: corpo de bombeiros cuja criação pode ser iniciada por pessoas coletivas de direito público ou privado. A área de atuação é circunscrita ao domínio privado de que seja titular a entidade a que pertence e ao domínio público que lhe esteja afeto. Podem atuar em locais exteriores à sua área de atuação, por requisição e sob orientação do Serviço Nacional de Bombeiros (SNB), o qual suportará os encargos inerentes. A criação e a manutenção constituem encargo das entidades a que pertencem, não sendo abrangidas por apoios do SNB.

Corpo de bombeiros voluntários: corpo de bombeiros pertencente a uma associação de bombeiros voluntários. Podem integrar em permanência e no seu período laboral os funcionários da administração local que sejam simultaneamente bombeiros voluntários, mediante acordo entre a respetiva associação e a autarquia.

Despesa consolidada: despesa efetuada no setor, sendo eliminados os fluxos entre as diversas unidades componentes do mesmo setor institucional.

Destino final dos resíduos: fase última da sequência de operações (meios e/ou processos) de eliminação e/ou valorização dos resíduos, pela qual se considera que os resíduos sujeitos a um dado tratamento atingiram um grau de nocividade o mais reduzido possível, ou mesmo nulo. Nos casos em que um resíduo é sujeito a operações de eliminação e valorização em simultâneo, deve ser especificado em termos relativos, as quantidades submetidas a cada tipo de operação.

Dirigentes: indivíduos que definem a política geral da empresa/instituição ou que exercem uma função consultiva na organização da mesma. Inclui os diretores setoriais (diretor financeiro, diretor comercial, diretor de produção, etc.). Deverão ser excluídas as pessoas que, embora tendo essas funções não auferem uma remuneração de base.

Doutoramento: processo conducente ao grau de doutor realizado numa instituição de ensino superior universitário no âmbito de um ramo do conhecimento. Consiste na elaboração de uma tese de investigação inovadora e original, contribuindo para o progresso do conhecimento, podendo envolver a prestação de provas complementares quando a regulamentação aplicável o impuser.

Drenagem de águas residuais: entende-se por sistema de drenagem de águas residuais um sistema constituído por um conjunto de órgãos cuja função é a colecta das águas residuais e o seu encaminhamento e, por vezes, tratamento em dispositivo adequado, de forma a que a sua deposição no meio receptor (solo ou água), não altere as condições ambientais existentes para além dos valores estabelecidos como admissíveis na normativa local e na legislação nacional aplicável. Deste modo, na sua forma completa, um sistema de drenagem de águas residuais é constituído pelos seguintes órgãos principais: rede de drenagem, emissário, estação elevatória, interceptor, estação de tratamento e emissário final.

Efeito de estufa: absorção pela atmosfera de parte da radiação infravermelha emitida pela superfície da Terra em resultado da concentração de gases com efeito de estufa.

Efetivo animal: animais que são propriedade de uma exploração agrícola, bem como os criados sob contrato pela exploração.

Elettricidade: energia produzida por centrais hidroelétricas, nucleares e térmicas convencionais, de ondas e marés, eólicas e solares fotovoltaicas.

Eliminação de resíduos: qualquer operação que visa dar um destino final adequado aos resíduos nos termos previstos na legislação em vigor (ver em nomenclaturas listagem de operações de eliminação conforme consta no Decreto-Lei 178/2006 de 5 de Setembro D.R. Série I N.º 171 de 5 de Setembro).

Emprego equivalente a tempo completo: o emprego equivalente a tempo completo, que é igual ao número de empregos equivalentes a tempo completo, é definido como o total de horas trabalhadas dividido pela média anual de horas trabalhadas em empregos a tempo completo no território económico.

Empresa: entidade jurídica (pessoa singular e colectiva) correspondente a uma unidade organizacional de produção de bens e serviços, usufruindo de uma certa autonomia de decisão, nomeadamente quanto à afetação dos seus recursos correntes. Uma empresa exerce uma ou várias atividades, num ou vários locais.

Energia eólica: energia cinética do vento explorada para a produção de eletricidade em turbinas eólicas.

Energia geotérmica: energia disponível como calor emitido do interior da crosta terrestre, geralmente sob a forma de água quente ou de vapor.

Energia hídrica: energia renovável com fonte na energia potencial resultante dos fluxos de água nos rios.

Energia hidroelétrica: energia potencial e cinética da água convertida em eletricidade em centrais hidroelétricas

Energia primária: energia que pode ser utilizada diretamente ou que vai ser sujeita a transformação, incluindo a energia utilizada nos processos de transformação e as perdas inerentes a esses processos.

Energia solar fotovoltaica: luz solar convertida em eletricidade pela utilização de células solares geralmente constituídas por material semicondutor que, exposto à luz, gera eletricidade.

Energia solar térmica: calor resultante da radiação solar, podendo vir de centrais solares termoelétricas, de equipamento para a produção de água quente de uso doméstico ou para o aquecimento sazonal de piscinas como por exemplo coletores planos, principalmente do tipo termossifão.

Ensino básico: nível de ensino que se inicia cerca da idade de seis anos, com a duração de nove anos, cujo programa visa assegurar uma preparação geral comum a todos os indivíduos, permitindo o prosseguimento posterior de estudos ou a inserção do aluno em esquemas orientados para a vida ativa. Compreende três ciclos sequenciais, sendo o 1º de quatro anos, o 2º de dois anos e o 3º de três anos. É universal, obrigatório e gratuito.

Ensino secundário: nível de educação escolar que se segue ao ensino básico e que visa aprofundar a formação do aluno para o prosseguimento de estudos ou para o ingresso no mundo do trabalho. Está organizado em cursos predominantemente orientados para o prosseguimento de estudos e cursos predominantemente orientados para a vida ativa – Cursos tecnológicos. Ambos os tipos de cursos têm a duração de três anos, correspondentes ao 10, 11º e 12º anos de escolaridade.

Ensino superior: ensino que compreende as universidades, as escolas universitárias não integradas, os institutos politécnicos e as escolas superiores politécnicas não integradas. Nível de ensino que compreende o ensino universitário e o ensino politécnico ao qual têm acesso indivíduos habilitados com um curso do ensino secundário, ou equivalente, que, façam prova de capacidade para a sua frequência, bem como os indivíduos maiores de 25 anos que, não estando habilitados com um curso do ensino secundário ou equivalente, e não sendo titulares de um curso do ensino superior, façam prova, especialmente adequada, para a sua frequência.



Entidade gestora: entidade responsável pela exploração e funcionamento, e eventualmente também pela concepção, construção e manutenção, dos sistemas de abastecimento público de água, dos sistemas de águas residuais e/ou dos sistemas de resíduos urbanos, ou de parte destes sistemas (Decreto-Lei nº 236/98, de 1 de Agosto).

Equipamento e instalações fim-de-linha: instalações específicas e/ou equipamentos, ou partes distintas de maquinaria, funcionando no término do processo de produção, destinadas a tratar, prevenir (evitar), reduzir ou medir a poluição.

Estação de tratamento de água (ETA): conjunto de equipamentos que garante à água condições de qualidade que permita a sua utilização para abastecimento público (água potável).

Estação de tratamento de águas residuais (ETAR): instalação que permita a reciclagem e a reutilização das águas residuais de acordo com parâmetros ambientais aplicáveis ou outras normas de qualidade. São os locais onde se sujeita as águas residuais a processos que as tornam aptas, de acordo com as normas de qualidade em vigor ou outras aplicáveis, para fins de reciclagem ou reutilização.

Exploração agrícola: unidade técnico-económica que utiliza factores de produção comuns, tais como: mão-de-obra, máquinas, instalações, terrenos, entre outros, e que deve satisfazer obrigatoriamente as quatro condições seguintes: 1. produzir produtos agrícolas ou manter em boas condições agrícolas e ambientais as terras que já não são utilizadas para fins produtivos; 2. atingir ou ultrapassar uma certa dimensão (área, número de animais); 3. estar submetida a uma gestão única; 4. estar localizada num local bem determinado e identificável.

Exportação de energia: venda de produtos energéticos com destino a um país estrangeiro.

Fabricação de bens de equipamento: compreende o fabrico de bens de equipamento, que se destinam em regra, a uma utilização prolongada no tempo, e que constituem imobilizados corpóreos adquiridos por outras empresas, organismos públicos, famílias, etc. São equipamentos que no decurso da sua utilização concorrem para um fim de proteção do ambiente, como por exemplo filtros para o tratamento de emissões para a atmosfera, estações de tratamento de águas residuais, equipamentos para triagem e redução de resíduos sólidos, etc.

Fabricação de produtos: considera-se o fabrico de produtos que sejam utilizados e consumidos no decurso de atividades de proteção ambiental, como por exemplo, agentes químicos e biológicos aplicados no tratamento de águas residuais e/ou de resíduos sólidos.

Fertilizante: substâncias utilizadas (adubos e/ou corretivos) com o objetivo de direta ou indiretamente melhorar a nutrição das plantas.

Fluxo de resíduos: agrupamento de resíduos segundo o tipo de produto componente. Identificam-se as diferentes categorias de produtos componentes dos resíduos, tais como: fluxo de resíduos de embalagens, fluxo de resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos, fluxo de resíduos de pilhas e acumuladores, fluxo de resíduos de pneus, fluxo de resíduos de solventes, fluxo de resíduos de óleos, fluxo de resíduos de veículos em fim de vida, entre outros.

Fonte de energia renovável: fonte de energia não fóssil e não mineral, renovável a partir dos ciclos naturais.

Fossa séptica: bacia de sedimentação primária de esgotos que, em áreas onde não existem sistemas de drenagem e estações de tratamento das águas residuais, evitam a contaminação das fontes de abastecimento de água e salvaguardam a higiene pública.

Fungicidas: substância ou preparação que destrói os fungos ou impede o seu desenvolvimento.

Gás natural: gás constituído essencialmente por metano, que existe em estado natural em depósitos subterrâneos, associado ao petróleo bruto ou ao gás recuperado das minas de carvão (grisu).

Gestão da poluição: atividades de prevenção, medição, redução, eliminação, correcção dos efeitos da poluição e de qualquer outro dano ao ambiente, nomeadamente à atmosfera, solos, rios assim como problemas associados à gestão dos resíduos, poluição sonora e ameaças aos ecossistemas. Notas: Excluem-se medidas tomadas por razões de higiene e segurança dos locais de trabalho ou as que visam o aumento da eficiência (por exemplo a redução de matérias-primas) ou rentabilidade da produção e melhoria da qualidade dos produtos e/ou serviços.

Gestão dos Recursos: gestão de recursos de modo sustentável como a conservação de recursos naturais que estão sujeitos a esgotamento pelo consumo humano, visando a limitação ou minimização do seu uso.

Notas: Refere-se ao aproveitamento da energia renovável, poupança de energia, gestão da água potável, entre outras atividades.

Herbicidas: produtos químicos, que, pela sua variedade e poder seletivo, atuam nas ervas daninhas procurando não prejudicar o normal desenvolvimento das culturas.

Importação de energia: compra de produtos energéticos a um país terceiro.

Imposto com relevância ambiental: receita obtida pelas Administrações públicas através da taxação de produtos e serviços cuja base de imposto possa ter um impacto negativo no ambiente.

Esta receita provém de pagamentos obrigatórios, sem contrapartida, no sentido em que as Administrações públicas não oferecem, diretamente, nada em troca à unidade institucional que está a efetuar o pagamento, embora possam usar esses fundos para o fornecimento de bens e serviços para outras unidades institucionais ou para a comunidade como um todo.

Incineração: tratamento térmico de resíduos no qual a energia de matérias combustadas é transformada em energia térmica. Os compostos combustíveis são transformados em gases de combustão que se libertam na forma de gases de chaminé. A matéria inorgânica não combustível mantém-se na forma de escórias ou cinzas volantes.

Intensidade energética: quociente entre o consumo bruto de energia e o Produto Interno Bruto (PIB) (valores anuais). Mede o consumo energético de uma economia e a sua eficiência energética global.

Inquérito exaustivo: são inquiridas a totalidade das unidades estatísticas de um dado universo.

Instalação, montagem e/ou comércio de equipamentos ou produtos concebidos para acções de proteção ambiental: compreende as atividades de construção e instalação de equipamentos aplicados em atividades de proteção ambiental, designadamente: construção e instalação de estações de tratamento de águas residuais, estações de transferência de resíduos e aterros, centrais para aproveitamento de energias renováveis, etc. Compreende ainda atividades de comércio de equipamentos e produtos aplicados em ações de proteção do ambiente, como por exemplo, agentes químicos e biológicos para o tratamento de águas residuais, emissões atmosféricas ou resíduos sólidos.

Inseticida: substância ou preparação usada para controlar e combater insetos.

Licenciatura: curso de 4 a 6 anos, comprovativo de uma sólida formação científica, técnica e cultural que permita o aprofundamento de conhecimentos numa determinada área do saber e de um adequado desempenho profissional, conducente ao grau de licenciado.

Madeira, resíduos de madeira e outros resíduos sólidos: culturas energéticas (choupo, salgueiro, etc.), matérias lenhosas geradas por um processo industrial (indústria da madeira/papel, em particular) ou fornecidas diretamente pela silvicultura e agricultura (lenha, aparas de madeira, paletes de madeira, casca, serrim, lascas, estilhaços, licor negro etc.), assim como resíduos de palha, cascas de arroz, cascas de nozes, cama de aves de capoeira, borras de uvas esmagadas, entre outros, cujo fim preferencial é a combustão.

Mestrado: curso com a duração máxima de 4 semestres, compreendendo a frequência do curso de especialização e a apresentação de uma dissertação original, comprovativo de um nível aprofundado de conhecimentos numa área científica específica e a capacidade para a prática de investigação. Podem candidatar-se ao grau de mestre os indivíduos detentores do grau de licenciado com a classificação mínima de 14 valores ou, excecionalmente, após apreciação curricular, licenciados com classificação inferior.

Modo de produção biológico: modo de produção agrícola, sustentável, baseado na atividade biológica do solo, alimentada pela incorporação de matéria orgânica, que constitui a base da fertilização, evitando o recurso a produtos químicos de síntese e adubos facilmente solúveis, respeitando o bem-estar animal e os encabeçamentos adequados, privilegiando estratégias preventivas na sanidade vegetal e animal. Procura-se, desta forma, a obtenção de alimentos de qualidade, a sustentabilidade do ambiente, a valorização dos recursos locais e a dignificação da atividade agrícola.

Monumento natural: ocorrência natural contendo um ou mais aspetos que, pela sua singularidade, raridade ou representatividade em termos ecológicos, estéticos, científicos e culturais, exigem a conservação e a manutenção da respetiva integridade.

Número médio de pessoas ao serviço: somatório do pessoal ao serviço na última semana completa de cada mês de atividade, a dividir pelo número de meses de atividade da instituição.



Óleo mineral: hidrocarboneto usado para combater insetos, ácaros e infestantes ou como adjuvante.

Operação de gestão de resíduos: operações que correspondem à recolha, ao transporte, à valorização e à eliminação de resíduos e incluem a supervisão destas operações, a manutenção dos locais de eliminação após encerramento e as medidas tomadas na qualidade de comerciante ou corretor.

Organizações Não Governamentais de Ambiente (ONGA): são as associações dotadas de personalidade jurídica e constituídas nos termos da lei geral que não prossigam fins lucrativos, para si ou para os seus associados, e visem, exclusivamente, a defesa e valorização do ambiente ou do património natural e construído, bem como a conservação da Natureza.

Orientação técnico-económica: determina o grau e o tipo de especialização de uma exploração agrícola e é baseada na relação entre as diferentes atividades da exploração (frações da Margem Bruta Padrão total da exploração). Se 2/3 da Margem Bruta Padrão total provém apenas de uma atividade, essa exploração é considerada especializada nessa atividade; se apenas 1/3 da Margem Bruta Padrão total provir de uma atividade, diz-se orientada nessa atividade; finalmente, se a Margem Bruta Padrão total de nenhuma atividade representar 1/3 da MBS total, a exploração é classificada como mista nessas atividades.

Origem subterrânea: são as águas obtidas em nascentes, galerias de minas, poços ou furos, ou seja, águas retidas, e que podem ser recuperadas, através de uma formação geológica. Todos os depósitos de água permanentes e temporários recarregados natural ou artificialmente no subsolo, tendo qualidade suficiente para garantir pelo menos uma utilização sazonal. Esta categoria inclui as camadas freáticas, bem como as camadas profundas sob pressão ou não, contidas em solos porosos ou fracturados. A água subterrânea inclui água injectada, nascentes, concentradas ou difusas, que podem estar submersas. Excluem-se os bancos de filtração (cobertos por águas de superfície).

Origem superficial: são as águas obtidas da água que escorre, ou estagna, à superfície do solo: em cursos de água naturais, tais como rios, ribeiros, regatos, etc., e cursos de água artificiais tais como canais para rega, uso industrial, navegação, sistemas de drenagem, aluviões (águas sub-superficiais) e reservatórios naturais e artificiais. Exclui-se a água do mar, massas de águas estagnadas permanentes, naturais e artificiais e, as águas das zonas de transição, tais como pântanos salobros, lagoas e estuários.

Paisagem Protegida: área que contém paisagens de grande valor estético, ecológico ou cultural e que resultam da interação harmoniosa do ser humano e da natureza.

Parque Nacional: área que contém maioritariamente amostras representativas de regiões naturais características, paisagens naturais e humanizadas, elementos de biodiversidade e geossítios, com valor científico, ecológico ou educativo.

Parque Natural: área que contém predominantemente ecossistemas naturais ou seminaturais, nos quais a preservação da biodiversidade a longo prazo possa depender de atividade humana, assegurando um fluxo sustentável de produtos naturais e de serviços.

Pessoal ao serviço: pessoas que no período de referência efetuaram qualquer trabalho remunerado de pelo menos uma hora para a instituição, independentemente do vínculo que tinham.

Pessoal não remunerado: indivíduos que exercem uma atividade na empresa/instituição e que, por não estarem vinculadas por um contrato de trabalho, sujeito ou não a forma escrita, não recebem uma remuneração regular, em dinheiro e/ou géneros pelo tempo trabalhado ou trabalho fornecido.

Pessoal remunerado: indivíduos que exercem uma atividade na empresa/instituição nos termos de um contrato de trabalho, sujeito ou não a forma escrita, que lhes confere o direito a uma remuneração regular em dinheiro e/ou géneros. Inclui os trabalhadores de outras empresas que se encontram a trabalhar na empresa/instituição observada sendo por esta diretamente remunerados, mas mantendo o vínculo à empresa/instituição de origem. Exclui os trabalhadores de outras empresas que se encontram a trabalhar na empresa/instituição observada, sendo remunerados pela empresa/instituição de origem e mantendo com ela o vínculo laboral.

Pessoas maioritariamente ocupadas com funções de ambiente: pessoas que se avalia em 50% ou mais do seu tempo de trabalho, estar ocupadas com a execução de atividades de gestão e proteção do ambiente.

Pessoas minoritária ou ocasionalmente ocupadas com funções de ambiente: pessoas que se avalia em menos de 50% do seu tempo de trabalho, estar ocupadas com atividades de gestão e proteção do ambiente.

Potencial de efeito de estufa: mede o efeito, nas propriedades de radiação da atmosfera, de 1 tonelada de gás equivalente a CO₂. Uma vez que os vários gases de efeito de estufa têm períodos de vida diferentes, é necessário definir um horizonte temporal para calcular o potencial.

Povoamento florestal: áreas ocupadas por um conjunto de árvores florestais crescendo num dado local, suficientemente homogêneas na composição específica, estrutura, idade, crescimento ou vigor, e cuja percentagem de coberto é no mínimo de 10%, que ocupa uma área no mínimo de 0,5 ha e largura não inferior a 20m.

Prestação de serviços de proteção ambiental: refere-se apenas a serviços executados para outras empresas, no âmbito das atividades de gestão, redução e controlo de poluição (ex.: tratamento dos resíduos industriais produzidos por terceiros, tratados na própria empresa).

Produtor agrícola: responsável jurídico e económico da exploração, isto é, a pessoa física ou moral por conta e em nome da qual a exploração produz, retira os benefícios e suporta as perdas eventuais, tomando as decisões de fundo relativas ao sistema de produção, investimentos, empréstimos, etc.

Produtos fitofarmacêuticos: substâncias que se destinam a proteger os vegetais ou os produtos vegetais contra todos os organismos prejudiciais ou a impedir a sua ação. Ex: acaricidas, inseticidas, fungicidas, herbicidas, etc.

Produtos “verdes”: produtos que, em fase de consumo corrente ou final, são menos poluentes, comparativamente a outros existentes no mercado, e que verifiquem um objetivo de proteção do ambiente (exemplo: gasolina s/chumbo, detergentes sem fosfatos, fuel com baixo teor de sulfurosos, óleo lubrificante biodegradável, etc.).

Quadro ativo: constituído pelos elementos aptos para a execução das funções a que compete a um corpo de bombeiros, normalmente integrados em equipas, em cumprimento das funções que lhes são cometidas pela hierarquia, bem como das normas e procedimentos estabelecidos.

Quadro de comando: constituído pelos elementos do corpo de bombeiros a quem é conferida a autoridade para organizar, comandar e coordenar as atividades exercidas pelo corpo de bombeiros, incluindo, a nível operacional, a definição estratégica dos objetivos e das missões a desempenhar.

Quadros e técnicos médios: quadros e técnicos das áreas administrativas, comercial ou de produção com funções de organização e adaptação da planificação estabelecida superiormente, as quais requerem conhecimentos técnicos de nível médio.

Quadros e técnicos superiores: quadros e técnicos da área administrativa, comercial ou de produção da empresa com funções de coordenação nessas áreas de acordo com planificação estabelecida superiormente, bem como funções de responsabilidade, ambas requerendo conhecimentos técnico-científicos de nível superior.

Qualificação funcional dos recursos humanos: recursos humanos ao serviço da entidade gestora em 31 de Dezembro, segundo a hierarquia funcional utilizada no Balanço Social do Ministério do Trabalho e Solidariedade e em função do vínculo à entidade patronal. Para o enquadramento dos efetivos nos níveis de qualificação, foi utilizada a classificação estabelecida nos diplomas legais aplicáveis a cada entidade gestora. A imputação do número de funcionários por tipo de serviço é feita segundo os seguintes critérios:

- os funcionários que se dedicam a tarefas apenas sobre um tipo de sistema são imputados nesse tipo;
- os funcionários que executam tarefas sobre mais que um tipo de sistema ou contribuem para a gestão global da entidade gestora, quando ela tem responsabilidade de exploração de mais de um tipo de sistema, são imputados proporcionalmente ao tempo dedicado a cada um.

Inclui todos os trabalhadores ligados à empresa por um contrato de trabalho no período de referência e que auferem do estabelecimento uma remuneração base. Inclui os trabalhadores temporariamente ausentes no período de referência por férias, maternidade, conflito de trabalho, formação profissional, assim como doença e acidentes de trabalho de duração igual ou inferior a 1 mês. Exclui os trabalhadores a cumprir serviço militar, em regime de licença sem vencimento, em desempenho de funções públicas, ausentes por doença ou acidentes de trabalho de duração superior a 1 mês, pagos exclusivamente à comissão, colocados por empresas de trabalho temporário e ao abrigo de um contrato de aprendizagem.

Raça autóctone: raça originária do país onde é criada.



Reserva Natural: área que contém características ecológicas, geológicas e fisiográficas, ou outro tipo de atributos com valor científico, ecológico ou educativo, e que não é habitada de forma permanente ou significativa.

Resíduo setorial: resíduo produzido no exercício de atividades económicas com processos produtivos que geram resíduos diferentes dos resíduos gerados pelas famílias nas suas habitações. Compreende todos os resíduos não abrangidos pelo conceito de resíduo urbano tais como resíduos agrícolas, de construção e demolição, de atividades extrativas e mineiras, hospitalares e industriais.

Resíduo urbano: resíduo proveniente de habitações bem como outro resíduo que, pela sua natureza ou composição, é semelhante ao proveniente de habitações.

Sistema comunitário de ecogestão e auditoria (EMAS, sigla em inglês): instrumento de participação voluntária que tem como principais objetivos a promoção de uma melhoria contínua do comportamento ambiental global de uma organização através da conceção e implementação de um Sistema de Gestão Ambiental, bem como uma avaliação sistemática, objetiva e periódica de desempenho desse mesmo sistema e a prestação de informações relevantes ao público e a outras partes interessadas, através da publicação da Declaração Ambiental.

Sítios classificados: área cuja definição visa a salvaguarda paisagística de determinadas ocorrências naturais e/ou construídas de interesse cultural, científico, técnico ou outros.

Superfície agrícola utilizada: superfície da exploração que inclui: terras aráveis (limpa e sob-coberto de matas e florestas), horta familiar, culturas permanentes e pastagens permanentes.

Superfície irrigável: superfície máxima da exploração que no decurso do ano agrícola, poderia, se necessário, ser irrigada por meio de instalações técnicas próprias da exploração e por uma quantidade de água normalmente disponível.

Taxa com relevância ambiental: receita obtida pelas Administrações públicas através da taxação de produtos e serviços cuja base de imposto possa ter um impacto negativo no ambiente.

Uma taxa difere de um imposto no sentido em que as Administrações públicas usam a receita arrecadada para estabelecer algum tipo de função de regulação (tais como a verificação de competências ou qualificações das entidades envolvidas ou o estabelecimento de sistemas de gestão em diversas áreas que tenham a tendência, no decorrer da sua atividade, para provocar externalidades negativas para a sociedade).

Tecnologias integradas: equipamentos e/ou instalações ou partes de equipamento e/ou instalações, tendo sofrido modificações no sentido da diminuição da poluição. Contrariamente ao equipamento e instalações “Fim de linha”, estes encontram-se integrados no processo de produção. É contabilizado apenas o custo adicional decorrente das especificidades do equipamento ou construção. O valor é estimado, por exemplo, comparando com outras soluções alternativas existentes no mercado, mas que não verifiquem as normas de proteção do ambiente existentes, ou a implementar.

Tecnologias limpas ou menos poluentes: equipamentos e/ou instalações, onde se tenha operado modificações no sentido da diminuição da poluição. Incluem-se igualmente, os equipamentos que permitem uma racionalização de consumo dos recursos naturais, nomeadamente, o recurso água.

Transporte de resíduos: qualquer operação que vise transferir fisicamente os resíduos do local onde é gerado para outro local de destino final (incluindo locais de transferência onde se efetua a triagem ou reacondicionamento dos resíduos). Habitualmente, quando se trata de sistemas urbanos de recolha de resíduos, considera-se que o transporte se inicia após a recolha do último contentor e termina com a descarga dos resíduos na instalação de valorização ou eliminação.

Tratamento de água para abastecimento: processo que torna apta a ser utilizada para consumo humano, a água captada de qualquer fonte.

Tratamento de águas residuais: o tratamento de águas residuais consiste em processos que as tornam aptas, de acordo com as normas de qualidade em vigor ou outras aplicáveis, para fins de reciclagem ou reutilização. A definição do tipo de tratamento consta do anexo XI do Regulamento Geral de Abastecimento de Água e Drenagem de Águas Residuais (LNEC/CSPOT versão de 1991), parcialmente reproduzido no quadro seguinte. O sistema de lagunagem é considerado tratamento primário, secundário ou terciário, conforme permita tratamentos sucessivamente mais afinados.

Varição populacional: diferença entre os efetivos populacionais em dois momentos do tempo (habitualmente dois fins de ano consecutivos). A variação populacional pode ser calculada pela soma algébrica do saldo natural e do saldo migratório.

Valorização de resíduos: qualquer operação de reaproveitamento de resíduos prevista na legislação em vigor (ver em nomenclaturas listagem de operações de valorização conforme consta no Decreto-Lei 178/2006 de 5 de Setembro D.R. Série I N.º 171 de 5 de Setembro).

Volume de negócios: quantia líquida das vendas e prestações de serviços (abrangendo as indemnizações compensatórias) respeitantes às atividades normais das entidades, consequentemente após as reduções em vendas e não incluindo nem o imposto sobre o valor acrescentado nem outros impostos diretamente relacionados com as vendas e prestações de serviços. Na prática, corresponde ao somatório das contas 71 e 72 do Plano Oficial de Contabilidade.

Zona Especial de Proteção: as zonas especiais de proteção são servidões administrativas, a estabelecer pelo Ministério da Cultura, sob proposta do Instituto Português do Património Cultural (IPPC), com audição das autarquias, nas quais podem incluir-se uma zona *non aedificandi*, para a envolvente dos imóveis classificados, nas quais não podem ser autorizadas pelas câmaras municipais ou por outras entidades alienações ou quaisquer obras de demolição, instalação, construção, reconstrução, criação ou transformação de zonas verdes, bem como qualquer movimento de terras ou dragagens, nem alteração ou diferente utilização contrária à traça originária, sem prévia autorização do Ministro da Cultura.

Zona Especial de Conservação: sítio de importância comunitária no território nacional em que são aplicadas as medidas necessárias para a manutenção ou o restabelecimento do estado de conservação favorável dos habitats naturais ou das populações das espécies para as quais o sítio é designado.

14.3 - NOMENCLATURAS

14.3.1 - Classificação Estatística de Atividades e de Despesas de Proteção do Ambiente

Domínio 1 – Proteção da Qualidade do Ar e Clima

Compreende todas as atividades referentes aos processos de produção, às atividades ligadas à construção, manutenção e reparação de instalações, cujo principal objetivo é o de reduzir a poluição atmosférica, assim como, às atividades de medição e controle das emissões de gases que afetam a camada do ozono. Inclui-se igualmente, os equipamentos para eliminar/reduzir partículas ou substâncias, que poluem a atmosfera provenientes da combustão do fuel, tais como: filtros, material de despoeiramento e outras técnicas, assim como, as atividades que aumentem a dispersão dos gases, por forma a reduzir a concentração de poluentes atmosféricos.

Domínio 2 – Gestão de Águas Residuais

Compreende as modificações nos processos de produção, adaptação de instalações ou de processos, destinados a reduzir a poluição da água. Inclui-se, igualmente, os sistemas de colectores, canalizações, condutas e bombas destinadas a evacuar as águas residuais desde o seu ponto de produção até à estação de tratamento, ou até ao ponto onde são evacuadas, assim como o tratamento das águas de arrefecimento.

Domínio 3 – Gestão de Resíduos

Compreende as modificações nos processos de produção, adaptação de instalações ou de processos, destinados a reduzir a poluição do ambiente através dos resíduos. Inclui-se igualmente, as atividades de recolha dos resíduos pelos serviços municipais ou organismos similares, seja por empresas do setor público ou privado, empresas especializadas ou pela administração pública, assim como, o transporte de resíduos para os centros de tratamento ou de eliminação. A recolha dos resíduos municipais pode ser seletiva (efetuada de uma maneira específica, para um dado produto), ou indiferenciada (cobrindo todos os resíduos), não incluindo os serviços de limpeza (desentulho) no período de Inverno. São também consideradas as atividades de eliminação de resíduos tóxicos (físico-químicos, térmicos, biológicos, radioativos), assim como de resíduos não tóxicos (tratamento físico-químicos, incineração, tratamento biológico ou qualquer outro tipo de tratamento).

Domínio 4 – Proteção e Recuperação dos Solos, de Águas Subterrâneas e Superficiais

Compreende as atividades de proteção do ambiente, implicando a construção, manutenção e exploração de instalações de descontaminação de solos poluídos, purificação de águas subterrâneas, assim como a proteção contra infiltrações poluentes nas águas subterrâneas. Inclui-se igualmente, as atividades diretamente ligadas à estanquicidade dos solos de fábricas, instalação de captações de derramamento de poluentes, de fugas, e reforço das instalações de armazenamento e transporte de produtos poluentes, assim como o tratamento das lamas resultantes de dragagem. São também consideradas as atividades de proteção dos solos contra a erosão e outras degradações físicas e prevenção e correcção da salinidade dos solos.

Domínio 5 – Proteção contra Ruídos e Vibrações (exceto proteção dos locais de trabalho)

Compreende medidas e atividades de controlo e redução de ruído ou vibrações, gerados por atividades industriais ou transportes. Atividades para controlo e redução de ruído em zonas habitacionais (isolamento sonoro de discotecas, etc.) bem como medidas e acções aplicadas em instalações públicas (piscinas, etc.), escolas, etc., são incluídas. Exclui-se, medidas de redução de ruído e vibrações nos locais de trabalho por razões de higiene e segurança no trabalho. Inclui-se as atividades relativas às instalações anti-ruído: écrans, terraplenagens, tapumes, janelas anti-ruído, revestimentos das auto-estradas ou dos caminhos-de-ferro urbanos.

Domínio 6 – Proteção da Biodiversidade e Paisagem

Compreende as atividades relativas à proteção dos ecossistemas e do "habitat", essenciais ao bem-estar da fauna e da flora, a proteção das paisagens pelo seu valor estético, assim como a preservação dos sítios naturais protegidos por lei. Inclui-se igualmente, as atividades de proteção visando a conservação das espécies ameaçadas da fauna e da flora, assim como as atividades de proteção e gestão da floresta, atividades visando introduzir espécies da fauna e flora em vias de extinção ou renovação de espécies ameaçadas de extinção, remodelação de paisagens afetadas para reforçar as suas funções naturais ou acrescentar o seu valor estético. São, igualmente, compreendidas as despesas de reabilitação de minas ou de carreiros abandonados, atividades de restauração e limpeza dos sítios aquáticos, eliminação de ácidos artificiais e de agentes de eutrofização e limpeza da poluição em sítios aquáticos.

Domínio 7 – Proteção contra Radiações

Compreende as atividades que visam reduzir ou eliminar os efeitos nefastos das radiações emitidas por um qualquer emissor, à exceção das centrais nucleares e das instalações militares. Exclui-se as medidas tomadas em locais de trabalho.

Domínio 8 – Investigação e Desenvolvimento

Compreende as atividades de investigação e desenvolvimento correspondentes a trabalhos criativos, empreendidos sistematicamente com o objetivo de aumentar o stock de conhecimentos humanos, visando a implementação de novas aplicações na área do ambiente.

Domínio 9 – Outras Atividades de Proteção do Ambiente

Compreende as atividades de administração geral e orientação virada para o suporte das decisões tomadas no quadro das atividades de proteção do ambiente, quer seja por unidades públicas ou privadas. Inclui-se igualmente, as atividades cujo principal objetivo é assegurar, formar ou divulgar, no quadro de organismos especializados, informação em gestão e proteção do ambiente. São excluídas as atividades do sistema educativo geral.

14.3.2 - Domínios de Ambiente

A. Gestão da Poluição

Idem Classificação de Atividades e de Despesas de Proteção do Ambiente (14.3.1).

B. Gestão de Recursos

B1 – Gestão da água

Domínio da “Gestão de Recursos” referente a atividades de concepção, construção e instalação de sistemas, bem como de serviços vocacionados para a recolha, purificação e distribuição de água potável para consumo humano, para atividades industriais, comerciais entre outras. Notas: Incluem-se atividades de conservação, redução, consumo e melhoria da reutilização da água.

B2 – Materiais e produtos reciclados

Domínio da “Gestão de Recursos” que diz respeito à produção de equipamentos, tecnologias, materiais específicos e/ou à concepção, construção, instalação e a prestação de outros serviços relacionados com a produção de novos materiais ou produtos diferenciáveis como reciclados, a partir de resíduos e desperdícios, ou a preparação destes materiais ou produtos para posterior consumo. Notas: Incluem-se o papel reciclado e outros produtos reciclados. Exclui-se a recuperação de energia que se considera no domínio da Gestão e Otimização de Energia.

B3 - Gestão e otimização de energia

Domínio da “Gestão de Recursos” que inclui quaisquer atividades de programação, construção e instalação de sistemas, gestão ou prestação de serviços para produção, recolha e/ou transmissão de energia a partir de fontes renováveis, assim como para reduzir o consumo de calor e de energia (redução do uso de vapor) e/ou minimizar as perdas de calor e de energia (co-geração). Notas: A energia renovável tem origem em processos naturais que são constantemente reabastecidos. Existem várias formas de energia renovável com origem direta ou indireta do sol ou do calor gerado nas camadas mais profundas da Terra. Inclui a energia gerada a partir do sol, vento, marés, ondas, geotermia, biogás, biodiesel entre outras fontes.

B4 - Gestão dos recursos florestais

Domínio da “Gestão de Recursos” que considera quaisquer atividades relacionadas com programas e projectos de reflorestação e gestão da floresta numa base de sustentação a longo prazo. Notas: Incluem-se a administração e uso da floresta de modo a manter a sua biodiversidade, produtividade, capacidade de regeneração bem como o potencial para preencher funções ecológicas, económicas e sociais não provocando danos aos ecossistemas. Inclui-se a floresta que tenha certificação.

B5 - Outras atividades de gestão de recursos

Domínio da “Gestão de Recursos” que se refere a serviços que envolvam a proteção e gestão de património natural e cultural, ou a educação e interpretação do ambiente natural que não represente uma ameaça ou degradação do mesmo. Notas: Incluem-se atividades relacionadas com a gestão de recursos naturais não incluída em nenhum dos domínios anteriores.

14.3.3 - Operações de Gestão de Resíduos

Operações de Eliminação:

- i) Deposição sobre o solo ou no seu interior, por exemplo em aterro sanitário;
- ii) Tratamento no solo, por exemplo biodegradação de efluentes líquidos ou de lamas de depuração nos solos;
- iii) Injecção em profundidade, por exemplo injeção de resíduos por bombagem em poços, cúpulas salinas ou depósitos naturais;
- iv) Lagunagem, por exemplo descarga de resíduos líquidos ou de lamas de depuração em poços, lagos naturais ou artificiais;
- v) Depósitos subterrâneos especialmente concebidos, por exemplo deposição em alinhamentos de células que são seladas e isoladas umas das outras e do ambiente;
- vi) Descarga em massas de águas, com exceção dos mares e dos oceanos;
- vii) Descarga para os mares e ou oceanos, incluindo inserção nos fundos marinhos;
- viii) Tratamento biológico não especificado em qualquer outra parte do presente decreto-lei que produz compostos ou misturas finais que são rejeitados por meio de qualquer das operações enumeradas de i) a xii);
- ix) Tratamento físico-químico não especificado em qualquer outra parte do presente decreto-lei que produz compostos ou misturas finais rejeitados por meio de qualquer das operações enumeradas de i) a xii), por exemplo evaporação, secagem ou calcinação;
- x) Incineração em terra;
- xi) Incineração no mar;
- xii) Armazenagem permanente, por exemplo armazenagem de contentores numa mina;
- xiii) Mistura anterior à execução de uma das operações enumeradas de i) a xii);
- xiv) Reembalagem anterior a uma das operações enumeradas de i) a xiii);
- xv) Armazenagem enquanto se aguarda a execução de uma das operações enumeradas de i) a xiv), com exclusão do armazenamento temporário, antes da recolha, no local onde esta é efetuada.

Operações de Valorização:

- i) Utilização principal como combustível ou outros meios de produção de energia;
- ii) Recuperação ou regeneração de solventes;
- iii) Reciclagem ou recuperação de compostos orgânicos que não são utilizados como solventes, incluindo as operações de compostagem e outras transformações biológicas;
- iv) Reciclagem ou recuperação de metais e de ligas;
- v) Reciclagem ou recuperação de outras matérias inorgânicas;
- vi) Regeneração de ácidos ou de bases;
- vii) Recuperação de produtos utilizados na luta contra a poluição;
- viii) Recuperação de componentes de catalisadores;
- ix) Refinação de óleos e outras reutilizações de óleos;

- x) Tratamento no solo em benefício da agricultura ou para melhorar o ambiente;
- xi) Utilização de resíduos obtidos em virtude das operações enumeradas de i) a x);
- xii) Troca de resíduos com vista a submetê-los a uma das operações enumeradas de i) a xi);
- xiii) Acumulação de resíduos destinados a uma das operações enumeradas de i) a xii), com exclusão do armazenamento temporário, antes da recolha, no local onde esta é efetuada.





Anexos

1 Identifique com um X o(s) Domínio(s) de Ambiente, referentes à(s) acção(ões) desenvolvida(s) pela Câmara Municipal

	Cod		
1.1 Protecção do Ar e Clima	1030	☐	→ Preencha o Quadro 2.
1.2 Gestão de Resíduos	1035	☐	→ Preencha o Quadro 3.
1.3 Protecção e Recuperação dos Solos, de Águas Subterrâneas e Superficiais	1040	☐	→ Preencha o Quadro 4.
1.4 Redução de Ruídos e Vibrações	1045	☐	→ Preencha o Quadro 5.
1.5 Protecção da Biodiversidade e Paisagem	1050	☐	→ Preencha o Quadro 6.
1.6 Investigação e Desenvolvimento	1055	☐	→ Preencha o Quadro 7.
1.7 Outras Actividades de Protecção do Ambiente	1060	☐	→ Preencha o Quadro 8.

Instruções

Domínio "Protecção do Ar e Clima" - Compreende todas as actividades referentes aos processos de produção, às actividades ligadas à construção, manutenção e reparação de instalações, cujo principal objectivo é o de reduzir a poluição atmosférica. Inclui ainda as actividades de medição e controle das emissões de gases que afectam a camada do ozono, assim como, as actividades que aumentem a dispersão dos gases, de forma a reduzir a concentração de poluentes atmosféricos. Compreende igualmente os equipamentos para eliminar/reduzir partículas ou substâncias que poluem a atmosfera provenientes da combustão do fuel, tais como: filtros, material de despoejamento e outras técnicas.

2 Protecção do Ar e Clima	Cod	EUROS
2.1 Receitas Correntes (2.1.1 + ... + 2.1.7)	2005	
2.1.1 Taxas de poluição do ar (04.01.23.99)	2010	
2.1.2 Multas por poluição do ar (04.02.04)	2015	
2.1.3 Transferências correntes - Administração central - Estado (06.03.01)	2020	
2.1.4 Transf. cor. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados (06.03.06)	2025	
2.1.5 Transferências correntes - Administração regional (06.04)	2030	
2.1.6 Venda de bens e serviços correntes (07)	2035	
2.1.7 Outras receitas correntes	2040	
2.2 Receitas de Capital (2.2.1 + ... + 2.2.6)	2045	
2.2.1 Transferências de capital - Administração central - Estado (10.03.01)	2050	
2.2.2 Transf. cap. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados (10.03.07)	2055	
2.2.3 Transferências de capital - Administração regional (10.04)	2060	
2.2.4 Activos financeiros (11)	2065	
2.2.5 Passivos financeiros (12)	2070	
2.2.6 Outras receitas de capital	2075	
2.3 Total das Receitas (2.1 + 2.2)	2080	
2.4 Despesas Correntes (2.4.1 + ... + 2.4.5)	2085	
2.4.1 Despesas com o pessoal (01)	2090	
2.4.2 Aquisição de bens e serviços (02)	2095	
2.4.3 Transferências correntes (04)	2100	
2.4.4 Subsídios - Empresas públicas municipais e intermunicipais (05.01.01.01)	2105	
2.4.5 Outras despesas correntes	2110	
2.5 Despesas de Capital (2.5.1 + ... + 2.5.5)	2115	
2.5.1 Investimentos (07.01)	2120	
2.5.2 Transferências de capital (08)	2125	
2.5.3 Activos financeiros (09)	2130	
2.5.4 Passivos financeiros (10)	2135	
2.5.5 Outras despesas de capital	2140	
2.6 Total das Despesas (2.4 + 2.5)	2145	
2.7 Observações:	2150	



Instruções

Domínio "Gestão de Resíduos" - Compreende as modificações nos processos de produção, a adaptação de instalações ou de processos, destinados a reduzir a poluição do ambiente através de resíduos. Incluem-se igualmente, as actividades de recolha de resíduos pelos serviços municipais, o transporte de resíduos para os centros de tratamento, estações de triagem, empresas de valorização ou de eliminação. Inclui a varredura e limpeza urbana. A recolha de resíduos municipais pode ser selectiva (efectuada de uma maneira específica, para um dado produto) ou indiferenciada (cobrindo todos os resíduos). São também consideradas as actividades de tratamento e eliminação de resíduos tóxicos (físico-químicos, térmicos, biológicos, radioactivos), assim como de resíduos não tóxicos (tratamentos físico-químicos, incineração, tratamento biológico, colocação em aterro ou qualquer outro tipo de tratamento).

► **3.6.3 Transferências correntes e 3.7.4 Transferências de capital** - devem ser incluídas as verbas que a Câmara Municipal transfere para os serviços municipalizados no âmbito deste domínio.

3 Gestão de Resíduos		Cod	EUROS
Identifique com um X a(s) actividade(s) desenvolvida(s) pela Câmara Municipal:			
	Sim	Não	Se respondeu <u>Não</u> , indique a entidade gestora:
3.1 Recolha indiferenciada e selectiva	☐	☐	
3.2 Tratamento de resíduos	☐	☐	
3.3 Receitas Correntes (3.3.1 + ... + 3.3.7)			3015
3.3.1 Taxas de resíduos sólidos (04.01.23.99)			3020
3.3.2 Multas por despejos ilegais de resíduos (04.02.04)			3025
3.3.3 Transferências correntes - Administração central - Estado (06.03.01)			3030
3.3.4 Transf. cor. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados (06.03.06)			3035
3.3.5 Transferências correntes - Administração regional (06.04)			3040
3.3.6 Venda de bens e serviços correntes - tarifas de resíduos sólidos (07.02.09.02)			3045
3.3.7 Outras receitas correntes			3050
3.4 Receitas de Capital (3.4.1 + ... + 3.4.6)			3055
3.4.1 Transferências de capital - Administração central - Estado (10.03.01)			3060
3.4.2 Transf. cap. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados (10.03.07)			3065
3.4.3 Transferências de capital - Administração regional (10.04)			3070
3.4.4 Activos financeiros (11)			3075
3.4.5 Passivos financeiros (12)			3080
3.4.6 Outras receitas de capital			3085
3.5 Total das Receitas (3.3 + 3.4)			3090
3.6 Despesas Correntes (3.6.1 + ... + 3.6.5)			3095
3.6.1 Despesas com o pessoal (01)			3100
3.6.2 Aquisição de bens e serviços (02)			3105
3.6.3 Transferências correntes (04)			3110
3.6.4 Subsídios - Empresas públicas municipais e intermunicipais (05.01.01.01)			3115
3.6.5 Outras despesas correntes			3120
3.7 Despesas de Capital (3.7.1 + ... + 3.7.7)			3125
3.7.1 Investimentos - Infra-estruturas para tratamento de resíduos sólidos (07.01.04.11)			3130
3.7.2 Investimentos - Material de transporte para a recolha de resíduos (07.01.06.01)			3135
3.7.3 Investimentos - Equipamento básico de recolha de resíduos (07.01.10.01)			3140
3.7.4 Transferências de capital (08)			3145
3.7.5 Activos financeiros (09)			3150
3.7.6 Passivos financeiros (10)			3155
3.7.7 Outras despesas de capital			3160
3.8 Total das Despesas (3.6 + 3.7)			3165
3.9 Observações:	3170		



Instruções

Domínio "Protecção e Recuperação dos Solos, de Águas Subterrâneas e Superficiais" - Compreende as actividades de protecção do ambiente, implicando a construção, a manutenção e exploração de instalações de descontaminação de solos poluídos, a purificação de águas subterrâneas, assim como, a protecção contra infiltrações poluentes nas águas subterrâneas. Incluem-se igualmente as actividades directamente ligadas à estanquicidade dos solos de fábricas, à instalação de captações de derramento de poluentes, de fugas e reforço das instalações de armazenamento, e ao transporte de produtos poluentes, assim como, o tratamento das lamas resultantes de dragagem. São também consideradas as actividades de protecção dos solos contra a erosão e outras degradações físicas e de prevenção e correcção da salinidade dos solos.

Nota: Excluem-se as actividades de abastecimento de água, de gestão de águas residuais e de protecção da biodiversidade e paisagens

4 Prot. e Recup. dos Solos, de Águas Subterrâneas e Superficiais	Cod	EUROS
4.1 Receitas Correntes (4.1.1 + ... + 4.1.7)	4005	
4.1.1 Taxas de poluição dos solos, de águas subterrâneas e superficiais (04.01.23.99)	4010	
4.1.2 Multas por poluição dos solos, de águas subterrâneas e superficiais (04.02.04)	4015	
4.1.3 Transferências correntes - Administração central - Estado (06.03.01)	4020	
4.1.4 Transf. cor. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados (06.03.06)	4025	
4.1.5 Transferências correntes - Administração regional (06.04)	4030	
4.1.6 Venda de bens e serviços correntes (07)	4035	
4.1.7 Outras receitas correntes	4040	
4.2 Receitas de Capital (4.2.1 + ... + 4.2.6)	4045	
4.2.1 Transferências de capital - Administração central - Estado (10.03.01)	4050	
4.2.2 Transf. cap. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados (10.03.07)	4055	
4.2.3 Transferências de capital - Administração regional (10.04)	4060	
4.2.4 Activos financeiros (11)	4065	
4.2.5 Passivos financeiros (12)	4070	
4.2.6 Outras receitas de capital	4075	
4.3 Total das Receitas (4.1 + 4.2)	4080	
4.4 Despesas Correntes (4.4.1 + ... + 4.4.5)	4085	
4.4.1 Despesas com o pessoal (01)	4090	
4.4.2 Aquisição de bens e serviços (02)	4095	
4.4.3 Transferências correntes (04)	4100	
4.4.4 Subsídios - Empresas públicas municipais e intermunicipais (05.01.01.01)	4105	
4.4.5 Outras despesas correntes	4110	
4.5 Despesas de Capital (4.5.1 + ... + 4.5.5)	4115	
4.5.1 Investimentos (07.01)	4120	
4.5.2 Transferências de capital (08)	4125	
4.5.3 Activos financeiros (09)	4130	
4.5.4 Passivos financeiros (10)	4135	
4.5.5 Outras despesas de capital	4140	
4.6 Total das Despesas (4.4 + 4.5)	4145	
4150 4.7 Observações:		

Instruções

Domínio "Redução de Ruídos e Vibrações" - Compreende as medidas e as actividades de controlo e redução de ruído ou vibrações gerados por actividades industriais ou transportes. São incluídas as actividades para controlo e redução de ruído em zonas habitacionais (isolamento sonoro de discotecas, etc.), bem como medidas e acções, desenvolvidas com o mesmo objectivo, e aplicadas em instalações públicas (piscinas, escolas, etc.). Incluem-se as actividades relativas às instalações anti-ruído (ecrãs, terraplanagens, tapumes, janelas anti-ruído, revestimentos das auto-estradas, dos caminhos-de-ferro urbanos e aeroportos), bem como, as verbas relacionadas com a elaboração e monitorização das cartas de ruído. Excluem-se as medidas de redução de ruído e vibrações nos locais de trabalho por razões de higiene e segurança no trabalho.

5 Redução de Ruídos e Vibrações	Cod	EUROS
5.1 Receitas Correntes (5.1.1 + ... + 5.1.7)	5005	
5.1.1 Taxas de poluição sonora (04.01.23.99)	5010	
5.1.2 Multas por poluição sonora (04.02.04)	5015	
5.1.3 Transferências correntes - Administração central - Estado (06.03.01)	5020	
5.1.4 Transf. cor. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados (06.03.06)	5025	
5.1.5 Transferências correntes - Administração regional (06.04)	5030	
5.1.6 Venda de bens e serviços correntes (07)	5035	
5.1.7 Outras receitas correntes	5040	
5.2 Receitas de Capital (5.2.1 + ... + 5.2.6)	5045	
5.2.1 Transferências de capital - Administração central - Estado (10.03.01)	5050	
5.2.2 Transf. cap. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados (10.03.07)	5055	
5.2.3 Transferências de capital - Administração regional (10.04)	5060	
5.2.4 Activos financeiros (11)	5065	
5.2.5 Passivos financeiros (12)	5070	
5.2.6 Outras receitas de capital	5075	
5.3 Total das Receitas (5.1 + 5.2)	5080	
5.4 Despesas Correntes (5.4.1 + ... + 5.4.5)	5085	
5.4.1 Despesas com o pessoal (01)	5090	
5.4.2 Aquisição de bens e serviços (02)	5095	
5.4.3 Transferências correntes (04)	5100	
5.4.4 Subsídios - Empresas públicas municipais e intermunicipais (05.01.01.01)	5105	
5.4.5 Outras despesas correntes	5110	
5.5 Despesas de Capital (5.5.1 + ... + 5.5.5)	5115	
5.5.1 Investimentos (07.01)	5120	
5.5.2 Transferências de capital (08)	5125	
5.5.3 Activos financeiros (09)	5130	
5.5.4 Passivos financeiros (10)	5135	
5.5.5 Outras despesas de capital	5140	
5.6 Total das Despesas (5.4 + 5.5)	5145	
5150 5.7 Observações:		



Instruções

Domínio "Protecção da Biodiversidade e Paisagem" – Compreende as actividades relativas à protecção dos ecossistemas e do habitat, essenciais ao bem-estar da fauna e da flora, a protecção das paisagens pelo seu valor estético, assim como, a preservação dos sítios naturais protegidos por lei. Incluem-se igualmente as actividades de protecção que visam a conservação das espécies ameaçadas da fauna e da flora, assim como, as actividades de protecção e gestão da floresta, (as actividades que visam introduzir espécies da fauna e da flora em vias de extinção ou renovação de espécies ameaçadas de extinção), a remodelação de paisagens afectadas para reforçar as suas funções naturais ou acrescentar o seu valor estético. São igualmente, compreendidas as despesas de reabilitação de minas ou de carreiros abandonados, as actividades de restauração e limpeza dos sítios aquáticos, de eliminação de ácidos artificiais e de agentes de eutrofização, de limpeza de poluição em sítios aquáticos, bem como, de limpeza do litoral e praias. Excluem-se as actividades relacionadas com a gestão de jardins e parques urbanos.

► **Para as Câmaras Municipais que possuem Corpos de Bombeiros de natureza municipal (Sapadores e não Sapadores)**, as despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços e outras despesas correntes deverão ser contabilizadas nos respectivos códigos como se tratassem de despesas do município. As verbas recebidas da Adm. central para os bombeiros municipais são contabilizadas nas rubricas 6.1.3 - Transf. correntes - Adm. central - Estado e 6.2.1 - Transf. de capital - Adm. central - Estado.

► **6.1.2 Multas por danos causados à fauna e à flora** - Exemplos: fogo posto nas florestas, destruição de habitats e espécies da fauna e da flora em vias de extinção, danos nos sítios naturais protegidos por lei, etc.

► **6.4.3 Transferências correntes e 6.5.4 Transferências de capital** - incluem-se as transferências efectuadas pela Câmara Municipal para Corpos de Bombeiros Voluntários (valores registados nas contas 04.07.01 - Transferências correntes para Instituições sem fins lucrativos e 08.07.01 - Transferências de capital para Instituições sem fins lucrativos).

6 Protecção da Biodiversidade e Paisagem	Cod	EUROS
6.1 Receitas Correntes (6.1.1 + ... + 6.1.7)	6005	
6.1.1 Taxas de protecção/conservação da biodiversidade e paisagens (04.01.23.99)	6010	
6.1.2 Multas por danos causados à fauna e à flora (04.02.04)	6015	
6.1.3 Transferências correntes - Administração central - Estado (06.03.01)	6020	
6.1.4 Transf. cor. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados (06.03.06)	6025	
6.1.5 Transferências correntes - Administração regional (06.04)	6030	
6.1.6 Venda de bens e serviços correntes (07)	6035	
6.1.7 Outras receitas correntes	6040	
6.2 Receitas de Capital (6.2.1 + ... + 6.2.6)	6045	
6.2.1 Transferências de capital - Administração central - Estado (10.03.01)	6050	
6.2.2 Transf. cap. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados (10.03.07)	6055	
6.2.3 Transferências de capital - Administração regional (10.04)	6060	
6.2.4 Activos financeiros (11)	6065	
6.2.5 Passivos financeiros (12)	6070	
6.2.6 Outras receitas de capital	6075	
6.3 Total das Receitas (6.1 + 6.2)	6080	
6.4 Despesas Correntes (6.4.1 + ... + 6.4.5)	6085	
6.4.1 Despesas com o pessoal (01)	6090	
6.4.2 Aquisição de bens e serviços (02)	6095	
6.4.3 Transferências correntes (04)	6100	
6.4.4 Subsídios - Empresas públicas municipais e intermunicipais (05.01.01.01)	6105	
6.4.5 Outras despesas correntes	6110	
6.5 Despesas de Capital (6.5.1 + ... + 6.5.7)	6115	
6.5.1 Investimentos - Prevenção e combate a incêndios florestais (07.01)	6120	
6.5.2 Investimentos - Prot. das espécies e habitats, áreas protegidas e reservas naturais (07.01)	6125	
6.5.3 Investimentos - Outros (07.01)	6130	
6.5.4 Transferências de capital (08)	6135	
6.5.5 Activos financeiros (09)	6140	
6.5.6 Passivos financeiros (10)	6145	
6.5.7 Outras despesas de capital	6150	
6.6 Total das Despesas (6.4 + 6.5)	6155	
6160 6.7 Observações:		

Instruções

Domínio "Investigação e Desenvolvimento" - Compreende as actividades de investigação e desenvolvimento correspondentes a trabalhos criativos, empreendidos sistematicamente com o objectivo de aumentar o capital de conhecimentos humanos, que visam a implementação de novas aplicações na área do ambiente.

7 Investigação e Desenvolvimento	Cod	EUROS
7.1 Receitas Correntes (7.1.3 + ... + 7.1.7)	7005	
7.1.1 Taxas		
7.1.2 Multas		
7.1.3 Transferências correntes - Administração central - Estado (06.03.01)	7010	
7.1.4 Transf. cor. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados (06.03.06)	7015	
7.1.5 Transferências correntes - Administração regional (06.04)	7020	
7.1.6 Venda de bens e serviços correntes (07)	7025	
7.1.7 Outras receitas correntes	7030	
7.2 Receitas de Capital (7.2.1 + ... + 7.2.6)	7035	
7.2.1 Transferências de capital - Administração central - Estado (10.03.01)	7040	
7.2.2 Transf. cap. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados (10.03.07)	7045	
7.2.3 Transferências de capital - Administração regional (10.04)	7050	
7.2.4 Activos financeiros (11)	7055	
7.2.5 Passivos financeiros (12)	7060	
7.2.6 Outras receitas de capital	7065	
7.3 Total das Receitas (7.1 + 7.2)	7070	
7.4 Despesas Correntes (7.4.1 + ... + 7.4.5)	7075	
7.4.1 Despesas com o pessoal (01)	7080	
7.4.2 Aquisição de bens e serviços (02)	7085	
7.4.3 Transferências correntes (04)	7090	
7.4.4 Subsídios - Empresas públicas municipais e intermunicipais (05.01.01.01)	7095	
7.4.5 Outras despesas correntes	7100	
7.5 Despesas de Capital (7.5.1+ ... + 7.5.5)	7105	
7.5.1 Investimentos (07.01)	7110	
7.5.2 Transferências de capital (08)	7115	
7.5.3 Activos financeiros (09)	7120	
7.5.4 Passivos financeiros (10)	7125	
7.5.5 Outras despesas de capital	7130	
7.6 Total das Despesas (7.4 + 7.5)	7135	
7.7 Observações:	7140	



Instruções

Domínio "Outras Actividades de Protecção do Ambiente" - Compreende as actividades de administração geral e orientação/regulamentação que visam o suporte das decisões tomadas no quadro das actividades de protecção do ambiente, quer as mesmas sejam tomadas por unidades públicas ou por unidades privadas. Incluem-se igualmente as actividades cujo principal objectivo é assegurar, formar ou divulgar, no quadro de organismos especializados, informação relativa à gestão e protecção do ambiente, nomeadamente nas campanhas de sensibilização e de educação ambiental, junto da população escolar, e nas campanhas de publicação, de divulgação e formação profissional relativa à temática ambiental (excepto formação relativa à saúde no trabalho).

Excluem-se as actividades relacionadas com a gestão de jardins e parques urbanos.

8 Outras Actividades de Protecção do Ambiente	Cod	EUROS
8.1 Receitas Correntes (8.1.1 + ... + 8.1.7)	8005	
8.1.1 Taxas (04.01.23.99)	8010	
8.1.2 Multas (04.02.99)	8015	
8.1.3 Transferências correntes - Administração central - Estado (06.03.01)	8020	
8.1.4 Transf. cor. - Adm. central - Estado - Particip. comunitária em projectos co-financiados (06.03.06)	8025	
8.1.5 Transferências correntes - Administração regional (06.04)	8030	
8.1.6 Venda de bens e serviços correntes (07)	8035	
8.1.7 Outras receitas correntes	8040	
8.2 Receitas de Capital (8.2.1 + ... + 8.2.6)	8045	
8.2.1 Transferências de capital - Administração central - Estado (10.03.01)	8050	
8.2.2 Transf. cap. - Adm. central - Estado - Particip. comunitária em projectos co-financiados (10.03.07)	8055	
8.2.3 Transferências de capital - Administração regional (10.04)	8060	
8.2.4 Activos financeiros (11)	8065	
8.2.5 Passivos financeiros (12)	8070	
8.2.6 Outras receitas de capital	8075	
8.3 Total das Receitas (8.1 + 8.2)	8080	
8.4 Despesas Correntes (8.4.1 + ... + 8.4.5)	8085	
8.4.1 Despesas com o pessoal (01)	8090	
8.4.2 Aquisição de bens e serviços (02)	8095	
8.4.3 Transferências correntes (04)	8100	
8.4.4 Subsídios - Empresas públicas municipais e intermunicipais (05.01.01.01)	8105	
8.4.5 Outras despesas correntes	8110	
8.5 Despesas de Capital (8.5.1 + ... + 8.5.5)	8115	
8.5.1 Investimentos (07.01)	8120	
8.5.2 Transferências de capital (08)	8125	
8.5.3 Activos financeiros (09)	8130	
8.5.4 Passivos financeiros (10)	8135	
8.5.5 Outras despesas de capital	8140	
8.6 Total das Despesas (8.4 + 8.5)	8145	
8.7 Observações:	8150	

1 Plano de contas

1.1 A Entidade Gestora utiliza o Sistema de Normalização Contabilística (SNC)?

	Sim	Não
1030	☒	☐

Se respondeu "**Sim**", continue o preenchimento.

Se respondeu **"Não"**, continue o preenchimento, e envie ao INE a documentação (ex. cópia da conta de gerência) referente ao período de referência dos dados para validação da informação.

2 Serviços de Gestão de Resíduos Urbanos em Baixa	Cod	Euros
2.1 Investimentos (Activos fixos tangíveis e activos intangíveis do ano)	2005	[][][][][][][][]
	2010	[][][][][][][][]
	2015	[][][][][][][][]
	2020	[][][][][][][][]
	2025	[][][][][][][][]
	2030	[][][][][][][][]
	2035	[][][][][][][][]
	2040	[][][][][][][][]
	2045	[][][][][][][][]
	2050	[][][][][][][][]
2.2 Gastos (2.2.1 + ... + 2.2.5)		
2.2.1 Custos próprios com a recolha, transporte, tratamento, valorização e destino final (Conta 61)		
2.2.2 Fornecimentos e serviços externos (Conta 62)		
2.2.3 Taxas pagas à Adm. Pública no âmbito da gestão de resíduos urbanos (parte Conta 6813)		
2.2.4 Gastos com o pessoal (2.2.4.1 + 2.2.4.2)		
2.2.4.1 Remunerações (Subcontas 631 + 632)		
2.2.4.2 Outros gastos com o pessoal (Subcontas 633 a 638)		
2.2.5 Outros gastos		
2.3 Rendimentos (2.3.1 + ... + 2.3.5)		
2.3.1 Vendas (Conta 71)		
das quais: 2.3.1.1 Venda de resíduos e/ou materiais valorizáveis		
2.3.2 Prestações de serviços (Conta 72)		
das quais: 2.3.2.1 Prestações de serviços a municípios		
2.3.3 Subsídios à exploração (Conta 75)		
dos quais: 2.3.3.1 Municípios		
2.3.4 Imputação de subsídios para investimentos (Subconta 7883)		
dos quais: 2.3.4.1 Municípios		
2.3.5 Outros rendimentos		

Introdução

A presente operação estatística visa a obtenção de dados financeiros junto das entidades gestoras de serviços de gestão de resíduos urbanos indiferenciados em baixa, designadamente as empresas municipais e os serviços municipalizados.

Face a alterações estruturais que se verificaram na gestão de serviços de resíduos urbanos, como seja a dissociação dos serviços em alta e em baixa, esta operação estatística vem complementar uma outra realizada pelo INE junto dos municípios e denominada "Inquérito aos Municípios - Protecção do Ambiente".

O objectivo é caracterizar os fluxos económico-financeiros do domínio Gestão de Resíduos (domínio pertencente à Classificação de Actividades e de Despesas de Protecção do Ambiente) no âmbito municipal.

Instruções de preenchimento do Quadro 2

As rubricas apresentadas no Quadro 2 estão no contexto do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) para as empresas.

Serviços de gestão de resíduos urbanos em baixa - compreende a operação de recolha, selectiva ou indiferenciada, de triagem e ou mistura de resíduos com vista ao seu transporte para instalações de valorização ou eliminação.

Investimentos - incluir as aquisições de activos, assim como os trabalhos realizados na própria empresa que se traduzem num aumento efectivo do valor dos activos. Devem incluir os activos fixos tangíveis, tais como a construção de novas infra-estruturas e equipamentos associados à gestão de resíduos urbanos, acções de ampliação e remodelação/reabilitação de infra-estruturas e a aquisição/substituição de equipamento. Devem ainda incluir os activos intangíveis ("software", patentes, etc.) e os custos com a elaboração de projectos de construção/ampliação de infra-estruturas.

Taxas pagas à Administração Pública no âmbito da gestão de resíduos urbanos - indique o montante pago a organismos públicos relativo à gestão de resíduos urbanos (Ex.: taxas de licenciamento, taxas de registo, taxas de gestão de resíduos pagas à Autoridade Nacional de Resíduos e taxas pagas à Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos).

Gastos com o pessoal - incluir os gastos com o pessoal relacionados com a gestão de resíduos urbanos.

Subsídios à exploração - incluir os subsídios recebidos como forma de subvenção à exploração no âmbito da actividade da gestão de resíduos urbanos.

Imputação de subsídios para investimentos - incluir os subsídios recebidos cuja finalidade é a aquisição de activos fixos tangíveis no âmbito da actividade da gestão de resíduos urbanos.

Outros rendimentos - incluir os rendimentos não contabilizados nas rubricas anteriores.



A Iniciativas ambientais adoptadas

NP EN ISO 14001 - Norma Portuguesa que estabelece requisitos e linhas de orientação para a implementação de Sistemas de Gestão Ambiental nas organizações.

Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria (EMAS) - Mecanismo de participação voluntária destinado a organizações que querem comprometer-se a avaliar, gerir e melhorar o seu desempenho ambiental, possibilitando evidenciar, perante terceiros e de acordo com os respectivos referenciais, a credibilidade do seu sistema de gestão ambiental e do seu desempenho ambiental. O EMAS é estabelecido numa organização visando a avaliação e melhoria do desempenho ambiental e o fornecimento de informação relevante ao público e outras partes interessadas em termos de desempenho ambiental e de comunicação do mesmo.

A.1 A empresa possui alguma instalação com certificação ambiental de acordo com a NP EN ISO 14001? A0100 **Sim** ☐ **Não** ☐

A.2 A empresa possui alguma instalação com registo no EMAS atribuído pela Agência Portuguesa do Ambiente? A0200 **Sim** ☐ **Não** ☐

A.3 A empresa constituiu alguma garantia financeira que lhe permite assumir a responsabilidade ambiental inerente à actividade por si desenvolvida (Decreto-Lei nº 147/2008, 29 de Julho)? A0300 **Sim** ☐ **Não** ☐

Caso tenha respondido "Sim", assinale com "X" a(s) opção(ões) escolhida(s):

A0310 Apólice de seguro ☐ A0320 Garantia bancária ☐ A0330 Fundo próprio ☐ A0340 Fundo ambiental ☐

A.4 A empresa adoptou alguma estratégia para redução de emissões de gases com efeitos de estufa decorrentes da sua actividade? A0400 **Sim** ☐ **Não** ☐

Caso tenha respondido "Sim", assinale com "X" a(s) opção(ões) escolhida(s):

Melhoria da eficiência energética das instalações A0410 ☐

Melhoria da eficiência energética dos equipamentos A0420 ☐

Contratação de serviços de um fornecedor de energia produzida a partir de fontes renováveis A0430 ☐

Contratação de auditoria externa para auxílio na redução de consumos de energia A0440 ☐

Utilização de biocombustíveis adequados aos veículos A0450 ☐

Utilização de biomassa como combustível A0460 ☐

Alteração dos produtos/serviços A0470 ☐

Outra A0480 ☐

A0490 Especifique: _____

A.5 A empresa fabricou equipamento(s) e/ou produto(s) certificado(s)? A0500 **Sim** ☐ **Não** ☐

Caso tenha respondido "Sim", assinale com "X" a opção escolhida:

A0510 1 - 4 ☐ A0520 5 - 9 ☐ A0530 ≥ 10 ☐

A.6 A empresa implementou medidas de redução das emissões de carbono emitidas pelas TIC (tecnologias de informação e comunicação)? A0600 **Sim** ☐ **Não** ☐

Caso tenha respondido "Sim", assinale com "X" a(s) opção(ões) escolhida(s):

Adopção de políticas de impressão A0610 ☐

Adopção de programas de reciclagem de papel A0620 ☐

Adopção de programas de reciclagem de toners e tinteiros A0630 ☐

Implementação de planos para redução de resíduos eléctricos e electrónicos A0640 ☐

Inclusão de critérios de eficiência energética dos equipamentos, produtos e serviços A0650 ☐

Outra A0660 ☐

A0670 Especifique: _____

A.7 A empresa tem no seu organograma um cargo de direcção com responsabilidade directa sobre questões ambientais? A0700 **Sim** ☐ **Não** ☐

A.8 A empresa promoveu formação aos seus colaboradores sobre medidas ambientais a adoptar dentro da organização? A0800 **Sim** ☐ **Não** ☐

A.9 A empresa adopta medidas ambientais nas suas actividades correntes? A0900 **Sim** ☐ **Não** ☐

Caso tenha respondido "Sim", assinale com "X" a(s) opção(ões) escolhida(s):

Separação de papel e cartão A0910 ☐

Separação de embalagens plásticas e metálicas A0920 ☐

Separação de vidro A0930 ☐

Utilização de lâmpadas de baixo consumo A0940 ☐

Reutilização das águas de abastecimento/residuais/pluviais A0950 ☐

Outra A0960 ☐

A0970 Especifique: _____



Considera-se **rendimentos**, os obtidos pela empresa como resultado da execução de actividades de gestão do ambiente.

Se assinalou "Sim" preencha o quadro C.

Se assinalou "Sim" preencha o quadro D.

Se assinalou "Sim" preencha o quadro E.

Tendo assinalado "SIM" em ALGUMA das questões do quadro B, continue o preenchimento.

				4	5	3	2	5
--	--	--	--	---	---	---	---	---



Unidade: Euros

E1000 | | | | | | | |

[illegible]

E1210	Ar e clima							E1250	Ruído e vibrações						
E1220	Águas residuais							E1260	Biodiversidade e paisagem						
E1230	Resíduos							E1270	I & D						
E1240	Solos, águas sub. e sup.							E1280	Outras actividades						
								E1290	TOTAL						

E1310	Ar e clima							E1350	Ruído e vibrações						
E1320	Águas residuais							E1360	Biodiversidade e paisagem						
E1330	Resíduos							E1370	I & D						
E1340	Solos, águas sub. e sup.							E1380	Outras actividades						
								E1390	TOTAL						

E1410	Ar e clima							E1450	Ruído e vibrações						
E1420	Águas residuais							E1460	Biodiversidade e paisagem						
E1430	Resíduos							E1470	I & D						
E1440	Solos, águas sub. e sup.							E1480	Outras actividades						
								E1490	TOTAL						

E2000 **Comentários adicionais sobre os rendimentos assinalados:** _____

Unidade: N°

Categorias funcionais		Maioritariamente ocupadas	Minoritaria ou ocasionalmente ocupadas	Total de pessoas ocupadas com funções de ambiente em "Equivalentes a Tempo Completo"
		1	2	3
F1100	Dirigentes			,
F1200	Quadros técnicos médios e superiores			,
F1300	Outro pessoal			,
F1400	TOTAL			,

F2000 **Comentários adicionais sobre o número de pessoas ao serviço assinalados:** _____



INSTRUMENTO DE NOTAÇÃO DO SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL
(LEI Nº 22/2008 DE 13 DE MAIO) DE RESPOSTA OBRIGATÓRIA,
REGISTADO NO INE SOB O Nº 9846 VÁLIDO ATÉ 2011/12/31.

IBSA - Inquérito ao Sector de Bens e Serviços de Ambiente**Referência dos dados:**

2010

(espaço reservado para identificação do NIF da empresa)

INE - DEPARTAMENTO DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO
Serviço de Inquéritos por Auto-Preenchimento
Av. António José de Almeida 1000-043 LISBOA

Resposta eletrónica: <https://webing.ine.pt/aderentes>

DRI.IAP.L5-419

A CONFIDENCIALIDADE DOS DADOS É GARANTIDA NOS TERMOS DA LEI Nº 22/2008 DE 13 DE MAIO

Para esclarecimento de dúvidas contacte:
Telf: 808 201 600 (rede fixa nacional) / 218 426 307 (outras redes)
Fax: 218 426 358 / E-mail: ambiente@ine.pt

DEVOLUÇÃO OBRIGATÓRIA: Por favor devolva este questionário no prazo máximo de **15 dias** após a recepção, devidamente preenchido de acordo com as instruções.

Identificação da unidade inquirida (preencher apenas para corrigir ou completar os dados)

Número de Identificação Fiscal (NIF)

Designação social

Distrito/Ilha Município Freguesia

Endereço

Localidade Código Postal -

Telefone Fax e-mail

II Situação da unidade inquirida no período de referência dos dados

Situação na actividade		BC005			
Aguarda início de actividade		-----			
Em actividade		-----			
BC010	Actividade suspensa em	/	/		
	Actividade cessada em	/	/		
Nº meses de actividade no período de referência				BC007	

Actividade Económica Principal (CAE Rev. 3)						BC001
---	--	--	--	--	--	-------

BC010	Actividade suspensa em	/	/
	Actividade cessada em	/	/

Actividade cessada em / /

Nº meses de actividade no período de referência				BC007
---	--	--	--	-------

Ocorreu algum facto relevante (fusão, cisão ou outro) durante o período de referência dos dados?	Sim	☐
	Não	☐

BC025	Indique qual:	BC020	Data	/	/
-------	---------------	-------	------	---	---

III Observações

Utilize este espaço para incluir sugestões, justificações referentes à sua resposta ou outras observações que julque convenientes.

[illegible]**IV Responsável pelo preenchimento**

Nome contacto BC040

Endereço _____

Localidade Código Postal -

Telephone _____ Fax _____ e-mail _____

Cargo	* NIF
-------	-------

Assinatura _____ Data ____/____/____

*NIF da entidade responsável pelo preenchimento, se diferente da unidade inquirida

1 Volume de Negócios (VVN) por domínios de ambiente e tipo de actividade da entidade					
Por favor assinala a percentagem do VVN da(s) actividade(s) desenvolvidas e sua distribuição pelos vários domínios de ambiente (Ver conceitos e exemplos de actividades dos Domínios abaixo mencionados nas instruções de preenchimento)					
Domínios	Actividades desenvolvidas pela entidade				Total da formação do VVN por domínios de ambiente (%)
	Fabricação de produtos (%)	Fabricação de bens de equipamento (%)	Instalação, montagem e/ou comércio de equipamentos ou produtos (%)	Prestação de serviços (%)	
1	2	3	4	5	6
A. Gestão da Poluição					
A 1 · Protecção da Qualidade do Ar e Clima					
A 2 · Gestão de Águas Residuais					
A 3 · Gestão de Resíduos					
A 4 · Protecção dos Solos, Águas Subterrâneas e Superficiais					
A 5 · Redução de Ruídos e Vibrações					
A 6 · Protecção da Biodiversidade e Paisagem					
A 7 · Investigação e Desenvolvimento					
A 8 · Protecção Contra as Radiações					
A 9 · Outras Actividades de Gestão da Poluição					
B. Gestão dos Recursos					
B 1 · Gestão da Água					
B 2 · Materiais e Produtos Reciclados					
B 3 · Gestão e Optimização de Energia					
B 4 · Gestão dos Recursos Florestais					
B 5 · Outras Actividades de Gestão de Recursos					
C. Outra(s) actividade(s) não associada(s) ao ambiente					
D. Total da formação do VVN em percentagem, por tipo de actividade					
					100,00

ATENÇÃO: CASO TENHA INSCRITO 100% NO QUESITO C DO QUADRO 1, "Outra(s) actividade(s) não associada(s) ao ambiente", TERMINE AQUI O PREENCHIMENTO DO INQUÉRITO.



2 Distribuição do Volume de Negócios (VVN) segundo os mercados

Por favor assinala a percentagem do VVN, resultante das actividades desenvolvidas na área do ambiente, associada à representatividade dos mercados

Mercados	Peso dos mercados na formação do VVN (%)
1	2
1 . Economia Nacional	_____ %
1.1. Empresas	_____ %
1.2. Administrações Públicas (1.2.1 + 1.2.2 + 1.2.3)	_____ %
1.2.1. Administração Central	_____ %
1.2.2. Administração Regional	_____ %
1.2.3. Administração Local	_____ %
1.3. Outros	_____ %
Total	_____ % (1.1+1.2+1.3)
2 . Resto do Mundo	_____ %
2.1. União Europeia	_____ %
2.2. Países terceiros	_____ %
Total	_____ % (2.1+2.2)
3 . Total	_____ % (1+2)

3 Número de pessoas ao serviço com funções de ambiente, segundo o sexo e grupos profissionais

Grupos Profissionais	Número Médio de Pessoas ao Serviço com Funções na Área do Ambiente					
	Maioritariamente ocupadas		Minoritária ou ocasionalmente ocupadas		Total	
	Total	dos quais, Mulheres	Total	dos quais, Mulheres	Total	dos quais, Mulheres
	2	3	4	5	6	7
1. Dirigentes	_____	_____	_____	_____	_____	_____
2. Quadros e Técnicos, Médios e Superiores	_____	_____	_____	_____	_____	_____
3. Encarregados, Contramestres, Mestres e Chefes de Equipa	_____	_____	_____	_____	_____	_____
4. Empregados Administrativos, Comerciais e de Serviços	_____	_____	_____	_____	_____	_____
5. Operários, Aprendizizes e Praticantes	_____	_____	_____	_____	_____	_____





INSTRUMENTO DE NOTAÇÃO DO SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL
(LEI Nº 22/2008, DE 13 DE MAIO), DE RESPOSTA OBRIGATÓRIA,
REGISTADO NO INE SOB O Nº 9641 VÁLIDO ATÉ 31/12/2011.

**INQUÉRITO AO AMBIENTE
ACCÃO DOS CORPOS DE BOMBEIROS**

Referência dos Dados:

Ano 2010

primeira linha da etiqueta

INE - DEPARTAMENTO DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO
Serviço de Inquéritos por Auto-Preenchimento
Av. António José de Almeida 1000-043 Lisboa

DRI.IAP.L5-485

A CONFIDENCIALIDADE DOS DADOS É GARANTIDA NOS TERMOS DA LEI Nº 22/08, DE 13 DE MAIO

Contactos para resposta e esclarecimentos de dúvidas:
 Telf: 808 201 600 (rede fixa nacional) / 218 426 307 (outras redes)
 Fax: 218 426 358 / E-mail: ambiente@ine.pt

DEVOLUÇÃO OBRIGATÓRIA: Por favor devolva este questionário no prazo máximo de **15 dias** após a recepção, devidamente preenchido de acordo com as instruções.

1 DADOS GERAIS																																																										
1.1 IDENTIFICAÇÃO																																																										
Número de Identificação Fiscal (NIF) _ _ _ _ _ _ _ _ _ Designação _____ Distrito/Ilha _____ Município _____ Freguesia _____ Endereço _____ Localidade _____ Código Postal _ _ _ _ — _ _ _ _____ Telefone _____ Homepage: www. _____ Fax _____ E-mail _____																																																										
1.2 CARACTERIZAÇÃO	1.3 TIPO DE INTERVENÇÃO																																																									
(assinalar com um x a quadrícula correspondente)																																																										
NATUREZA (1) 1010 . Municipal ☐ 01 Bombeiros Sapadores ☐ 02 Não Sapadores ☐ 03 . Associativa ☐ 04 . Privativa	ÁREA GEOGRÁFICA DE INTERVENÇÃO (2) 1025 . Municipal ☐ 01 . Área de acção restrita ☐ 02																																																									
1.4 ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS																																																										
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th style="width: 40%;">SERVIÇO</th> <th style="width: 10%;">Código</th> <th style="width: 50%;">N.º DE ACÇÕES DESENVOLVIDAS (5)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td style="text-align: center;">1</td> <td></td> <td style="text-align: center;">2</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">TOTAL (1+2+3+4)</td> <td style="text-align: center;">1030</td> <td style="text-align: center;"> _ _ _ _ _ _ _ _ _ </td> </tr> <tr> <td>1. INCÊNDIOS (1.1+1.2)</td> <td style="text-align: center;">1035</td> <td style="text-align: center;"> _ _ _ _ _ _ _ _ _ </td> </tr> <tr> <td> 1.1. Florestais</td> <td style="text-align: center;">1045</td> <td style="text-align: center;"> _ _ _ _ _ _ _ _ _ </td> </tr> <tr> <td> 1.2. Outros (3)</td> <td style="text-align: center;">1050</td> <td style="text-align: center;"> _ _ _ _ _ _ _ _ _ </td> </tr> <tr> <td>2. SAÚDE</td> <td style="text-align: center;">1065</td> <td style="text-align: center;"> _ _ _ _ _ _ _ _ _ </td> </tr> <tr> <td>3. SOCORROS A NÁUFRAGOS</td> <td style="text-align: center;">1070</td> <td style="text-align: center;"> _ _ _ _ _ _ _ _ _ </td> </tr> <tr> <td>4. OUTROS SERVIÇOS (4)</td> <td style="text-align: center;">1075</td> <td style="text-align: center;"> _ _ _ _ _ _ _ _ _ </td> </tr> </tbody> </table> N.º DE HORAS CONSAGRADAS AO COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS (6) 1045 _ _ _ _ _ _ _ _ _ 02		SERVIÇO	Código	N.º DE ACÇÕES DESENVOLVIDAS (5)	1		2	TOTAL (1+2+3+4)	1030	_ _ _ _ _ _ _ _ _	1. INCÊNDIOS (1.1+1.2)	1035	_ _ _ _ _ _ _ _ _	1.1. Florestais	1045	_ _ _ _ _ _ _ _ _	1.2. Outros (3)	1050	_ _ _ _ _ _ _ _ _	2. SAÚDE	1065	_ _ _ _ _ _ _ _ _	3. SOCORROS A NÁUFRAGOS	1070	_ _ _ _ _ _ _ _ _	4. OUTROS SERVIÇOS (4)	1075	_ _ _ _ _ _ _ _ _																														
SERVIÇO	Código	N.º DE ACÇÕES DESENVOLVIDAS (5)																																																								
1		2																																																								
TOTAL (1+2+3+4)	1030	_ _ _ _ _ _ _ _ _																																																								
1. INCÊNDIOS (1.1+1.2)	1035	_ _ _ _ _ _ _ _ _																																																								
1.1. Florestais	1045	_ _ _ _ _ _ _ _ _																																																								
1.2. Outros (3)	1050	_ _ _ _ _ _ _ _ _																																																								
2. SAÚDE	1065	_ _ _ _ _ _ _ _ _																																																								
3. SOCORROS A NÁUFRAGOS	1070	_ _ _ _ _ _ _ _ _																																																								
4. OUTROS SERVIÇOS (4)	1075	_ _ _ _ _ _ _ _ _																																																								
2 RECURSOS HUMANOS (7)																																																										
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th rowspan="3" style="width: 25%;">Natureza das Associações e Outras Entidades de Bombeiros</th> <th rowspan="3" style="width: 5%;">Código</th> <th colspan="4" style="text-align: center;">N.º de pessoas que estavam no quadro de comando e no quadro activo no Corpo de Bombeiros</th> </tr> <tr> <th rowspan="2" style="width: 10%;">Total</th> <th colspan="2" style="width: 20%;">Homens</th> <th colspan="2" style="width: 20%;">Mulheres</th> </tr> <tr> <th style="width: 10%;">Remunerados</th> <th style="width: 10%;">Não remunerados</th> <th style="width: 10%;">Remuneradas</th> <th style="width: 10%;">Não remuneradas</th> </tr> <tr> <th style="text-align: center;">1</th> <th></th> <th style="text-align: center;">2</th> <th style="text-align: center;">3</th> <th style="text-align: center;">4</th> <th style="text-align: center;">5</th> <th style="text-align: center;">6</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1. Municipal</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td> 1.1 Bombeiros Sapadores</td> <td style="text-align: center;">2020</td> <td style="text-align: center;"> _ _ _ _ </td> <td style="text-align: center;"> _ _ _ _ </td> <td style="text-align: center;"> _ _ _ _ </td> <td style="text-align: center;"> _ _ _ _ </td> <td style="text-align: center;"> _ _ _ _ </td> </tr> <tr> <td> 1.2 Não Sapadores</td> <td style="text-align: center;">2005</td> <td style="text-align: center;"> _ _ _ _ </td> <td style="text-align: center;"> _ _ _ _ </td> <td style="text-align: center;"> _ _ _ _ </td> <td style="text-align: center;"> _ _ _ _ </td> <td style="text-align: center;"> _ _ _ _ </td> </tr> <tr> <td>2. Associativa</td> <td style="text-align: center;">2010</td> <td style="text-align: center;"> _ _ _ _ </td> <td style="text-align: center;"> _ _ _ _ </td> <td style="text-align: center;"> _ _ _ _ </td> <td style="text-align: center;"> _ _ _ _ </td> <td style="text-align: center;"> _ _ _ _ </td> </tr> <tr> <td>3. Privativa</td> <td style="text-align: center;">2015</td> <td style="text-align: center;"> _ _ _ _ </td> <td style="text-align: center;"> _ _ _ _ </td> <td style="text-align: center;"> _ _ _ _ </td> <td style="text-align: center;"> _ _ _ _ </td> <td style="text-align: center;"> _ _ _ _ </td> </tr> </tbody> </table>		Natureza das Associações e Outras Entidades de Bombeiros	Código	N.º de pessoas que estavam no quadro de comando e no quadro activo no Corpo de Bombeiros				Total	Homens		Mulheres		Remunerados	Não remunerados	Remuneradas	Não remuneradas	1		2	3	4	5	6	1. Municipal							1.1 Bombeiros Sapadores	2020	_ _ _ _	_ _ _ _	_ _ _ _	_ _ _ _	_ _ _ _	1.2 Não Sapadores	2005	_ _ _ _	_ _ _ _	_ _ _ _	_ _ _ _	_ _ _ _	2. Associativa	2010	_ _ _ _	_ _ _ _	_ _ _ _	_ _ _ _	_ _ _ _	3. Privativa	2015	_ _ _ _	_ _ _ _	_ _ _ _	_ _ _ _	_ _ _ _
Natureza das Associações e Outras Entidades de Bombeiros	Código			N.º de pessoas que estavam no quadro de comando e no quadro activo no Corpo de Bombeiros																																																						
				Total	Homens		Mulheres																																																			
		Remunerados	Não remunerados		Remuneradas	Não remuneradas																																																				
1		2	3	4	5	6																																																				
1. Municipal																																																										
1.1 Bombeiros Sapadores	2020	_ _ _ _	_ _ _ _	_ _ _ _	_ _ _ _	_ _ _ _																																																				
1.2 Não Sapadores	2005	_ _ _ _	_ _ _ _	_ _ _ _	_ _ _ _	_ _ _ _																																																				
2. Associativa	2010	_ _ _ _	_ _ _ _	_ _ _ _	_ _ _ _	_ _ _ _																																																				
3. Privativa	2015	_ _ _ _	_ _ _ _	_ _ _ _	_ _ _ _	_ _ _ _																																																				

Nota: Os quadros ou rubricas assinaladas com um índice numérico contêm notas explicativas.



3	RECEITAS E DESPESAS (8)																																																																									
3.1	RECEITAS																																																																									
	<table border="1"> <thead> <tr> <th>RUBRICAS</th> <th>Código</th> <th>Valor (Euros)</th> </tr> <tr> <th>1</th> <th></th> <th>2</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1. RECEITAS CORRENTES (1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4 + 1.5 + 1.6)</td> <td>4005</td> <td></td> </tr> <tr> <td>1.1 Contribuições Directas dos Associados</td> <td>4010</td> <td></td> </tr> <tr> <td>1.2 Rendimentos de Propriedade</td> <td>4015</td> <td></td> </tr> <tr> <td>1.3 Transferências Correntes (1.3.1 + 1.3.2 + ... + 1.3.5)</td> <td>4020</td> <td></td> </tr> <tr> <td>1.3.1 da Administração Central</td> <td>4025</td> <td></td> </tr> <tr> <td>1.3.2 da Administração Regional e Local</td> <td>4030</td> <td></td> </tr> <tr> <td>1.3.3 das Empresas</td> <td>4235</td> <td></td> </tr> <tr> <td>1.3.4 dos Particulares</td> <td>4240</td> <td></td> </tr> <tr> <td>1.3.5 do Exterior</td> <td>4040</td> <td></td> </tr> <tr> <td>1.4 Venda de Bens</td> <td>4245</td> <td></td> </tr> <tr> <td>1.5 Venda de Serviços</td> <td>4250</td> <td></td> </tr> <tr> <td>1.6 Outras Receitas Correntes</td> <td>4060</td> <td></td> </tr> <tr> <td>2. RECEITAS DE CAPITAL (2.1 + 2.2 + 2.3)</td> <td>4065</td> <td></td> </tr> <tr> <td>2.1 Venda de Bens de Investimento</td> <td>4070</td> <td></td> </tr> <tr> <td>2.2 Transferências de Capital (2.2.1 + 2.2.2 + ... + 2.2.5)</td> <td>4075</td> <td></td> </tr> <tr> <td>2.2.1 da Administração Central</td> <td>4080</td> <td></td> </tr> <tr> <td>2.2.2 da Administração Regional e Local</td> <td>4085</td> <td></td> </tr> <tr> <td>2.2.3 das Empresas</td> <td>4255</td> <td></td> </tr> <tr> <td>2.2.4 dos Particulares</td> <td>4260</td> <td></td> </tr> <tr> <td>2.2.5 do Exterior</td> <td>4095</td> <td></td> </tr> <tr> <td>2.3 Outras Receitas de Capital</td> <td>4100</td> <td></td> </tr> <tr> <td>TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES E DE CAPITAL (1 + 2)</td> <td>4105</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>	RUBRICAS	Código	Valor (Euros)	1		2	1. RECEITAS CORRENTES (1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4 + 1.5 + 1.6)	4005		1.1 Contribuições Directas dos Associados	4010		1.2 Rendimentos de Propriedade	4015		1.3 Transferências Correntes (1.3.1 + 1.3.2 + ... + 1.3.5)	4020		1.3.1 da Administração Central	4025		1.3.2 da Administração Regional e Local	4030		1.3.3 das Empresas	4235		1.3.4 dos Particulares	4240		1.3.5 do Exterior	4040		1.4 Venda de Bens	4245		1.5 Venda de Serviços	4250		1.6 Outras Receitas Correntes	4060		2. RECEITAS DE CAPITAL (2.1 + 2.2 + 2.3)	4065		2.1 Venda de Bens de Investimento	4070		2.2 Transferências de Capital (2.2.1 + 2.2.2 + ... + 2.2.5)	4075		2.2.1 da Administração Central	4080		2.2.2 da Administração Regional e Local	4085		2.2.3 das Empresas	4255		2.2.4 dos Particulares	4260		2.2.5 do Exterior	4095		2.3 Outras Receitas de Capital	4100		TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES E DE CAPITAL (1 + 2)	4105		
RUBRICAS	Código	Valor (Euros)																																																																								
1		2																																																																								
1. RECEITAS CORRENTES (1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4 + 1.5 + 1.6)	4005																																																																									
1.1 Contribuições Directas dos Associados	4010																																																																									
1.2 Rendimentos de Propriedade	4015																																																																									
1.3 Transferências Correntes (1.3.1 + 1.3.2 + ... + 1.3.5)	4020																																																																									
1.3.1 da Administração Central	4025																																																																									
1.3.2 da Administração Regional e Local	4030																																																																									
1.3.3 das Empresas	4235																																																																									
1.3.4 dos Particulares	4240																																																																									
1.3.5 do Exterior	4040																																																																									
1.4 Venda de Bens	4245																																																																									
1.5 Venda de Serviços	4250																																																																									
1.6 Outras Receitas Correntes	4060																																																																									
2. RECEITAS DE CAPITAL (2.1 + 2.2 + 2.3)	4065																																																																									
2.1 Venda de Bens de Investimento	4070																																																																									
2.2 Transferências de Capital (2.2.1 + 2.2.2 + ... + 2.2.5)	4075																																																																									
2.2.1 da Administração Central	4080																																																																									
2.2.2 da Administração Regional e Local	4085																																																																									
2.2.3 das Empresas	4255																																																																									
2.2.4 dos Particulares	4260																																																																									
2.2.5 do Exterior	4095																																																																									
2.3 Outras Receitas de Capital	4100																																																																									
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES E DE CAPITAL (1 + 2)	4105																																																																									
3.2	DESPESAS																																																																									
	<table border="1"> <thead> <tr> <th>RUBRICAS</th> <th>Código</th> <th>Valor (Euros)</th> </tr> <tr> <th>1</th> <th></th> <th>2</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1. DESPESAS CORRENTES (1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4 + 1.5)</td> <td>4110</td> <td></td> </tr> <tr> <td>1.1 Despesas com o pessoal</td> <td>4115</td> <td></td> </tr> <tr> <td>1.2 Aquisição de Bens</td> <td>4265</td> <td></td> </tr> <tr> <td>1.3 Aquisição de Serviços</td> <td>4270</td> <td></td> </tr> <tr> <td>1.4 Transferências Correntes</td> <td>4150</td> <td></td> </tr> <tr> <td>1.5 Outras Despesas Correntes</td> <td>4170</td> <td></td> </tr> <tr> <td>2. DESPESAS DE CAPITAL (2.1 + 2.2 + 2.3)</td> <td>4175</td> <td></td> </tr> <tr> <td>2.1 Investimentos (2.1.1 + 2.1.2)</td> <td>4180</td> <td></td> </tr> <tr> <td>2.1.1 Instalação de Serviços, Material de Transporte, Aparelhos, Máquinas e Equipamentos, para Combate a Incêndios</td> <td>4275</td> <td></td> </tr> <tr> <td>2.1.2 Outros Investimentos</td> <td>4200</td> <td></td> </tr> <tr> <td>2.2 Transferências de Capital</td> <td>4205</td> <td></td> </tr> <tr> <td>2.3 Outras Despesas de Capital</td> <td>4225</td> <td></td> </tr> <tr> <td>TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL (1 + 2)</td> <td>4230</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>	RUBRICAS	Código	Valor (Euros)	1		2	1. DESPESAS CORRENTES (1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4 + 1.5)	4110		1.1 Despesas com o pessoal	4115		1.2 Aquisição de Bens	4265		1.3 Aquisição de Serviços	4270		1.4 Transferências Correntes	4150		1.5 Outras Despesas Correntes	4170		2. DESPESAS DE CAPITAL (2.1 + 2.2 + 2.3)	4175		2.1 Investimentos (2.1.1 + 2.1.2)	4180		2.1.1 Instalação de Serviços, Material de Transporte, Aparelhos, Máquinas e Equipamentos, para Combate a Incêndios	4275		2.1.2 Outros Investimentos	4200		2.2 Transferências de Capital	4205		2.3 Outras Despesas de Capital	4225		TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL (1 + 2)	4230																													
RUBRICAS	Código	Valor (Euros)																																																																								
1		2																																																																								
1. DESPESAS CORRENTES (1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4 + 1.5)	4110																																																																									
1.1 Despesas com o pessoal	4115																																																																									
1.2 Aquisição de Bens	4265																																																																									
1.3 Aquisição de Serviços	4270																																																																									
1.4 Transferências Correntes	4150																																																																									
1.5 Outras Despesas Correntes	4170																																																																									
2. DESPESAS DE CAPITAL (2.1 + 2.2 + 2.3)	4175																																																																									
2.1 Investimentos (2.1.1 + 2.1.2)	4180																																																																									
2.1.1 Instalação de Serviços, Material de Transporte, Aparelhos, Máquinas e Equipamentos, para Combate a Incêndios	4275																																																																									
2.1.2 Outros Investimentos	4200																																																																									
2.2 Transferências de Capital	4205																																																																									
2.3 Outras Despesas de Capital	4225																																																																									
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL (1 + 2)	4230																																																																									

Nota: Os quadros ou rubricas assinaladas com um índice numérico contêm notas explicativas.



OBSERVAÇÕES: _____

DADOS RELATIVOS AO RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO

NOME (Legível): _____
SERVIÇO: _____ TEL.: _____
LOCALIDADE: _____ FAX: _____
ASSINATURA: _____ E-MAIL: _____

**Envie, em anexo ao questionário preenchido para resposta,
uma cópia da "Conta de Gerência / SNC - Balancete Analítico".**



3 Número de Pessoas ao Serviço (✓)

Unidade: Nº

Grupos Profissionais	Cod	Número Médio de Pessoas ao Serviço				Total de Horas de Trabalho Efectuadas Durante o Ano	
		Total	A Tempo Completo	A Tempo Parcial		Trabalhador a Tempo Completo	Trabalhador a Tempo Parcial
3.1 Total (3.2 + 3.3)	3005						
3.2 Pessoal Remunerado (3.2.1 + ... + 3.2.3)	3010						
3.2.1 Dirigentes	3015						
3.2.2 Quadros e Técnicos Médios e Superiores	3020						
3.2.3 Empregados Administrativos, Comerciais e de Serviços	3025						
3.3 Pessoal não Remunerado (3.3.1 + 3.3.2)	3030						
3.3.1 Dirigentes	3035						
3.3.2 Outros colaboradores	3040						

4 Número de Pessoas ao Serviço por Sexo/Escalação Etário/Nível de Escolaridade

Unidade: Nº

Nível de Escolaridade	Cod	Sexo	Total geral	Pessoal Remunerado				Pessoal não Remunerado			
				Total	Dirigentes	Quadros e Técnicos Médios e Superiores	Empregados Administrativos, Comerciais e de Serviços	Total	Dirigentes	Outros colaboradores	
4.1 Total geral (H + M)	4005	HM									
4.2 H (4020 + ... + 4060)	4010	H									
Total M (4025 + ... + 4065)	4015	M									
4.2.1 Nenhum nível de instrução	4020	H									
	4025	M									
4.2.2 Ensino Básico	4030	H									
	4035	M									
4.2.3 Ensino Secundário	4040	H									
	4045	M									
4.2.4 Ensino Superior (Bacharelato e Licenciatura)	4050	H									
	4055	M									
4.2.5 Ensino Superior (Mestrado e Doutoramento)	4060	H									
	4065	M									

▶ Atenção: Os valores que registou em 3.1 - Total de pessoas ao serviço e em 4.1 - Total geral (H+M) têm de ser iguais.



Investimentos										Rubricas										Adições									
e 4 Outros investimentos																													
e 3 Outros																													
e 3 2 Equipamento Administrativo																													
e 3 4 Edifício																													
e 3 3 Edifício																													
e 3 5 Edifícios e Outras Construções																													
e 3 3 Terrenos e Recursos Naturais																													
(e 3 3 2 + e 3 3 3) e 3 3 4																													
e 3 3 1 Atividades de Desenvolvimento																													
e 3 3 1 1 Atividades de Desenvolvimento																													
e 3 3 1 1 1 Atividades de Desenvolvimento																													
e 3 3 1 1 1 1 Atividades de Desenvolvimento																													
e 3 3 1 1 1 1 1 Atividades de Desenvolvimento																													
e 3 3 1 1 1 1 1 1 Atividades de Desenvolvimento																													
e 3 3 1 1 1 1 1 1 1 Atividades de Desenvolvimento																													
e 3 3 1 1 1 1 1 1 1 1 Atividades de Desenvolvimento																													
e 3 3 1 1 1 1 1 1 1 1 1 Atividades de Desenvolvimento																													
e 3 3 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 Atividades de Desenvolvimento																													
e 3 3 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 Atividades de Desenvolvimento																													
e 3 3 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 Atividades de Desenvolvimento																													
e 3 3 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 Atividades de Desenvolvimento																													
e 3 3 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 Atividades de Desenvolvimento																													
e 3 3 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 Atividades de Desenvolvimento																													
e 3 3 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 Atividades de Desenvolvimento																													
e 3 3 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 Atividades de Desenvolvimento																													
e 3 3 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 Atividades de Desenvolvimento																													
e 3 3 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 Atividades de Desenvolvimento																													
e 3 3 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 Atividades de Desenvolvimento																													
e 3 3 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 Atividades de Desenvolvimento																													
e 3 3 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 Atividades de Desenvolvimento																													
e 3 3 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 Atividades de Desenvolvimento																													
e 3 3 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 Atividades de Desenvolvimento																													
e 3 3 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 Atividades de Desenvolvimento																													
e 3 3 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 Atividades de Desenvolvimento																													
e 3 3 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 Atividades de Desenvolvimento																													
e 3 3 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 Atividades de Desenvolvimento																													
e 3 3 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 Atividades de Desenvolvimento																													
e 3 3 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 Atividades de Desenvolvimento																													
e 3 3 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 Atividades de Desenvolvimento																													
e 3 3 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 Atividades de Desenvolvimento																													
e 3 3 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 Atividades de Desenvolvimento																													
e 3 3 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 Atividades de Desenvolvimento																													
e 3 3 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 Atividades de Desenvolvimento																													
e 3 3 1																													

DOMÍNIOS DE PROTECÇÃO DO AMBIENTE										Cod	actividades desenvolvidas
Outras Actividades de Protecção do Ambiente	Investigação e Desenvolvimento	Protecção Controlo Radiações	Protecção da Biodiversidade e Paisagem	Redução de Emissões de Gases de Efeito de Estufa	Protecção dos Zonas, Áreas Superficiais e Subsuperficiais	Gestão de Resíduos	Gestão de Águas Residuais	Protecção do Ambiente e Clima			
2002									2002	(8.2 + ... + 5.2) 1.2	actividades desenvolvidas
2010									2010	(8.2 + ... + 5.2) 1.2	actividades desenvolvidas
2012									2012	(8.2 + ... + 5.2) 1.2	actividades desenvolvidas
2030									2030	(8.2 + ... + 5.2) 1.2	actividades desenvolvidas
2050									2050	(8.2 + ... + 5.2) 1.2	actividades desenvolvidas
2032									2032	(8.2 + ... + 5.2) 1.2	actividades desenvolvidas
2040									2040	(8.2 + ... + 5.2) 1.2	actividades desenvolvidas
2042									2042	(8.2 + ... + 5.2) 1.2	actividades desenvolvidas

7 Contas de Gastos e Rendimentos

Designação	Código de Contas SNC	Cod	Euros
Gastos			
7.1 Total dos Gastos (7.2 + ... + 7.7)		7005	
7.2 Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	61	7010	
7.3 Fornecimentos e Serviços Externos	62	7015	
Dos quais:			
7.3.1 Gastos com a Recolha e Tratamento de Águas Residuais		7020	
7.3.2 Gastos com a Recolha e Tratamento de Resíduos		7025	
7.4 Impostos	681	7030	
Dos quais:			
7.4.1 Taxas de Conservação de Esgotos		7035	
7.5 Gastos com o Pessoal (7.5.1 + 7.5.2)	63	7040	
7.5.1 Remunerações	631 + 632	7045	
7.5.2 Outros Gastos com o Pessoal	633 a 638	7050	
7.6 Outros Gastos e Perdas	64 a 67 e 682 a 688	7055	
7.7 Gastos e Perdas de Financiamento	69	7060	
Rendimentos			
7.8 Total dos Rendimentos (7.9 + ... + 7.14)		7070	
7.9 Vendas	71	7075	
7.10 Prestações de Serviços	72	7080	
7.11 Subsídios à Exploração (7.11.1 + ... + 7.11.5)	75	7090	
7.11.1 Estado e outros entes públicos		7095	
7.11.2 Empresas		7100	
7.11.3 Instituições sem fins lucrativos		7105	
7.11.4 Particulares		7110	
7.11.5 Exterior		7115	
7.12 Trabalhos para a Própria Entidade	74	7120	
7.13 Outros Rendimentos	73 + 76 + 77 + 79	7130	
7.14 Outros Rendimentos e Ganhos	78	7135	
Dos quais:			
7.14.1 Imputação de subsídios para investimentos (7.14.1.1 + ... + 7.14.1.5)	7883	7140	
7.14.1.1 Estado e outros entes públicos		7145	
7.14.1.2 Empresas		7150	
7.14.1.3 Instituições sem fins lucrativos		7155	
7.14.1.4 Particulares		7160	
7.14.1.5 Exterior		7165	

► **7.11.1 e 7.14.1.1 Estado e outras entes públicos** - incluir as verbas recebidas da Agência Portuguesa do Ambiente, dos Governos Cívicos, dos Municípios, das Juntas de Freguesia, entre outras entidades públicas.

